

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-813-7

DOI 10.22533/at.ed.137210902

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento evolutivo do campo de Ciências Sociais Aplicadas tem sido caracterizado por uma pulsante força dinâmica engendrada por estrutural tendência de crescente emergência de novos cursos, debates e agendas de pesquisa que buscam responder aos dilemas de uma realidade cada vez mais fluida e complexa.

A abordagem interdisciplinar apresentada por este livro dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas tem como fundamento lógico uma análise teórico-conceitual que parte da própria apreensão dos problemas existentes na realidade empírica brasileira a fim de descrever explicações e propor prescrições de soluções para os dilemas humanos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, esta obra intitulada, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 1”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade empírica urbana e rural brasileira.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica existente na combinação de uma leitura interdisciplinar e em uma ciência aplicada à resolução dos problemas sociais do campo científico, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos de ampla relevância fenomenológica.

Estruturado em 18 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas em distintos cantos do país, as quais coadunam de um convergente recorte metodológico interdisciplinar que parte da análise das realidades empíricas para conformar os marcos teórico-conceituais mais adequados para explicar e responder aos dilemas empíricos.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de distintos estados, este livro faz um imersivo estudo interdisciplinar sobre as distintas realidades empíricas que valoriza a busca para a resolução dos problemas com base nas experiências adquiridas *in loco*.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a realidade contemporânea no país com base em uma leitura interdisciplinar.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA VERSUS A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Andreza Aparecida Franco Câmara

Larissa César Zavatário

Paulo Brasil Dill Soares

DOI 10.22533/at.ed.1372109021

CAPÍTULO 2..... 13

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Elaine Aparecida da Silva

Welton Rodrigues de Souza

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

DOI 10.22533/at.ed.1372109022

CAPÍTULO 3..... 29

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1372109023

CAPÍTULO 4..... 42

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Reidy Rolim de Moura

Tainara Tatiane de Paula

DOI 10.22533/at.ed.1372109024

CAPÍTULO 5..... 59

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1372109025

CAPÍTULO 6..... 71

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

DOI 10.22533/at.ed.1372109026

CAPÍTULO 7	86
O DISCURSO DO “MARNOMUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1372109027	
CAPÍTULO 8	99
ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO	
Josiane Kossar	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.1372109028	
CAPÍTULO 9	108
MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Emerson Aparecido Mouco Junior	
Laiane Maiara Guerreiro Pardini	
DOI 10.22533/at.ed.1372109029	
CAPÍTULO 10	121
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ	
Mariana Daniele Bezerra do Nascimento Tavares	
Alane Siqueira Rocha	
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.13721090210	
CAPÍTULO 11	130
O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.13721090211	
CAPÍTULO 12	146
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Paulo Luiz da Fonseca	
Tatiana Pinho Mattos	
Fernanda da Silva Oliveira	
Alan Lopes Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.13721090212	
CAPÍTULO 13	161
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	
Tatiana Pinho Mattos	

Paulo Luiz da Fonseca
Fernanda da Silva Oliveira
Alan Lopes Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.13721090213

CAPÍTULO 14..... 175

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Antônio Marques do Vale
Ignês Amorim Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.13721090214

CAPÍTULO 15..... 183

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Maíra dos Santos Vieira

DOI 10.22533/at.ed.13721090215

CAPÍTULO 16..... 196

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Aline Albuquerque
Raylla Albuquerque
Laura Boeira
Isis Machado
Luana Lima
Meiriany Lima

DOI 10.22533/at.ed.13721090216

CAPÍTULO 17..... 212

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Marcela de Moraes
Jorge William Pedroso Silveira
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.13721090217

CAPÍTULO 18..... 220

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Erivalton Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.13721090218

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA *VERSUS* A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 22/12/2020

Andreza Aparecida Franco Câmara

Universidade Federal Fluminense,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8761-2197>

Larissa César Zavatório

Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Direito de Macaé
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-7316>

Paulo Brasil Dill Soares

Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Direito de Macaé
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0724-8271>

RESUMO: A partir do estudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira – no município de Macaé/RJ –, foi possível perceber que estudar o MST é não se ater apenas em sua construção e luta pois, tema complexo, tangencia inúmeras áreas do direito. O objetivo é compreender a invisibilidade campesina, sobretudo em tempos de pandemia e como sua atuação em direitos humanos ao mesmo tempo em que os demanda. Outrossim, objetiva-se falar um pouco do papel da mulher

no contexto do movimento, justificando-se a importância dos direitos fundamentais à luz do sistema de garantias, no qual estamos inseridos. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação e revisão da literatura. Importa dizer que em razão da pandemia, foi preciso adaptar a metodologia, de modo que a colheita de dados ocorreu de forma virtual para fins de conclusão desse. No desenvolvimento serão abordados dois capítulos. O primeiro capítulo discorrerá a respeito da (in)visibilidade do movimento em contraponto a rede solidária estabelecida pelo assentamento e direitos que embora positivados, carecem de efetivação. Já o segundo capítulo, tratará do trabalho e gênero no campo, e como se dão essas relações. Podendo-se, nas considerações finais, concluir que o modelo de produção desenvolvida no movimento, se apresenta como resistência e anuncia direitos e garantias fundamentais, e alternativas face a problemas sociais e econômicos. Tem-se os processos agroecológicos como emancipatório, e reconstrutor de relações socioeconômicas e ambientais. Evidenciando-se como demandante e precursor de políticas públicas, empreendendo esforços para obtenção e promoção de saúde, alimentação, educação e emancipação de gênero.

PALAVRAS - CHAVE: Garantias fundamentais; políticas públicas; COVID-19; MST; gênero.

(IN)VISIBILITY OF THE RURAL WORLD: FRAGILIZATION OF RIGHTS TO THE PEASANT PEOPLE IN PANDEMIC TIMES VERSUS THE MST'S SOLIDARITY NETWORK AGAINST THE CORONAVIRUS – A LOOK AT GENDER

ABSTRACT : From the study of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) at the Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) settlement - in the municipality of Macaé/RJ - it was possible to realize that studying the MST is not just sticking to its construction and struggle because, a complex theme, touches numerous areas of law. The objective is to understand the peasant's invisibility, especially in times of pandemic, and its role in promoting human rights at the same time that it demands them. Furthermore, it aims talking a bit about the role of women in the context of the movement, justifying the importance of fundamental rights in the light of the guarantee system, in which we are inserted. The methodology used was action research and literature review. It is important saying that due to the pandemic it was necessary to adapt the methodology so that data collection took place in a virtual way, for the purpose of concluding this article. In the development, two chapters will be approached. The first one will talk about the (in)visibility of the movement in contrast to the solidarity network established by the settlement and rights that, although positive, need to be implemented. The second chapter, on the other hand, will deal with labor and gender in the field, and how these relations take place. It can be concluded, in the final considerations, that the production model developed in the movement presents itself as resistance and announces fundamental rights and guarantees, and alternatives in the face of socioeconomic problems. Taking the agroecological processes as emancipatory, and reconstructor of socioeconomic and environmental relations; showing itself as a plaintiff and precursor of public policies, making efforts to obtain and promote health, food, education and gender emancipation.

KEYWORDS: Fundamental guarantees; public policy; COVID-19; MST; gender

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem início com o projeto de iniciação científica com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) desde 2018, a partir do estudo de gênero no contexto do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o recorte para o assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, localizado no município de Macaé, no Rio de Janeiro. Com o estudo e desenvolvimento de pesquisa e extensão foi possível observar que estudar o MST é ir além de compreender sua importante constituição e luta, é entender toda sua complexidade de temas que o tangencia e que carecem de resguardo à luz do sistema de garantias fundamentais.

Ao analisar as lutas e conflitos de classes, observa-se a problemática de uma clara questão social a ser enfrentada e superada e, em que pese os movimentos sociais tenham, em certa medida, conseguido alguma democratização dos espaços, isso não é recorrente e é constante a luta para afirmação de suas culturas e políticas de inclusão: contra a exclusão, objetivando adesão em novas políticas públicas e a manutenção dos poucos direitos já reconhecidos, como também o reconhecimento de direitos ainda ignorados.

Demonstrando-se relevante a análise do tema para compreensão do meio social imposto ao movimento que, mesmo com suas demandas e lutas por políticas públicas, inclusão, e efetivação de direitos e garantias fundamentais – já assegurados constitucionalmente e por instrumentos internacionais, mas que nem sempre estão em plena efetividade pelos assentados – conseguem promover ações enquanto atores sociais para a promoção de direitos fundamentais como alimentação, saúde, meio ambiente e educação.

É com a justificativa de que se faz necessário dar efetivo cumprimento ao exercício dos direitos de segunda dimensão preconizados, que se esbarram no fato de que quem deveria dar efetividade a esses direitos, não os promovem, seja pela falta de vontade ou escolhas políticas e econômicas na prestação de políticas públicas, manutenção e geração de novos direitos. Levantado-se a hipótese de que ocorre a invisibilidade do mundo rural, sempre existente, mas que vem à tona em tempos de pandemia, não somente pelas carências da promoção de tantos direitos, alguns já enunciados, mas sobretudo, pelas fragilidades do direito à saúde (pouco) oferecidos à população campesina, dentre outros que serão trabalhados.

O método utilizado valeu-se da técnica de revisão de literatura e de experiências anteriores com o Estudo Interdisciplinar de Vivência nas Atividades Campesinas (EIV), especialmente no assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, em Macaé-RJ, e realização das feiras agroecológicas e da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), assim como a análise e estudo de casos, tudo a partir da pesquisa-ação. Tendo sido necessário, em último turno, se valer de pesquisas e noticiários virtuais em razão do momento de pandemia que impossibilita a ida à campo e para fins de encerramento deste trabalho.

O objetivo se afigura em compreender o estigma da invisibilidade campesina, principalmente em tempos de pandemia, como também a política organizacional do movimento e sua atuação enquanto ator social e precursor de políticas públicas em direitos humanos no combate das desigualdades sociais no campo. Assim como entender suas ações, tendo-o como impulsionador de atividades sociais e de desenvolvimento, não apenas para o próprio grupo, mas também aberta aos demais da sociedade, além da importância dos direitos fundamentais à luz do sistema de garantias.

Questiona-se como pode um movimento que em muito carece de efetivação, implementação ou criação de direitos, promover a manutenção do meio ambiente, de alimentação, saúde e educação para o assentamento e para demais grupos de modo solidário durante a luta e, principalmente, ao mesmo tempo em que se enfrenta uma pandemia do nível da COVID – 19. Por fim, objetiva-se discorrer um pouco sobre o papel da mulher no contexto do movimento¹, justificando-se a importância dos direitos fundamentais

¹ Explica-se que apenas por limitação de espaço e recorte de objeto de pesquisa, a condição de gênero será tratada a partir das participações e estudos de campo, não tendo sido possível realizar um recorte racial e de orientação e identificação de gênero, em que pesa seja reconhecida a relevância do estudo.

à luz do sistema de garantias, no qual estamos inseridos e que são constantemente ignorados ou violados pelas autoridades que deveriam colaborar para a promoção desses direitos e não sustentar o posicionamento de necropolítica².

2 I (IN)VISIBILIDADE – GARANTIA DE DIREITOS E REDE SOLIDÁRIA

Por meio das instituições participativas, entendidas como formas diferenciadas de incorporação de cidadãos, associações e movimentos sociais da sociedade civil na deliberação sobre políticas, novos protagonismos induziram e promoveram o processo de partilha de poder, isto é, através da constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente (AVRITZER, 2008). Sendo possível perceber que as maiores ou menores possibilidades de geração de novos direitos em uma sociedade relacionam-se à existência ou não de um Estado democrático de direito que permita a sociedade civil se expressar com liberdade de voz, manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas materiais e simbólicas, através de movimentos sociais, grupos de pressão institucional e/ou representantes na própria esfera estatal (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004).

Dentre muitos direitos que devem ser efetivados ao movimento, os direitos sociais são um grupo de direito que estão assegurados no artigo 6º da Constituição Federal como um direito de todos. Em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enuncia em seu artigo XXV que “(...) todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz (...)”, dentre outros, de ter assegurada sua “saúde e bem-estar, principalmente quanto à alimentação, (...) serviços sociais (...) e meio de subsistência por circunstâncias independente da sua vontade”. Ao mesmo tempo, a ONU fomentou a criação de órgãos especiais atrelados a sua estrutura, e capazes de se dedicarem a garantir direitos considerados essenciais a todos, como é o caso da Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo.

Relevante é o levantamento histórico, para que seja possível compreender que os direitos humanos englobam e são de todas as pessoas e, portanto, universais e essenciais para uma vida digna. Frisa-se, seu titular é a coletividade, não admitindo distinção. Todos esses temas são indissociáveis pois tocam diretamente os atores que compõem o MST de certa maneira. Isso traz à tona as mazelas da sociedade e o fato de ainda termos atualmente que discutir direitos básicos e urgentes para uma vida digna; sobre direitos que já eram para estar consolidados. Para demonstrar tal afirmação, tem-se, por exemplo, que a Constituição Federal acrescentou o direito social à alimentação em seu artigo 6º apenas em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64. O Direito Humano à Alimentação Adequada, que se relaciona não apenas com o consumo e a produção sustentável,

² Análise pelo conceito de Achille Mbembe que em que coloca que o Estado dita quem está 'apto' a viver e quem deve morrer, dando espaço a inumanidades. E em que (...) “populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBEQUE, 2016).

mas também com a agricultura sustentável, e que também está inserido no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consiste em:

(...) acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a as diversas formas de acesso à água. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (BRASIL, 2013).

Importa dizer que os ODS da ONU para 2030 foram pactuados após o limite da agenda de 2015 e em substituição aos antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Iniciando-se a discussão sobre a necessidade de novos objetivos na Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável). Foi em 2015 que mais de 150 líderes mundiais se reuniram na sede da ONU em Nova Iorque e passaram a visar um plano de ação para países e indivíduos para desenvolvimento mundial, baseado em 17 objetivos, dentre alguns já citados, buscando implementar uma agenda de desenvolvimento sustentável até 2030 (ONU, s.d.).

Acordando uma agenda global que tenha comprometimento com pessoas e o planeta, bem como para a promoção de paz, de vida digna e principalmente erradicação da pobreza. Os países signatários receberam orientação para a implementação desses objetivos (em dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais). A prescrição dos ODS não é obrigatória, mas enquanto países signatários, e aí inclui-se o Brasil, trata-se de uma assunção de compromisso voluntário para o desenvolvimento sustentável (ONU, s.d.). E que pode ser implementado por políticas públicas, planos e programas a serem desenvolvidos pelos países, assim como por meio de ações entre governos, empresas, academia e sociedade civil. O problema se mostra quando a ocorrência de tais direitos apresentam-se apenas no plano formal e a realidade apresentada no plano fático é notadamente divergente.

Em que pese as fragilidades enfrentadas pelo movimento para efetivar tais direitos – mesmo que positivados –, o que é possível observar é que o MST demonstra atuação enquanto ator social e precursor de políticas públicas em direitos humanos, em promoção de direitos sociais à sociedade, e no caso em estudo, ganhando destaque quando do enfrentamento ao COVID-19. Tendo promovido ações solidárias de doações de alimentos agroecológicos às comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e sanitária, enviando frutas, verduras e legumes provenientes do cultivo de diversos assentamentos e acampamentos. Por meio do exercício do direito à alimentação saudável verifica-se o engajamento na prevenção e educação para que produtores promovam o escoamento, entrega e comercialização desses produtos.

As redes solidárias têm ocorrido em âmbito nacional, sendo possível destacar doações em todo o Brasil, calculando-se por meio do site oficial do movimento a entrega

de cerca de 2.800 toneladas de alimentos até 12 de agosto de 2020 (MST, 2020). No PDS Osvaldo de Oliveira, pode-se destacar que mesmo sob ameaça de despejo, as famílias se organizaram para produção agroecológica, livre de químicos – agrotóxicos e transgênicos, tendo como alicerce “a projeção de trabalho de base nos territórios, distribuindo alimentos nas favelas, ocupações urbanas e territórios de vulnerabilidade”, tendo realizado, apenas o PDS, a doação de cerca de 10 toneladas de produtos agroecológicos (MST, 2020). É assim que “a agroecologia é percebida como um processo de organização social, cultural e produtivo, que reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos” (CÂMARA et al., 2020), movimentando-se de invisível para visível, ao menos aos olhos de quem é ajudado e quem toma conhecimento das medidas. Seguindo, porém, na busca de efetivação de direitos para ‘si’ – enquanto grupo –.

Nota-se que o movimento perpetua e está em consonância com os direitos fundamentais no qual estamos inseridos, diferente de entes e atores políticos que deveriam tomar frente e, a partir das observações à luz do sistema de garantias, adotar medidas para ajudar não só a cidade como também, e principalmente, o campo que sofre grande estigma, especialmente quando se trata de movimentos sociais como o MST – que se desdobra com as atividades campesinas. Algumas pessoas acreditam que o “MST existe por influências subversivas dos partidos de esquerda” (FIGUEIREDO & CALBINO, 2018, p. 105).

Podendo-se concluir que, comumente estigmatizado e sofrendo diversas violações, na pandemia da COVID – 19, se encontram ainda mais fragilizados pelas dificuldades encontradas em saúde ou mesmo escoamento de produtos para geração de renda. Observa-se com o estudo, temas que perpassam as questões de grande relevância social e que fazem parte de um ‘todo’ dentro do mundo campesino como: fome zero e agricultura sustentável; erradicação da pobreza; saúde e bem estar; igualdade de gênero; redução de desigualdades; consumo e produção responsável e educação de qualidade. Isso porque o movimento não poderia deixar de ser analisado com amplitude e com olhar para a importância de diversos assuntos que o permeiam e não só a saúde, moradia e alimentação, mas tantos outros contemplados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030, revelando a importância do tema. Ademais, no tocante da pandemia a vida como um todo importa, de saúde a alimentação, como bem estar e lazer.

A pandemia trouxe à tona as contradições de classe – sempre existente, mas sobremaneira em evidência –, eis que acentuam as desigualdades e demonstram que o avanço da problemática pode ser desastroso.

Além disso, outro enfrentamento que se apresenta, em razão das medidas de saúde, com o isolamento, é a inviabilidade da manutenção dos circuitos de feiras, que ocorriam em diversas cidades e em Macaé, dentre outros lugares, no pátio da Cidade Universitária, locais comuns para comercialização, mas que no momento não podem receber as feiras. Isso ocasiona grande dificuldade para o escoamento de alimentos, dificultando a geração de renda, podendo ocasionar, ainda, o perecimento dos alimentos. Parte desse problema

foi relativizado com a abertura do Espaço de Comercialização Terra Crioula em Macaé/RJ.

A COVID – 19 traz implicações distintas a depender de cada classe, e no campo, apesar de suas fragilidades desde tempos remotos à pandemia, o movimento, embora com tantas dificuldades impostas, nos ensina, não só pelo exemplo de solidariedade, mas pelos ideais, que a saúde, a alimentação e o cuidado com o meio ambiente depende do equilíbrio sustentável e saudável entre a sociedade, na relação com o campo (natureza), o meio ambiente e o povo enquanto nação. Merecendo destaque e visibilidade o movimento e a realização da rede solidária, mesmo que invisível a muitos da sociedade e carente de muitas demandas em direitos fundamentais.

Após o enfrentamento desse ponto, passa-se a análise do estudo de gênero e como se dá a relação no campo de trabalho e convivência entre pares, tendo como objetivo tentar resgatar informações da situação da mulher no momento de pandemia em que se impõe.

3 I RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO CAMPO

O processo de socialização construiu o conceito de gênero e suas diferenças; distinções hierárquicas, de identidade, e da construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, e em que este “ser homem” possui maior *status* social. Designa papéis, direitos e oportunidades em uma sociedade, o que explica em muito as grandes desigualdades entre pessoas de gêneros distintos (PASTORE, 2005; SILVA & SCHNEIDER, 2010; SOARES, 2004).

Quer dizer, “falar em igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento” (BRASIL, 2018, p. 113), e participação nos espaços, reconhecimento e valorização da mulher em pé de igualdade com os homens nas esferas política, social, econômica, laboral, pessoal e familiar (BRASIL, 2018). A ideia de equidade de gênero se relaciona completamente como sendo um direito humano, e é termo para o alcance do desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (ONU, 2019).

A desigualdade no que tange ao trabalho também se coloca, privilegiando o homem enquanto as mulheres cuidam da casa ou atividade de produção tidas como ‘menores’, a exemplo de pequenas criações e das hortas, referenciando-as apenas como “ajudantes”, o que gera uma desvalorização do trabalho das mulheres, já que o que desempenha acaba por não ter valor econômico de renda para a casa (SILVA & SCHNEIDER, 2010).

Concluindo-se que tendo ou não entrado nos movimentos motivadas ou influenciadas pela “existência de ‘questões de mulheres’, todas se depararam, no decorrer da militância, com experiências de discriminação de gênero” (SILIPRANDI, 2009, p. 182), desde a escassa participação das mulheres agricultoras na maioria dos espaços, principalmente nas direções, tendo a busca de igualdade, sido um outro motivador para também se

manterem nos movimentos.

Em um contexto pandêmico, a exigência sanitária por isolamento deveria ser viável a todos, mas os dados do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) mostram que para as mulheres tal contexto fez aumentar os índices de violência doméstica contra elas, que passam mais tempo em casa com seus agressores, o que dificulta, inclusive, a denúncia por parte dessas mulheres às autoridades (BRASIL, 2020), demonstrando que o lar nem sempre e não para todos é o local mais seguro do mundo.

No contexto dos movimentos sociais, e no caso do MST, já se reconhece que um dos grandes desafios é “romper com o patriarcado³, inclusive com os homens participando desta desconstrução” (MST, 2020). Foi nessa situação sanitária e de saúde instaurada que foi criada a campanha “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e as violências” (Idem), que foi pensado em três eixos e com o intuito de que seja construído uma rede de solidariedade contra a violência:

(...) “Violência contra os sujeitos vulneráveis”, o segundo é “Autocuidado, trabalho e saúde, pensando corpo, mente e relações”, conversando sobre outras formas de violência. O terceiro é “O que é a resistência ativa neste momento de pandemia”, ou seja, como pensar produção, cooperação e autonomia das mulheres e do conjunto do movimento, pois ficarão em casa, mas não em silêncio. Portanto, o combate à violência é o principal foco desta campanha. Queremos fazer com que o conjunto do MST se envolva nesse debate (MST, 2020).

Reconhece-se que acampamentos e assentamento não são ilhas isoladas, e acabam por refletir as relações sociais externas, então mesmo com todas as atividades de formação que o MST costuma promover, nessas situações atípicas e peculiares, é preciso de programas como esse, pois acaba por haver também violência no campo.

Assim é que as políticas de equidade são úteis a enfrentar eixos que impõem a desigualdade, como “a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos, romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres” (SOARES, 2004, p. 117). Afinal, restrições e falhas institucionais que nutrem as desigualdades de gênero tem menor probabilidade de serem tratadas e corrigidas se perpetuada a existência dessas disparidades (BRASIL, 2018).

Pois considerar as mulheres apenas como ‘ajudantes’ faz com que elas acumulem as atividades doméstica com as da agricultura, conciliando permanentemente essas tarefas e sem o devido reconhecimento e espaço (PASTORE, 2005). Isso decorre da construção

3 O termo correto para essas discussões seria *ordem patriarcal de gênero*. Não apenas por se tratar de um termo mais completo, mas porque pelo que se observa das relações, o problema não está detido apenas no gênero – termo genérico, mas a uma subordinação das mulheres supostamente devida ao homem e que culmina nessa desvalorização da mulher, impondo-se mesmo como uma “ordem” do patriarcado ao gênero mulher (SAFFIOTI, 2011). Tal conceituação não será possível discutir no presente trabalho com tamanha profundidade que merece, mas vale o registro dessa outra forma de classificação do que queremos abordar, que é a desigualdade entre homens e mulheres em diferentes esferas da vida pública e particular.

patriarcal em que o homem é tido como um representante dos interesses da casa, com poder decisório e a mulher o ajuda, e gere os serviços domésticos. Aqui está configurada a chamada divisão sexual do trabalho, onde o trabalho do homem é mais valorizado e há distinção entre ‘trabalho de homem’ e ‘trabalho de mulher’ e é nesse momento que as mulheres começam a se mobilizar politicamente para terem reconhecidas suas identidades de trabalhadoras rurais – agricultoras (SILIPRANDI, 2009).

É essa mesma construção de divisão sexual do trabalho que colabora com a violência em que o homem sendo ‘melhor’ a mulher se vê subjugada às suas vontades. Por isso é que “debater a divisão sexual do trabalho, compreendendo que a sobrecarga das mulheres com o trabalho reprodutivo, e a invisibilidade deste estão nas raízes da opressão e exploração das mulheres, e no campo essa invisibilidade estende-se para o trabalho nos quintais e no roçado” (MST, 2020).

A partir dessas questões, entende-se que a promoção da inclusão ou, de direito iguais em gênero, carrega elementos cruciais para promover e manter essa equidade nos âmbitos econômico, social e ambiental, principalmente para momento como esses – que está instituído na saúde –. Isso porque, se a mulher tem acesso adequado a recursos, ou se há um programa eficiente de transferência de renda, elas participam e aproveitam como iguais da vida econômica e progresso econômico. De igual modo, já na dimensão social, compreende-se a igualdade de gênero como requisito para o alcance da justiça social – que tem o acesso e a participação das mulheres em espaços de forma equitativa, como aspecto/elemento fundamental para seu convívio social de forma igualitária, em aspecto cotidiano e nos contextos extremos como o da pandemia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necropolítica instaurada em face a cidade, e mais ainda contra o campo, colocando a população camponesa ainda mais vulnerável, confirma a hipótese de que, faz-se necessário dar efetivo cumprimento ao exercício dos direitos preconizados de 2^a dimensão, não observado pela (des)política atual. Apesar disso, luta-se para que seja priorizado processos de inclusão social de setores e camadas tidas como “vulneráveis” ou “excluídas”, que movimentos camponeses, como o MST, ganham corpo cada vez mais e que suas ações, por si só, possam ser reconhecidas como instrumentos de políticas públicas também para a sociedade e que sua forma reivindicativa e solidária seja modelo.

Os movimentos sociais contemporâneos realizam diagnósticos sobre a realidade social, elaboram propostas, representam simbolicamente e na prática um conjunto de ações, práticas e discursos que acarretam o pertencimento social do grupo, que apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

Com o presente, foi possível concluir que o modelo de produção agroecológica desenvolvido no movimento, se apresenta como resistência baseado em direitos e

garantias fundamentais, conciliando alternativas face aos problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos – incluindo os de necessidade prioritária: de moradia, de alimentação, e outros relacionados ao que se entende por dignidade da pessoa humana, inclusive igualdade de gênero. Promovendo, com as ações solidárias, direitos, em meio a pandemia, ao mesmo tempo em que demanda por atuação político-social.

Demonstrando, ainda a estratégia do movimento como demandante e precursor de políticas públicas visando atender demandas para além da reforma agrária, empreendendo esforços para obtenção e promoção de saúde, educação, acessibilidade, assistência social, infraestrutura, geração de renda, viabilização de plena comercialização e escoamento dos produtos agrícolas e emancipação de gênero.

E em que pese os obstáculos encontrados pelo grupo, incluindo o grupo de mulheres, tem-se que os processos agroecológicos como emancipatório e politizador, apresentando-se em um processo de organização social, cultural e produtivo, que reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos e que são pautados em direitos e garantias.

Quanto às mulheres do movimento devem ser reconhecidas como cidadãs plenas, sujeitas de direitos, sendo eliminado qualquer tipo de violência contra elas, que possuem papel chave na econômica familiar; necessitam de políticas públicas específicas de gênero para ultrapassar obstáculos que as impedem ao direito à terra, à renda, à opinião e ocupação de espaços – inclusive de liderança, segundo suas próprias vontades e interesses. Só por meio desse enfrentamento é que as mulheres poderão se colocar ativamente na luta pela terra e por suas próprias demandas e vontades. Que viabilize serem sujeitas políticas ou sociais, como queiram, e que proporcionem sua libertação do patriarcado e dos ditames da sociedade sexista.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, jun., 2008, p. 43-64.

BARROS, L.; TEIXEIRA, C. **O MST e a luta pelo direito à saúde em tempos de pandemia de Covid-19**. [s.d.], [s.l.]. Disponível em: <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/pensamentos/mst-na-pandemia/>>. Acesso em 08 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Curso: Igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável**. [s.l.], 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de formação sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**, [s.l.], 2013.

BRASIL. Senado. **Observatório aponta aumento de violência contra mulheres na pandemia.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/05/observato-rio-aponta-aumento-da-violencia-contra-mulheres-na-pandemia>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CÂMARA, A. A. F., *et al.* Agroecologia e emancipação de gênero: Protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, [s.l.], 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/issue/view/68>>. Acesso em: 09 set. 2020.

FIGUEIREDO, Y. G.; CALBINO, D. A imagem do SMT produzida pela mídia e sua influência sobre a formação discursiva dos discentes de uma universidade federal. **Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais**, v.7, n. 2. Recife, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de norte. **Arte & Ensaios UFRJ**, n. 32, 2016.

MST. **MST no combate ao coronavírus.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/21/mst-no-combate-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

MST. **MST enfrenta pandemia do coronavírus com a solidariedade.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/10/o-mst-pratica-a-solidariedade-para-enfrenta-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MST. **Durante a pandemia, MST já doou 50 toneladas de alimentos saudáveis em Alagoas.** Disponíveis em: <<https://mst.org.br/2020/08/12/durante-a-pandemia-mst-ja-doou-50-tonela-das-de-alimentos-saudaveis-em-alagoas/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira participa de campanha solidária durante a pandemia.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/09/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-participa-de-campanha-solidaria-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Histórico e ações de saúde do MST em meio a pandemia são temas de pesquisa.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/10/historico-e-acoes-de-saude-do-mst-em-meio-a-pandemia-sao-temas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **PDS Osvaldo de Oliveira (RJ) resiste a ameaça de despejo com solidariedade.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/08/pds-osvaldo-de-oliveira-rj-resiste-a-ameaca-de-despejo-com-solidariedade/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Iniciativa “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e violências” traz orientações de acolhimento.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contra-virus-e-violencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

ONU. **UNFPA equidade de gênero é chave para desenvolvimento sustentável.** [s.l.], 2019. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/unfpa-equidade-de-genero-e-chave-para-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 1 ago. 2020.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 1 ago. 2020.

PASTORE, E. **Relação de gênero na agricultura ecológica**. Grupo Interdisciplinar de estudos sobre trabalho. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, n. 5, out., 2004, p. 13-35.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de *novos* sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; MENEZES R. e. **Gênero e geração em contextos rurais**. ed. mulheres. Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO T.; SILVEIRA M. L. da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Coordenadoria especial da mulher, p. 127-142. São Paulo: Secretaria do Governo Municipal, 2004.

CAPÍTULO 2

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 29/11/2020

Elaine Aparecida da Silva

Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Escola Municipal Rural São Joaquim.
<http://lattes.cnpq.br/7058771965429781>

Welton Rodrigues de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
– UEMS/Paranaíba.
Centro Universitário Internacional – UNINTER.
<http://lattes.cnpq.br/2632832859120465>

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

UFMS, campus de Três Lagoas
FAR
Unesp, Campus de Presidente Prudente
<http://lattes.cnpq.br/8853250307436969>

RESUMO: A luta pela terra no Brasil é causada pela grande concentração fundiária existente, resultado da herança deixada pelos colonizadores, privilegiando o latifúndio e a monocultura, privilegiando um determinado grupo e excluindo outros. A Reforma Agrária é uma questão ampla e complexa pois, de um lado temos um grupo dominante e detentor dos latifúndios e de outro, os movimentos sociais que afirmam que as terras são improdutivas, passíveis de ocupação e conseqüentemente, de reforma agrária. É nesse impasse que frequentemente surgem conflitos. Sendo assim, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa acerca da reforma agrária e da relevância dos movimentos sociais

nesse processo. Seu objetivo geral é de apontar a importância dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Seus objetivos específicos consistem em contextualizar a reforma agrária no Brasil, apontar a importância dos movimentos sociais nesse processo e descrever as reformas agrárias no Estado de Mato Grosso do Sul. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela revisão bibliográfica, de natureza qualitativa.

PALAVRAS - CHAVE: Reforma Agrária. Movimentos Sociais. Mato Grosso do Sul. Assentamentos. Trabalhador Rural.

FROM SOCIAL MOVEMENTS TO THE CONQUEST OF EARTH: THE FIGHT FOR AGRARIAN REFORM IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The struggle for land in Brazil is caused by the great existing concentration of land, resulting from the legacy left by the colonizers, privileging the latifundium and monoculture, privileging a certain group and excluding others. Agrarian Reform is a broad and complex issue because, on the one hand, we have a dominant group that owns the landowners and on the other, the social movements that claim that the land is unproductive, subject to occupation and, consequently, to land reform. It is in this impasse that conflicts often arise. Therefore, this work presents the results of a research about agrarian reform and the relevance of social movements in this process. Its general objective is to point out the importance of social movements in the struggle for land reform. Its specific objectives are to contextualize agrarian reform in Brazil, to point out the importance of social movements in this

process and to describe agrarian reforms in the State of Mato Grosso do Sul. To achieve the proposed objectives, a qualitative bibliographic review was chosen.

KEYWORDS: Agrarian Reform. Social movements. Mato Grosso do Sul. Settlements. Rural worker.

1 | INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária do Brasil é uma herança histórica que ainda permanece nos mesmos moldes da colonização. Enquanto os latifúndios ampliaram seu poder com o apoio do Estado, os agricultores foram expropriados, ocasionando à exclusão social, intensificando a necessidade de lutar pela terra, mediante a discrepância dessa realidade.

Diversas tentativas frustradas foram realizadas com o intuito de promover a reforma agrária, entretanto, muito pouco foi feito a favor dos trabalhadores rurais. Mesmo com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 70 pouca evolução ocorreu na estrutura fundiária do país.

Na realidade, mais de 500 anos após o início da colonização do país, os grandes latifundiários e empresários permanecem com privilégios e domínio da maior parte das terras brasileiras, em contra partida, os trabalhadores rurais carecem de apoio e políticas voltadas a reestruturação fundiária.

Nesse contexto, surgiram novos movimentos sociais para contrapor o modelo enraizado e redimensionar a luta pelas terras. Entretanto, esse embate provocou um verdadeiro massacre de trabalhadores rurais sem a interferência do Estado, que permaneceu na letargia.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é de apontar a importância dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Seus objetivos específicos consistem em contextualizar a reforma agrária no Brasil, apontar a importância dos movimentos sociais nesse processo e descrever as reformas agrárias no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para alcançar os objetivos propostos, bem como compreender o universo investigado, a metodologia utilizada é de revisão bibliográfica, pois conforme orienta Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44) “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, de natureza qualitativa.

2 | A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Ao analisar a história econômica do Brasil é possível constatar que a estrutura fundiária baseada em latifúndios se iniciou na concessão de terras denominadas sesmarias por Portugal a exploração de atividades econômicas de monocultura (cana de açúcar, algodão, arroz) com objetivo de povoar o território brasileiro e evitar invasões (RIBEIRO,

2019).

Conforme a autora, o Brasil guarda raízes implantadas desde o processo de ocupação que iniciou no regime das Sesmarias que fez a divisão do território brasileiro entre a monarquia portuguesa. Esse regime consistia na doação gratuita de terras para aqueles que possuíam condições de cultivá-las, entretanto, esse regime foi implantado no Brasil sem considerar as particularidades da nova terra.

Esse sistema permaneceu até 1822 quando entrou em vigor a Constituição Imperial de 1824 que já resguardava a propriedade privada. A lei nº 601 foi promulgada em 1850 e ficou conhecida como a Lei de Terras que transformava as terras devolutas em monopólio do Estado que era controlado pela forte classe de fazendeiros (FERNANDES, 2017).

A pesquisadora explica que:

A Lei de Terras irá provocar inúmeras mudanças na forma de acesso à terra, que será através da compra, beneficiando as pessoas de maior poder aquisitivo e transferindo a renda capitalizada do escravo para a terra. Será também em meados do século XIX que, devido às pressões inglesas, ocorrerá a proibição do tráfico negreiro, pois havia interesse da Inglaterra em expandir seu mercado consumidor, já que a Revolução Industrial estava sendo iniciada (FERNANDES, 2017, p. 59).

A partir dessa lei, o Brasil redefiniu o acesso às terras, transferindo o domínio territorial para particulares e aos que já possuíam terras foi concedido um prazo para regularização da posse. Essa lei determinou ainda que o único meio de comprar terras seria por pagamento em dinheiro, sendo que os lotes deveriam ser vendidos publicamente e a um valor mínimo fixado, o que excluía escravos e indígenas.

Martins (2000) explica essa mudança de controle do Estado sobre a propriedade rural com a Lei de Terras:

Com isso, transferia seus direitos e suas responsabilidades sobre o uso da terra aos proprietários privados e entregava ao mercado a dinâmica da distribuição e redistribuição da terra. O Estado abria mão de arrecadar sem indenização as terras não utilizadas pelos seus senhores – abria mão do seu senhorio sobre o território (MARTINS 2000, p. 136).

Entretanto a Lei de Terras não atingiu um de seus objetivos básicos que era demarcar as terras devolutas, ou como afirmam alguns pesquisadores, discriminar terras públicas e privadas e isto aconteceu por dois motivos principais, conforme aponta Osorio (2007):

Primeiro porque a regulamentação deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação. Só depois que os particulares tivessem declarado ao Estado, medindo e demarcando as terras que ocupavam e que este deduziria o que lhe restara para promover a colonização. Em segundo lugar, a Lei não foi suficiente clara na proibição da posse. Embora esta constasse no artigo 1º., outros dispositivos levavam a supor que a “Cultura efetiva e a moradia habitual” garantiriam qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A combinação desses

dois elementos teve como consequência que a Lei servisse, no período de sua vigência e até bem depois, para regulamentar a posse e não estancá-la (OSÓRIO, 2007, p. 63)

Essas mudanças causadas pela Lei de Terras promovem uma reflexão sobre as consequências históricas das Sesmarias, uma delas é a influência negativa na formação agrária e no povoamento do território brasileiro, gerando vícios no sistema fundiário que permanecem até a atualidade (SANTOS, 2007).

Segundo o pesquisador, os resultados da política agrária das Sesmarias foram a formação de extensas propriedades, monoculturas de produtos para exportação, utilização de um modelo de agricultura predatória e a concentração de terra, que fortalece o poder político-econômico dos proprietários.

Martins (2000) conta que com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, a questão foi regulamentada no Art. 83 que estabelecia que “continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regime no que explícita ou implicitamente não forem contrários ao sistema de governo firmado pela Constituição e aos princípios consagrados”

Vários decretos foram publicados após a Constituição de 1891 para regulamentar a propriedade sobre a terra, porém, essas novas reconfigurações foram insuficientes para provocar modificações que poderiam beneficiar a distribuição fundiária no Brasil, ao contrário, no período republicano as terras devolutas se tornaram domínio dos Estados, o que consequentemente multiplicou a grilagem (OSORIO, 2007)

Conforme a pesquisadora, esse modelo é garantido pelo coronelismo que alcançou o auge na República Velha (1889-1930) e teve como característica a concentração do poder nas mãos de “um grande fazendeiro”, senhor de engenho próspero ou “um dono de latifúndio”. Por seu poder, “o coronel” era considerado um poderoso de quem todos eram submetidos.

Ribeiro (2019, grifos da autora) destaca que a dominação dos coronéis é explicada pelo fato deste deter o poder político, jurídico e legislativo do município que lhe cabia. A configuração social consistia na distinção entre o dominante identificado pelo posto militar (major ou coronel) e os dominados que recebiam o nome de “cria” ou “gente” do coronel que viviam em carência material e recorriam ao poderoso em caso de necessidade.

O cenário permanece inalterado, sem mudanças significativas na esfera agrícola/agrária que permanece concentrada e excludente, sendo agravada pela crise financeira mundial de 1929. Após a década de 30 o Brasil deixou de ser uma sociedade agroexportadora e para se tornar uma sociedade com característica urbana-industrial.

Nitidamente se vislumbra que industrializar intensifica o êxodo rural e, consequentemente, a urbanização. Ao combinar a estrutura fundiária existente (altamente concentrada) com a modernização do campo, foi inevitável a ocorrência da migração (RIBEIRO, 2019, P. 78).

Com o término da ditadura Vargas inicia outra fase da luta camponesa, que marcada pela consciência de classe, recebeu apoio de importantes lideranças políticas. A conjuntura política da década de 50 abriu espaço para a mobilização rural por reforma agrária, fazendo surgir diversas organizações agrárias (FERNANDES, 2017).

Explica Santos (2007) que a questão da reforma agrária é uma discussão antiga no país, porém, essas discussões se intensificam no final na década de 50 em virtude do rápido avanço da urbanização e do crescimento industrial, período em que a sociedade passou a debater a questão fundiária.

De acordo com Ribeiro (2019) um olhar de atenção foi lançado para as disparidades regionais do país e as secas da região Nordeste, ao surgirem movimentos sociais pleiteando a mitigação do subdesenvolvimento em âmbito nacional e regional. No governo de Juscelino Kubitschek foram realizadas intervenções para o desenvolvimento econômico da Região Nordeste, criando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Já o governo João Goulart (1961-1964) acirrou os debates ao anunciar a reforma agrária como proposta de governo. Assim como hoje, a questão agrária era considerada um tabu pela elite brasileira e quem levantasse o discurso com abordagem neste assunto, era chamado de comunista. Portanto, o conjunto de reformas de base do Governo João Goulart, em que Reforma Agrária se sobressaía, acabou provocando o golpe militar, por considerar a reforma uma ameaça aos privilégios de uma minoria.

Com o golpe militar o Brasil retrocedeu, uma vez que os projetos implantados por este regime causaram o aumento da desigualdade social e a concentração da renda, levando a maioria da população à miséria, aprofundando a concentração fundiária e o êxodo rural (SANTOS, 2007, p. 24).

Em 1970 foi realizada a fusão entre a INDA e IBRA que deu origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse acontecimento foi alvo de duras críticas: a Lei da Terra não consolidar, de fato a reforma agrária tão necessária e desejada. A frustração também se estendeu ao INCRA pelo fato de colonizar novas áreas do que efetivamente reformar a estrutura fundiária do Brasil (MARTINS, 2000).

O pesquisador aponta que por meio do discurso de modernização, os militares só fizeram agravar os problemas agrários, econômicos. A aliança entre militares, latifundiários e empresários favoreceu um modelo para desenvolver o meio rural, privilegiando a agricultura monocultora em detrimento da agricultura familiar e dessa forma o país se transformou em um paraíso para os latifundiários, que ocuparam novas áreas e obrigou os trabalhadores rurais a migrarem para outras regiões do país.

As transformações causadas pela modernização da agricultura agravaram a tensão no campo e para administrar essa tensão, o governo lançou o discurso de espaços vazios, tendo como proposta a remoção dos trabalhadores rurais para a Amazônia, sem avançar na estrutura fundiária. Isto não ocorreu, pois, as terras desabitadas foram doadas aos grandes empresários que detinham o apoio financeiro e novamente o Estado atendeu dos

interesses do empresariado utilizando a bandeira da Reforma Agrária (SANTOS, 2007).

A colonização da Amazônia foi dirigida pelo INCRA entre os anos de 1970 e 1974 inicialmente com os colonos vindos do Nordeste que posteriormente abandonaram seus lotes em razão da falta de estrutura.

Além disso, a capacidade de controle do INCRA não deu conta do fluxo populacional de migrantes, surgindo Assentamentos sem nenhuma assistência aos colonos, no final da década de 1970 e início de 1980. Dessa maneira, os resultados desse projeto de colonização foram parciais, pois o contingente populacional incorporado neles não contemplou a demanda de famílias que se direcionou para a área e não foi capaz de resolver os conflitos de terra existentes na Amazônia entre grileiros, posseiros, seringueiros e indígenas (FERNANDES, 2019, p. 64).

Ainda de acordo com Fernandes (2019) até meados da década de 80, no fim da Ditadura Militar, houve um crescimento das ocupações de terras e da opressão contra a atuação dos movimentos sociais. Esse período foi marcado pela violência no campo e assim permanece até os dias atuais.

O grande avanço na reforma agrária veio com a promulgação da Constituição Federal da República de 1988, principalmente no que diz respeito à política agrícola e reforma agrária. Seu artigo 184 descreve que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Oliveira (2015) destaca que durante o governo Collor (1990/1992) fixou a meta de assentar 500 mil famílias, entretanto, isto não passou de mera propaganda eleitoral. Na realidade, este período foi de desmobilização e de retrocesso nas ações iniciadas anteriormente referentes a crédito, assentamento e desapropriação de terra.

3 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Santos (2007), as mudanças causadas pela promulgação da Lei de Terras mencionadas no tópico anterior, promovem uma reflexão sobre as consequências da estrutura fundiária concentrada que deu início a uma realidade social permeada pela pobreza e exclusão. Assim, a partir do final do século XIX emergem os Movimentos Sociais de luta pela terra que se intensificaram no século XX com o surgimento das primeiras revoltas no campo e o impulsionamento dos conflitos sociais pelo descaso da classe dominante para com a miséria da população.

Em sua abordagem Lopes (2012) aponta que:

Os movimentos sociais constituem tentativas fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. E que, nos movimentos sociais, encontram-se presente os seguintes elementos: "existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos (LOPES, 2012, s/p.)

Ao avaliar a situação do meio rural no Brasil, Fernandes (2009) permite a inferência de que constituição dos movimentos sociais da atualidade como consequência estrutural do processo de modernização do campo que gerou concentração e especulação de terras inexploradas, expulsão dos trabalhadores rurais, violência institucionalizada e deterioração das condições de vida da população rural.

Ao contrário da crença popular, os movimentos sociais não surgem por acaso, mas sim pela insatisfação das camadas sociais provocadas pela subordinação e opressão das classes dominantes que detém o poder, bem como pela inércia do Estado que não provém as mínimas garantias de direitos sociais (FERNANDES, 2009).

Lopes (2012) explica que desde o período Brasil-Colônia já havia movimentos de negros e indígenas que se mostraram resistentes aos domínios impostos, todavia, por ordem da Coroa, foram perseguidos e até executados. Um exemplo deste momento marcante foi a revolta realizada pelo Quilombo dos Palmares que ofereceu resistência por um longo período, mas não resistiu a força dos detentores das Sesmarias.

No século XIX registrou-se diversos movimentos de camponeses como Canudos, Contestado, que tiveram início com os posseiros que possuíam um certo grau de consciência e a partir de então, a luta pela reforma agrária e pela justa distribuição de terras no Brasil ganha dimensão. A seca da Região Nordeste fez surgir Movimentos Sociais cobrando ações efetivas para solucionar o subdesenvolvimento a nível regional e nacional.

Inserida nesse cenário de industrialização e urbanização, identifica-se o surgimento das Ligas Camponesas, resultado de uma manifestação nacional diante das injustiças presentes no campo, seja com relação aos camponeses, seja com relação aos trabalhadores rurais assalariados (RIBEIRO, 2019, p. 79).

As primeiras Ligas foram fundadas em 1945 com o apoio do Partido Comunista e severa oposição da Igreja Católica e duraram pouco, sendo extintas e recriadas em 1955. As Ligas tiveram sua organização desfeita a partir do Golpe Militar de 1964 que assumiu uma postura repressiva com as mobilizações (CAMARGO, 2004)

Conforme o pesquisador, a partir das Ligas Camponesas surgiram outros movimentos sociais ligados à questão da luta pela terra, entre elas destacam-se:

- A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) criada pelo Partido Comunista em 1954 que atuou nas Regiões Nordeste e Sul (exceto Pernambuco e Rio Grande do Sul) com o intuito de viabilizar uma aliança entre camponeses e operários;

- O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) surgiu no final dos anos 50 e atuou até 1964 e era formado por peões, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados das granjas;

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em 1962 para defender os trabalhadores rurais na agricultura;

- Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 e atuava em conjunto com a Igreja Católica nas comunidades rurais e nas periferias das cidades durante o período da ditadura militar;

Atualmente, existem mais de setenta movimentos sociais rurais no Brasil que atuam na luta pela reforma agrária, conforme apresenta o quadro 1.

Nº	SIGLA	DENOMINAÇÃO
1	APR	Animação Pastoral Rural
2	C.I.M.I	Comissão Indígena Missionária
3	CCA	Cooperativa Central de Reforma Agrária
4	CDJBC	Centro Dom José Brandão de Castro (ex-CPT)/SE
5	CAR	Central dos Assentados e Acampados do Estado de Roraima
6	CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
7	CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
8	COMASSES	Comissão de Assentados do Espírito Santo
9	CPIS	Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Sul
10	CPR	Comissão Pastoral Rural
11	CPT	Comissão Pastoral da Terra
12	CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
13	CUT-RURAL	Central Única dos Trabalhadores
14	DETR	Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (CUT)
15	FEDADEF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do FD e Entorno
16	FETACRE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
17	FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
18	FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
19	FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
20	FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
21	FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
22	FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
23	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
24	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
25	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
26	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
27	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia

28	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
29	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
30	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Amazonas
31	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
32	FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
33	FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
34	FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Sergipe
35	FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
36	FS	Força Sindical
37	FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento do São Francisco
38	GTA	Grupo de Trabalhadores Amazonenses
39	LCP	Ligas dos Camponeses Pobres
40	LOC	Liga Operária Camponesa
41	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
42	MARA	Movimento de Apoio a Reforma Agrária
43	MAST	Movimento de Agricultores Sem Terra
44	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
45	MCC	Movimento de Camponeses de Corumbiara
46	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
47	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
48	MLST de Luta	Movimento Libertação dos Sem Terra
49	MLT	Movimento de Luta pela Terra
50	MLT/STR	Movimento Luta pela Terra
51	MNMTR	Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
52	MORAL	Movimento Organizado pela Reforma Agrária e Liberdade
53	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
54	MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
55	MSBSF	Movimento Social Brasil Sem Fome
56	MTST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
57	MSTI	Movimento dos Sem Terra Independente
58	MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais Ligado à Associação Comercial de Trabalhadores Rurais de João Pinheiro
59	MSTT	Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã
60	MT	Movimento dos Trabalhadores
61	MTB	Movimento dos Sem Terra
62	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
63	MTRB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros
64	MTRS	Movimento dos Trabalhadores Rurais do Município de Sidrolândia
65	MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

66	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil
67	OTL	Organização Terra e Liberdade
68	PUC	Pólo da Unidade Camponesa
69	SINPASA	Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados
70	SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
71	SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
72	UNI	União das Nações Indígenas do AC e do Sul do Amazonas

Quadro 1 - Organizações; Movimentos Sociais; Produtores Rurais; Quilombolas e Índios

Fonte: Oliveira (2015)

Oliveira (2015) destaca que em 1984 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) no Paraná inaugurando novas perspectivas na luta pelo acesso à terra. Esse movimento é de caráter político e popular composto por migrantes, pequenos agricultores, meeiros e posseiros atingidos que se uniram e se organizaram para lutar pela distribuição justa da terra e pela reforma agrária, e assim combater o capital e construir uma sociedade sem exploração.

O MST entende a reforma agrária como uma questão social e não agrícola que tem, entre outros, os seguintes objetivos: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social e igualdade de direitos. Esse movimento social almeja a transformação da sociedade, na qual a distribuição de terras é apenas uma etapa desse projeto global. A luta pela terra, encabeçada pelo MST, continua pelo País com o lema "ocupar, resistir e produzir". O Estado reage contra o MST com violência, tratando-o como "caso de polícia". Essa realidade espalha-se pelo país, de modo que, onde há uma forte atuação do MST, as desapropriações de terras e criação de novos assentamentos rurais foram intensificadas (FERNANDES, 2017, p. 66).

O MTST é o movimento social pela reforma agrária mais conhecido e na sua constituição foram apontados os objetivos para servirem de base para as suas ações, conforme elenca Camargo (2004):

- Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- Ser um movimento autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- Organizar os trabalhadores na base;
- Estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político;
- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; e

- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

A principal bandeira de luta do MTST é a reforma agrária, concebida pelo movimento como instrumento capaz de corrigir a herança histórica que é problemática no campo. Abrir caminho para um novo modelo de desenvolvimento baseado em meios de produção democráticos, entre eles a terra. O movimento defende que um dos principais objetivos da reforma agrária deve ser a extinção dos latifúndios (RIBEIRO, 2019).

Ao longo dos anos o MTST se expandiu para todo o território nacional, ampliando a ocupação de terras, provocando impactos políticos que tornaram os sem-terra, protagonistas na luta pela democratização da terra e no enfrentamento do Estado. De acordo com Fernandes (2009) há três tipos de ocupação:

a) das terras de trabalho reconquistadas. Aquelas que estavam, há décadas, ocupadas por posseiros, mas encontram-se em litígio, reclamadas por latifundiários e grandes empresas agropecuárias, que expulsam as famílias trabalhadoras rurais;

b) Terras devolutas, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, geralmente em áreas de fronteira, cujas terras passam a ser objeto de grilagem por grandes proprietários de terras; e

c) Ocupação de latifúndios (FERNANDES, 2009, p. 57)

O MTST atua com várias estratégias de luta que pode ocorrer de forma isolada ou simultânea, entre elas, a ocupação de prédios públicos e marchas ou caminhadas que pressiona o Estado a abrir negociações com os trabalhadores. O movimento sustenta que as ocupações não caracterizam crime e sim uma forma de acelerar o processo da reforma agrária assim como já ocorreu em outros períodos da história do Brasil (CAMARGO, 2004).

Segundo o autor, ao contrário do pensamento introjetado na sociedade brasileira, o MST não pode ser visto como um grupo de desordeiros, anarquistas ou de pessoas que não querem trabalhar, mas sim reconhecidos como pessoas menos favorecidas, que lutam por um espaço para se viver e trabalhar.

4 | OS ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL

Até aqui foi possível compreender que a luta pela reforma agrária não é recente, assim como os movimentos sociais. Foi por meio da pressão dos trabalhadores rurais excluídos que surgiram os assentamentos rurais pelo Brasil, ainda que timidamente, em processo lento e beneficiando poucas famílias se compararmos a proporção quanto ao número de famílias sem-terra cadastradas ao número de famílias assentadas.

Em Mato Grosso do Sul (MS) o número total de famílias assentadas 32.280 e o total de assentamentos rurais é de 206 ocupando uma área total de 716.212,19 hectares (ha). O primeiro assentamento de famílias sem-terra foi o Assentamento

Tamarineiro no Município de Corumbá com capacidade para 157 famílias e atualmente conta com 154 famílias assentadas com área total de 718.147 ha (INCRA, 2020).



Figura 1 - Localização Geográfica de Mato Grosso do Sul

Fonte: Google (2020)

O quadro 2 apresenta informações sobre os assentamentos rurais nos municípios de Bodoquena, Anastácio e Anaurilândia:

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Bodoquena	Sumatra/ Campina/Canaã	218
Amambaí	Sebastião Rosa Da Paz/Guanabara/Magno Oliveira	146
Anastácio	Marcos Freire/Monjolinho/São Manoel	606
Anaurilândia	Santa Irene/Santa Ana/Esperança/Barreiro	907
Angélica	Angélica	105
Aquidauana	Indaia I – CUT/Indaia II – FAF/Indaia III – FETAGRI/Indaia IV - MST	243
Aral Moreira	Santa Catarina	78
Bonito	Guaicurus/Santa Lúcia	152
Bataguassu	Santa Iara/ Montana/ Aldeia/ Santa Paula /Aruanda	579
Bodoquena	Serra Alegre	78
Brasilândia	Pedra Bonita	37
Bataiporã	São Luiz/São João/Mercedina	207
Bela Vista	Itá/Tupanceretan/Caracol/Ressaca/Nery RamosVolpatto	464
Caarapó	Nossa Senhora do Carmo	41

Campo Grande	Conquista/Estrela Campo Grande/Três Corações	269
Chapadão do Sul	Sucuriu/Aroeira/Mateira	387
Corguinho	Rancho Alegre/ Torre de Pedra/ Corguinho/ Liberdade Camponesa	236
Corumbá	Tamarineiro/ Urucum/ Mato Grande/ Taquaral/ Tamarineiro II/ Paiolzinho/ São Gabriel	1.218
Dois Irmãos Do Buriti	Santa Amélia/Paulo Freire/Piúva V	241
Dourados	Lagoa Grande/Amparo	212
Eldorado	Floresta Branca	182
Glória de Dourados	Aimoré	37
Guia Lopes da Laguna	Retirada da Laguna/Rio Feio	162
Iguatemi	Nossa Senhora/Auxiliadora/Rancho Loma/ Colorado	383
Ivinhema	São Sebastião	96
Itaquiraí	Indaiá/Sul Bonito/Santa Rosa/Guaçu/Tamakavi/Aliança/ Boa Sorte/Lua Branca/Santo Antonio/Itaquiraí/Foz do Rio Amambai/Caburéy	2.632
Japorã	Savana/Indianópolis/Jacob/Princesa do Sul	516
Jaraguari	Primavera/ Estrela Jaraguari/ Colônia Agroecológica Aspargo	268
Jardim	Guardinha/Recanto do Rio Miranda	101
Jateí	Nova Esperança	83
Juti	Santa Clara II/Reassentamento/Novo Panambizinho	125
Ladario	72	83
Maracaju	Santa Guilhermina/Cantagalo/Valinhos/São Francisco	358
Miranda	Tupambaê/Bandeirante	134
Mundo Novo	Pedro Ramalho	87
Naviraí	Juncal	110
Novo Horizonte do Sul	Novo Horizonte	678
Nova Andradina	Casa Verde/Teijin/São João/Santa Olga	1.856
Nioaque	Nioaque/Andalucia/Colônia Nova/Padroeira do Brasil/Palmeira/Uirapuru/Boa Esperança/Areia	1.411
Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada/Pam/Bebedouro/Sucesso/Santa Luzia/Volta Redonda/Volta Redonda/Ranildo da Silva	763
Paranaíba	Serra	111
Paranhos	São José do Jatobá/São Cristovão/Vicente de Paula Silva/Beira Rio/Cabeceira do Rio Iguatemi	192
Ponta Porã	Corona/Dorcelina Folador/Boa Vista/Nova Era/Itamarati I e II CUT/ Itamarati I e II FETAGRI/ Itamarati I e II MST/ Itamarati I e II FAF/ Aba da Serra I, II, III.	3.005
Ribas do Rio Pardo	Pedreira/Mutum	348
Rio Brilhante	Triângulo/Fortuna/Taquara/São Judas/Bonsucesso/Fortaleza/ Margarida Alves/ Silvio Rodrigues/Lagoa Azul	511

Santa Rita do Pardo	Córrego/Dourado/São Thomé/Avaré – FETAGRI/Avaré - CUT	407
Selvíria	Alecrim/Canoas/São Joaquim	436
Sidrolândia	Vista Alegre/Capão Bonito/Capão Bonito II/Capão Bonito III/São Pedro/Vacaria/Gibóia/Geraldo Garcia/Santa Terezinha/Terra Solidária/Barra Nova/Barra Nova – Fetagri/Eldorado Parte Terra Solidária II/Eldorado/Eldorado II/João Batista/Nazareth/Alambari – FETAGRI/Alambari – FAF/Alambari – CUT/Altemir Tortelli	4.002
Tacuru	Santa Renata/Água Viva/Vitoria da Fronteira	476
Taquarussu	Bela Manhã	102
Terenos	Campo Verde/ Patagônia/ Nova Querência/ Paraíso/ Santa Mônica - FETAGRI/Santa Mônica – CUT/ Santa Mônica –MST/ Ouro Branco/ Sete De Setembro	1.392

Quadro 2 - Assentamentos por Município de MS

Fonte: Brasil (2017)

Analisando o quadro 2 é possível observar que o quantitativo de assentamentos e de famílias assentadas que pode transmitir a ideia de que estes números são grandes, entretanto, quando se analisa o quantitativo de terras no estado de Mato Grosso do Sul, com o número de assentamentos e de famílias assentadas, é perceptível a disparidade e injustiça na distribuição de terras.

Os dados apontam que a estrutura fundiária de MS é concentrada em virtude do processo histórico de apropriação das terras marcado pelo latifúndio da pecuária extensiva e do agronegócio. No oeste do estado, a maior concentração de terras está localizada na região do Pantanal, geralmente destinada a criação de bovinos. No Centro-Sul do estado a concentração de terra é expressiva, sendo nessa região onde ocorre o maior número de conflitos entre grileiros, latifundiários, camponeses e indígenas (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Nesta região também se concentra o maior número de assentamentos e de reservas indígenas. Os movimentos indígenas lideraram o número de ocupações no estado de MS entre os anos de 2010 a 2016, totalizando 161 ocupações, seguido da CONTAG com 54 ocupações e do MTST com 53 ocupações que juntas somaram 30.940 famílias (DATA LUTA, 2017).

Ainda de acordo com o Data Luta (2017) na Região Leste há uma grande concentração fundiária em que a monocultura do eucalipto e instalação de indústrias de papel e celulose modificou as pastagens e expulsou os trabalhadores rurais dessa região.

5 | METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, foi desenvolvida a partir de

materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, foi utilizado como fonte de dados a plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o (Ibict) que desenvolve e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe uma breve abordagem sobre a reforma agrária, os movimentos sociais e os assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul. O estudo alcançou seu objetivo principal ao apresentar o processo histórico dos movimentos sociais na luta pela terra.

A pesquisa permitiu compreender que os movimentos sociais desempenham um papel político, enfrentando o poder público, tirando-o da letargia. Seja por ocupações ou por marchas, os movimentos sociais provocam debates e discussões, cobrando ações do Estado pela justa distribuição de terras e moradias.

A estrutura fundiária do Brasil não sofreu modificações ao longo dos séculos, a favor dos menos favorecidos, mas sempre privilegiando os grandes latifundiários e empresários. Para não perder seus privilégios, sempre se utilizaram de conflitos armados com os trabalhadores rurais e indígenas que resultam em mortes e expulsão.

Mato Grosso do Sul avançou nos assentamentos rurais e isto se deve aos movimentos sociais e os embates travados ao longo dos anos. Todavia, ainda há muito para ser feito, sobretudo a conscientização de que os trabalhadores rurais querem uma distribuição justa de terras, sendo estas devolvidas aos que desejam apenas moradia e meios de produzir o seu sustento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal da Republica**. Brasília-DF. 1988.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 03 de fev de 2020.

CAMARGO, Maria Auxiliadora Castro. **Sobre a função social da propriedade e a dignidade humana.** In: BARROSO, Lucas Abreu; PASSOS, Cristiane Lista (Coords.). Direito Agrário Contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DATAUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil. 2017. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil.pdf> Acesso em 30 de jan de 2020.

FERNANDES, Maria José Costa Fernandes. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista Geointerações**, v.1, n.1, p.55-67, jan./jun. 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **O MST no Contexto da Formação Campesina no Brasil.** In: STROZAKE, Juvelino Jose (Org.). A Questão Agrária e a Justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2009.

GOOGLE. Mapa de Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://www.google.com/search?q=MATO+GROSSO+DO+SUL&sxsrf=ALeKk03WHA_JmyA:1582137815437&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwju7Tot7nAhVRILkGHUGwDfkQAUoAnoECBgQBA&biw=1366&bih=657#imgrc=Oopy26IDO_nQqM> Acesso em 30 de jan de 2020.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. História dos Movimentos no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. 2012. Disponível em:< <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2181-historia-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar>> Acesso em 15 de jan 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. Editora Atlas. São Paulo. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro). Disponível em: < <http://www.semagro.ms.gov.br/>> Acesso em 01 de fev de 2020.

OLIVEIRA, Marcelo COSTA de. **Uma experiência de Reforma Agrária no Brasil:** Um sonho possível?! A luta dos trabalhadores do assentamento Prefeito Celso Daniel em Macaé (RJ) pelo direito a terra. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal Fluminense. Rio das Ostras. 2015.

OSÓRIO, Ligia Maria. **Terra, Direito e Poder:** O latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/aba/boletins/b27/04.htm>> Acesso em 23 de jan de 2020.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Revista REBELA**, v.9, n.1. jan./abr. 2019.

SANTOS, Gilberto Alves. **A reforma agrária para democratização do acesso à terra.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia. Cacoal/RO. 2007.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Fabrcio Lemos de Siqueira Mendes

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Turismo
Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/7245720087255239>

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Programa de Pós-Graduação em Direito e
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Faculdade de Direito
Curitiba – PR; Corumbá – MS
<http://lattes.cnpq.br/5643937428603466>

RESUMO: O interesse na fauna amazônica é datado desde a chegada dos portugueses no Brasil. Com isso, houve uma grande divulgação dos Animais Silvestres (AS), tanto para o mercado externo, como para o mercado interno. Na contemporaneidade amazônica, os AS são de grande importância na dieta alimentar de várias cidades da região. Entretanto, são caçados e apreendidos ilegalmente na floresta para consumo e para posse, quando são tratados indevidamente como animais de estimação. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo caracterizar a atuação estatal a partir da aplicação de multas, assim como dos valores respectivos voltados à prevenção da caça e posse ilegal dos AS. A metodologia foi realizada com base no levantamento de dados

e na análise documental do órgão competente estatal, qual seja, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/PA). Desse modo, foram solicitados os Relatórios de Auto de Infração (RAI) do Estado do Pará aplicados no período de 2009 a 2012. Como resultado, a pesquisa comprovou que no ano de 2010 o IBAMA aplicou o maior número de multas referentes à apreensão ilegal de AS. Já com relação aos valores, o ano de 2011 foi o que se encontrou maior soma muito embora não tenha sido possível identificar se tais valores foram revestidos em prol de políticas ambientais que visem dizimar a prática ilegal. Com isso, concluiu-se que o Estado não deve apenas aplicar a penalidade através das multas, mas também da implementação de programas preventivos de educação e conscientização ambiental e políticas públicas ambientais como forma estratégica de controle das ilegalidades advindas da apreensão dos AS.

PALAVRAS - CHAVE: Estado; Animais Silvestres; Amazônia; Políticas Públicas.

ANALYSIS OF THE OPERATION OF THE STATE OF PARÁ IN RELATION TO SEIZURES OF WILD ANIMALS IN THE AMAZON

ABSTRACT: Interest in the Amazon fauna has been dated since the arrival of the Portuguese in Brazil. Thereby, there was a great disclosure of Wild Animals (WA), both for the external market and for the domestic market. In the contemporary Amazon, WA are of great importance in the diet of several cities in the region. However, they are hunted and seized illegally in the forest for

consumption and possession, when they are improperly treated as pets. In this context, the present study aims to characterize state action from the application of fines, as well as the respective values aimed at preventing hunting and illegal possession of AS. The methodology was carried out based on data collection and documentary analysis by the competent state body, the Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/PA). Thus, the Reports of the Notice of Infraction (RNI) of the State of Pará, from 2009 to 2012, were requested. As a result, the survey showed that in 2010 IBAMA applied the highest number of fines related to the illegal seizure of WA. Regarding the values, 2011 was the year that found the largest sum even though it was not possible to identify whether these values were covered in favor of environmental policies that aim to decimate illegal practice. It was concluded that the State should not only apply the penalty through fines, but also through the implementation of preventive environmental education and awareness programs and public environmental policies as a strategic way of controlling the illegalities arising from the apprehension of the WA.

KEYWORDS: State; Wild animals; Amazon; Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

Do ponto de vista teórico, os Animais Silvestres (AS)¹ têm estado sempre presente nas discussões sobre biodiversidade, conservação e sustentabilidade nas décadas mais recentes e na contemporaneidade. Conforme proposição da Organização das Nações Unidas (ONU), não apenas têm-se disseminado o debate e as produções acadêmicas, mas, também, o Estado está a ampliar suas ações quanto à conservação e à aplicação dos instrumentos de combate ao comércio ilegal e a outras práticas criminosas a respeito.

Além disso, sabe-se que desde a chegada dos portugueses no Brasil, no ano de 1500, a fauna e a flora vêm despertando interesses internacionais, uma vez que a biodiversidade brasileira é rica e preciosa, isto além da beleza ímpar de muitas espécies (BELTRÃO; BELTRÃO, 1992; CASTRO, 2005; CASTRO; PINTON, 1997; OLIVEIRA, 2003; SIMONIAN; FENZEL, 2005). Porém, no entendimento de Bueno (1998), a fauna brasileira é comercializada ilegalmente, principalmente para atender aos mercados estrangeiros, realidade que trouxe ao país, no século XVI, o título de “terra dos papagaios”.

O Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica (BRASIL, 1998) ressalta que o Brasil é o detentor da diversidade biológica maior do planeta. Segundo Mittermeier *et al.* (2003), esta informação tem por base o Relatório da *Conservation Internacional*, onde afirma-se que o Brasil é o país mais rico quanto à megadiversidade, detendo aproximadamente 15% do número de espécies do planeta. No entanto, tal biodiversidade pode estar sob ameaça, uma vez que modificações diversas estão sendo feitas no *habitat* amazônico e este fator é considerado um dos responsáveis maiores pela redução e extinção das populações de AS.

¹ Animais silvestres ou selvagens (AS) são aqueles naturais de determinado país ou região, que vivem junto à natureza e dos meios que esta lhes faculta (MARTINS, 2001).

No entendimento de Lopes (2003), a estimativa da biodiversidade do Brasil abrange cerca de 10% todas as espécies existentes no globo e calcula-se que a fauna ocupante apresenta cerca de 60% de anfíbios, 35% de primatas e répteis, e 10% de aves. Para Brasil (2008), no que tange a legislação sobre a fauna silvestre brasileira, foi a Lei nº. 5.197/67² que propriamente determinou a sua proteção. Esta Lei apresenta como objetivo tornar ilegal a caça e manutenção de AS em cativeiro. Com isso, juntamente com seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, a fauna silvestre passa a ser propriedade do Estado brasileiro; além de proibir a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Anos após a promulgação da Lei de Proteção a Fauna de 1967, autores como Rocha (1995) e Silva (1998) fazem severas críticas à mesma, enfatizando o domínio da impunidade. A aplicação da lei tem sido dispersa, falha e desatualizada, visto que uma grande parte dos casos permanece impune. E, um dos motivos do descaso à impunidade contra a fauna silvestre para Reid e Sousa Júnior (2005), é a baixa capacidade das Instituições governamentais de controle e de execução em “fazer cumprir” a lei.

Elabras (2003) documentou em seus estudos que a região norte era uma das mais atingidas pela questão em análise. Tal resultado se deve por esta região apresentar aeroportos internacionais, o que facilita a saída da fauna local. Para que isto não ocorra, nos estados brasileiros existem instituições diversas que têm por finalidade a guarda da fauna silvestre. Este esforço em conjunto é favorável à repreensão contra a ilegalidade aos AS, uma vez que, conforme Mirra (1994), o tráfico dos mesmos não respeita fronteira alguma, seja ela envolvendo o mercado interno ou o internacional.

No entendimento de Pereira e Brito (2005), vários são os animais capturados objetivando o comércio ilegal, porém as aves são as mais requisitadas pelos seus cantos e beleza. Os dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituição pública que gerencia a questão legal, corrobora com o exposto. Conforme posto em Brasil (2002), cerca de 80% dos animais capturados são pertencentes aos grupos das aves em decorrência da avifauna rica presente na América do Sul, especialmente no Brasil.

Para autores como Jerolimski e Peres (2003), Lopes e Ferrari (2000) e Peres (2000), a tratar-se de Amazônia, há uma preocupação enorme com a questão abordada, uma vez que a redução das populações de AS ocorre devido ao consumo de carne pelas populações locais (Figura 01). Lopes e Ferrari (2000) comprovaram esta realidade na parte oriental desta região, que vem sofrendo um processo de colonização intenso, o qual acelera a diminuição da mastofauna. Mas, na opinião de Lopes (2003), quando se trata de biomas brasileiros, a fauna amazônica, a pantaneira, a do Cerrado e da Caatinga, por apresentarem raras espécies, atrai a cobiça de colecionadores, caçadores, coureiros, contrabandistas e receptores.

2 A Lei em comento dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências (BRASIL, 1967).



Figura – 01: Carne de paca (*Cuniculus paca*) sendo vendida na feira-livre de Manacapuru (AM).

Fonte: MENDES, 2008.

Nesse sentido, e tendo em vista o fundamental papel das Instituições brasileiras criadas para a proteção e fiscalização ambiental, o artigo em questão tem como objetivo principal o de caracterizar a atuação estatal no Estado do Pará a partir do número de multas, assim como os valores através dos dados do IBAMA no período de 2009 a 2012. Para tanto, adotou-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, pautada no método dedutivo e na análise de dados bibliográficos e documentais enquanto técnica de investigação.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE AS NO BRASIL

No início do século XVI, Sick (1997a) informa que a Europa passou a explorar os continentes por meio dos viajantes que se sentiam orgulhosos de retornarem com animais desconhecidos para comprovar o encontro com novos continentes. Coelho (1990) relata que em 1500, dez dias após a conquista do Brasil, uma das 13 caravelas retornou à Portugal com amostras de riquezas naturais aqui encontradas. Dentre elas, aves de plumagens exuberantes.

O contato dos povos indígenas brasileiros com os europeus, durante a colonização, mudou inevitavelmente sua relação com o seu ecossistema. Com isso os colonizadores começaram a explorar intensivamente os recursos naturais e, em certos casos, passaram também a ser agentes predadores, conforme Diegues Júnior (1980) e Seeger (1982). Isso é evidenciado no trabalho de Spix e Martius (1881) em viagem pelo Brasil, no início do século XIX, os quais relataram que se depararam com índios Xavantes, ao longo do rio

Tapajós, realizando trocas de mercadorias com os viajantes, permutando caça, mel e cera de abelhas e penas de aves, por artigos de ferro e aguardente.

Polido e Oliveira (1997) indicam que por volta de 1830 e 1850, os indígenas e caboclos brasileiros, além de caçarem para a subsistência, comercializavam pele e animais vivos. Dentre os animais, estavam principalmente peixes, macacos, aves e borboletas. Para Ávila-Pires (1972), Aveline e Costa (1993), foi a partir de meados do século XIX que se iniciou a exploração comercial da fauna brasileira que, pela sua diversidade imensa, alimentava a ideia de ser abundante e inesgotável.

Nos anos de 1895 e 1896, o naturalista e zoólogo Emílio Goeldi encaminhou duas representações para protestar, junto ao governo da província do Pará, a matança de garças (*Egretta* sp.) e de guarás (*Eudocimus ruber*) na ilha do Marajó. Polido e Oliveira (1997) afirmam que esses animais tinham suas penas utilizadas em adornos de chapéus femininos. Assim, havia a exportação desses produtos principalmente para a Europa e para a América do Norte.

Para Santos (1992) e IBAMA (1996), a herança cultural herdada dos povos indígenas pela população brasileira mantém o hábito de criar AS para a estimação. Como posto por Casotti e Vieira (1991), tal realidade alvejou principalmente as aves canoras³, o que permite a manutenção desses animais por amor ou *hobby*, e um volume grande do comércio ilegal.

Giulietti *et al.* (2005) afirmam que as espécies de fauna e flora brasileiras constituíram-se em interesse de estudo de historiadores naturais europeus, cujo principal objetivo era inventariar a exploração deste patrimônio natural. Em decorrência da ação antrópica, para Martins e Santos (1999), várias espécies foram extintas e muitas ainda estão por ser e isso representa grande perda da potencialidade natural, principalmente quando se trata da biodiversidade da Amazônia.

Ferrão (2005) exemplifica o exposto acima a partir dos documentos enviados por Alexandre Rodrigues Ferreira ao Rei de Portugal datado de 02 de março de 1785 até 04 de junho de 1788. Esses documentos relacionam todos os produtos naturais dos três reinos: animal, vegetal e mineral da época. Do reino animal nesses anos, foram coletados 2.814 animais, os mais frequentes cágados e tartarugas (498) e peixes (378).

Deste modo, a chegada dos portugueses no Brasil foi de fundamental importância para as práticas que são adotadas hoje com relação ao comércio de AS brasileiros. Isso decorreu pelo o contato com os indígenas, visto que esses tinham estreita relação com esses animais, seja para subsistência, ou para eventuais xerimbabos⁴. Com isso, durante a colonização os europeus despertaram a prática de ter a posse de AS, que também é um fator importante para a perda da fauna amazônica, principalmente as aves, por ter uma

3 Aves da ordem Passeriformes. O grupo é bastante numeroso e diversificado, com cerca de 5400 espécies o que representa metade do total de aves. Geralmente, os passerídeos são aves de porte pequeno, canoras, com alimentação baseada em sementes, frutos e invertebrados

4 Palavra da língua Tupi-guarani quer dizer “coisa muito querida”. Os índios da tribo Tupinambás domesticavam os AS para tê-los como mascote.

exuberante diversidade.

3 I LEGISLAÇÕES SOBRE AS BRASILEIROS

A preocupação legislativa referente à proteção da biodiversidade brasileira está registrada desde a colonização em Cartas Régias, em Leis, em Decretos e em Regulamentos, como afirmam Aveline e Costa (1993), embora jamais tenham produzido algum efeito prático à proteção. Somente com a criação do Código Florestal, em 1921, é que se começou a dar atenção e objetividade ao assunto.

Ferreira (2002) afirma que até a década de 50, as preocupações referentes aos aspectos ambientais, no Brasil, eram somente ligadas ao saneamento, à conservação e à preservação do patrimonial natural do país. Com a criação do IBAMA, em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei n.º. 7.735, houve uma ação mais integrada no que se refere à PPA, complementa IBAMA (2009). Antes disso, conforme essa mesma fonte, haviam vários órgãos públicos⁵ que legislavam sobre a questão ambiental, localizados em diferentes ministérios e abordando diferentes visões sobre o assunto, até mesmo contraditórias. Mas, com a criação do IBAMA, as questões ambientais passaram a ser de sua responsabilidade.

No entendimento de Dal'ava (2003), o Brasil, antes da implementação das Leis Ambientais referentes à fauna, apresentava um processo de exploração sem critério nenhum, porque se acreditava que os recursos faunísticos fossem inesgotáveis. Os crimes ambientais, por exemplo, são apurados por meio de duas modalidades de procedimentos: o Inquérito Policial (IP) ou o Termo de Circunstâncias de Ocorrência (TCO) que, após concluídos, são enviados à Justiça Comum ou Federal de acordo com a competência em questão. Oliveira (2004) complementa que os crimes de menor potencial ofensivo, tratados pelo TCO, têm suas instruções e julgamentos pelos Juizados Especiais, seja na Justiça Comum ou Federal.

A respeito, Dal'ava (2003, p. 147) afirma que:

[...] a legislação brasileira sobre o meio ambiente e especificamente sobre a fauna silvestre brasileira sempre esteve na vanguarda e oferecendo meios para que os órgãos dos poderes públicos competentes pudessem ter instrumentos, embora a maioria desses ainda desconheça que possuímos mecanismos eficazes para a conservação da biodiversidade.

Segundo Mourão (2000), no aspecto jurídico, o General Humberto Castelo Branco proibiu a caça com base na Lei n.º. 5.197/67, conhecida como Lei de proteção à fauna, a qual estabelece que os animais de qualquer espécie brasileira, que vive fora do cativeiro, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado. E, portanto, não são permitidas as suas utilizações para adornos, perseguição, destruição e caça.

5 A saber, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SUDEPE) e SUPERINTENDENCIA DA BORRACHA (SUDHEVEA).

No que diz respeito às diretrizes que regem a normatização ambiental, a responsabilidade dos agentes causadores de danos ao meio ambiente pode ser julgada, simultaneamente, nas esferas civil, penal e administrativa, com a viabilidade de incidência. No mesmo sentido, de acordo com o artigo 225, parágrafo 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), há a possibilidade de os sujeitos infratores sofrerem sanções penais, independente da obrigação de reparar os danos causados.

Além disso, as ações preventivas por parte da atuação estatal que visam a participação ativa da sociedade nas demandas em prol da mitigação das ilegalidades, trazem à tona a possibilidade de denuncia às instituições públicas competentes dos responsáveis pelos delitos e as provas contra eles. Essas ações trazem benefícios às populações de animais capturadas, consumidas e/ou comercializadas ilegalmente. Mas nesses termos, as autoridades competentes precisam se empenhar e fazer cumprir a Lei, assim como empregar campanhas de educação ambiental para atender os interesses difusos.

Assim, faz-se essencial o exercício efetivo das competências ambientais outorgadas ao Poder Público, seja por meio dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, conforme a Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981) e demais legislações⁶. Resumidamente, e também pelo que se expôs, a ampliação da consciência coletiva em relação ao ambiente natural e à complexidade das demandas atuais da sociedade impõem a necessidade de um (novo) modelo pautado na existência de Instituições ativas na proteção ambiental, conforme será visto adiante na análise da atuação do IBAMA no Estado do Pará.

4 | A ATUAÇÃO DO IBAMA NO ESTADO DO PARÁ

O IBAMA é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Tendo como missão formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável é composto por 28 unidades ao longo do território brasileiro. A Superintendência do estado do Pará é sediada em Belém (PA), localizado na Travessa Lomas Valentina, n. 907. À essa unidade foi solicitada os RAI para que pudesse visualizar a sua atuação.

A solicitação ao IBAMA, decorre do período de 2009 a 2012; os RAI foram tabulados e organizados em 3 grupos: Grupo I (número de multas aplicadas), Grupo II (valor das multas aplicadas) e Grupo III (idades de atuação do IBAMA). Para esses dados, os resultados apontaram que o número de multas aplicadas em todo o Estado do Pará, no ano de 2010, foi o que mais o IBAMA aplicou multa, totalizando 147, seguida de 131 multas em 2011, e 104 em 2009. O ano de 2012 foi o que menos se aplicou multa, apenas 71 (Gráfico 1).

⁶ A exemplo do que se trata, ver a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998).

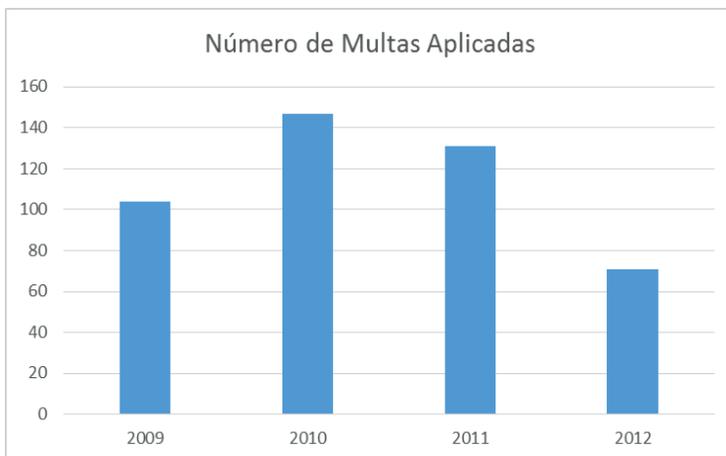


Gráfico – 01: Quantidade de multas aplicadas pelo IBAMA (PA) no período de 2009 a 2012.

Fonte: IBAMA (2009-2012).

Para os valores das multas aplicadas pelo IBAMA, o Gráfico 02 informa que o ano de 2011 foi o ano em que esses valores foram os mais altos, totalizando R\$510.745,00 e, em segundo, foi o ano de 2009 com R\$231.613,00, seguido R\$195.510,00 para 2012. Dos quatro anos analisados, o ano de 2010 foi o que obteve os menores valores de multas, R\$177.140,00.

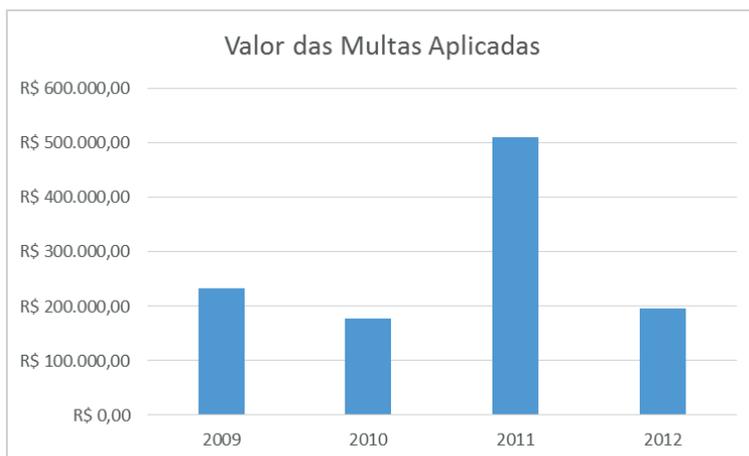


Gráfico – 02: Valor das multas aplicadas pelo IBAMA (PA) no período de 2009 a 2012.

Fonte: IBAMA (2009-2012).

Apesar da ampla atuação geográfica do IBAMA no estado do Pará, não há sazonalidade definida nas apreensões, conforme os RAI de 2009 a 2012, ou seja, elas são esporádicas e na maioria das vezes, acontecem impulsionadas por denúncias. Das 144 cidades que o estado do Pará apresenta em seu território, foram visitadas 63 (43,75%) pelo IBAMA. Na Figura 02 é possível identificar essa distribuição geográfica de atuação do IBAMA, entre esses anos.

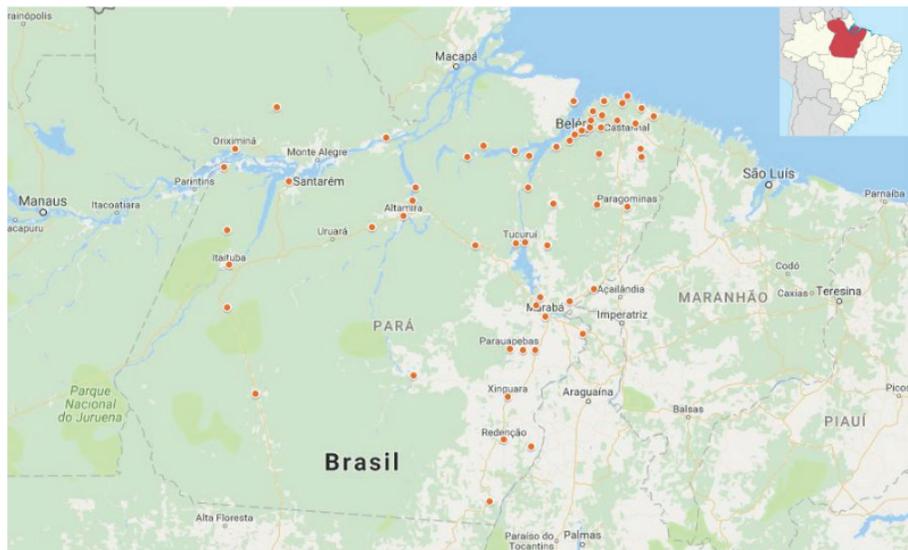


Figura – 02: Distribuição geográfica das cidades onde o IBAMA (PA) realizou atuação.

Fonte: IBAMA (2009-2012).

Com uma área de 1.247.954,320 km² o estado do Pará é o segundo maior em extensão territorial do Brasil. Seus limites são nacionais e internacionais, envolvem ao norte o Suriname e o Amapá; a leste o Maranhão e Tocantins, ao Sul, Mato Grosso, a nordeste o oceano Atlântico e noroeste Guiana e Roraima. Além disso, apresenta 144 municípios em todo seu território. Desse modo, pelas características descritas e a análise da atuação do IBAMA no estado do Pará, sua efetividade de vigilância é crítica, principalmente pelo pouco recurso humano estrutural que o órgão possui.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Estado, mais precisamente no que se refere à apreensão de AS pelo IBAMA, mostra que as multas apresentam certo número quantitativo, visto que totalizaram 453 multas nos 04 anos estudados. E, em termos de valores, foi da ordem de R\$1.115.008,00 nos 04 anos levantados. Contudo, tanto o número das multas como o de

valores é relevante para região, pois a mesma apresenta 144 municípios.

Além disso, é possível compreender que tais números poderiam ser maiores, caso a atuação do IBAMA fosse mais uniforme, e já que as ocorrências foram em 63 cidades. Do mesmo modo, percebe-se que as visitas do IBAMA são esporádicas, não apresentando certa frequência, assim como a existência de uma tendência de atuação para o nordeste paraense, e não para o oeste, pois quanto mais interioriza a floresta, menos se observa a atuação do IBAMA – o que faz-se duvidar da viabilização da respectiva atuação e a sua efetivação quando presentes as dificuldades territoriais.

No mais, ainda que de forma isolada, é nítido o caráter preventivo da atuação estatal no que diz respeito à proteção da fauna e da flora Amazônica, tendo em vista a incidência das multas apresentar natureza punitiva e pedagógica, objetivando a não reincidência das ilegalidades. E, através da aplicação destas infrações penais, pode-se analisar a presença das políticas públicas em contato direto com a sociedade, a fim de assegurar, principalmente, os direitos normativamente assegurados.

Com isso, e sobretudo em atenção aos princípios reguladores da proteção ambiental e às normas administrativas reguladas pelo IBAMA, é possível ter uma significativa diminuição nos danos em cadeia ocasionados pela apreensão ilegal dos AS. Para tanto, faz-se necessária uma atuação estatal mais autônoma, linear e eficaz, a fim de estabelecer um equilíbrio nas regiões amazônicas que sofrem com a incidência do descumprimento voltado à proteção da fauna amazônica.

REFERÊNCIAS

AVELINE, L. C.; COSTA, C. C. C. **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

ÁVILA-PIRES, F. D. **Conservação e extinção**. In: ESPÉCIES da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, p. 3-11, 1972.

BELTRÃO, J. F.; BELTRÃO, J. F. **Educação ambiental na pan-Amazônia**. Belém: UNAMA; UFPA, 1992.

BRASIL, **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2002.

_____, **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 04 set. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Primeiro relatório nacional para a conservação sobre a diversidade biológica**. Brasília, DF: MMA, 1998.

BUENO, E. **A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1998.

CASOTTI, B.; VIEIRA, M. Rei dos animais. **Revista de Domingo do Jornal do Brasil**, n. 780, p. 14-20, 1991.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 05-41, 2005.

CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, 1997.

COELHO, S. Cores e falas do Brasil. **Globo Rural**, n. 61, p. 44-50, 1990.

DAL'AVA, F. A evolução da legislação brasileira de proteção à fauna. In: **Animais silvestres: vida à venda**. 2. ed. Brasília, DF: Dupligráfica; Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres, p. 145-172, 2003.

DIEGUES JUNIOR, M. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

ELABRAS, R. B. Operações de repressão aos crimes ambientais: procedimentos e resultados. In: **Animais silvestres: vida à venda**. 2. ed. Brasília, DF: Dupligráfica; Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres, 2003. p. 75-88.

FERRÃO, C. (Org.). **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: Coleção etnográfica**. A Expedição Philosophica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Lisboa: Kapa Editorial, v. 3, 2005. 79 p.

FERREIRA, A. R. Viagem ao Brasil: a expedição filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Documentos do Museu do Bocage de Lisboa, 1790 In: SILVA, J. P. **A Iconografia da Viagem Filosófica**. São Paulo: Kapa Editorial, 2002. 314p.

GIULIETTI, A. M.; *et al.* Biodiversity and conservation of plants in Brazil. **Conservation Biology**, v. 3, n.19, p. 632-639, 2005.

IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 06 nov. 2009.

IBAMA. **O IBAMA e o tráfico de animais silvestres**. Brasília, DF, 1996.

JEROZOLIMSKI, A; PERES, C. A. Bringing home the biggest bacon: a cross-site analysis of the structure of hunter-kill profiles. **Biological Conservation**, v. 11, n. 3, p. 415-425, 2003.

LOPES, J. C. A. Operações de fiscalização da fauna: análise, procedimentos e resultados. In: **Animais silvestres: vida à venda**. 2. ed. Brasília, DF: Dupligráfica; RENCTAS, 2003. p. 15-49.

LOPES, M. A.; FERRARI, S. F. Effects of human colonization on the abundance and diversity of mammals in eastern brazilian Amazonia. **Conservation Biology**, v. 14, n. 6, p. 1658-1665, 2000.

- MARTINS, F. R.; SANTOS, F.A.M. Técnicas usuais de estimativa da biodiversidade. **Holos Environment**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 236-267, 1999.
- MIRRA, A. L. V. Fundamentos do direito ambiental no Brasil: Doutrina (cível), **Revista dos Tribunais**, n. 706, ago., 1994.
- MIRRA, A. L. V. Princípios Fundamentais do Direito Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, n. 02, p. 50, 1996.
- MITTERMEIER, R. A.; GIL, P. R., MITTERMEIER, C. G. Megadiversity: earth's biologically wealthiest nations. In: **Animais silvestres: vida à venda**. 2. ed. Brasília, DF: Dupligráfica; RENCITAS, 2003.
- MOURÃO, G. Fauna silvestre: proteção demais atrapalha. **Ciência Hoje**, v. 27, n. 158, p. 36-40, 2000.
- OLIVEIRA, M. G. A. **Tráfico de animais silvestre no Estado do Pará**. Belém, 2004. Monografia(Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2004.
- OLIVEIRA, V. V. P. **Implementação do código florestal na Amazônia: análise dos instrumentos da reserva legal, área de preservação permanente e EPIA/RIMA no sudeste paraense**. Belém: Pakatatu, 2003. (Coleção Direito Ambiental e Políticas Públicas).
- PEREIRA, G. A.; BRITO, M. T. Diversidade de aves silvestres comercializadas nas feiras livres da região metropolitana de Recife. **Atualidades ornitológicas**, Pernambuco, n.126, p. 14, 2005.
- PERES, C. A. Effects of subsistence hunting and habitat fragmentation on Amazonian forest vertebrates. **Conservation Biology**, v. 15, n. 6, p. 240-253, 2000.
- POLIDO, A. P.; OLIVEIRA, A. M. M. **O Comércio Ilegal de Animais Silvestres no Brasil**. 1997, 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Faculdades Integradas São Camilo, São Paulo, 1997.
- REID, J.; SOUSA JÚNIOR, W. C. Investimentos em infraestrutura e políticas de conservação no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005.
- RELATÓRIO da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- ROCHA, F. M. **Tráfico de animais silvestres**. Brasília, DF: WWF, 1995. (Documento para discussão).
- SANTOS, E. **Pássaros do Brasil**. 6. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1992.
- SEEGER, A. Native Americans and the conservation of flora and fauna in Brazil. In: **Socio-Economic effects and constraints in tropical forest management**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 1982. p. 177-190.
- SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997a.
- SILVA, V. G. **Introdução à Lei da Natureza (Lei n. 9.605, de 12.02.98)**. Rio de Janeiro, 1998. Apostila do Curso de Direito Ambiental da Universidade Estácio de Sá.

SIMONIAN, L; FENZEL, N. (Org.). **Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial**. Seminário; Anais, p. 59-93, 2005.

SPIX; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 3, 1881.

CAPÍTULO 4

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Data de aceite: 04/02/2021

Reidy Rolim de Moura

Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Doutora em Sociologia Política (UFSC).
<http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

Tainara Tatiane de Paula

Departamento Penitenciário- DEPEN de
Guarapuava. Pós-Graduanda em Gestão
Pública.
<http://lattes.cnpq.br/1647166798882128>

RESUMO: Este estudo tem a finalidade de demonstrar de que forma se constrói a relação entre o planejamento urbano e a proximidade com o rural no município de Ponta Grossa- PR. Uma breve análise da percepção que líderes comunitário tem dessa relação. O estudo emprega a pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS - CHAVE: Relação urbano/rural; Planejamento urbano; Comunidade.

URBAN AND RURAL RELATIONSHIP IN PONTA GROSSA - NOTES FOR A DISCUSSION OF TERRITORY AND PERCEPTION AS COMMUNITY ORGANIZATIONS

ABSTRACT: This study aims to demonstrate how the relationship between urban planning and proximity to the rural is built in the municipality of Ponta Grossa- PR. A brief analysis of the

perception that community leaders have of this relationship. The study uses qualitative and exploratory research, using bibliographic research.

KEYWORDS: Urban / rural relationship; Urban planning; Community

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano articulado à lógica capitalista está predestinado a passar por inúmeros problemas, tais como a desigualdade social, saneamento, saúde, infraestrutura, dentre outros. Com isso, discussões e estudos sobre o planejar as cidades é fundamental na medida em que articulados a isso existem diversos outros problemas sociais.

A insustentabilidade que marca a maior parte das cidades brasileiras é resultado de um desenvolvimento urbano rápido, despreparado e excludente, desde as suas raízes. O capital define como será distribuída a política urbana, e têm o Estado como aliado através da valorização das propriedades que tem uma localização privilegiada. Nessa notória disputa entre melhores localizações nas cidades, aos segmentos de habitações sociais de baixa renda restam localidades às regiões periféricas, onde predominantemente, os serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são limitados ou inexistentes. (PEREIRA, 2012).

Delimita-se como ponto de discussão aqui as características comunitárias e a

percepção que os/as líderes comunitários/as têm frente à problemática de confrontação urbano rural nos bairros da cidade de Ponta Grossa- PR, trabalhando esses bairros como componentes de um território. Busca compreender de que forma se constrói a relação entre o planejamento urbano e a proximidade com o rural nesta região, assim como a percepção dos líderes comunitários da região com relação à questão do agrotóxico e a proximidade com a comunidade que é uma problemática visível na configuração da região.

O território é um termo que é discutido e que tem na parte empírica que se apresenta aqui aquele que se tem em várias frentes de atuação acadêmica, tanto pesquisa quanto extensão, em Ponta Grossa e pela característica geográfica da comunidade estar cercada por lavouras agroindustriais, sendo correspondente com o problema aqui abordado. Optou-se aqui em não identificar o nome do território estudado, assim como, dos líderes comunitários que se citará alguns depoimentos mais à frente. Assim como, maiores informações quanto aos procedimentos metodológicos adotados para colher os depoimentos estão esclarecidos e registrados no trabalho originário que está sendo base para construção desse e que está devidamente protocolado nas instâncias competentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sabe-se que as transformações do mundo urbano na perspectiva de um desenvolvimento agroindustrial, descontrolado que não está preocupado com as consequências e impactos na vida das populações, em especial as mais pobres que ao buscar moradias com preços acessíveis, encontram-nas em localidades distantes dos centros urbanos, que realizam a confrontação com lavouras e agrotóxicos.

Discutir e refletir sobre essa problemática que é a utilização de agrotóxico em locais que possuem moradias tem sido recorrente especialmente pela falta de planejamento urbano, que acaba desconsiderando o bem estar e a dignidade humana das pessoas próximas colocando-as em situação de risco.

DIREITO À CIDADE NOS TEMPOS ATUAIS: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O termo “direito a cidade” foi desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre no livro “O Direito à Cidade” no ano de 1968. Esse direito é definido como a não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. O autor escreveu a obra no momento em que o processo de industrialização estava causando mudanças no espaço urbano e como consequência interferindo nas relações sociais causadas pelo capital. Segundo Lefebvre (2001 APUD Tosta, 2016), o direito à cidade se define como forma superior dos direitos, sendo que abrange o direito à liberdade, à individualização e ao habitar. Assim o direito a cidade é uma estrutura política que teve a necessidade de ser construída para enfrentar as ações capitalistas e amenizar suas expressões.

O direito à cidade segundo Harvey (2012), “é o direito de mudar a nós mesmos

pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.” (HARVEY, 2012, P.74). As cidades se constituíram com característica de aglomerações perto dos locais de trabalho, ou de comércios, desse modo à urbanização ligada ao fenômeno de classes sob influência do controle da superprodução. Essa liberdade de construir e reconstruir a cidade e consequentemente o indivíduo e suas relações sociais são um dos mais preciosos direitos humanos e em contrapartida o que sofre maior negligência pelo sistema econômico capitalista.

A urbanização sempre foi um fenômeno de classe, tendo em vista que tudo que excede, aquilo que sobra, é extraído de algum lugar ou de alguém, esse é um claro exemplo da sociedade capitalista, e como a urbanização depende da mobilização de excedente, a conexão do desenvolvimento entre capitalismo e urbanização é próxima. (HARVEY, 2012).

No Brasil pode-se destacar que a insustentabilidade que marca a maior parte das cidades brasileiras é resultado de um desenvolvimento urbano rápido, despreparado e excludente, desde as suas raízes, o capital define como será distribuída a política urbana, e possui o Estado como aliado tendo em vista as benfeitorias onde contribui com a valorização das propriedades que tem uma localização privilegiada. Nessa notória disputa entre melhores localizações na cidade aos segmentos de habitações sociais de baixa renda restam à ocupação de periferias urbanas, regiões onde predominantemente, os serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são limitados ou inexistentes. (PEREIRA, 2012).

O direito à cidade foi assegurado no Brasil pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) pelos artigos 182 e 183 definem a política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. E regulamentado posteriormente pela lei nº10. 257 de 2001, chamada de Estatuto da Cidade, que garante o direito de usufruir da estrutura e espaços públicos da cidade com igualdade na utilização. O Estatuto da Cidade tem a perspectiva de democratização da gestão das cidades através de instrumentos. Um dos instrumentos de gestão utilizado na intenção de validar essa democratização é o Plano Diretor, que se faz obrigatório a municípios que tenham mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, onde haja interesse do Poder Público Municipal, áreas de interesse turístico, e inseridas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com impactos ambientais. (BRASIL, 2001)

O processo de elaboração do Plano Diretor parte da Prefeitura com articulação da Câmara e com a sociedade civil. Sendo fundamental importância a participação da população ou de seus representantes, pois são nesses momentos de discussão em oficinas comunitárias que podem sugerir propostas de melhorias, pois o Plano Diretor somente corresponde a realidade e a expectativa da população quando essa apresenta as demandas. É um importante instrumento à medida em que se pensa numa sociedade ordenada na intenção de um direito a cidade mais inclusa de acordo com demandas da

população.

O direito à cidade não garante apenas acesso, mas deve corresponder à realidade dos sujeitos, faz-se necessário refletir e definir direitos fundamentais. O direito à cidade não se resume apenas ao direito de acesso aos recursos, mas tem a finalidade de tornar a sociedade mais acessível e inclusiva, um direito que vai além de interesses imobiliários e formas excludentes de determinar uma cidade, mas que seja voltado às pessoas e suas especificidades. (HARVEY, 1980)

Dessa maneira, entende-se que a precarização do planejamento urbano decorre de um Direito à Cidade que também está fragilizado e pouco levado em consideração no momento de planejar uma cidade, seja inicialmente ou alterações necessárias para melhor atender a população.

Planejamento Urbano e Direito à Cidade é indissociável tendo em vista que ao serem colocados em prática na realidade social urbana conseguem atender as demandas de forma mais precisa frente às necessidades reais. Destaca-se que em inúmeros casos o que foi estipulado na teoria, ou seja, aquilo que é determinado como prioritário e importante em discussões de planejamento, não é estabelecido na realidade prática, ocasionando a fragilidade do direito, em especial a população mais empobrecida, que ao planejar a cidade, são excluídos socialmente de mínimo de infraestrutura.

Ermínia Maricato (1982) apresenta discussões importantes na área de habitação e cidades, onde realiza uma discussão acerca do capitalismo e como interfere na segregação do espaço urbano. Tendo como referência sua obra “A produção capitalista da casa (e da cidade)” podem-se levantar algumas discussões frente aos temas as quais ela apresenta e que se fazem relevantes.

As cidades brasileiras são desenvolvidas de acordo aos interesses privados, o que leva a um processo de urbanização mais desigual, pois para ter acesso à terra urbana é necessário comprar, e quando isso não é possível devido ao fato das pessoas que não possuem poder financeiro, o estado precisa dar subsídios para a moradia da população. (MARICATO, 1982)

Os imóveis com características similares podem ter preços diferentes, sendo o fator que altera é a localidade, é muito comum que os preços sejam orientados pelo valor de um terreno, determinado a possibilidade de quem pode pagar uma melhor localização, com acesso a infraestrutura perto de suas residências, equipamentos públicos e privados. Terrenos com essas características são supervalorizados e com preços altos, sendo inacessível a uma parcela grande da população. Desse modo, são feitas alternativas de moradias, geralmente em locais muito afastados que possuem mínimas infraestruturas para a população. (MARICATO, 1982).

Todo o processo histórico de habitação auxilia para que a população de menor renda acesse a habitação em terra urbanizada. Historicamente a população mais empobrecida ocupa as periferias da cidade, onde o direito à cidade é negligenciado, em grande parte das

vezes não há infraestrutura adequada (MARICATO, 1982).

A conceituação de Planejamento Urbano que Maricato (1982) apresenta também é em relação às desigualdades sociais que são estipuladas pela sociedade dominante os quais associados às imobiliárias definem a maneira que partirá o planejamento de uma cidade, sendo propensa aos ricos e excludentes aos pobres.

Dessa maneira, tem-se a segregação espacial, importante fator ao se discutir urbanização, pois retrata as maneiras que a sociedade se organiza de acordo com a sua classe social, etnias ou nacionalidades. Esse fenômeno pode ser explicado pelo conceito de segregação socioespacial, definida por um processo onde diferentes classes tendem a se concentrar em regiões ou bairros, dessa maneira estipulando seu território e como consequência a dominação e superioridade entre classes.

A segregação também pode ser caracterizada pelos grandes condomínios de luxo que são fechados por muros e ainda possuem sistema de segurança dos moradores que podem pagar por isso, possibilitando o isolamento ao mundo externo. Tudo aquilo que vai realizar uma diferenciação, principalmente relacionado à classe social, sendo possível distinguir diferentes grupos.

Dessa maneira, pode-se concluir que o direito à cidade, definido como direito superior, pois esse em sua teoria tem a finalidade de garantir direitos que vão além da habitação, como também de infraestrutura e acesso a outros equipamentos que garantam outros direitos, tais como educação, saúde, lazer, dentre outros. Ao abordar autores que discutem a urbanização e o Direito à Cidade na lógica capitalista orientada por interesses privados e de imobiliárias gera a segregação do espaço que leva grande parte da população habitar em localidades definidas, destinadas nas periferias, ficando à margem das cidades.

Nos moldes capitalistas o processo de urbanização tende a ser desigual ocasionando a população que já sofre a exclusão social a ficar expostas a novos ricos, desconsiderando a dignidade humana que deveria ser garantida pelo Direito à Cidade. Ou seja, as cidades não são planejadas pensando em inclusão de todos da melhor forma possível, mas sim na intenção de garantir as melhores localizações aos que podem pagar preços mais altos e buscando locais mais distantes para que as periferias sejam afastadas, garantindo assim a dominação dos mais ricos sob os mais pobres.

Sabe-se que o século XX foi marcado por inúmeras demandas que impulsionaram a mudanças tanto nas tecnologias como em organizações, que atingiram de forma direta as formas de produção. O capitalismo é uma das formas de organização que atingiu todo o mundo causando as diversas mudanças que foram impulsionadas. Como por exemplo, estimulou o desenvolvimento industrial, tecnológico e de meios de comunicação. A agricultura que anterior a esse processo era a familiar, a produção era voltada a garantir os meios de subsistência nesse núcleo, passa a uma atividade orientada para a produção comercial. Onde precisa alimentar uma população. (SILVA, et al, 2005)

O processo de produção agrícola passa por muitas mudanças que orientam suas

formas de produção em massa, acelerada e acima de tudo que gere lucros. Uma das inovações nessa indústria foi à tecnologia que possibilitou a mecanização de diversas atividades agrícolas e como consequência a substituição da mão de obra por máquinas, onde foi um dos principais motivos que impulsionou o êxodo rural. Outra grande mudança foi a que a utilização de agroquímicos nas plantações em especial o agrotóxico a partir de 1930, intensificando a partir da segunda guerra mundial (1939 - 1945). (SILVA, et al, 2005)

O Sistema de agricultura a base de agrotóxicos, conhecida como convencional foi estimulada no Brasil de forma geral no governo ditatorial (1964 -1985) tendo em vista o desenvolvimento no sentido de crescimento econômico, o país passa a ser um dos maiores exportadores de soja do mundo em poucos anos. Os planos e políticas direcionados a derrubar as árvores e matas e fazer lavouras sob o slogan “plante que o governo garante” lançado pelo então presidente João Batista Figueiredo, de maneira a incentivar os produtores rurais a plantar uma grande safra de trigo garantindo um preço mínimo com alto valor para as produções.

A confrontação urbano/rural é colocada aqui como resultado de um planejamento urbano com uma política habitacional que ao tentar prover habitação a toda uma população, exclui os indivíduos da vida urbana, em especial os menos favorecidos que não possuem condições financeiras para garantir moradias nos centros municipais. E dessa maneira são alocadas em regiões distantes, que antes eram fazendas, e que se tornam lotes habitacionais disponíveis em preços e financiamentos mais acessíveis, possibilitando que essa parcela da população possa residir.

Portanto, o problema que se aborda é além de distâncias longas a serem percorridas. Estão elencadas as consequências dos loteamentos distantes do meio urbano são localizados a margem de fazendas agroindustriais que realizam a utilização de produtos fitossanitários causam a população qual está residindo ao lado, e conseqüentemente tendo contato direto pelo ar a essas substâncias.

Nessa perspectiva, o Dossiê Abrasco (2015) apresenta a problemática do agrotóxico em relação à saúde dos trabalhadores rurais, realiza-se a associação da utilização desses produtos também a população que reside ao lado dessas plantações que estão expostas a essa vulnerabilidade das toxicidades do agrotóxico.

Segundo a Abrasco, cerca de 1/3 dos alimentos que os brasileiros consomem está contaminado com algum tipo de agrotóxico. Essas contaminações em muitas situações são por meio de agrotóxicos não autorizados para aquele cultivo específico ou que estejam em concentrações que ultrapassem os limites máximos de resíduos considerados aceitáveis. (CARNEIRO, 2015)

Após o ano de 2015 (também marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, como forma de relacionar ao fato) o consumo total de agrotóxico no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas para 500.000, tendo um aumento de 135%. Dessa maneira “O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial

de consumo de agrotóxicos [...]” (BOMBARDI, 2011, p.01) Esse fato leva a diversas outras características encontradas na utilização do agrotóxico, como por exemplo a renda da terra. Mais de 90% das produções agrícolas produzidas no Brasil são exportadas a outros países, sendo assim ocorre a internacionalização da agricultura brasileira e de monopolização do capital internacional. (BOMBARDI, 2017)

O planejamento urbano desigual e pensado numa lógica de mercado imobiliário leva a população menos favorecida de recursos financeiros a adquirir moradias em loteamentos geralmente com convênios a financiamentos acessíveis a residir à margem de grandes fazendas agroindustriais que em suas produções realizam a utilização de agrotóxico, de diversas maneiras que acaba por intoxicar as pessoas que estão residindo ao lado. Essa conjuntura ainda não é uma preocupação do Estado e nem mesmo dos produtores que ao não respeitar as regulamentações entende-se que não há a preocupação com a população que se encontra ao redor.

ABORDAGENS TEÓRICAS NACIONAIS SOBRE TERRITÓRIO

Nos anos de 1970 o conceito de território retorna aos debates da geografia, suprimindo o conceito que antes era definido a limitação ao espaço nacional que dividia as fronteiras, onde o Estado era o único poder de controle espacial. O conceito de território passa a ser estudado novamente decorrente do fim da guerra fria e a passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível, com a perspectiva de descentralização do Estado devido aos avanços econômicos e o liberalismo. O conceito de território passa por transformações no contexto histórico de ordens ideológicas, passa a ter análises mais profundas que apenas delimitar fronteiras. (MENEZES E CARDOSO, 2005).

Assim, o antigo conceito não supria mais a ideia do que seria território, ganhando espaço o atual com novas concepções. O conceito que era majoritariamente estudado pela geografia ganha espaços em estudos de outras áreas das ciências humanas e sociais.

Desse modo, com os diversos conceitos de território que são utilizados em diferentes áreas adentra-se ao território na perspectiva integradora, tendo em vista que esse pensa no território abrangente, que somente pode ser concebido através da perspectiva de integração considerando as diferentes dimensões sociais. (HAESBAERT, 2006).

Dessa maneira, abrem-se novas perspectivas, sendo uma delas mais tradicional, que determina o território como uma área de poder, colocando-a como homogêneas, as formas de territorialização caracterizam-se como controle de acesso, podendo verificar fluxos de pessoas e de bens. Outra perspectiva seria de território enquanto rede, relacionados ao movimento e na conexão. E a terceira é a concepção multiescalar e não exclusivista de território, esse como híbrido, entre o mundo material e ideal, natureza e sociedade em suas múltiplas e diversas esferas, econômicas, políticas, culturais, etc. (HAESBAERT, 2006).

O território define-se como referência as relações sociais e ao contexto histórico

de que está inserido. As formas de propriedade de um território ao mesmo tempo que tem relação a natureza são relacionadas entre os homens, um a relação entre a sociedade e indivíduos e grupos que a compõe.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), que também delimita ao território os serviços ofertados, onde cada equipamento da assistência possui uma área de abrangência que possui articulação com a comunidade, referenciando os indivíduos de maneira a incluí-los na proteção que ele necessita possibilitando, dessa maneira, melhor organizar o trabalho em rede.

Os documentos que orientam o trabalho do Assistente Social no país (BRASIL, 2004 e BRASIL, 2009) tendem a priorizar o território enquanto um dos pilares norteadores, tendo em vista que o trabalho desenvolvido deve ser adaptado à região de atuação, considerando toda a diversidade regional e territorial presentes no país.

A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009) apresentam um breve conceito do que é o território conforme descritos. Entretanto, para as discussões desse trabalho é necessário aprofundar o conceito de território, utilizando autores de referência que discutem essa temática, na intenção de conseguir uma aproximação a esse conceito.

Ao adentrar as discussões de espaço geográfico, Santos (1978) elege em categorias: forma, função, estrutura, processo e totalidade, essas categorias influenciam na maneira de pensar território e sofrem mudanças no decorrer histórico de cada sociedade.

Assim, a forma, aquilo que é visível, as formas do espaço; a Função está relacionada à atividade desempenhada pelo objeto criado; Forma e Função são determinadas decorrente do tempo e características do grupo social. A estrutura é relacionada à historicidade, nesse processo histórico que a forma e a função são designadas. O processo são as ações humanas realizadas de maneira contínuas, busca um resultado que implica em tempo e mudança, os processos ocorrem na estrutura social e na economia. Ao considerar esse processo os fenômenos são analisados em sua totalidade. A totalidade e o tempo são características indispensáveis ao estudar o espaço. (SANTOS, 1978).

Santos (1999) fala a respeito do território enquanto espaço usado e somando a isso a identidade que está relacionada a “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 8). O território é o local da residência, de trocas materiais e pessoais, é o momento que a vida se desenvolve. O território sem uso não se faz uma categoria de análise, em especial quando relacionado a ciências humanas e sociais, só ganha validade quando tem pessoas que o usam.

Ao relacionar o território com o dinheiro, há de se considerar o comércio interno desses territórios que começa a se expandir, tornando tudo objeto de troca, sendo mais valorizado pelo objeto de troca do que pelo uso. O uso do território mudou devido a globalização, seja demográfico, questões econômicas, financeiras, políticas, dentre outras, essas características mudam rapidamente devido a novas configurações que o mundo

toma, ocasionando impactos no território e no modo de vida das pessoas. (SANTOS, 1999)

Koga (2011) apresenta que a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e a população que habita, ou seja, o território é indissociável de sujeitos, não se pode estudar um e desconsiderar outro. O território não seria apenas espaço de realidade vivida, mas, além disso, envolvendo igualmente sua dimensão subjetiva que se apresenta de forma concreta por meio de manifestações.

Para Koga (2011) o conceito de território permeia o que Santos defende voltado ao espaço usado, onde se dão as relações sociais entre os sujeitos, na relação de exclusão e inclusão social. Koga (2011) traz elementos frente à escala próxima ao território, que está relacionada ao cotidiano dos atores sociais que residem e se relacionam, o território reproduz as diversas relações que o sujeito é exposto, como reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, que são inerentes ao território.

Apresentando a ideia Marcelo Lopes de Souza (2011), que em sua trajetória realizou diversos estudos sobre o tema, destacando que para ele o conceito de território é ligado a fatores políticos e culturais, no interior de cada área singularmente existe a relação de poder entre os grupos sociais que constituem o território no conflito pelas diferenças culturais. O conceito de território permeia, segundo o autor, a todo espaço definido e delimitado por relações de poder.

O território é um campo de forças uma rede de relações sociais que define a diferença entre os grupos e os membros da coletividade. Caracterizando a territorialidade como flexível, através da compreensão do território nas suas diversas formas, e na perspectiva de redes. (SOUZA, 2011)

De acordo com os conceitos dos diferentes autores apresentados nesse eixo, percebe-se que em comum a explicação do conceito de território é a pluralidade atrelada aos indivíduos que estão usando o espaço, e assim, é impossível considerar o território apenas das delimitações geográficas. É preciso pensar na totalidade que o compõe, atores sociais e suas distintas características culturais, econômicas e particulares de cada área. Dessa forma justifica porque não existe um conceito fechado e imutável dessa categoria, pois para que exista território precisam existir pessoas e suas incalculáveis diversidades.

IMPLICAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO TERRITÓRIO

Os movimentos sociais estão relacionados às ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que de maneira distinta a população se organiza e reivindica suas demandas. Os movimentos são de fundamental importância, pois, realizam diagnóstico sobre a realidade social, constroem resistência à exclusão e lutam por objetivos em comum. A partir de 1980, os movimentos sociais ganham maior intensidade, constroem representações simbólicas afirmativas através de discursos e práticas, criam identidades para os grupos e os organizam. As ações que são realizadas pelos movimentos sociais

geram um sentimento de pertencimento social, incluindo os que eram tidos como excluídos. (GOHN, 2011).

As associações e as organizações comunitárias visam ampliar a democracia para a vida social e comunitária, constitui-se formas de que as pessoas tenham voz e possam ser ouvidas, e reivindicar melhorias da situação de desigualdade que estão expostos. O associativismo, ganha cada vez mais interesse das pessoas que vivem em uma comunidade por decorrência dos impactos globais e a pluralização na intenção de reconstruir identidades coletivas. As associações têm um papel fundamental, tendo em vista que possibilita a participação e parte nas decisões políticas.

A finalidade das associações para o desenvolvimento da cooperação, comunicação, confiança e pluralismo tem fundamental importância para desenvolver o pertencimento coletivo, oportunizando práticas colaborativas. O associativismo precisa ter uma ideia de horizontalidade e de relações pessoais, para que possa possibilitar formas maiores de cooperação. O associativismo vertical, hierarquizado ocasiona o oportunismo e permanecer as relações de poder que não devem existir em uma associação de cidadãos. (Lüchmann, 2005).

Quanto maiores forem às conexões estabelecidas nas organizações sociais, maiores serão as chances de impactos positivos na democracia na perspectiva de tornar as instituições políticas mais efetivas. A intenção da rede é estabelecer relações que beneficiam outros indivíduos, ou seja, a sociedade que faz parte desse conjunto. Essa concepção possibilita reciprocidade e confiança, fortalecendo a coletividade e as possibilidades de melhorias que as ações conjuntas podem proporcionar ao coletivo de indivíduos. (Lüchmann, 2005).

Nas associações ou organizações sociais as pessoas manifestam sentido e percepção da vida social que vai além de concepções individuais e pessoais, buscam diferentes dimensões da vida social, na perspectiva do coletivismo. Os movimentos sociais por sua vez estão na capacidade de alterar a realidade social, no sentido de lutar contra as relações de poder e de dominação que estão inerentes nos espaços de vida social.

Nesse sentido, relacionando a perspectiva de território dos autores apresentados, em que há campos de lutas e disputas (Souza, 2011) e que o território é o lugar de transformação, onde a população pode se organizar para reivindicar e conseguir melhores condições de vida é fundamental pensar no quanto são importantes às organizações sociais e os movimentos sociais para um território.

Assim, há que se destacar que pensar em território, é preciso pensar, averiguar, compreender as entranhas do associativismo dele, dos movimentos sociais e organizações sociais de base, como as associações de moradores, associações de pais e professores, clube de mães, clube de idosos, grupos de jovens, dentre outros tantos que podem existir. E como estes percebem, vivenciam e encaminham no seu território as suas problemáticas e o que fazem para ajudar no processo da realidade vivenciada.

O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE LÍDERES COMUNITÁRIOS

Os fatores motivadores desta pesquisa partem de indagamentos sobre a proximidade que loteamentos urbanos possuem de fazendas agroindustriais e desde então na intenção de entender qual a percepção dos moradores próximos. Traz-se aqui a reflexão de líderes comunitários tendo em vista que são representantes da população local.

Os/as líderes comunitários/as possuem um perfil em comuns em que todos são moradores do bairro há mais de 10 anos, sendo que quatro foram os primeiros moradores que tiveram a iniciativa de se organizar para que fosse construída e desenvolvida a comunidade. Grande parte deles ainda participa da comunidade, porém não de forma mais tão assídua, tendo em vista que são considerados líderes justamente pela importância que dispuseram em vários momentos organizacionais do território levando ao desenvolvimento e a inspiração aos sucessores para buscar novas conquistas.

Um ponto a se destacar é a **participação social** dos/das líderes, de quais grupos sociais participam ou já fizeram parte, todos são figuras importantes e de referência ao território e influenciam diversas outras pessoas. A maior parte dos líderes comunitários ainda é ativamente participante em organizações da comunidade, pelo entendimento da importância que significa para os mesmos.

Dentre os grupos que apareceram que os líderes participam ou conhecem, quatro destes não são de organizações religiosas e os outros quatro são de articulações com a igreja que promove ações com cunhos filantrópicos.

Pode-se realizar uma breve reflexão acerca de que as ações desenvolvidas pelas organizações religiosas possuem perspectiva caritativa nas ações, ou seja, visam melhorias pontuais de situações do bairro, tal qual auxílio com alimentação da população do bairro. Em parte das organizações comunitárias já possui um viés na perspectiva de melhorias para o bairro, de articulação aos órgãos governamentais para que possibilite novas conquistas, desde linha de ônibus até reforma e construção de escolas, quadra esportiva, Praça, dentre outras, nessa perspectiva de alcançar objetivos sociais e não apenas pontuais.

Características apontadas por Avritzer em 1997 ainda podem ser identificadas atualmente em organizações sociais, o que levanta questionamento tais quais até que ponto a articulação com a igreja permite a autonomia das pessoas. Um dos líderes comunitários apresentou essa perspectiva, pontuando que muitas vezes quando há um problema no território as pessoas buscam a igreja como forma de superar a dificuldade momentânea, tal como a fome, as igrejas realizam esse trabalho de arrecadar alimentos e fazer a doação aos mais necessitados, demonstrando, assim, que dentro do território as pessoas conseguem se organizar tal qual permitir o bem estar de outros moradores.

Os/as líderes comunitários geralmente não costumam utilizar a referência “território”, mas sim “bairro”, sendo que já se manifestou as fontes que iluminam nosso

olhar sobre o conceito de território no capítulo I. O que se pode identificar nos depoimentos é que todos integralmente percebem que há diferença em relação ao território deles em comparação a outros que compõem o município de Ponta Grossa- PR, a medida que comparam com territórios próximos e também com bairros distantes entretanto bem mais velhos, maior territorialmente e bem desenvolvido, por ser um dos primeiros bairros do município e possuir interesses políticos na região.

Os/as líderes comunitários/as percebem que há diferença entre os territórios, e em especial que o deles em comparação a outros que são até mesmo mais velhos possui diversas conquistas e há o entendimento de que muitas dessas (senão todas) foram impulsionadas através de mobilizações sociais da comunidade que buscava melhorias para todos. Como o caso dos equipamentos públicos, como linha de ônibus, escolas estaduais e municipais, equipamentos de saúde básica, dentre outros, quais foram conseguidos através de lutas dos movimentos organizados do território. Vale destacar que além das conquistas de direitos fundamentais os líderes destacam os desenvolvimentos econômicos que foi se estabelecendo na comunidade, tal como os comércios locais que existem.

Ods/as líderes comunitários/as percebem que o território deles é um local muito bom de morar, e que, além disso, há o significado das lutas sociais que fizeram parte, tendo em vista, melhorias para o conjunto comunitário, dessa maneira a importância das mobilizações que revelam em significativas melhorias para o desenvolvimento social do território.

Pontua-se que essas especificidades do território acontecem através da característica forte do associativismo e de organizações sociais. Os/as líderes compreendem que sem organizações comunitárias não há melhorias para o território, que depender exclusivamente que o Poder Público note quais as demandas de uma determinada região é basicamente impossível. Sendo assim os líderes comunitários têm papel fundamental à medida que se organizam para buscar bens comuns para a comunidade em um todo. Percebe-se que eles notam os avanços que as organizações comunitárias conseguem que sem isso o território seria ainda muito frágil em fazer valer a política pública, o direito e os mínimos sociais.

Destaca-se assim que para os/as líderes comunitários/as do território estudado é de fundamental importância as mobilizações sociais tendo em vista as melhorias que conseguiram através destas. Assim, tem-se que a característica de fortes organizações comunitárias como um dos critérios para escolha do território para desenvolver a pesquisa é real e importante.

A RELAÇÃO DOS MORADORES (EXPRESSOS PELAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS) COM A PRESENÇA DO AGROTÓXICO NO TERRITÓRIO

Com relação a percepção dos/das líderes comunitários/as em relação ao problema da confrontação urbano rural e qual é o entendimento destes frente às sérias consequências

da utilização de agrotóxicos para a vida humana.

A maioria dos/das líderes comunitários/as percebe que há a utilização de agrotóxicos, entretanto dois deles demonstram em suas respostas a falta de informação ou até mesmo o desentendimento frente à utilização de agrotóxicos. Pontua-se que pode haver um receio de falar sobre o assunto, sobretudo, quando se observa desconforto dos mesmos ao tocar no assunto.

Entretanto pode-se aqui destacar que “O Brasil, que desde 2009 tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do planeta, teve um aumento na taxa de crescimento das vendas destes produtos da ordem de 200%, no período de 2000 a 2010[...]” (BOMBARDI, 2013, p. 2). Com esses dados torna-se evidente que o Brasil é o país que utiliza grandes quantidades de agrotóxicos comparado ao mundo todo, ou seja, as fazendas agroindústrias para a sua produção acelerada fazem a utilização de produtos químicos. O que não é diferente no território, onde as ACS e moradores próximos informaram que constantemente é possível notar os tratores passando os venenos nas plantações que rodeiam a comunidade.

Com isso, à medida que o agrotóxico age de maneira silenciosa e progressiva, compreende-se porque ainda há dúvidas quanto a sua utilização nas fazendas que fazem confluência com o perímetro urbano. Podendo relacionar aos dados dos Líderes 2 e 4, quais não relacionam a utilização de agrotóxico nas plantações do território, e conseqüentemente como uma problemática.

Dessa forma, no território é desrespeitada essa normatização, podendo observar na imagem abaixo, retirada de dentro de uma residência que fica a margem de uma fazenda, demonstra que há a plantação que fica à margem do território e ainda mais agravante é que dessa residência existe um portão com acesso direito a plantação. O acesso à residência se deu através da Agente Comunitária de Saúde que acompanhou a visita ao território, no qual explicando para a moradora a finalidade permitiu a entrada para observação. Em uma conversa informal com a moradora da residência, relatou que constantemente observa os tratores passando veneno, e quando isso acontece ela fecha as janelas e porta para tentar amenizar o cheiro, que em muitos momentos ela e os filhos ficam com um resfriado sem explicação, que ela associa com os venenos passados no seu quintal. A plantação fica elevada em consideração a moradia, dessa forma ao passar os agrotóxicos a depender do sentido que o vento estiver a quantidade do veneno que vai para as residências é ainda maior.

Sabe-se que existem plantações ao redor do território e, além disso, que tem a utilização de agrotóxicos, tendo em vista que a monocultura, de soja como é o caso dessa região, exige agrotóxicos para evitar as pragas e daninhas.

A monocultura tende a precisar de produtos químicos para se manter, e este por sua vez utilizado de maneira descontrolada causa diversos problemas tanto para o meio ambiente, na poluição de rios e nascentes e na intoxicação de animais, quanto de seres humanos que trabalham ou habitam perto dessas fazendas monoculturais.

Assim, referente à percepção que os líderes possuem em relação às plantações e se a utilização de agrotóxicos pode vir a ser um problema, cinco líderes responderam que sim, é um problema: *“Então, a população daqui, como aqui foi uma área de plantação de amoras no passado então hoje a fazenda maior que existe ela ainda tem amoras plantadas [em torno] e o povo ainda colhe essas amora, então eu acho que é um risco muito grande que eles correm. Também as questões respiratórias né, porque o povo, eu que trabalho na área de saúde eu vejo **que tem muita diarreia, muito vômito, muita gente com dor de estômago assim sabe, que às vezes não tem causa mas a gente sabe.** (...)veio uma senhora que pegou e falou assim pra mim que quando eles passaram o veneno na soja ali, ela **perdeu todo o mantimento que ela tinha dentro da casa dela,** porque tudo que ela mexia tinha cheiro do veneno, sabe? então eu acho que é muito ruim isso daí, e também a questões dos **lençóis d’água porque querendo ou não aqui (...) tem muito lençol de água, e esse veneno acaba entrando em contato e mais tarde ele acaba voltando para nós mesmos.** (Líder 1)*

Dessa maneira, as fazendas que já se encontravam na localização, e que decorrente de um crescente desenvolvimento urbano e a necessidade de novos locais para alocar toda a população leva a esses loteamentos que chegam à margem do perímetro urbano tendo o rural presente, e assim, a naturalização que se estabelece nesse meio urbano / rural. As fazendas, então, excedente sobre o resto da população, mantendo sua dominação mesmo que não de forma franca, de uma maneira figurada.

Referente à pergunta sobre **entendimento de que o agrotóxico pode ser prejudicial aos seres humanos** ou não, a resposta que se obteve foram positivas de que o agrotóxico pode ser um vilão para a saúde das pessoas. De acordo com as falas, todos os/as líderes apontam o agrotóxico enquanto uma problemática quando relacionado à saúde humana, diversas pesquisas na área de saúde, em especial o Dossiê Abrasco (Carneiro, et. al. 2015) revelam que o contato com agrotóxico por muito tempo pode levar a diversos distúrbios, podendo ser eles imediatos como é o caso de alergias ou crônicos como desenvolvimento de câncer.

Durante a pesquisa de iniciação científica, um dos objetivos era contactar com a Terceira Regional de Saúde do município, e ficou evidente que ainda não há registro, não há protocolo e não há um trabalho voltado nem a identificação, nem a prevenção e muito menos ao tratamento de situações que possam vir a ser decorrente de contaminação pela exposição aos agrotóxicos no município. Não entraremos aqui nas discussões específicas da área da saúde, mas fica exposta a necessidade pesquisas mais aprofundadas nessa perspectiva.

Percebe-se que metade dos líderes entrevistados não têm conhecimentos sobre o assunto, ou de forma muito singela tendo as informações pautadas pelo senso comum e não por fontes confiáveis e científicas sobre o agrotóxico e o que pode ser as problemáticas. Por essa razão, através do que os dados demonstram, a falta do conhecimento ocasiona no

não questionamento, e conseqüentemente a não existirem reivindicações para melhorias e amenização dos riscos que o agrotóxico pode interferir na vida e saúde das pessoas da comunidade.

As fazendas são naturalizadas no convívio cotidiano do bairro, podendo a naturalização ser um dos fatores também que não haja mobilizações frente às fazendas que utilizam agrotóxicos.

Destaca-se que a alternativa sustentável para reverter os sérios problemas que o agronegócio vem acarretando para toda a população, desde daqueles que fazem a aplicação ou moram perto que tem o contato direto até mesmo aos que tem o contato com o agrotóxico nos alimentos que consomem. Tendo isso em vista ninguém está livre dos agrotóxicos, dos mais pobres aos mais ricos. Assim, aqui se coloca que esse sistema agroecológico é uma das medidas que se tomada pode reduzir os próximos impactos que a utilização de agrotóxico descontroladamente causa, entretanto isso é ainda muito distante, tendo em vista o sistema capitalista e o Estado neoliberal brasileiro, que é sustentando pela desigualdade, concentrando a riqueza em poucos, os mesmos que ordem as produções agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a partir desse estudo, ficam ainda mais perguntas do que respostas, mas fica também a certeza de que é preciso ir mais além, verificar e provocar respostas tanto da sociedade civil, como do poder público para esta questão dos agrotóxicos dada sua importância no contexto atual do município de Ponta Grossa no que tange ao planejamento urbano.

Entende-se que o meio urbano cresceu tanto que a cidade não comporta toda a população e dessa maneira as estratégias utilizadas são de adquirir aos programas de habitação social parte de terras que antes eram fazendas localizadas nas regiões rurais, alterando o perímetro urbano, para construir lotes com preços mais acessíveis na intenção de atender a demanda de toda a população. Entretanto cabe ao poder público regulamentar de forma mais intransigente as fazendas do município, em especial aquelas que ficam dentro do perímetro urbano ou próximas das áreas residenciais, para que essa relação que existe seja amenizada, podendo conviver de maneira harmoniosa, e não que haja riscos de saúde aos habitantes da localidade.

Reforça-se a importância de legalidade na política vigente, que foi citada no trabalho e ainda na criação de legislações ainda mais abrangentes de proteção social, para promover a habitação acessível, digna e de qualidade, e que não proporciona riscos aos que procuram habitações acessíveis.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 149-174, 1997.

BOMBARDI, L. M. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil**, p. 71-82, 2011.

BOMBARDI, L. M. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.

BRASIL. (2001) Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal**, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 24/05/2019

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 13/05/2019

CARNEIRO, F. F et al. **Dossiê Abrasco**. 1 Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular 2015. P. 124 – 168

GOHN, M. da G. et al. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, 2011.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: “do Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. Tradução por Jair Pinheiro. Lutas sociais, São paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

KOGA, D. **Medida de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo:Cortez, 2011. p. 331

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens Teóricas Sobre O Associativismo E Seus Efeitos Democráticos: subtítulo do artigo. Revista Brasileira De Ciências Sociais: subtítulo da revista, São Paulo, v. 29, n. 35, p. 159-226, dez./2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092014000200011&script=sci_abstract&tIng=es > Acesso em: 03/05/2019

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 167p.

MENEZES, H.J.; CARDOSO E.S. Território E Territorialização: Questões Conceituais Para Uma Abordagem E Leitura Dos Movimentos Sociais. **Revista Pegada**: subtítulo da revista, Santa Maria, v. 18, n. 3, p. 101-123, set-dez./2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5140>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PEREIRA, M. de P. **A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano**. Revista de Ciências Humanas , Viçosa, v.12 n.2 p.446-460 jul/dez. 2012

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Revista Geographia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em < <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360> > acesso em 11/06/2019

SILVA, J. M. et al. **Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural**. Ciênc. saúde coletiva, Minas gerais , v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000400013>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 77 – 113

TOSTA, A. O. **A Dimensão Espacial do Direito À Cidade: Acesso à Equipamentos Públicos e Infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015)**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador.

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Data de aceite: 04/02/2021

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social
Belém-Pará
<http://lattes.cnpq.br/1278118604000848>

RESUMO: Trata de relato de experiência de extensão universitária desenvolvida em através do Programa de Apoio a Reforma Urbana-PARU vinculado a Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O Programa PARU desenvolve práticas extensionistas que tem por objetivo contribuir com as dimensões investigativas e interventivas referentes à questão urbana e suas múltiplas expressões na realidade local e regional, bem como as redes de relações que se estabelecem junto às políticas públicas setoriais urbanas e controle social. Tais ações envolvem os agentes públicos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, conselhos gestores, supervisores institucionais, alunos, docentes e técnicos da UFPA, dando centralidade à complexidade das contradições expressas na cidade capitalista, especialmente nas políticas setoriais de habitação de interesse social, saneamento ambiental, transporte/mobilidade urbana e de regularização fundiária e os processos políticos que resultaram na atual legislação urbanística e nas lutas sociais que culminaram nos marcos legais do direito à

cidade. A partir das ações extensionistas buscase resgatar junto à sociedade o seu papel político, através de assessoria aos movimentos sociais e sua mediação com os agentes públicos a fim de qualificar sua participação e aproximar das discussões de âmbito político, prevenir e combater a prática de cooptação, e letargia, decorrente da situação de vulnerabilidade, bem como conseguir disseminar uma cultura política mais ampliada à população e aos movimentos sociais na Região Metropolitana de Belém (RMB). Nesse sentido, o PARU tem exercido um trabalho reconhecido de extensão junto aos movimentos sociais e órgãos gestores das políticas urbanas, contribuindo desta forma com o planejamento urbano e regional através da conscientização crítica e política destes sujeitos no exercício da cidadania, no contexto do estado democrático.

PALAVRAS - CHAVE: Desenvolvimento Urbano, Políticas Públicas e Controle Social.

SOCIAL FIGHTS AND THE CITY: THE EXPERIENCE OF THE URBAN REFORM SUPPORT PROGRAM IN BELÉM / PA

ABSTRACT: It deals with an experience of university extension developed through out the Program of Support to Urban Reform - PARU ogether with Faculty of Social Service of the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Pará. The PARU program develops extension practices that aim to cooperation with the investigative and interventional dimensions related to the urban issue and its multiple expressions in the local and regional reality, as well as the networks of relationships that are established with urban sectorial public policies

and social control. Such actions involving public agents, social movements, non-governmental organizations, management councils, institutional supervisors, students, professors and technicians from UFPA, giving centrality to the complexity of the contradictions expressed in the capitalist city, especially in sectorial housing policies of social interest, environmental sanitation, urban transport / mobility and land regularization and the political processes that resulted in the current urban legislation and in the social struggles that culminated in the legal frameworks of the right to the city. From the extension actions, it seeks to rescue its political role with society, through advising the social movements and mediating with public agents in order to qualify their participation and approach the political discussions, prevent and combat the practice of cooptation, and lethargy, resulting from a situation of vulnerability, as well as being able to disseminate a political culture more extended to the population and social movements in the Metropolitan Region of Belém (RMB). In this sense, PARU has exercised a recognized extension work with social movements and managing bodies of urban policies, thus contributing to urban and regional planning through the critical and political awareness of these subjects in the exercise of citizenship, in the context of the democratic state.

KEYWORDS: Urban Development, Public Policies and Social Control.

1 | INTRODUÇÃO

A agudização da chamada “questão social” inerente da realidade do capitalismo contemporâneo tem apresentado um complexo quadro de necessidades sociais, particularmente no que diz respeito à garantia do direito a cidade, na qual a extensão universitária tem um importante papel no desenvolvimento de práticas e atuação no sentido de pôr em debate as diversas questões colocadas pela problemática urbana. Esta problemática tem possibilitado uma intervenção da dimensão extensionista e sua articulação com ensino e pesquisa. As experiências aqui apresentadas são resultados de um rico trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) através do Programa de Apoio a Reforma Urbana (PARU), criado em 1981 e que apresenta na sua concepção os princípios preconizados pela Resolução N.º 3.298, de 7 de março de 2005 que dispõe sobre as atividades de extensão da UFPA, bem como as demais orientações para a efetivação da atividade de extensão que tem sua expressão na intersectorialidade, interdisciplinaridade e interestitucionalidade, características indispensáveis em intervenções da realidade local e regional o que possibilita a rica experiência de integração dos institutos da UFPA e da sua consequente relação com a sociedade, colocando como premissa a formação acadêmica e a produção do conhecimento. Através de ações que são potencializadas a partir de processos de formação, capacitação e qualificação docente, discente e sua extensão a agentes públicos e sociais, tendo como princípio a participação democrática da gestão comunitária nos processos decisórios de políticas públicas e controle social.

Baseado nestes princípios o PARU vem desenvolvendo nestas últimas décadas experiências inovadoras na dimensão da extensão universitária e sua consequente articulação com o ensino e pesquisa, possibilitando acumulação e produção de

conhecimento e experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento urbano e regional no que tange aos aspectos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, transporte e mobilidade, observando os aspectos da sua intersetorialidade, a necessidade de integração e o pertinente diálogo com movimentos sociais urbanos ligados às lutas pela reforma urbana, sujeito que reivindica a centralidade na efetivação das políticas sociais urbanas. Conforme já mencionado, atua também nos processos de capacitação destes sujeitos públicos e sociais na elaboração e execução de trabalhos técnico-sociais, com o uso de metodologias adequadas à intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental. Tais premissas vêm somar esforços na direção da implementação de políticas públicas locais e o fortalecimento da extensão universitária como dimensão necessária na relação universidade X sociedade. A possibilidade de inserção nestas experiências tem contribuído sobremaneira para a formação profissional dos alunos envolvidos no PARU através do ensino, pesquisa e extensão culminando com a produção de conhecimento através trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado e demais publicações nas referidas áreas específicas de conhecimento. Além da participação no planejamento das políticas urbanas, dado o envolvimento e participação dos gestores públicos tanto em nível municipal, como estadual e na esfera central para execução de tais políticas e que envolvem os conselhos gestores, movimentos sociais, ONGs, e demais atores envolvidos, nas redes locais de desenvolvimento local e regional.

Conforme Santana e Sá (2011), o PARU completa trinta anos de luta em busca da garantia dos direitos sociais em Belém e região metropolitana, desenvolvendo na academia a discussão/debate sobre a cidade na ótica capitalista, e das políticas públicas estabelecidas na cidade, direito à cidade, da questão urbana e fundiária, grandes projetos urbanos, bem como as formas de resistência e organização popular. Para isso, suas ações são estabelecidas a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão que ocorrem de forma simultânea e articulada.

O objetivo do programa é contribuir para apreensão da temática referente à questão urbana e à Reforma Urbana por lideranças dos movimentos sociais, discentes, docentes e técnicos, dando centralidade à complexidade das contradições expressas na cidade capitalista, especialmente as políticas de habitação, do saneamento, do transporte/mobilidade e de regularização fundiária e os processos políticos que resultaram na atual legislação urbanística e nas lutas sociais pelo direito à cidade.

O PARU tem se tornado uma referência com relação à abordagem das políticas urbanas e da Reforma Urbana, dentro e fora dos muros da universidade, junto aos órgãos públicos e também com entidades organizadas da sociedade civil, potencializando a discussão do direito à cidade. O Programa tem se articulado junto aos movimentos sociais de Belém com o intuito de capacitá-los para a luta ao direito à cidade e a construção da

cidade justa e igual para todos.

Desse modo, a Universidade voltada para a capacitação crítica dos discentes e estagiários do programa deve ultrapassar a preocupação de responder às demandas do mercado de trabalho e criar novas demandas, o que se constitui em um grande desafio. Nesse sentido, a extensão assim como a pesquisa, são essenciais para aprofundar o conhecimento e permitirem a socialização do saber científico aos movimentos populares urbanos.

2 | REFLEXÃO ACERCA DAS LUTAS SOCIAIS URBANAS

A experiência acumulada ao longo destas décadas de lutas pela reforma urbana em nível nacional e local tem demonstrado que se por um lado, a questão urbana tem se ampliado, conforme estudos realizados, principalmente nas últimas décadas e ao mesmo tempo poucas intervenções por parte do poder público, fato que vem agravando a problemática urbana de Belém. Por outro lado, o agravamento destas questões tem fortalecido as organizações populares que florescem de um projeto comum de determinado grupo ou classe social, a partir das experiências do terreno objetivo, que as levam a formação de representações coletivas, constituindo num primeiro momento em força social que lutam por aquisição de serviços e bens instrumentais imediatos, e mais tarde transformam-se em movimento unificado na luta pela reforma urbana cuja consciência sócio-política conduz na defesa da regulamentação mediata de direitos à cidade. Portanto, é pelo acirramento das desigualdades produzidas pelo processo de urbanização que tem sido articulado a luta por cidadania, por melhores condições de vida, pelo bem estar coletivo das classes populares da RMB.

Vale ressaltar que essas premissas apresentam no seu interior um nível de complexidade e tensão entre os sujeitos envolvidos, conflitos de interesses que confrontam contraditoriamente equidade e acumulação presentes na relação de forças estabelecidas na implementação das políticas públicas. Portanto, nesta arena de lutas sociais, colocam-se interesses antagônicos, o que torna a relação tensa, pois são colocadas em limite, disputas principalmente pela questão da moradia e saneamento ambiental ser uma questão de direito humano ou uma mercadoria.

Entretanto, entende-se que o ideal das políticas públicas seria a equidade principalmente nos direitos civis e sociais, o que significa em outras palavras reduzir ou extinguir desequilíbrios de desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social. A preconização do ideal de justiça e igualdade entre os homens está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a qual o Brasil é signatário, e é também o ideal que inspira a clássica tipologia de direitos de cidadania analisada por T. H. Marshall (1967) que reporta ao conceito de Cidadania que engloba os civis, políticos e sociais¹, para o autor:

¹ Para T. H. Marshall (1967) o conceito de cidadania engloba o que ele chama de “três partes, ou elementos, civil, político e social”. “Assim, os direitos civis correspondem aos direitos à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84).

Os direitos da Cidadania são possíveis de garantia pelo Estado Democrático de Direito através de políticas públicas principalmente as de cunho social, como é o caso do conjunto das políticas urbanas alvo de reivindicação pelo movimento social urbano, que preconiza o direito às cidades mais justas em condições de equidade. Neste sentido, se faz necessário entender as formas de articulação dos diferentes programas governamentais, na tensão entre os que são destinados a maximizar a equidade com as demais políticas governamentais que tem por objetivo maximizar a acumulação.

Na implementação das políticas sociais o Estado funciona com um árbitro nas relações de força estabelecida na reprodução do capital e do trabalho. É como analisa MARSHALL, T. H. (1967):

A obrigação do Estado é para com a sociedade como um todo, cujo recurso no caso do não cumprimento por parte do estado de suas obrigações reside no parlamento ou conselhos locais, e não para com os cidadãos individuais cujo recurso reside num tribunal quase judicial (MARSHALL, 1967, p.97)

Tais experiências têm colocado grandes desafios na trama das políticas públicas locais e regionais, onde os sujeitos envolvidos recorrem a extensão universitária em busca de assessoramento e capacitação para o enfrentamento das questões problemas presentes no processo de planejamento e execução das políticas referentes à questão urbana.

Neste contexto o PARU vem desenvolvendo um significativo trabalho no âmbito da extensão universitária, principalmente no que se refere à prática de assessoria aos movimentos sociais populares que defendem o direito à cidade, tendo como principal premissa o fortalecimento da sua organização em defesa das suas reivindicações e interlocução com o Estado.

Ao analisar essa questão LAVINAS, (2003. p.02) nos remete a seguinte reflexão: a pobreza é urbana “porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção de cidadania urbana”. O terreno do urbano, as cidades, as zonas metropolitanas são espaços privilegiados onde se estabelece o conjunto de relações sociais e a luta pela cidadania a partir das complexas interações e

de imprensa, pensamento em fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça (identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis)”. O segundo elemento se refere aos “direitos políticos que pressupõe em direito de participar no exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo (as instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local).” E por terceiro sinaliza o direito social “que vai de tudo que se refere desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (o sistema educacional e os serviços sociais são as instituições que mais representam esses direitos)”.

determinações entre a sociedade civil, estado e mercado.

É urgente a reversão das péssimas condições de moradia, os riscos ambientais, a vulnerabilidade social são elementos perversos presente no cotidiano das cidades, onde a moradia exerce um papel central para reversão da pobreza aos quais os indivíduos estão submetidos.

3 I A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PARU

O PARU inserir-se no processo de produção e reprodução do espaço urbano numa perspectiva de avanço ao desenvolvimento urbano e regional da Região Metropolitana de Belém (RMB) através da formação profissional, da produção de conhecimento e da formação mais ampla que engloba os agentes envolvidos no planejamento e implementação das políticas urbanas através da articulação indissociável dos eixos fundamentais de ensino, pesquisa e extensão.

Isso é possível através da produção e socialização do conhecimento comprometido com o desenvolvimento urbano ancorado no princípio da democracia participativa e cidadã buscando articular mecanismo para dar conta do desafio de ampliar sua interação com a sociedade e fortalecendo os processos de reforma urbana.

Vasconcelos (1998), afirma que dentre os diversos objetivos da extensão universitária, destacam-se dois que são emblemáticos ao ressaltar o compromisso social da Universidade: primeiro, reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; e, segundo, criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.

Nesta perspectiva, o incentivo a programas e projetos de extensão é fundamental para troca de saberes acadêmicos e populares, tanto em relação ao desenvolvimento da formação crítica aos docente e discente quanto ao fortalecimento de políticas públicas e do controle social, que são elementos centrais na construção da cidadania. Para tanto, se faz mister o fortalecimento da relação universidade e sociedade.

A questão urbana tem sua materialidade na realidade local e regional que tem sua expressão no conjunto das diversas políticas setoriais urbanas: Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento Ambiental, Mobilidade Urbana e demais políticas intersetoriais no âmbito do desenvolvimento urbano e regional.

A questão urbana na RMB se revela através de uma problemática que implicam em índices elevados de déficit habitacional que se expressam na exclusão da população pobre no acesso à moradia, altos índices de insalubridade, acúmulo de dejetos sólidos, alagamentos que somam um conjunto de problemas vivenciados por seus munícipes,

tais condições desumanas de vida tem sido o grande desafio a ser enfrentado pelo poder público local e regional requerendo por parte do Estado ações efetivas para a situação atual do déficit habitacional, sendo que as possibilidades de acesso através do mercado não se apresentam como alternativas de reversão do quadro de precariedade habitacional e infraestrutural (saneamento, transporte coletivo, equipamentos comunitários, acessibilidade etc), presente nos município componente da RMB.

É visível a precarização das condições de moradias na RMB, pois estas áreas são marcadas por um desenho urbano de formação de inúmeras “áreas ilegais”, manifestadas em ocupações de terras urbanas em assentamentos subnormais, comumente em moradia assentadas em áreas alagadas formando as palafitas - como é o caso da cidade de Belém e demais municípios da RMB, expressando a segregação social e espacial que, por sua vez, expressa a baixa qualidade das condições de moradia e, portanto, de reprodução social de forma desumanizada. A formação deste quadro de degradação é constatado no diagnóstico habitacional de Belém (2010) onde lê-se:

Assim, ocuparam áreas públicas e privadas; construíram casas de madeira, taipa e alvenaria, aterraram ruas com caroços de aço e serragem; construíram passarelas de estivas; usaram a água dos igarapés; instalaram ligações clandestinas de rede de abastecimento existente; organizaram-se em movimentos sociais urbanos e construíram estratégias de luta por moradia digna (BELÉM, 2010, p. 05).

A RMB ainda conta, lamentavelmente, com problemas na área de habitação social, reconhecidamente alarmantes. Sabe-se que o déficit habitacional apontada pela Fundação João Pinheiro (2007) somam 111.313 domicílios na RMB. Deste montante, 73.977 estão no déficit do Município de Belém. Conforme Belém (2010, p. 12) “existem 449 assentos precários localizados em 48 bairros dos 73 existentes no município, inclusive as ilhas de Mosqueiro e Outeiro”. Conforme os dados do censo de 2010 do IBGE a RMB possui uma população de 2.101.883 dos quais 1.393.399 residem em Belém em função do seu maior dinamismo sócio econômico em relação aos demais municípios da região.

O espaço urbano da RMB vem sendo profundamente alterado pelo processo de ocupação massiva, que a partir da década de 60 começa sua fase de metropolização, gerando a expansão de Belém às vilas, povoados e municípios próximos como: Icoaraci (vila), Outeiro (ilha de Caratateua), Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e mais recentemente Santa Izabel do Pará. Neste período começa uma intensa ocupação nos vetores de expansão, desprovidos de infraestrutura urbana, equipamentos de uso coletivo, mobilidade, acessibilidade e serviços. Instalaram-se nestas áreas os chamados assentamentos precários com grande contingente de famílias vivendo em condições insalubres e moradias precárias. O ritmo de ocupação destas áreas coloca para Belém e demais municípios componentes da RMB novos desafios, pois as decisões políticas não se limitam ao Município de Belém em si mesmo, mas envolve os demais municípios

circunvizinhos, inclusive regulando determinadas formas de bens e serviços de interesse coletivo

Sabe-se que uma parcela significativa da população tem sido sistematicamente excluída da possibilidade de acesso à moradia e o alto comprometimento da renda com o item habitação, seja na forma de aluguel ou na forma de prestações dentro do Sistema Financeiro de Habitação, constitui um agravante e afeta de forma negativa a qualidade de vida do trabalhador, sobretudo o de renda mais baixa, pois compromete outras despesas correntes como alimentação, vestuário, saúde, educação e transporte.

No conjunto das políticas urbanas, a questão da habitação à população de baixa renda é central, constituindo elemento de lutas, reivindicações e ao mesmo tempo objeto de estudo e pesquisas da realidade habitacional no contexto urbano brasileiro. A pesquisa de Fernandes (2005) demonstra que a realidade habitacional no Brasil, é permeada de contradições e interesses divergentes, que se reflete na produção do espaço urbano. De modo que:

[...] o acesso da população à habitação e à cidade tem sido historicamente submetido aos interesses capitalistas [...]. Em decorrência, as contradições inerentes a este modo de produção, bem como as desigualdades que o caracterizam expressam-se na produção do espaço urbano e geram disputas por sua ocupação e uso. Na mediação dos interesses divergentes aí impressos, o poder público exerce papel relevante, interferindo ativamente na produção da cidade, inclusive por dispositivos legais referentes ao acesso, ao uso e à comercialização da habitação e da terra (FERNANDES, 2005, p. 218-219).

O Estado, através das suas instituições, tem um papel fundamental no processo de planejamento e implementação de políticas urbanas, mas também a sociedade civil constitui-se em elemento fundamental nas relações de forças estabelecida no âmbito das lutas urbanas. Neste sentido, o papel da assessoria exercido pelo PARU é essencial na medida em que orienta e aponta caminhos possíveis rumo às possibilidades que muitas vezes os sujeitos coletivos desconhecem, até mesmo por não possuírem conhecimentos sobre questões como direitos e cidadania.

Dessa forma, as atividades de assessoria e capacitação desenvolvidas pelo programa tais como reuniões de planejamento, cursos, oficinas e seminários têm por pressupostos propiciar a formação sociopolítica das lideranças dos movimentos sociais referendando a questão urbana, subsídios este que possibilita a articulação de suas demandas frente aos órgãos de defesa de direito, bem como o fomento da participação popular e do exercício da cidadania.

Entre as atividades realizadas pelo PARU destaca-se os seminários itinerantes em três bacias à saber: Una, Estrada Nova e Tucunduba, cujo objetivo consistiu em compartilhar os conhecimentos científicos sobre os grandes projetos urbanos e suas contradições em Belém. Como resultado, os moradores politizados tiveram a iniciativa de criar uma

organização popular intitulada Frente das Bacias de Belém (FBB), com objetivo de articular as lutas por melhorias das condições de moradia nas áreas que sofrem grandes impactos nas intervenções urbanas, além do diálogo e apoio aos movimentos das bacias contituídos em cada área específica.

Este foi um passo importante dado pelos moradores no que diz respeito ao enfrentamento das adversidades e letargia do poder público para obtenção de respostas e resolução dos problemas urbanos, sobretudo as questões de teferentes à moradia. A partir de então, a FBB com o apoio do PARU passou a se reunir no sentido de convocar outros moradores para participar e discutir sobre seus direitos e estabelecer estratégias de reivindicação coletiva.

O PARU também vem assessorando a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP), desde 2015, que sofrem com a violação de seus direitos a partir da intervenção urbana de duplicação da avenida perimetral sob responsabilidade do Governo do Estado por meio da Secretária de Desenvolvimento e Obras Públicas (SEDOP). Com o assessoramento e acompanhamento do PARU, novos espaços de diálogos vêm sendo construídos junto à SEDOP para que os danos nas moradias afetadas com as obras de duplicação da via possam ser devidamente reparados. Além de assessorar a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU que atualmente vem sofrendo com os constantes alagamentos e inundações em diversas áreas da Bacia, seja por transbordamento de canais com a capacidade de vazão reduzida por assoreamento, seja por deficiências infraestruturais em função de obras que ficaram pendentes ou inacabadas pelo poder público.

As ações de assessoramento prestado pelo programa constituem-se como elemento chave para fortalecer e aglutinar forças na luta pelo Direito à Cidade, tendo em vista que os assessorados, a partir de então, apresentam uma organização política qualificada no enfrentamento às adversidades vivenciadas no cotidiano da cidade. Assim, o papel da assessoria tem se constituído como suporte imprescindível nos processos de organização popular dos movimentos sociais urbanos da RMB.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de luta pela conquista do direito à cidade percebe-se que muito se tem avançado do ponto de vista do marco legal em nível de direitos legais, entretanto, pouca ação do governo em todos os níveis da esfera pública no sentido de superar o alto déficit habitacional, o saneamento ambiental e demais problemas fundiários e de mobilidade urbana vivenciados na RMB.

A constituição federal de 1988 transfere para a esfera dos municípios a responsabilidade pela gestão e implementação de políticas públicas, entretanto, a descentralização política administrativa é contraditoriamente marcada pela centralização

político-financeiro. Tal diretriz reforça as diferenças regionais e acaba por comprometer a autonomia dos municípios que tem que se ajustarem as diretrizes e normas impostas pela união como condicionante a captação dos recursos públicos.

A participação da sociedade organizada na formulação dos planos locais, programas e projetos sociais de habitação de interesse social e demais políticas urbanas ainda constitui-se um grande desafio para a gestão pública, que ainda não rompeu com os paradigmas de planejamento coercitivo que pouco incorpora os interesses coletivos da população alvo em processos de remanejamento e reassentamento, bem como sua articulação com programas de regularização fundiária e demais políticas urbanas que qualifiquem os espaços de moradia.

Para concluir em linhas gerais pode-se dizer que:

- A omissão do governo em implementar políticas urbanas, presencia-se cada vez mais cidades fragmentadas, resultantes de processos de segregação ou exclusão sócioespacial e de crescimento desordenado nas periferias metropolitanas;
- Verifica-se cada vez mais o aumento do déficit habitacional com a forte presença de assentamentos precários, assim como ocupações em áreas de preservação e risco ambiental;
- Embora se tenha conquistado alguns avanços em nível de marcos legais, a transposição de alguma vontade política expressa em lei não significou a viabilização de projetos rigorosos e coerentes para garantir um acesso mais democrático à cidade para as camadas populares.

O PARU vem acumulando experiências ao longo destas décadas o que tem dado destaque e visibilidade ao programa tanto no âmbito interno da universidade como no olhar externo. A sua forma de intervenção através de uma prática interdisciplinar na realidade local e regional tem possibilitado a rica experiência de integração dos setores da UFPA, bem como sua relação com a sociedade. Esta articulação tem de fato proporcionado experiências inovadoras na dimensão do ensino, pesquisa e extensão que vem acumulando experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, unificação dos movimentos sociais urbanos, na execução de trabalhos técnico-sociais em projetos de intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental.

A possibilidade de inserção nestas experiências tem contribuído para a formação profissional através do ensino, pesquisa e extensão culminando com a produção de conhecimento através dos trabalhos acadêmicos e publicações nas referidas áreas específicas de conhecimento. Destaca-se também neste processo a parceria com o setor público e organizações não governamentais que possibilitam participação nos processo

de planejamento das políticas públicas setoriais e o fortalecimento do controle social na execução de tais políticas que envolvem os atores sociais e sua representação nos conselhos e outras formas de participação, como a experiências da FBB que em parceria com o PARU tem fortalecido a luta organizada pelo direito à cidade.

Ainda com todos os limites impostos a sua execução, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros para realizar seus objetivos, o PARU tem empreendido esforços e usado da sua criatividade para estabelecer parcerias, formar, treinar, capacitar agentes públicos, sociais e acadêmicos envolvidos no programa.

Em um balanço mais geral, o PARU durante três décadas vem desenvolvendo atividades de extensão que tem potencializado e contribuído com o planejamento de políticas públicas locais e regionais no monitoramento de suas ações que podem ser medidas pelas suas produções e acervos, bem como na conquista de avanços na execução de políticas públicas e controle social.

O PARU tem como preocupação contínua ações que contemplem as análises e acompanhamento dos processos via monitoramento e avaliação de cada ação desenvolvida, tendo sempre a preocupação de adequar suas ações a necessidades desejadas pelo seu público alvo, buscando estabelecer métodos de intervenção que possam produzir mudanças com eficácia e oferecendo oportunidades de aprendizagem a todos que dele participam direta ou indiretamente.

Portanto, embora o PARU não disponibilize de recursos financeiros, contando apenas com o financiamento dos bolsistas, pode-se auferir um significativo avanço em nível de relações investigativas e interventivas junto aos órgãos públicos e comunidades locais no debate em torno das demandas sociais e o uso de metodologias participativas na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. SEHAB/IAGUA, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF :Senado Federal, 292 p.

FERNANDES, Lenise Lima. **Trabalho Social e Habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI**. In: POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR E TRABALHO SOCIAL. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações. Acessível em Cf. <<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit-habitacional-no-brasil>> acesso em 10/12/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br> Acesso em 20/junho/2013.

LAVINAS, Lena. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão**: contextos atuais. 75,p., 2003. Mimeo. Disponível em : www.prefeitura.sp.gov.br.

MARSHALL, T. H. (1967). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Edunesp, 1988.

SANTANA, Joana Valente; Maria Elvira Rocha de Sá. (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: enfoque sobre Planejamento, Gestão e Territorialidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução N.º 3.298, de 7 de março de 2005** que dispõe sobre as Atividades de Extensão na Universidade Federal do Pará.

VASCONCELOS, A. M. **Relação teoria/prática**: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

VASCONCELOS.E.M.A (Org). et al. **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: projeto técnico social. Belém: ICSA/UFGA, 2013.

CAPÍTULO 6

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Data de aceite: 04/02/2021

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA.
Universidade Federal do Pará.

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/
Faculdade de Turismo da Universidade Federal
do Pará;

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Universidade da Cidade de Nova Iorque
(CUNY),
Universidade Federal do Pará (UFPA);

RESUMO: O lazer e o turismo são práticas que envolvem relações sociais, culturais e ambientais, a fim de satisfazer a necessidade humana de quebra da rotina. Os jardins botânicos se configuram em espaços ideais para tanto. Neste contexto, este artigo revela o modo como são usufruídos o Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, como espaços de lazer e turismo em Belém (PA), destacando as múltiplas funções ecológicas, ambientais, educacionais e estética desses espaços. Para tanto utiliza-se a pesquisa bibliográfica, documental, de campo, com observação direta e registro fotográfico. Os dados evidenciaram que tais espaços, mesmo recebendo expressivo e diversificado contingente de frequentadores, apresentam algumas limitações, principalmente no que diz

respeito à infraestrutura e à divulgação de seus atrativos. Os resultados sinalizam que, além de estimularem a sensibilização ambiental, o estudo, a convivência com a biodiversidade amazônica e o lazer, os dois espaços contribuem para a qualidade de vida da população urbana local e flutuante.

PALAVRAS - CHAVE: Atividade Turística; Lazer; Áreas Verdes Urbanas; Ambiente Natural.

LEISURE AND TOURISM IN THE

BOTANICAL GARDENS OF BELÉM (PA)

ABSTRACT: Leisure and tourism are practices that involve social, cultural, and environmental connections to satisfy the human need to break the routine. Botanical gardens are ideal spaces for such practices. Thus, the article reveals how the Bosque Rodrigues Alves Zoobotanic Garden of the Amazon as well as the Zoo and Botanical Park Museu Emílio Goeldi (Belém-Pa), are used as leisure and tourism spaces in Belém / PA their multiple ecological, environmental, educational along with aesthetic functions. For this purpose, bibliographic, documentary, field research with direct observation and photography records were used. The data showed that such spaces have some limitations, especially in terms of infrastructure and marketing, despite receiving an abundant and diverse contingent of regulars. In addition to stimulating environmental awareness, education, intimacy with Amazonian biodiversity, and leisure, the parks contribute to the life quality of the local and floating urban population.

KEYWORDS: Tourist Activity; Leisure; Urban Green Areas; Natural Environment.

INTRODUÇÃO

O lazer, como necessidade e prática social presentes de maneiras diferenciadas nas sociedades humanas, permite a compreensão das transformações que se processam no tempo e no espaço. Refletir sobre tal dinamicidade leva ao entendimento dos elementos que influenciaram e determinaram sua prática. Trata-se de experiência única do indivíduo, representada pela busca da sensação de satisfação, desprovida de obrigatoriedade, visando à manutenção do equilíbrio psíquico, social e físico.

Dentre as diversas dimensões do lazer, está a atividade turística, a qual caracteriza-se como um fenômeno marcante na sociedade atual. O turismo revela-se, acima de tudo, como uma atividade que envolve a dinâmica das relações sociais, as questões culturais, a relação com a natureza, o exercício do lazer e o ambiente em que tais práticas se desenvolvem. Em essência, pode-se dizer que é um fenômeno social muito presente na sociedade contemporânea, o qual vem satisfazer a necessidade humana de ir além de seus limites, de sair da rotina, de conhecer e explorar o desconhecido.

Nessa perspectiva, os Jardins Botânicos como espaços de lazer também podem ser classificados como espaços turísticos, pois visam oportunizar mudança de paisagem, pesquisa, saída da rotina, por meio da observação, da sensação de outros modos de vida e do contato com a natureza. Partindo desse pressuposto, este artigo revela um olhar acerca do Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi (Figura 01), na cidade de Belém, capital do Pará, como espaços de lazer e turismo. Ambos são considerados como jardins botânicos e áreas verdes urbanas, os quais apresentam funções ecológicas, ambientais, estética, de lazer, além de atrativos turísticos

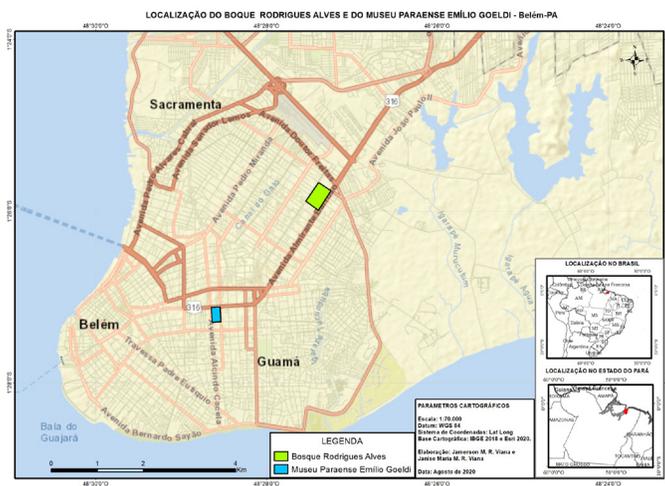


Figura 01: Localização das áreas pesquisadas

Fonte: Viana, 2020.

Segundo Beni (2004), a inclusão dos jardins botânicos na lista de categorização de atrativos turísticos é dada em decorrência de essas instituições serem concebidas e destinadas à conservação e à multiplicação de espécies animais e vegetais, além de objetivarem a preservação e a visitação pública. Essa visitação pode ser realizada tanto por habitantes locais como por turistas.

Nesse sentido, objetiva-se fazer nesta pesquisa uma correlação entre a prática do turismo, a atividade de lazer e a disponibilidade de áreas naturais urbanas, neste caso, os jardins botânicos de Belém. Procura-se demonstrar a compreensão do Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi como espaços de lazer e turismo, assim como analisar a dinamicidade das visitas nestes.

Este artigo está embasado a partir de uma abordagem qualitativa-quantitativa, pois por meio desta é possível evidenciar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo aos anseios da pesquisa desenvolvida. Em consonância com Minayo (2001), assume-se a perspectiva de que dados qualitativos e quantitativos não se opõem, ao contrário, se complementam. A ter-se em vista isso, este estudo envolveu discussões sobre os termos lazer, turismo e jardins botânicos, e simultaneamente o emprego de instrumentos estatísticos na análise dos dados.

Em relação aos instrumentos metodológicos aplicados, destacam-se a utilização de pesquisa bibliográfica e documental, a realização de registros escritos, gravados, fotográficos, a organização de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, a partir de Yin (2010), e a utilização de observação simples em campo. As pesquisas de campo foram realizadas no Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. As coletas de dados ocorreram em outubro de 2019.

Foram realizadas entrevistas com duas categorias de entrevistados: turistas e habitantes locais. A escolha deles foi aleatória. Antes da aplicação do instrumento, foram esclarecidos aos participantes seus objetivos. Foram realizadas 20 entrevistas em cada instituição. Tais entrevistas duraram em média uma hora e obtiveram autorização para serem gravadas e transcritas com base em Simonian (2007; 2006), destaca-se que foi fundamental, para a construção desta pesquisa e alcance de seus objetivos, o uso de pesquisa e registros fotográficos de elementos paisagísticos relevantes dos espaços analisados.

Em função da relevância para Belém e de seus moradores, os jardins botânicos Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi foram selecionados como loci para estudo de caso. A seleção desses espaços para análise também aponta para o desejo de contribuir para a produção científica no que tange à temática do turismo, lazer e jardins botânicos na Amazônia brasileira.

OS JARDINS BOTÂNICOS E SEUS USOS MÚLTIPLOS

Conforme os escritos de Veiga, Tombolato e Colaferri (2003), o termo jardim tem origem nas palavras hebraicas *gan*, que significa proteger, defender, e *eden*, que significa prazer. Nos escritos bíblicos o surgimento dos jardins se confunde com o da própria humanidade por ocasião da criação do Jardim do Éden. Segundo Rocha e Gastal (2016, p. 91), os primeiros jardins botânicos surgiram no século XV, “[...] em decorrência das grandes navegações daquele período, pois os navegadores no seu retorno traziam consigo espécies vegetais. Essas eram então depositadas em áreas fechadas para aclimação”. De acordo com as autoras tais espaços têm como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, manutenção da biodiversidade, preservação do ambiente natural. A isso somam-se as questões educacionais, sociais e estéticas.

No Brasil o primeiro jardim botânico foi criado no século XVII em Recife, (PE) por Maurício de Nassau, junto ao Palácio de Friburgo, entre 1637 e 1644 (PEREIRA; COSTA, 2010). Entretanto, com a saída dos holandeses do território brasileiro, foi destruído na guerra com os portugueses. Na Capitania do Grão Pará e Rio Negro, em 1798, por ordem da Coroa, foi criado por D. Francisco de Souza Coutinho “[...] o único jardim botânico, que de fato funcionou no período colonial, chamado Horto São José” (HEYNEMANN, 2017, p. 1). Este tornou-se “[...] modelo a ser seguido pelas demais capitanias” (SANJAD, 2010, p.20) e referência internacional, por sua importância econômica, suas pesquisas e formação de jardineiros hábeis.

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa, foi criado o mais antigo jardim botânico brasileiro em funcionamento, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerado um dos mais importantes do mundo. Em seu acervo, há espécies de vários ecossistemas do país, inclusive da Pan-Amazônia¹. Com 212 anos de existência, vem ao longo do tempo tornando-se referência nas mais diversas áreas da pesquisa, da educação e do lazer.

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entende-se o jardim botânico como:

Área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (BRASIL, 2003, p.1).

No entanto, muitos dos jardins botânicos, por problemas de gestão, insuficiência de recurso e pessoal, têm dificuldade para atingir seus objetivos primordiais. Seja por não serem priorizados no âmbito da política pública, seja pelo fato mau uso dos espaços naturais pelo público visitante.

Ao traçar uma retrospectiva histórica dos jardins botânicos e parques urbanos,

1 Formada pelo Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname.

Raimundo e Sarti (2016, p. 3) evidenciam que nos últimos 150 anos estes vêm sofrendo grandes mudanças, transformando-se em “[...] expressões de luta pelo direito à cidade e às práticas de lazer e turismo”. Associado a isso esses jardins e parques “[...] refletem um ideal e um imaginário sobre a natureza e meio ambiente dos cidadãos, na tentativa de reencontrar ou religar-se à natureza” (RAIMUNDO; SARTI, 2016, p. 5). Tornam-se reguladores dos serviços ambientais para os urbanos, sofrendo também pressões antrópicas de todas as ordens, a exemplo do Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves e do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA).

A utilização dos jardins botânicos por parte da atividade turística possibilita um contato, uma relação direta com a natureza, podendo proporcionar a dinamização de reflexões e mudança de comportamentos em prol da valorização e preservação ambiental, levando-se assim a uma educação conservacionista. O turismo também contribui para a divulgação dos jardins, gerando dois desdobramentos: o incentivo à conservação e a geração de renda. O planejamento integrado é a metodologia para a minimização dos efeitos deletérios do turismo, devendo envolver órgãos públicos, profissionais do lazer e do turismo, setor empresarial e comunidade do entorno.

Gastal e Silva (2015) informam que o uso dos jardins e parques pelo turismo faz emergir o “turismo de jardins” que está em expansão desde 1990. Tal segmento eclode em Portugal, na Grã-Bretanha, Nova Zelândia e África do Sul em função da disponibilidade de jardins lá existentes. O uso destes para fins de lazer contemplativo remonta ao século XVII. Paulatinamente neles foram incorporados outros equipamentos para o lazer ativo.

Segundo Beni (2004), a inclusão dos jardins botânicos na lista de categorização de atrativos turísticos se dá em decorrência de esses espaços serem concebidos como instituições que são destinadas à conservação e à multiplicação de espécies animais e vegetais, e que visam, além da preservação destas, a visitação pública. Essa visitação pode ser realizada tanto por moradores do entorno como por turistas. Para Segawa (1996), o tratamento paisagístico dispensado aos jardins botânicos acarreta, além das funções ambientais, um importante papel na estética da cidade. Tornam-se espaços de relaxamento diante do estresse diário que acompanha a vida cidadina, por meio da contemplação da paisagem e do contato com a fauna e a flora, bem como de valorização da natureza existente.

Vaz (2003) informa que os jardins botânicos como espaços de lazer passam a ter as seguintes funções: a função educativa, adquirida a partir do contato com os ecossistemas, fauna e flora, também com objetos de pesquisa presentes no espaço; a função pedagógica, pois o indivíduo passa a adquirir novos conhecimentos, experiências e memórias.

Além destas, outras funções são citadas : a função cultural se estabelece a partir das histórias e memórias do acervo presente nos jardins botânicos, desde a sua criação até as instalações/e ou exposições existentes, fomentando e/ou fortalecendo o sentimento de pertencimento; a função compensadora se efetiva a partir da visita a estes espaços a

qual auxilia, pelo contato com a fauna e a flora, na recuperação dos desgastes do cotidiano (VAZ, 2003) e estimula a valorização da natureza e a modificação de comportamentos.

Ao adentrar em um jardim botânico, o visitante estabelece uma relação com a natureza local, podendo perceber as diferenças existente entre este e as grandes cidades, assim como o poder de seus atrativos. “É por meio do lazer que os sujeitos usufruem das diversas modalidades de áreas verdes como parques, passeios, jardins e de uma variedade de tipos de áreas protegidas [...]. O contato com a natureza propicia conforto e bem-estar, satisfação psíquica e física” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2019, p. 147). Como espaços públicos, considerados também patrimônio culturais, merecem proteção e devem ter uma legislação efetiva que os ampare, sendo conservados e mantidos tanto pela gestão pública quanto pela sociedade.

Em Belém, tais espaços funcionam como lócus de entretenimento, educação, memórias e sensibilização ambiental. “A busca pelos jardins nas sociedades contemporâneas deixa de se dar como excepcionalidade e passa a integrar a vida cotidiana das cidades” (GASTAL; ROCHA; CASTROGIVANNI, 2018, p. 184). Evidenciam-se como espaços que podem proporcionar contato com a natureza, atingindo diferentes camadas sociais, seja para diversão, reencontros significativos, relaxamento, prática de exercícios, fins científicos ou lembranças. Os jardins botânicos são espaços singulares e complexos no cotidiano urbano que oferecem condições para manter viva a relação indivíduo e natureza dentro do contexto urbano.

O BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA E O PARQUE ZOBOTÂNICO DO MUSEU EMÍLIO GOELDI

Segundo a Prefeitura Municipal de Belém (s/d), José Coelho Gama de Abreu - o Barão do Marajó – ao encantar-se com um parque tradicional parisiense, o “*Bois de Boulogne*”, projetou uma réplica para a Amazônia paraense, o Bosque Rodrigues Alves, durante o apogeu da borracha². O espaço foi inaugurado como parque municipal em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares, a qual ainda continua a abrigar múltiplas espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico. Retrata a oportunidade de visitantes do Brasil e do exterior, bem como de pesquisadores e habitantes locais, conhecerem um ambiente natural, uma espécie de “laboratório vivo” localizado no bairro do Marco.

No ano de 2002, o Bosque Rodrigues Alves foi enquadrado na categoria de jardim botânico, com base na Resolução n. 266 de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por apresentar características mínimas exigidas para tal. Segundo Viana (2004), o bosque configura-se como um importante patrimônio genético formado por aproximadamente 4.987 árvores, que representam significativamente espécies da flora regional. É gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

² Nesse período conhecido como *belle époque* (1870 a 1915), a economia da borracha promoveu intensas modificações econômicas e estruturais em cidades amazônicas, principalmente em Belém e Manaus.

A fauna do Bosque Rodrigues Alves foi se constituindo ao longo do tempo em fauna livre, fauna em cativeiro e fauna em semicativeiro. No local é possível observar de perto diversos tipos de animais, como pássaros, corujas e gaviões, uma grande variedade de mamíferos, como macacos, preguiças e cutias, de quelônios aquáticos, como tracajás, peremas e muçuãs, além de uma quantidade incontável de jabutis e peixes, dadas as dimensões do lago existente em seu interior. Como Jardim Botânico brasileiro adquire uma função relevante na defesa da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica.

É um espaço público importante para uso da cidade e um influenciador da atividade turística na perspectiva de responder às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e de suas consequências, como a relação lazer-trabalho (BAHIA, 2012, p. 19), na qual o trabalho exerce o ponto central e o lazer é compreendido como “tempo livre” em relação àquele. A representação dos espaços públicos da cidade Belém decorrente dessa dinâmica criou necessidades de áreas verdes voltadas para o lazer, as quais são escassas



Fotografia 1 – Uso do Bosque Rodrigues Alves

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Fotografia 2 - Bosque Rodrigues Alves

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Museu Paraense Emílio Goeldi, por sua vez, foi criado em 06 de outubro de 1866, pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, com o objetivo de estabelecer uma instituição de pesquisa na Amazônia. O nome do museu foi dado em homenagem ao cientista Emílio Goeldi, pessoa de extrema importância para a ciência brasileira e um dos diretores responsáveis pela instituição. É gerido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil, sendo uma das mais importantes instituições de pesquisa do país.

De acordo com Quadros (2019), possui quatro estruturas físicas: o Parque Zoobotânico, o Campus de Pesquisa, situados no município de Belém; a Estação Científica Ferreira Penna, na Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço, no Pará; e o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, em Cuiabá, Mato Grosso. Tais estruturas dão suporte às atividades de pesquisa e educação desenvolvidas nas áreas das ciências humanas, ciências naturais e ciências da terra.

O Parque Zoobotânico tem uma área de 5,4 hectares. Foi criado em 1895, pelo próprio Emílio Goeldi, visando a manutenção e a preservação da flora e fauna amazônica, e, ao mesmo tempo, atuando como elemento incentivador de pesquisa, educação e lazer dos habitantes de Belém. A área do Parque – localizada no bairro de São Braz - pode ser compreendida à luz de Sarti (2009, p. 47) como floresta urbana, isto é, “[...] como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização urbanas, enfatizando os usos e benefícios sociais que podem atingir o conjunto da população abrigada na cidade, assumindo o status de bem público”.

Atualmente e conforme Museu (2020), o Parque Zoobotânico apresenta três coleções que podem ser visitadas e conhecidas: 1) flora: a qual contém aproximadamente 500 espécies botânicas, num total de mais de dois mil indivíduos, incluindo plantas relevantes desde o ponto de vista científico até econômico, podendo ser visualizadas árvores de alto porte e/ ou até mesmo plantas aquáticas; 2) Fauna: a qual dispõe de aproximadamente 80 espécies de animais, totalizando mais de três mil animais, em cativeiro e em liberdade. Apresenta a funcionalidade de espaço de investigação, assim como de sala de aula sobre o habitat amazônico.

Na sequência e nesta coleção é possível se observar peixes, mamíferos, aves, e até mesmo animais em extinção, como a arara-azul e a onça; e 3) Prédios e monumentos presentes no Parque: que é um espaço de cultura e memória, o qual reúne a história da ciência na Amazônia com monumentos, edificações e vultos em tamanho natural de pessoas famosas e anônimos que contribuíram para a instituição.



Fotografia 3– Fauna do Museu Emílio Goeldi

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019



Fotografia 4 – Museu Emílio Goeldi

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Museu Goeldi é uma referência na história natural e social da Amazônia. Segundo Viana (2004), seu Parque Zoobotânico constitui-se em instituição de pesquisa com atividades diversas, sejam estas de caráter científico ou não. O seu objetivo é o de disseminar e propagar conhecimentos diversos acerca da Pan-Amazônia e, simultaneamente, disponibilizar à sociedade os resultados de suas pesquisas científicas, para que todos possam conhecer, valorizar e conservar as riquezas da região amazônica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos termos de Cardoso e Figueiredo (2014), os jardins botânicos ofertam aos indivíduos um retorno à natureza, à prática do lazer, da cultura e do turismo, fato este cada vez mais incomum e distante dos habitantes dos grandes centros urbanos. Em Belém, os dois jardins botânicos existentes e estudados exercem papel importante na preservação e conservação da natureza, no desenvolvimento de práticas educativas ambientais e de

lazer, e no incentivo à pesquisa científica no que se refere à biossociodiversidade da região amazônica.

Em vista disso, a pesquisa realizada em 2019 nos dois jardins botânicos paraenses avaliou a correlação entre a prática do lazer, a atividade turística e a disponibilidade de áreas naturais urbanas. Com relação ao Jardim Botânico Rodrigues Alves constatou-se que as principais motivações da visita são o lazer (50%), seguido pela busca de conhecimento da área (35%) e da prática de esportes (10%). Quanto ao significado do referido jardim.

Os dados sinalizam que a área está voltada primordialmente para o desfrute do lazer. A redução da presença da natureza no interior das metrópoles faz com que praças e parques, inclusive os jardins botânicos, tornem-se espaços especializados para o aproveitamento de um lazer qualificado, tanto para moradores como para visitantes.

Para Silva e Biondi (2013), a prática do lazer nos jardins botânicos responde aos anseios da população urbana do século vigente, em estar em contato com a natureza em espaços de lazer que proporcionem um escape ao estresse diário e uma melhor qualidade de vida. Portanto, na concepção de alguns entrevistados, suas vivências possuem significados relacionados à possibilidade de acesso e do desfrute de uma área verde urbana; aliás, onde ainda é possível ter contato direto com a natureza e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, uma vez que atribuem valor ao uso público de tais lugares.

Durante a pesquisa encontravam-se no lugar frequentadores de diversas faixas etárias - crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos - e de diferentes ocupações profissionais (bancários, educadores, militares, estudantes, autônomos, donas de casa). Ademais, percebeu-se a diversidade de usos e práticas no espaço público, com base nos variados perfis de visitante: turistas, jovens e famílias com crianças.

Todos os entrevistados foram convidados a responder às perguntas: Para você, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia é um atrativo turístico? Se sim, por quê? Você indicaria a visitação do espaço? Todos foram unânimes em responder que o respectivo local é um atrativo turístico. Grande parte respondeu que a área apresenta um pouco da biodiversidade (50%); que é um espaço que favorece a experiência do contato com a natureza no meio do centro urbano (30%); e, por fim, que é a representação de um patrimônio natural da Amazônia brasileira (20%).

O Bosque, como é comumente conhecido, apresenta sob o viés da atividade turística, conforme Cardoso e Figueiredo (2014) e Bahia (2012), uma grande significação, uma vez que comporta símbolos e atributos que o qualificam como lócus de experiência da história, da memória e da cultura amazônica, representada nos monumentos existentes e na arquitetura centenária; e uma vez que acomoda uma relevante variedade de espécies da fauna e flora amazônica, a qual proporciona o contato do visitante direto com o ecossistema amazônico em pleno meio urbano.

Um ponto de destaque é que, embora haja a potencialidade turística, não se observou durante o estudo visitantes agenciados acompanhados de guias. O que se notou

na verdade foram visitantes transitando sozinhos ou em grupos reduzidos, acompanhados de parentes ou amigos, desvendando o Bosque de modo autônomo.

Compreende-se que seu potencial turístico poderia ser melhor aproveitado, pois, embora o respectivo Jardim Botânico seja divulgado como atrativo turístico da cidade em decorrência de seu valor histórico, paisagístico e turístico, não se faz presente nas rotas dos passeios turísticos que são realizados pelo centro histórico da cidade - os denominados city tours - comercializados pelas agências de turismo receptivo.

Em uma análise à luz do turismo, considera-se que o Bosque Rodrigues Alves apresenta um conjunto de qualidades, as quais podem ser experienciadas, conhecidas e exploradas. De acordo com Silva e Carvalho (2013), os jardins históricos, como espaços multidimensionais e multifuncionais, são cada vez mais procurados como territórios de visita e de atividades diversas. E nesse sentido, são essenciais na preservação e no fortalecimento da memória cultural e da identidade coletiva de uma sociedade.

No que se refere à indicação de visita ao Bosque Rodrigues Alves, todos os entrevistados responderam positivamente. Alguns participantes destacaram que, ao adentrar no Bosque, o visitante não realiza meramente uma visita a um ambiente natural, mas também uma vivência em plena floresta amazônica, o que motiva a reflexão, ações em prol da proteção e conscientização ambiental.

Acredita-se, em consonância com Gastal e Fagundes (2015), que os jardins botânicos são espaços para além de suas funções básicas, sejam elas científica, educacional, social, estética, histórica, cultural e ecológica, dentre várias outras que poderiam ser enumeradas. Constituem-se, na realidade, espaços de construção de pertencimento, que devem conduzir a uma cidadania ativa, não apenas no local contextualizado, uma cidadania planetária, no sentido colocado por Edgar Morin (2012), de responsabilidade planetária.

A visita ao Bosque Rodrigues Alves, portanto, revela necessidades funcionais da população, como a prática de esportes e a integração entre os seres para o alcance da qualidade de vida. Associa-se a área à ideia de qualidade ambiental para, na totalidade, atingir a qualidade da sustentabilidade urbana.

O Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, por sua vez, apesar de ser distinto quanto à missão, aos objetivos e à gestão administrativa, apresenta resultados semelhantes relativos aos aspectos analisados no Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia. Nele há um fluxo relevante de visitantes, seja durante a semana ou nos finais de semana.

Quanto à motivação da visita ao Goeldi e o seu significado para os frequentadores, constatou-se que o principal motivo que leva à procura da respectiva área verde é a prática do lazer (55%), seguida da busca de conhecimento (40%) e da prática de esportes, da meditação, do interesse botânico, do descanso, entre outros (5%).

Como lócus de aprendizagem, o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, além de exercer um papel fundamental no diálogo e nas ações de conservação da biodiversidade do planeta, também adota a pesquisa e a educação ambiental como ferramentas para seu

alcance. Realiza parcerias com variadas instituições e com seu próprio entorno. É uma instituição de referência nos estudos e nas pesquisas para a conservação da diversidade biológica animal e vegetal e das relações socioambientais que as envolvem, bem como na divulgação científica e na significação de espaço de lazer no centro urbano.

Com relação à atividade turística, os entrevistados foram convidados a responder e justificar se o Parque Zoobotânico em questão é um atrativo turístico; e se indicariam a visita ao respectivo espaço. Todos os participantes identificaram-no como uma atração turística. A principal justificativa corresponde ao fato de a área ser detentora de um patrimônio natural e cultural singular em pleno centro urbano da capital paraense, fator este de expressiva atratividade para turistas advindos dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo.

O “Museu Goeldi”, como é popularmente conhecido, é também lugar de referência para admiração e passatempo dos habitantes locais que, em programas, projetos e ações relacionadas ao meio ambiente, à cultura e ao turismo, incentivam as múltiplas funções do respectivo espaço.

Para Gastal *et al.* (2018), cada jardim botânico deve ser considerado e tratado como um museu vivo que, para além da materialidade de seus acervos, apresenta-se como repleto de histórias e simbologias naturais e culturais. Esses espaços, conforme Gastal e Fagundes (2015), representam uma tendência educacional para as comunidades nas quais se encontram estabelecidos, além de atuarem como atrativos para atividades ao ar livre, em que moradores do seu entorno e turistas buscam, sobretudo, conhecimentos, aproximação maior com a natureza e lazer qualificado.

Infere-se a necessidade de uma proposta que promova a educação para a sustentabilidade, no contexto dos jardins botânicos, precisamente, segundo Santos e Simonian (2017), embasada em uma abordagem que busque destacar a perspectiva ecológica da crise ambiental, as práticas sociais e a construção de um futuro sustentável. Evidencia-se a ideia de que o aproveitamento turístico em jardins botânicos e áreas de conservação sustenta-se com as mesmas rogativas do retorno ao natural e do contato com o meio ambiente, mesmo quando há inserção do ser humano, oportunizando uma experiência singular dentro da cidade. Em vista disso, esta procura de vivência nestas áreas suscita o reconhecimento e o entendimento da relevância do ambiente natural no contexto em que se vive.

CONCLUSÕES

Nas cidades, nos dias de hoje, a carência de áreas verdes faz com que os equipamentos e atividades de lazer e turismo encontrem nos jardins botânicos um forte aliado. Estes retratam um anseio e um imaginário acerca do ambiente natural, na tentativa de recuperar-se ou reconectar-se à natureza. Desse modo, esses espaços de uso público

vêm assumindo no contexto atual os pressupostos da cidade ideal ou sustentável.

Localizados no centro da urbe belenense, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi são de grande importância por constituírem-se espaços públicos com a presença da natureza no arranjo urbano. Ambos representam oportunidades de vivência aos moradores e aos turistas em seus tempos livres.

As duas instituições recebem constantemente frequentadores, seja em situação de lazer ou de turismo. Também são caracterizadas como espaços indutores de sensações variadas como: a oportunidade para um autorreconhecimento dos que ali frequentam, a conexão com a natureza e o cosmos, a contemplação de templo e paraíso perdido em meio à confusão urbana, a possibilidades de interação com o meio natural, entre outros. Ademais, são reconhecidas como espaços de produção de conhecimento científico e desenvolvimento social na Amazônia brasileira.

Do ponto de vista do lazer e da atividade turística, ambos os jardins botânicos pesquisados ainda necessitam ser mais divulgados, conhecidos e estudados, para que as pessoas possam adquirir conhecimentos acerca de sua importância, sobretudo dos benefícios que essas áreas propiciam à sociedade como um todo.

Os jardins botânicos, além de promoverem a conscientização ambiental, de proporcionarem o estudo e a convivência com a biodiversidade amazônica, configuram-se como um dos mais importantes equipamentos do espaço público da cidade para as práticas de lazer da população local e do turismo. Despertam em seus visitantes a sensação de sair da rotina, o contato com a natureza, e provocam, simultaneamente, não só retornos econômicos, mais principalmente sociais, ao contribuírem para uma melhor qualidade de vida à população urbana local e exógena.

REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C. O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA N° 339**, de 25 de setembro de 2003. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2003/res_conama_339_2003_jardinsbotanicos.pdf>. Acesso: em 20 jul 2020.

CARDOSO, S. L. C; FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA. In: **Sociedade, campo social e espaço público**. Edna Maria Ramos de Castro, Sílvio Lima Figueiredo, Organizadores - Belém: NAEA, p.131-148. 2014.

GASTAL, S.; FAGUNDES, A. Lazer, tempo e espaço: O Jardim Botânico de Porto Alegre, RS. In: XII Seminário ANPTUR, 2015, Natal, RN. **Anais XII Seminário ANPTUR 2015**. Caxias do Sul, RS: Educus. v. 1. p. 1-15. 2015. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/27.pdf>>. Acesso em 10 de jul. de 2020.

GASTAL, S. SILVA, A, V, F. Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre,RS. 12 Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015. **Anais**. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/23.pdf>>. Acesso em 7 jul. 2020.

GASTAL, S. ROCHA, V.; CASTROGIOVANNI, A.C. Jardins botânicos e turismo de jardins: pesquisa de audiência em Porto Alegre e Caxias do Sul, RS. **Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro**, v. 17, n. 1, p.170-186, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1314>>. Acesso em: 27 jul 2020.

HEYNEMANN, C. B. Brasil-história natural. **Glossário da história luso-brasileira**. Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3082&Itemid=358>. Acesso: em 27 jul. 2020.

MINAYO, M. C. de S. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social. In: **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, E. **Cabeça bem-feita. Reformar a reforma, repensar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Prédio e monumentos**. Disponível em: <www.museu-goeldi.br/assuntos/colecoes/parque-zoobotanico/predios-e-documentos>. Acesso em: 31 jul. 2020.

OLIVERA, V. S.; CAMPOS, N. L. O. Dilemas do lazer em áreas protegidas: o caso do Jardim Botânico de Brasília – JBB. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**. Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 146-162, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8712>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PEREIRA, T. S.; COSTA, M. L. M. N. da. Os jardins botânicos brasileiros: desafios e potencialidades. **Ciência Cultura**. São Paulo, v. 62, n. 1, p. 23-25, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2020.

QUADROS, H. do S. A. A epistemologia da educação museal na Amazônia paraense: um estudo sobre o programa o Museu Goeldi de portas abertas. 265 f. **Tese (Doutorado em Educação)**, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11912>>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 6, n.2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2791>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ROCHA, V. GASTAL, S. Turismo, interpretação patrimonial e jardins botânicos: ofrequentador do Jardim Botânico de Caxias do Sul. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 3, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/269>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 20-22, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **Nos jardins de São José**: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873. 2001, 233f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287055>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTOS, A. M.; SIMONIAN, L. T. L. RESEX Marinha Gurupi-Pirirá e políticas públicas educacionais. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 42, p. 308-327, dezembro 2017.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel FAPESP, 1996.

SILVA, R. R. de S.; BIONDI, D. Turismo em áreas verdes: Jardim Botânico, Curitiba, Paraná. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, V. 38, N. 3, p. 565-572, set./dez. 2013

SILVA, S.; CARVALHO, P. Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, V. 6, N. 3, p. 605-625, julho de 2013.

SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Papers do NAEA** N° 196. 2006. ISSN 15169111.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: Kawage, C.; Ruggeri, S. (Org.) **Imagens e pesquisa na Amazônia**: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: Alves. p. 15-52, 2007.

VEIGA, R. F. de A.; TOMBOLATO, A. C. F.; MURATA, I. M.; COLAFERRI, B. Jardins: origem, evolução, características e sua interação com jardins botânicos. **O agrônomo**. Campinas, 54 (2), 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249008477_Jardins_origem_evolucao_e_sua_interacao_com_Jardins_Botonicos>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

VIANA, J. M. M. R. O uso dos Jardins Botânicos enquanto espaço de Turismo e Lazer. **TCC -Trabalho de Conclusão de Curso**. Faculdade de Turismo. Instituto Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; revisão Técnica Cláudio Damacena. – 4. ed.- Porto Alegre: Bookman, 2010.

CAPÍTULO 7

O DISCURSO DO “MAR NO MUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA

Data de aceite: 04/02/2021

Marta Cardoso de Andrade

Universidade Salvador

Salvador - Bahia

<http://lattes.cnpq.br/8667477201125880>

<https://orcid.org/0000-0003-4461-8139>

RESUMO: O turismo é uma atividade econômica em que ocorrem fenômenos de consumo e empregos são gerados. Nota-se que aquários e oceanários servem para dinamizar esse campo ao tornar a musealização do mar uma realidade, como envolvem de forma única a relação do homem com esses ambientes e passam a usar técnicas que permitem sua exploração e a manutenção de organismos marinhos em cativeiro. Ao reconhecer os papéis de pesquisador, educacional e de promotor de entretenimento que os aquários têm, são analisados, neste trabalho, aspectos e a constituição discursiva sobre estes (*ethos*), especialmente, na divulgação que esses assumiram mais fortemente na atualidade e nos locais em que foram instalados. Assim, foi feito um estudo comparativo entre os discursos de dois desses locais no mundo, a saber: o AquaRio do Rio de Janeiro, e o Oceanário de Lisboa. Como resultado, obteve-se os indicadores discursivos de como a musealização desses equipamentos detém intenções claras de divulgar conteúdos ligados à atração (entretenimento) e a educação de visitantes no tocante do respeito à vida marinha, do mesmo modo que contribuem para

dinamizar o turismo em ambos centros urbanos, ao apresentar o mar em formato museu.

PALAVRAS - CHAVE: Aquários; Discurso; Turismo; Educação Científica; Musealização do Mar

THE “SEA AT THE MUSEUM” DISCOURSE IN EDUCATIONAL AND ENTERTAINMENT TOURISM: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE AQUARIUM IN RIO DE JANEIRO AND THE LISBON OCEANARY

ABSTRACT: Tourism is an economic activity in which consumption phenomena occur and jobs are created. It note that aquariums and oceanariums serve to boost this field by making the musealization of the sea a reality, they also involve the relationship between man and these environments in a unique way and use techniques that allow their exploration and maintenance of marine organisms in captivity. By recognizing the research, educational and entertainment roles that aquariums have, in this work, some discursive aspects and the constitution about them (*ethos*) are analyzed, especially in the dissemination that these have assumed more strongly today and in the places where they were installed. Like this, a comparative study was made between the discourse of two of these great locations in the world, namely: Rio de Janeiro Aquarium (AquaRio) and Lisbon Oceanarium. As a result, discursive indicators were obtained of how the musealization of these equipment has clear intentions to disseminate content related to attraction (entertainment) and the education of visitors regarding respect for marine life, in the

same way that they contribute to boost tourism in both urban centers, when presenting the sea in museum format.

KEYWORDS: Aquariums; Discourse; Tourism, Scientific Education; Musealization of the Sea

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo é uma atividade econômica e transformadora do espaço, como também beneficia os locais onde é empreendida e se nota que os aquários e os oceanários contribuem e dinamizam esse campo ao tornar a musealização do mar uma realidade atrativa de visitação. Também terminam por envolver de forma única a relação do homem com esses ambientes; bem como passam a utilizar técnicas que permitem sua exploração e a manutenção de organismos marinhos em cativeiro.

Ao reconhecer os papéis de pesquisa, de entretenimento e educacional que esses espaços possuem, são analisados, neste trabalho, alguns aspectos de constituição discursiva acerca desses (*ethos*), especialmente, a partir da contribuição de cada uma dessas funções e na divulgação que esses assumiram mais fortemente na atualidade e nos lugares em que foram instalados, bem como, é empreendido, neste artigo, um estudo comparativo entre os discursos identificatórios verbalizados por dois desses espaços turísticos no mundo, a saber: o Aquário Marinho do Rio de Janeiro (AquaRio), maior ambiente de cativeiro de espécies marinhas da América do Sul, situado no Rio de Janeiro, cidade brasileira que tem vocação natural para o turismo ligado ao mar; e o Oceanário de Lisboa (OL), segundo maior da Europa, localizado numa das zonas turísticas da capital portuguesa, com um edifício de dois andares para a exposição das espécies e do habitat marítimos.

Para a feitura deste estudo, foi usada a teoria do Turismo e da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a qual igualmente auxilia na feitura do estudo comparativo como método de análise. Isso porque a AD constitui-se teoria e metodologia, uma vez que, segundo Pêcheux (1997), neste campo do saber, ocorre o que se entende como um batimento entre teoria e interpretação. Dessa forma, pôde-se usar a metodologia de análise desenvolvida por Andrade (2020), em que se percebe que o objeto examinado demanda a teoria para ser estudado, o que implica que o pesquisador se serve dos conceitos da AD ao buscar a compreensão e análise do objeto de estudo.

Utilizou-se o material, verbal e imagético, disponibilizado nos sites do AquaRio (<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/>) e no do OL (<https://www.oceanario.pt>) para analisar o discurso desses lugares escolhidos para se realizar este estudo.

2 | OCEANÁRIO DE LISBOA E AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Inicialmente, cabe distinguir os termos “aquário” do de “oceanário”, uma vez que, se há duas palavras, é porque há diferença semânticas entre essas. Assim, para Salgado e

Marandino (2014, p. 872), “O termo ‘aquário’ (sic) como forma de designar o reservatório de água com animais marinhos (sic) é adotado ainda no século XIX (...)”, entretanto, o termo foi acrescido das potencialidades desses espaços,

(...) a partir do século XX, passam a ser referidos claramente como espaços de educação e entretenimento. (...) Ocorre, então, uma mudança de foco dessas instituições, que passam (...) para locais dedicados especialmente à comunicação de conceitos e conhecimentos sobre os organismos marinhos e os ecossistemas que ocupam, mas sendo, também, espaços de lazer (SALGADO; MARANDINO, 2014, p. 874).

Ainda segundo Salgado e Marandino (2014), essa alteração do entendimento do negócio traduz-se em espaços culturais e turísticos que versam sobre a exposição do mar e que ocupam espaços cada vez maiores, como é o caso dos oceanários. Esta denominação foi fornecida numa ampliação à anterior e é a usada mais recentemente aos aquários que detêm tanques com tamanho suficiente para abrigar animais de água doce ou salgada de grande porte. Dessa forma, Kisling Jr. (2001) afirma que são representações detalhadas dos ecossistemas marinhos oceânicos que necessitam de grandes espaços para ter suas condições fielmente recriadas.

Realizadas essas considerações, passa-se a descrição dos dois espaços escolhidos para a feitura deste estudo: o OL e o AquaRio.

O OL foi inaugurado em 1998, no contexto da Expo98, cujo tema foi *Os oceanos, um património para o futuro*. É uma das principais atrações turísticas e de apoio à conservação da vida marinha de Portugal, sendo possuidor de *design* conceitual de arquitetura do norte-americano Peter Chermayeff. Ainda é considerado um dos equipamentos culturais mais visitados da Europa, recebe, em média, 1 milhão de visitantes de todo o mundo por ano (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2018).

Segundo sua administração (entrevista *in loco* realizada em outubro de 2018), com a conclusão do projeto de expansão, em abril de 2011, foi inaugurado o *Edifício do Mar*, obra do arquiteto português Pedro Campos Costa. O novo espaço inclui uma área dedicada a exposições temporárias, recinto para acolhimento aos visitantes, bilheteiras, auditório e restaurante. Também as novas instalações aumentaram a oferta da instituição com serviços que reforçam o papel dessa na promoção do conhecimento dos oceanos, parte da missão do OL, fato destacado por um dos funcionários entrevistados.

Atualmente, o OL possui 22 mil metros de área total distribuídos em 22 aquários e 1 exposição permanente com mais de 8 mil criaturas marinhas, numa área de 7 milhões de litros de água salgada, além de exposições temporárias, estando situado na Doca dos Olivais, no Parque das Nações, que é uma zona atendida por uma infraestrutura completa de transportes, pois fica próxima a estação Oriente, que articula toda a rede de transportes públicos que serve a área oriental de Lisboa, há metrô, ônibus e todos os trens da Linha de Sintra (Amadora e Campolide) e da do Norte, além de uma praça de táxis.

Enquanto o AquaRio, considerado o maior aquário da América do Sul (G1, 2019), foi inaugurado em 2016 e fica na revitalizada Zona Portuária, a qual oferece, além deste, o Museu do Amanhã. Também é uma região agradável para uma caminhada e um mergulho no lindo e colorido mundo marinho.

De acordo com AquaRio (2020e), seu espaço detém 28 tanques com cerca 4 milhões e 500 mil de litros de água, abrigando 350 espécies diferentes, em torno de 8 mil animais. Tudo isso num espaço de 26 mil metros quadrados de área construída. Só a atração principal, que é o tanque *Recinto Oceânico*, conta com 3 milhões e 500 mil litros de água, possui 7 metros de pé-direito e 1 túnel incrível passando por seu interior. O restante de toda essa água está dividido em outros 24 tanques secundários e 3 de toque, estes últimos permitem que o público interaja com alguns dos animais expostos. Num desses de toques é chamado de *Tanque dos Cardumes*, onde é possível ter a sensação de estar dentro de um tanque rodeado de cardumes. Para entrar na concavidade desse, é necessário passar abaixado num pequeno túnel, sem grandes dificuldades.

3 | TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo é uma atividade econômica em quem ocorrem fenômenos de consumo, geram novos empregos, criam-se mercados em que a oferta e a procura terminam se encontrando. Os resultados do movimento financeiro decorrentes dessa área são por demais expressivos e justificam que a atuação dessa seja incluída na programação política econômica de todos os países, regiões e municípios.

Assim o que se observa tanto para o OL como para o AquaRio é que esses têm uma atuação voltada para o preconizado para espaços turísticos, a saber: aproveita os bens da natureza sem consumi-los, muito menos esgotá-los, ao contrário, essa ensina os humanos a preservá-los; emprega mão-de-obra cada vez mais especializada, que impulsiona a pesquisa com descobertas significativas para a vida marinha *in loco* ou em cativeiro; exige investimento de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais, pois são equipamentos demandantes de áreas extensa; proporciona o ingresso de divisas na balança de pagamentos como origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia, bem como valoriza imóveis onde estão implantados e nas suas circunvizinhanças, como ainda impulsionam a construção civil, desafiando essa com estruturas/edificações cada vez mais inusitadas. De acordo como Barbosa (2005),

Os resultados que a atividade turística é capaz de obter, decorrem da movimentação econômico financeira (sic) pelo deslocamento de pessoas de seu local habitual de residência para outros, desde que esse deslocamento seja espontâneo e de permanência temporária.

Rio de Janeiro e Lisboa aproveitam seus potenciais turísticos e,

Ao analisar o fenômeno turismo deve levar em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas. O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o tempo livre dos mesmos (sic) por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essa (sic) duas partes produz (sic) resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico (...) (BARBOSA, 2005, p. 108)

Ao se observar essa lógica, nota-se que, tanto o Rio de Janeiro como Lisboa, são locais os quais disponibilizam atrações turísticas que terminam por ocupar o tempo das pessoas que se deslocaram para as conhecer e se divertir, como também os indivíduos, que estão se deslocando temporariamente, as procuram pelo seus apelos turísticos e pelo que têm a oferecer neste tocante. Dessa maneira, percebe-se que essas apresentam aquário e oceanário, respectivamente, como um atrativo a mais para os turistas, bem como esses estão localizados em áreas detentoras de outros espaços turísticos. Este fato facilita a feitura da roteirização de visitação turística. Como já mencionado, o AquaRio fica situado bem próximo do Museu do Amanhã; enquanto o OL localiza-se no Parque das Nações, igualmente perto do Museu da Ciência, do Teleférico de Lisboa e do Shopping Vasco da Gama. Essas localizações permitem que os turistas consigam aproveitar mais de um espaço cultural num único local, evitando muitos deslocamentos e perda de tempo.

Nota-se que os aquários e os oceanários contribuem, como já citado, para dinamizar o turismo de uma região ao tornar a musealização do mar uma realidade, pois apresentam a vida marinha acontecendo na frente das pessoas que os visitam. Também envolvem de forma única e experiencial a relação do homem com esses ambientes (o que não ocorreria sem a existência desse tipo de equipamento), também usam técnicas que permitem a exploração e a manutenção dos organismos marinhos em cativeiro, sem provocar sofrimento a esses animais, uma vez que são locais com grandes extensões e preparados/ estudados por especialistas para abrigar as espécies ali colocadas.

Ainda cabe reconhecer os papéis de pesquisa, de entretenimento e educacional que os aquários e oceanários possuem e assumiram mais fortemente na atualidade e nos locais em que foram instalados. Dessa maneira, nota-se a importância que esses têm para o turismo nas cidades onde estão instalados. Por exemplo, o OL, em setembro de 2019 completou vinte e cinco milhões de visitantes desde a sua inauguração e,

(...) em 2018, registou o recorde de mais de 1,4 milhões de visitantes, sendo um dos equipamentos culturais mais visitados em Portugal. É uma referência internacional para o conhecimento e a conservação do oceano e foi considerado, já por três vezes, o 'Melhor Aquário do Mundo' pelo 'Travelers' Choice', do TripAdvisor (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2019).

Enquanto o AquaRio, em agosto de 2019, ultrapassou “(...) o número de 3 milhões de visitantes. A marca, que era esperada só para o mês de novembro, quando o aquário completará três anos de operação, surpreendeu a equipe” (G1, 2019). Destaca-se que esses números foram antes da pandemia, mas o que se percebe é que ambos os locais contribuem significativamente para dinamizar o turismo dessas cidades, sendo experiências com a vida marinha no tido museu do mar, ideia de Salgado e Marandino (2014).

4 I CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO AQUARIO E DO OL

Antes de qualquer análise, cabe entender o que vem a ser o termo discurso e, para efeitos deste trabalho, utiliza-se o conceito advindo da AD de linha francesa em que o termo pode ser definido como sendo “(...) efeitos de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2002, p. 21). Assim, os discursos circulantes, socialmente, na atualidade, constituem os seus objetos de sentidos para aqueles que estão envolvidos no ato comunicativo, ou seja, os polos da comunicação, que são a partir do preconizado por Aristóteles ([V a.C.] 1998): o *ethos*, quem fala (ou escreve) o texto que concretiza o discurso e o *pathos*, aquele que ouve ou lê esse mesmo texto, ambos elementos retóricos. Segundo Maingueneau (2005, p. 69), “(...) a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da *adesão* dos sujeitos a uma certa posição discursiva” e

(...) é interessante por causa do laço crucial que ela mantém com reflexividade enunciativa, mas também porque permite articular corpo e discurso (...). A instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso não pode ser concebida como um estatuto, mas como uma “voz” associada a um “corpo enunciante” (...) qualquer texto escrito, (...) tem uma “*vocalidade*” específica (e não, bem entendido, ao corpo do locutor extra-discursivo (sic), a um “*fiador*” que, por meio de seu “*tom*”, atesta o que é dito (o termo “*tom*” tem vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral) (MAINGUENEAU, 2006, p. 61).

Diante disso, cabe se falar em “cena”, a qual os analistas do discurso recorrem à metáfora teatral estoica, segundo a qual a sociedade seria um vasto teatro onde um papel seria atribuído a cada um (Maingueneau, 1997). Pode-se, dessa forma, dizer que a língua comporta todo um arsenal de relações inter-humanas, isto é, toda uma coleção de papéis que o locutor pode escolher para si próprio, apresentando-se a partir desses como enunciator(es), e impor ao destinatário, bem como “Utiliza-se, mais particularmente, a noção de ‘cena’ para a representação que um discurso faz de sua própria situação de enunciação” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 95).

Assim, o OL e o AquaRio vão construir um *ethos* que versa sobre os papéis desempenhados inerentes a esses locais tanto para o de Lisboa como para o do Rio de Janeiro, a saber: o de pesquisador, o de promotor entretenimento e o de educador. Os discursos desses podem se apreendido linguisticamente a partir da contribuição de cada

uma dessas funções e na divulgação que esses assumiram mais fortemente na atualidade e nos lugares em que foram instalados.

O AquaRio (2020a), no papel de pesquisador, apresenta-se discursivamente da seguinte forma:

Em pouco mais de 2 anos, desenvolvemos 26 estudos em conjunto com instituições parceiras, universidades públicas e privadas, além da Marinha Brasileira. Sabe como isso é possível? 5% do valor do Programa de Sócios Anuais é destinado para as pesquisas aqui desenvolvidas.

Percebe-se que o *ethos* do AquaRio se constitui a partir do de outras instituições cariocas de pesquisa conceituadas que cancelam a constituição da voz daquele neste tocante. Salienta-se ainda que, apesar do pouco tempo aberto (2 anos), o aquário aponta um número substancial de desenvolvimento de pesquisa (26), fato que o coloca no papel de pesquisador e incentivador de investigações científicas em andamento e com financiamento já previsto, como já citado. Enquanto o Oceanário de Lisboa (2020k)

(...) apoia a conservação dos oceanos, através da promoção do conhecimento científico sobre as espécies da coleção. É pioneiro na reprodução de algumas espécies, partilha espécies com uma rede internacional de instituições similares, contribuindo para a conservação da biodiversidade marinha.

“O Oceanário de Lisboa participa em programas de reprodução de espécies marinhas da EAZA – Associação Europeia de Zoológicos e Aquários. Estes programas têm como objetivo a gestão de populações de espécies em aquários públicos europeus” (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020m). Dessa maneira, como o AquaRio, o OL, para formar o seu *ethos* neste tocante, papel de pesquisador, constrói seu discurso associando-se à instituições conceituadas na comunidade europeia, ou seja, as organizações objetos deste estudo apoiam-se em outras que possuem expertise na área da pesquisa e, ao fazer isso, imputam em seu *ethos* a responsabilidade do trabalho científico disponibilizado para a sociedade e empreendido junto a fauna marinha.

O OL (2020l) ainda pratica a denominada Medicina da Conservação, a qual é uma área específica e que envolve pesquisas, visando a sustentabilidade entre os seres humanos e a fauna marinhas, como exige o trabalho multidisciplinar de vários especialistas e estudiosos, resultando na construção do *ethos* a partir do papel desempenhado pelo OL, o qual é de uma instituição que investe em um campo científico complexo e com montantes significativos de dinheiro investido neste tipo de atuação.

A construção do *ethos* no papel de educador desempenhado pelo OL é o de quem se preocupa em difundir conhecimento sobre a fauna marinha conservada. Dessa forma, o OL ainda nesse papel desenvolve o *Programa de Educação*, sendo esse resultado da experiência e de um trabalho com dezenas de educadores e centenas de professores, alunos, pais e famílias.

Nesse papel, há um projeto do OL bem ambicioso, descrito como sendo

“(...) o projeto de responsabilidade social mais ambicioso do Oceanário de Lisboa. (...) O Oceanário também vai até si. Espalha pelo país a literacia do oceano para que todos compreendam a sua importância e a urgência de agir pela sua conservação” (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020j).

Do papel educacional, esse é a construção de *ethos* mais complexa, uma vez que a voz/caráter construída pelo OL terá que se manter a mesma ao sair do seu espaço físico e levar o mesmo tom discursivo do seu *ethos*, contudo, isso é o que se presencia.

Acerca do papel de educador do AquaRio, pode-se atestar que esse constrói uma cena discursivo de uma sala de aula lúdica e prática, onde se trabalha de forma multidisciplinar, como o faz também o OL e já exposto, “(...) usando o nosso circuito como ferramenta” (AQUARIO, 2020f). As visitas são de uma hora e trinta minutos de duração e podem utilizar um dos doze roteiros pedagógicos desenvolvidos para cada nível escolar (Ensino Fundamental ou Médio). Ainda afirma que “Além da sala de aula, a gente acredita no conceito de ‘Conhecer para Conservar’” (AQUARIO, 2020f), conceito autoexplicativo.

No AquaRio, há um programa denominado *Dormindo no AquaRio* (AQUARIO, 2020b), destinado às crianças de 5 a 12 anos, fazendo parte da elaboração discursiva do *ethos* tanto no papel pedagógico/educacional com o de promotor de entretenimento. A partir de 3 pacotes, o AquaRio dialoga com as crianças educando-as no respeito a fauna marinha e as entretém, durante a noite, com diversas brincadeiras. Salienta-se que há um dos pacotes, o *Zé Tubarino*, destinado a comemoração de aniversários. O *ethos* construído, nessas 3 vivências, visa, através da diversão proporcionada, o aprendizado do que é visualizado/verbalizado, bem no tom persuasivo pretendido pelo espaço em questão, que é o de preservação da fauna marinha, vista tão de perto.

Na linha ainda do entretenimento, há o programa de *Mergulho no AquaRio* (AQUARIO, 2020d), no qual os visitantes podem experimentar a flutuação no grande tanque oceânico. Assim, discursivamente, ocorre uma incorporação do *ethos* do aquário adquirido via vivência e, no vídeo disponibilizado pelo AquaRio (2020d), o *ethos* do aquário em questão é construído pelos visitantes que verbalizam a experiência vivenciada e, com isso, transferem para o AquaRio todo o seu entusiasmo, possibilitando uma “venda” desse serviço para outros consumidores, os quais são o *pathos* dessa interação. Enquanto, ao analisar o papel de promotor de entretenimento do OL, se observa que este construiu um *ethos* que atua em vários ambientes/ programas e que, como o AquaRio, também é verbalizado juntamente com o educador. Isso pode ser comprovado no texto em que o OL apresenta a possibilidade de realizar a festa de aniversário das crianças de 4 a 7 anos, evento igualmente disponibilizado pelo AquaRio (2020b).

Também no OL, como no AquaRio, no *ethos* do promotor de entretenimento, há o programa *Dormindo com os tubarões*. O Oceanário, para persuadir o seu *pathos*, apresenta os peixes para os visitantes, geralmente crianças, durante a noite e, de dia, essas visitam

todo o local (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020c).

Para o *ethos* do promotor de entretenimento ser bastante convincente e atrativo para atrair o *pathos* necessário, acrescentou-se as já várias atrações existentes no OL outra linguagem que persuade muito: a música. Assim, tanto o programa *Fado Miudinho* como o *Concerto para bebês* unem o mar com a música construindo um *ethos* teatral/musical. Observe o texto que foi elaborado para explicitar o discurso do entretenimento do OL via música estilo fado:

O mar enrola na areia. O que será que ele diz? Canta estórias de além-mar a quem é petiz!

Bom dia, alegria! Lá vai a Rosa Fadista com sardinhas aos molhos e muito para cantar sobre o oceano.

É para encantar mais pequenos (sic) e mais graúdos que o fado se transforma à medida dos mares e enche o palco em frente ao aquário central do Oceanário.

Como se o fado não fosse mágico o suficiente, como se o Oceanário precisasse de mais magia, juntam-se os dois numa explosão de sentidos que estimula a criatividade de todos.

Silêncio que se vai mergulhar no fado. (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020d)

Neste, percebe-se a descrição do *pathos*, almejado para esse programa, explicitado bem na peculiaridade do dialeto da língua portuguesa de Portugal – “mais pequenos e mais graúdos”. Igualmente se presencia um lirismo e um jogo de palavras que leva ao já mencionado tom teatral, o qual também é construído, visto e sentido também no segundo programa citado (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020a). Nota-se, entretanto, nesta construção do *ethos* que são acionados os sentidos e esses se tornam imprescindíveis para assimilar a atmosfera, a cena, teatral apresentada.

Outro *ethos* construído para persuadir o *pathos*, crianças entre 8 aos 14 anos, é o do Programa *CSI - Ciência sob Investigação*. O texto que concretiza aquele elemento retórico é o do discurso oriundo da área policial e de apuração dos fatos, bem como alude a famosa série televisiva denominada de *CSI*, com fotos em que se mostram as roupas, lupa e todo o linguajar que constitui a cena policial investigativa e típica desse universo discursivo. Inclusive é usada a frase que os policiais empregam quando prendem um suspeito de algum crime, adaptado ao contexto da preservação: “*Tudo o que disser e fizer pode e vai ser usado a favor do planeta.*”

O *Férias debaixo de água* do OL e constrói um *ethos* no papel igualmente de educador e de promotor de entretenimento a partir da ideia “(...) aprender é a brincar”.

Esse local ainda é apresentado a partir do discurso da investigação do conhecimento, a saber:

Explorar o oceano e a diversidade marinha, desvendar os segredos dos mares mais profundos e misteriosos, compreender a importância do oceano e as ameaças a que está sujeito fazem parte do que preparamos. Não nos esqueçamos de que a melhor maneira de aprender é a brincar. (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020e)

Também se usa o discurso lírico teatral que igualmente já foi utilizado no programa *Fado miudinho* e no *Concerto para bebês*:

No Oceanário tudo é mágico e único, desde as atividades *hands-on* às visitas, exposições, artes plásticas e até expressão dramática. Uma experiência inesquecível que vai ficar registada no álbum das melhores férias de sempre. (OCEANÁRIO DE LISBOA, 2020e)

Ainda há a presença do discurso da hotelaria, uma vez que os visitantes ficam hospedados um período nas dependências do OL e existe toda uma programação para entretê-los.

No Oceanário de Lisboa (2020g), existem ainda visitas inclusivas para pessoas com deficiência visual e para os surdos, o que no AquaRio não há. Nesta parte, presencia-se o discurso da inclusão, *Oceanário para todos*, no qual se parte das peculiaridades de cada deficiência e é pensado um percurso para que esses indivíduos possam aproveitar a visita (*ethos* desempenhando o papel de promotor de entretenimento) e apreender os conhecimentos acerca do oceano e de sua sustentabilidade (*ethos* exercendo o papel de educador).

Destaca-se que a maioria das fotos e vídeos disponibilizados em ambos os *sites* pesquisados cria a cena discursiva de um museu cuja exposição é o próprio mar, com a recriação da flora para abrigar a fauna deste.

Nota-se que os dois lugares turísticos analisados se utilizam de alguns discursos (educacional, ambiental, lírico teatral, musical, policial, investigativo entre outros) e, assim, constroem o seu *ethos* no papel discursivo de: pesquisador, educador e promotor de entretenimento. Isso é empreendido para conquistar *pathos* que ainda não conhece os espaços ou fazê-lo retornar, daí haver exposições sempre inéditas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, o que se percebe é que o turismo, como atividade transformadora do espaço, disponibiliza espaços, como é o caso dos estudados neste trabalho, que discursivamente atraem visitantes pelo seu apelo de se conhecer o fundo do mar como se estivesse num museu, ou seja, o mar despontando perto dos olhos humanos como uma pintura. Com isso, beneficia os locais onde aquela atividade é empreendida, pois também há junto a esses espaços outros com igual vocação turística em ambas as cidades.

Concebe-se que o discurso é um objeto histórico, cuja materialidade específica

é a língua, mas que igualmente se utiliza de recursos imagéticos para construir a cena discursiva. Dessa forma, o que se pode notar, ao final deste estudo, é que ambos locais adquiram traços de díspares discursos para expor um *ethos* em papel de pesquisador, educador, e/ou promotor de entretenimento, atraindo o almejado *pathos*, pois este deseja experimentar a vivência verbalizada e visualizada.

Também se sabe que feita a desconstrução pela análise do funcionamento discursivo, essa termina por oferecer múltiplas e inusitadas possibilidades de interpretação, bem como isso ainda ganha maior amplitude nos discursos apresentados pelos dois espaços turísticos, uma vez que esses adotam alguns papéis que resultam em construções de *ethos* singulares.

Dessa forma, o que se pode perceber é que um discurso termina por manter sempre relação com outros discursos, principalmente considerando os que compõem o do entretenimento com o educacional. Cabe destacar ainda que o do entretenimento relaciona-se com o: lírico, teatral e musical; da hotelaria; dos eventos; policial e investigativo, ou seja, das séries investigativas, por exemplo. Enquanto o educacional se constitui de discursos como o ambiental e da sustentabilidade. Já o da pesquisa é montado a partir do da biologia marinha e da medicina. Esses todos formam o discurso turístico que constitui tanto o OL como o AquaRio.

Salienta-se que ambos *os sites* analisados se constituem de cenas discursivas de grande similaridade com a de um museu, persuadindo o turista/*pathos* a querer visitar, *in loco*, os espaços apresentados na virtualidade.

Por fim, cabe destacar a necessidade do desdobramentos da investigação deste trabalho em outros que se debruçam em análises individuais de cada lugar estudado em nível de constituição discursiva, ou de contribuição para o turismo, ou ainda em dinamização do desenvolvimento da região na qual estão instalados, pois ambos locais possuem riqueza de material para exames díspares com focos diversos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marta Cardoso de. **O discurso circulante nas organizações**: teoria e metodologia de análise. Letónia, União Europeia: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

AQUARIO. **Aqui tem pesquisa**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/aqui-tem-pesquisa/>>. Acesso em: 10 jun. 2020a.

AQUARIO. **Dormindo no AquaRio**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/dormindo-no-aquario/>>. Acesso em: 10 jun. 2020b.

AQUARIO. **Espaços para eventos**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/espacos-para-eventos/>>. Acesso em: 10 jun. 2020c.

AQUARIO. **Mergulho no AquaRio**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/mergulho-no-aquario/>>. Acesso em: 10 jun. 2020d.

AQUARIO. **Tudo sobre o aquário**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/o-aquario/>>. Acesso em: 10 jun. 2020e.

AQUARIO. **Visita escolar**. Disponível em: <<https://www.aquariomarinhodorio.com.br/visita-escolar/>>. Acesso em: 10 jun. 2020f.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, ([V a.C.] 1998).

BARBOSA, Fábia. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p.107-114, 2005.

COSTA, Pedro. **Extensão do Oceanário de Lisboa**: Edifício do Mar. 2011. Disponível em: <<https://2015.openhouselisboa.com/places/extensao-do-oceanario-de-lisboa-edificio-do-mar-4/index.html>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DICAS DE VIAGENS E CIA. **Conheça o AquaRio, o maior aquário da América do Sul**. Disponível em: <<https://www.dicasdeviagensecia.com.br/aquario-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

G1. AquaRio ultrapassa a marca de 3 milhões de visitantes. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/06/aquario-ultrapassa-a-marca-de-3-milhoes-de-visitantes.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KISLING JR., Vernon. Old collections and menageries. In: KISLING JR., Vernon (Ed.). **Zoo and aquarium history**: ancient animal collections to zoological gardens. Boca Raton, Florida, EUA: CRC Press, 2001. p.1-48.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez (Orgs.). **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar, 2006. p. 52-71.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades**: concerto para bebês. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/concerto-para-bebes/>>. Acesso em: 15 jun. 2020a.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades**: CSI - Ciência sob Investigação. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/csi-ciencia-sob-investigacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2020b.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades:** dormindo com os tubarões. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/dormindo-com-os-tubaroes/>>. Acesso em: 15 jun. 2020c.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades:** fado miudinho. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/fado-miudinho/>>. Acesso em: 15 jun. 2020d.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades:** férias debaixo de água. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/ferias-debaixo-de-agua/>>. Acesso em: 15 jun. 2020e.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades:** festas de aniversário. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/festas-de-aniversario/>>. Acesso em: 15 jun. 2020f.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Atividades:** Oceanário para todos. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/atividades/oceanario-para-todos/>>. Acesso em: 15 jun. 2020g.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Educação:** escolas. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/educacao/escolas/>>. Acesso em: 15 jun. 2020h.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Educação:** Plasticologia Marinha. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/educacao/plasticologia-marinha/>>. Acesso em: 15 jun. 2020i.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Educação:** Vaivém Oceanário. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/educacao/vaivem-oceanario/>>. Acesso em: 15 jun. 2020j.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **O que fazemos no Oceanário:** gestão da coleção. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/conservacao/o-que-fazemos-no-oceanario/gestao-da-colecao/>>. Acesso em: 15 jun. 2020k.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **O que fazemos no Oceanário:** Medicina de Conservação. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/conservacao/o-que-fazemos-no-oceanario/medicina-de-conservacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2020l.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **O que fazemos no Oceanário:** Programa de Reprodução. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/conservacao/o-que-fazemos-no-oceanario/programas-de-reproducao/>>. Acesso em: 15 jun. 2020m.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Oceanário de Lisboa comemorou 25 milhões de visitantes.** 2019. Disponível em: <<https://www.oceanario.pt/noticias/oceanario-de-lisboa-comemorou-25-milhoes-de-visitantes/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **EMAS 2018:** V Declaração ambiental. Lisboa: Oceano Azul Fundação, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, SP, Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelle Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

SALGADO, Maurício; MARANDINO, Martha. O mar no museu: um olhar sobre a educação nos aquários. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 21, n. 3, p. 867-882, jul./set. 2014.

ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Josiane Kossar

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/1162281034620228>

Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas

Universidade Estadual de Ponta Grossa/
Departamento de Turismo
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6976086545282916>

RESUMO; O trabalho de pesquisa desenvolvido está incluso no projeto Turismo Regional: planejamento, organização e desenvolvimento, dando continuidade à pesquisa iniciada em 2017 no tema cicloturismo, buscando subsídios para o entendimento do segmento, abrangendo a área de eventos. Objetivou-se demonstrar que os eventos de ciclismo podem incrementar o turismo em uma localidade e que o desenvolvimento do cicloturismo pode ser favorecido neste contexto sendo trabalhado como produto turístico. Metodologicamente o trabalho se caracteriza pelo levantamento do referencial teórico para embasar a linha de pesquisa utilizada e sua fundamentação: pesquisa sobre eventos de ciclismo e cicloturismo em Ponta Grossa/PR. Posteriormente, foi realizado no período de 08/2018 a 12/2018 o levantamento dos eventos envolvendo ciclismo na cidade de Ponta Grossa/PR. Com o monitoramento foi possível entender

que eventos de ciclismo e de cicloturismo podem gerar incremento turístico com retorno social e desenvolvimento para o município.

PALAVRAS - CHAVE: Turismo, planejamento, segmento.

ANALYSIS ON THE CONTRIBUTION OF CYCLING EVENTS TO CYCLOTOURISM

ABSTRACT: The research work developed is included in the Regional Tourism project: planning, organization and development, continuing the research started in 2017 on the theme of bicycle tourism, seeking subsidies for understanding the segment, covering the area of events. The objective was to demonstrate that cycling events can increase tourism in a locality and that the development of cyclotourism can be favored in this context by working as a tourism product. The first stage of the work deals with the survey on the theoretical framework to support the line of research used and its foundation: research on cycling and cyclotourism events in Ponta Grossa / PR. Subsequently, a survey on events involving cycling in the city of Ponta Grossa / PR was carried out from 08/2018 to 12/2018. Through monitoring, it was possible to understand that cycling and cyclotourism events can generate tourism increase with social refund and development for the municipality.

KEYWORDS: Tourism, planning, segment.

1 | INTRODUÇÃO

Em todos os setores da economia é necessário estar atualizado para atender as

expectativas dos clientes. Com o avanço da tecnologia a internet facilitou a conexão entre pessoas e com lugares de todo o globo, exercendo influência direta no comportamento de consumo.

No turismo, a consequência deste avanço é sentida com a divulgação de destinos em tempo real entre os viajantes, aumentando suas expectativas com o lugar a ser visitado. Para atender as motivações e demandas, o Turismo apresenta diversas segmentações e formatos.

O ciclismo e o cicloturismo vêm se destacando para este fim, pois essas atividades turísticas incorrem em benefícios para os praticantes, para a localidade e para as comunidades onde acontecem, proporcionam a distribuição de renda ao longo das viagens e oportuniza um contato direto entre os praticantes, a comunidade local e o meio ambiente.

A bicicleta é utilizada para atividades de lazer desde sua invenção¹ e apresenta um nicho de mercado no segmento de turismo de aventura que cresce de forma promitente, onde as pessoas buscam conhecer novos destinos utilizando-a como meio de transporte por opção.

O turismo busca no nicho do cicloturismo e do turismo esportivo de ciclismo a motivação para atrair clientes unindo atividade física, natureza e experiências únicas em um só elemento, realizando roteiros de bicicleta.

Neste contexto, a bicicleta surge como um agente facilitador no deslocamento e também como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo local com o cicloturismo, que desperta um segmento promissor com uma proposta de sustentabilidade, vida saudável e experiência única aos praticantes.

2 | REFERENCIAIS TEÓRICOS

Com o decorrer da pesquisa delineou-se um aporte para a fundamentação teórica da utilização da bicicleta no turismo, envolvendo questões sobre segmentação, cicloturismo, turismo de aventura e eventos.

O turismo é um fenômeno que está em constante mutação, adaptando-se as tendências comportamentais e aos hábitos das pessoas, de acordo com o Ministério do Turismo:

O comportamento do consumidor vem mudando, e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. O novo turista tende a ser uma pessoa mais interessada na convivência com a comunidade, quer conhecer seus costumes, e está mais exigente, porque é mais bem informado sobre as opções de produtos e serviços existentes (MTUR, 2010, p. 62).

1 <http://www.escoladebicicleta.com.br/historiadabicicleta.html>

As pessoas buscam por destinos e roteiros que ofereçam produtos diferenciados, porém com conceitos modernos que incluam sustentabilidade, qualidade de vida, simplicidade, interação e proporcione momentos de lazer e relaxamento. Diante destes desafios, o Turismo se reinventa e surgem segmentos especializados para atender as demandas e suas expectativas específicas.

A Organização Mundial do Turismo afirma:

De forma resumida, segmentação é a tentativa de localizar com precisão grupos de consumidores parecidos entre si, na busca para desenvolver e implementar programas de marketing especificamente destinado a suas necessidades (OMT, 2007, p.3).

Para o Ministério do Turismo:

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (MTUR, 2006, p. 03).

De acordo com Lovelock; Wright, (2001) “Segmento, do ponto de vista da demanda, é um grupo de clientes atuais e potenciais que compartilham as mesmas características, necessidades, comportamento de compra ou padrões de consumo.”, ainda segundo Beni (2000):

...a melhor maneira de estudar o mercado turístico é por meio de sua segmentação, que é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos, e também a política de marketing que divide o mercado em partes homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores (BENI, 2000, p. 153-155).

Para Beni a segmentação é positiva, pois

...possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como: faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, incluindo a elasticidade-preço da oferta e da demanda, e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida [...] Dentro de um segmento de mercado, em função, por exemplo, do lugar onde os turistas compram e do tipo de alojamento que utilizam, pode-se falar de subsegmentos de mercado. Um ou vários desses subsegmentos insuficientemente atendidos pela oferta constituem um nicho de mercado (BENI, 2000, p. 153-155).

O Ministério do Turismo (2010) em seu livreto “Segmentação do Turismo e o Mercado” explica:

É importante considerar que dificilmente todas as pessoas de um grupo terão exatamente o mesmo interesse e demanda para um determinado produto ou destino, podendo caracterizar um nicho de mercado. Nichos de mercado são “subsegmentos” dentro dos segmentos de demanda. O nicho é um grupo de consumidores caracterizado por ter necessidades ou expectativas

específicas, diferente das necessidades do resto do segmento. Por isso, deve-se aprofundar na composição do público-alvo escolhido e em suas expectativas.

O comportamento do consumidor vem mudando, e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. O novo turista tende a ser uma pessoa mais interessada na convivência com a comunidade, quer conhecer seus costumes, e está mais exigente, porque é mais bem informado sobre as opções de produtos e serviços existentes (MTUR, 2010, p. 62).

O cicloturismo, pelas suas características, está incluso na segmentação de turismo de aventura, segundo Soares (2007, p.36):

Turismo de aventura é o segmento do mercado turístico que promove a prática de atividade de aventura e esporte recreacional em ambientes naturais e urbanos, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamento específicos, a adoção de procedimentos para garantir segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

Para Roldan (2000, p. 14),

(...) cicloturismo como todo tipo de viagem com um dia ou mais, de duração, que tenha como objetivo conhecer lugares e praticar turismo, utilizando a bicicleta como meio de locomoção, diferenciando-se de outras atividades não competitivas por suas maiores dimensões espaciais, cronológicas e seu planejamento prévio.

Focalizando o desenvolvimento turístico regional com a temática do ciclismo e do cicloturismo, que se encontra em crescimento e apresentam um caráter de interatividade do ciclista com o espaço visitado, os praticantes se tornam multiplicadores, socializando a ideia com seus amigos, desafiando-os a desfrutar de novas experiências, construindo assim uma rede de relacionamentos, sendo que os eventos são uma forma de divulgação do destino bastante eficiente.

Assim, as pessoas se organizam em busca de novas aventuras, de acordo com Ruschel (2008, p. 65) “no Brasil, há diversas rotas em todo país que são percorridas informalmente por cicloturistas. Geralmente são rotas pelo interior brasileiro, por áreas rurais, em estradas de chão, como a rota da Estrada Real”.

De acordo com Soares (2014, p. 13)

O Circuito Cicloturismo Vale Europeu, além de ser o primeiro circuito oficial brasileiro, representou um novo produto turístico para a região do Vale do Itajaí, atraindo um novo e agradável tipo de visitante: o cicloturista. O Circuito permite que o turista permaneça na região por até 7 dias, onde conhece nossas belezas naturais e nossa tradição, contribuindo para o fortalecimento da economia local.

Para a promoção e o desenvolvimento do turismo os eventos são significativos, já que possibilitam o fortalecimento da economia local, a promoção da atividade tema do evento e a consolidação do destino como referência.

Segundo Britto e Fontes (2002, p. 19):

O evento é muito mais do que o planejamento, a programação, a execução e o monitoramento de uma sequência de atividades destinadas a um público específico e realizadas em local apropriado. O evento deve ser pensado como uma atividade econômica e social que gera uma série de benefícios para os empreendedores, para a cidade promotora, para o comércio local, restaurantes, hotéis e para a comunidade.

O setor de eventos movimentava a economia e agrega valor também nos aspectos sociais e culturais da localidade de destino, podendo no futuro beneficiá-la com a promoção de novas possibilidades de negócios na área do Turismo. Segundo Meirelles (1999, p. 21) evento é:

Um instrumento institucional promocional utilizado na comunicação dirigida, com a finalidade de criar conceito e estabelecer imagem de organizações, produtos, serviços, idéias e pessoas por meio de um acontecimento previamente planejado a ocorrer em um único espaço de tempo com aproximação entre os participantes, quer seja física, quer seja por meio de recursos e de tecnologia.

Já para Andrade (1999, p. 31):

Os eventos constituem parte significativa na composição do produto turístico, atendendo intrinsecamente as exigências de mercado em matéria de entretenimento, lazer, conhecimento descanso e tantas outras motivações. Podem representar, quando adequadamente identificados com o espaço onde se realizam, a valorização das particularidades locais, tornando-as partes destacadas da atração.

Dentro desta visão, fundamentando-se em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, os eventos de ciclismo e cicloturismo mostram-se uma forma alternativa de passeio, proporcionando contato direto com a natureza, fazendo com que a pessoa interaja com o meio, permitindo que se explorem rotas rurais ou urbanas, individual ou conjuntamente, enriquecendo o percurso, a experiência, a existência de recursos naturais, culturais e históricos, bem como a infraestrutura.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se pesquisa através de plataforma digital em grupos privados do WhatsApp de praticantes da atividade, onde amigos marcam e se reúnem diariamente para pedalar por iniciativa própria.

De acordo com a metodologia proposta no projeto:

Embasamento Teórico	->	A pesquisa teve sua fundamentação teórica em autores como Janaína Brito & Nena Fontes (2002) na área de eventos; Eva Maria Lakatos & Marina de Andrade Marconi (2007) para metodologia científica; Diego Trelles Ruschel (2008) e THIERRY ROLAND ROLDAN (2000) na área de cicloturismo. Em artigos de revistas e sites especializados como: www.clubedecicloturismo.com.br www.revistaturismo.com.br www.cicloturismo.circuitovaleeuropeu.com.br
Levantamento dos eventos	->	Foram contabilizados um total de oito (8) eventos relacionados ao ciclismo/cicloturismo no período de 08/2018 a 12/2018 no município de Ponta Grossa/PR.
Coleta e análise de dados	->	Subsídios para proceder com a pesquisa a fim de apurar quantos eventos ocorreram, número de participantes, organizadores do evento, pessoal envolvido, estrutura necessária, tipo de evento (passeio ciclístico, cicloturismo, ciclismo de aventura, competição). O pós-evento com os responsáveis pela sua realização, assim como com praticantes do ciclismo/cicloturismo na cidade de Ponta Grossa/PR, através de questionários diretos e indiretos e, também, com entrevistas semiestruturadas.

Quadro 1: Metodologia e estratégia de ação

Fonte: Própria.

A metodologia aplicada foi de estudo exploratória (LAKATOS & MARCONI, 2007), com o acompanhamento e levantamento dos eventos de ciclismo/cicloturismo ocorridos em Ponta Grossa/PR durante os meses de 08/2018 a 12/2018, buscando informações acerca do número de participantes, público envolvido, tipo de evento (passeio ciclístico, cicloturismo, ciclismo de aventura, competição), e sua realização se por setor público, privado ou ambos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As considerações a cerca deste trabalho são de que para auxiliar no desenvolvimento da atividade os eventos são aliados importantes, desde que bem planejados e executados, a participação do poder público, da iniciativa privada e da comunidade é de fundamental importância para o sucesso do evento e posterior consolidação do produto turístico.

Com o levantamento dos eventos ciclísticos no período de pesquisa, buscou-se entender o contexto em que está se desenvolvendo o ciclismo na cidade e de que forma isso pode ajudar a fomentar o cicloturismo em Ponta Grossa/PR.

Os eventos relacionados ao ciclismo e cicloturismo estão acontecendo mais e com número de participantes cada vez maiores, apresentando novas oportunidades de negócios

e desenvolvimento local. Os eventos podem contribuir para a popularização da atividade, pois para acontecerem precisam de uma gestão organizada, planejada e estruturada.

Dos eventos catalogados, no período de 08/2018 a 12/2018, com os dados levantados de divulgações dos eventos na mídia e redes sociais, e com conversas com alguns participantes, o resultado foi o seguinte:

	Data	Cidade	Evento	Tipo	Promoção	Apoio	Participantes aproximados	Acesso a divulgação	Público alvo	Poder público municipal
1	11/08	Ponta Grossa	Dia dos pais	Pedal e corrida	Alex ribeiro bikes	Core treinamento funcional	--	Pouco	Geral	Não
2	02/09	Ponta Grossa	Expo & flor	Passeio ciclístico	Rotary	Rotary	100	Médio	Geral	Não
3	07/09	Ponta Grossa	Pmpg-uvaranas	Inauguração faixa compartilhada	Prefeitura municipal pg	Prefeitura municipal pg	700	Muito	Geral	Sim
4	23/09	Ponta Grossa	1º bpb trânsito	Passeio ciclístico	1º bpm - pr	Amtt	100	Médio	Geral	Sim
5	30/09	Ponta Grossa	Campus parque	Passeio ciclístico	Hu - uepg	Abrace - hu	150	Pouco	Uepg	Não
6	21/10	Ponta Grossa	Desafio mtb	X marathon	Mtb-pg	Iniciativa privada	-	Pouco	Ciclistas mtb	Não
7	11/11	Ponta Grossa	Cabanha rio bonito	Desafio mtb	GI promo	Mtb ultra	620	Pouco	Ciclistas mtb	Não
8	11/11	Ponta Grossa	Xi passeio ciclístico e caminhada	Passeio ciclístico	Faculdade Santana	Fundep	150	Pouco	Geral	Apoio

Tabela 1: Levantamento e análise dos eventos realizados no período de 08/2018 até 12/2018

Fonte: Própria.

A pista Compartilhada para ciclista com extensão de 4 km na Avenida Bispo Dom Geraldo Pellanda, no bairro de Uvaranas, Ponta Grossa/PR, é uma benfeitoria realizada pelo poder público para fomentar o ciclismo e que pode ser aproveitada para o cicloturismo.

5 | CONCLUSÃO/ÕES

A utilização da bicicleta como meio de transporte seja para lazer, para saúde, por esporte, como negócio, cultura ou para contemplação da natureza, são momentos que contribuem para o fortalecimento de uma atividade, no caso os de ciclismo para o cicloturismo. Nesse sentido os eventos de ciclismo contribuem para fomentar e divulgar o cicloturismo, pois agregam cada vez mais praticantes e despertam nas pessoas a vontade de experienciar passeios pedalando por prazer e não por competição, pois o cicloturismo

é inclusivo e proporciona desde pequenos passeios até longas viagens, dependendo do interesse e preparo de seus praticantes.

Pode-se observar que os eventos ocorridos no período da pesquisa foram na maioria promovidos pelo setor privado, sendo ainda tímida a participação do poder público. Contudo serem pouco divulgados, o número de participantes nos eventos é considerável para uma atividade que desponta como tendência e estilo de vida.

Arealização de eventos de ciclismo e cicloturismo movimenta um fluxo de participantes relevante e, assim, gerando divisas para a comunidade receptora e, conseqüentemente, podendo contribuir para o desenvolvimento local.

Um setor de turismo fortalecido desenvolve consideravelmente a economia do município, pois favorece o crescimento do fluxo de visitantes na região e movimenta o comércio local. A administração pública tem papel fundamental para viabilizar o potencial turístico da localidade, propiciando as condições de infraestrutura e planejamento necessários.

As benfeitorias para tornar a prática mais acessível na cidade de Ponta Grossa/PR ainda são escassas, podendo citar a pista Compartilhada para ciclista com extensão de 4 km na Avenida Bispo Dom Geraldo Pellanda, no bairro de Uvaranas, Ponta Grossa/PR como a principal.

Agradecemos à Fundação Araucária que apoia o desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná, incentivando o programa de iniciação científica através da concessão de bolsas aos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. B. **Manual de eventos**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. - Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p.

BRITTO, J. & FONTES, N. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do Turismo**. São Paulo: Ed Aleph, 2002.

CZERWONKA, M. **Cicloturismo desponta como tendência em viagens**. Disponível em: <https://portaldotransito.com.br/noticias/bicicleta/cicloturismo-desponta-como-tendencia-em-viagens/>. Acesso em: Março/2019.

ESCOLA DA BICICLETA. **A história da bicicleta no mundo**. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/historiadabicicleta.html>. Acesso em: Março/2019.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LOVELOCK, C. & WRIGHT, L. **Serviços: Marketing e Gestão**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MEIRELLES, G. F. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: Editora STS, 1999.

OMT. **Handbook on tourism market segmentation: maximising marketing effectiveness**. Madrid: OMT, 2007.

ROLDAN, T. R. **Cicloturismo: planejamento e treinamento**. Campinas: Faculdade de Educação Física - UNICAMP, 2000. 43p. Monografia, Bacharelado em Educação Física, modalidade Treinamento em Esportes.

RUSCHEL, D. T. **A Bicicleta como Meio de Transporte Sustentável no Turismo**. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Turismo da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/4159/3150>. Acesso em: Dezembro/2018.

SOARES, A. G. **Circuitos de Cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros**. 2014. Disponível em: <http://www.clubedecicloturismo.com.br/arquivos/Manual-Circuitos-Cicloturismo.pdf>. Acesso em: Março/2019.

SOARES, J. S. R. **Turismo de aventura: potencialidade para o segmento na cidade de niterói**. Niterói, 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michael. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019. 169 p. il.

CAPÍTULO 9

MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Data de aceite: 04/02/2021

Data da submissão: 06/11/2020

Emerson Aparecido Mouco Junior

Universidade de São Paulo – FEAUSP,
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8198800340012493>

Laiane Maiara Guerreiro Pardino

Centro Universitário Toledo, UNITOLEDO,
Araçatuba - SP
<http://lattes.cnpq.br/5371218319300289>

RESUMO: Em um mundo em que as conexões estão se tornando cada vez mais digitais e em que as empresas estão começando a se tornar mais enxutas, os avanços tecnológicos têm permitido a criação de novos modelos de negócios, baseados em plataformas digitais. Marketplaces como Airbnb ou Uber oferecem serviços inovadores de entrega, criação de valor e captação para seus clientes. No entanto, este tipo de mercado atrelado ao aumento da frota pode ser prejudicial ou gerar um menor impacto para o meio ambiente. O presente artigo buscou analisar através de documentos e publicações de órgãos do setor se isso está ajudando ou não a diminuir a emissão de gases na atmosfera na cidade de São Paulo. Os resultados mostraram que sim, houve melhoras com o tempo, mas que mais investimentos devem ser feitos para que os efeitos negativos sejam ainda mais mitigados.

PALAVRAS - CHAVE: Marketplaces, modelos de negócios, plataformas digitais.

MOBILITY AS A SERVICE AN ANALYSIS IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT: In a world in which they are included, they are becoming increasingly digital and in which companies are starting to become leaner, technological advances have allowed the creation of new business models, based on digital platforms. Marketplaces like Airbnb or Uber innovative delivery services, creating value and attracting customers. However, this type of market linked to the increase of the fleet can be harmful or generate less impact on the environment. This article sought to analyze through documents and publications of sector agencies whether this is helping or not to reduce the emission of gases in the city of São Paulo. The results induced that yes, there have been improvements over time, but that more investments must be made so that the negative effects are further mitigated.

KEYWORDS: Marketplaces, business models, digital platforms.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, há a predominância do transporte individual motorizado no transporte de passageiros. Os carros. O que impacta diretamente nas emissões de gases de efeito estufa e na qualidade do ar dos grandes centros urbanos, já que a maioria dos automóveis é movida a derivados do petróleo como gasolina ou diesel. Mesmo se usassem fontes de energia mais limpas, incentivar o uso deles no lugar de transporte coletivo traz outros problemas: vítimas

de trânsito, congestionamento, custo econômico social e diminuição da acessibilidade da população de baixa renda (IEMA, 2019).

O avanço da digitalização proporciona uma maior conexão e aproximação virtual entre inúmeras pessoas. O aumento da população mundial, que pode chegar próximo de 10 bilhões de pessoas (United Nations, 2019) tem aumentado as pressões por um desenvolvimento sustentável e uma das preocupações que mais tem atraído a atenção é a mudança de hábitos no transporte. O considerável aumento da frota de veículos de 20 para 30 milhões em 10 anos (Detran-SP, 2019), mais especificamente no estado de São Paulo, é um exemplo de como novas modelos de negócios e surgimento de novas ideias podem ajudar com essa preocupação.

Amobilidade como serviço (MaaS – *Mobility as a Service*) é um conceito de mobilidade relativamente recente, com potencial para contribuir para um sistema de transporte mais sustentável. O ponto de partida para o seu sucesso é adquirir uma compreensão mais profunda dos motivos, expectativas, percepções e preocupações dos principais atores (Polydoropoulou, Pagoni, & Tsimpa, 2018).

O presente artigo tem como objetivo principal analisar como as inovações no campo do transporte vem afetando e melhorando, ou não, a mobilidade urbana das pessoas, focado principalmente na cidade de São Paulo onde se encontra a maior concentração de pessoas e veículos no país, que segundo dados do (IBGE, 2018) chegam a 8.295.645 veículos.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inovações em Transporte

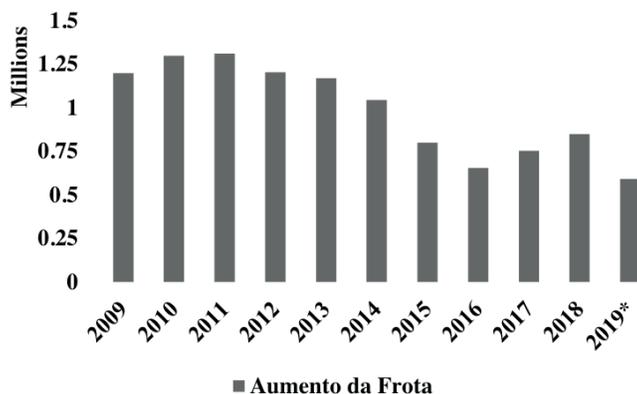
Em um mundo em que as conexões estão se tornando cada vez mais digitais e em que as empresas estão começando a se tornar mais enxutas, os avanços tecnológicos têm permitido a criação de novos modelos de negócios, baseados em plataformas digitais. *Marketplaces* como Airbnb ou Uber oferecem serviços inovadores de entrega, criação de valor e captação para seus clientes. (Pugliese, 2016; Täuscher & Laudien, 2018). Portanto, a inovação é necessária e faz com que alguns processos sejam redesenhados como a cadeia de suprimentos, na gestão de estoques e logística e na produção e entrega destes produtos. (Hewitt, 1994)

As inovações podem se diversificar em produto, processo, serviços ou até mesmo a organização de uma empresa. Segundo (Goldman & Gorham, 2006) a inovação em transportes segue essa mesma linha, pois pode ocorrer nos produtos (veículos), tráfego (processos), tecnologia – da qual podem entrar alguns serviços – e também nas organizações que administram o sistema de uma determinada área, como ocorre por exemplo no estado de São Paulo nas rodovias onde o trecho está sob concessão de alguma empresa privada.

De acordo com Banister (2001) o planejamento de transportes além de combater

o congestionamento nas cidades e ao longo de muitas rotas interurbanas, deve abordar questões de cumprimento dos padrões ambientais, identificação de pontos críticos de poluição e estabelecimento e alcance de metas de redução de tráfego, mas ao mesmo tempo garantir que todas as pessoas tenham níveis adequados de acessibilidade a empregos, serviços e instalações.

O Gráfico 1 mostra o aumento da frota de veículos nos últimos dez anos no estado de São Paulo de acordo com o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN, 2019). É possível notar que apesar da quantidade total de veículos ter aumentado de 20 para 30 milhões segundo os dados do próprio DETRAN, nos últimos anos, possivelmente também por motivos da crise que o país enfrentou, a aquisição diminuiu. Outro ponto a ser considerado, foi a entrada dos aplicativos de mobilidade urbana, a partir de 2014, no país. Sendo assim, muitas pessoas começaram a utilizar mais a carona para realizarem sua mobilidade ao invés do próprio carro.



* Dados coletados até o mês de agosto.

Gráfico 1 – Frota de veículos no estado de São Paulo

Fonte: DETRAN-SP, 2019.

Para Barczak & Duarte (2012) a escolha da população por um determinado modo de deslocamento, dentre os disponíveis em determinada localidade, possui uma forte relação com o custo financeiro envolvido. Além disso, em grandes cidades como São Paulo, o trânsito é um problema grave, que dependendo da escolha, pode ser evitado e consequentemente gerar economia.

O Gráfico 2 apresenta os dados do aumento geral da frota de veículos especificamente na cidade de São Paulo. Atrelado a esse crescimento, a população também cresceu, segundo dados do (IBGE, 2018) a população em 2010 era de 11 milhões e estima-se que

no fim dessa década, agora em 2019, já esteja com mais de 12 milhões de pessoas. Sendo assim, é natural que a frota aumente, o que pode ser levado em conta como mostrado anteriormente são os surgimentos de aplicativos que podem auxiliar a diminuir carros mais antigos e poluidores nas vias de São Paulo.

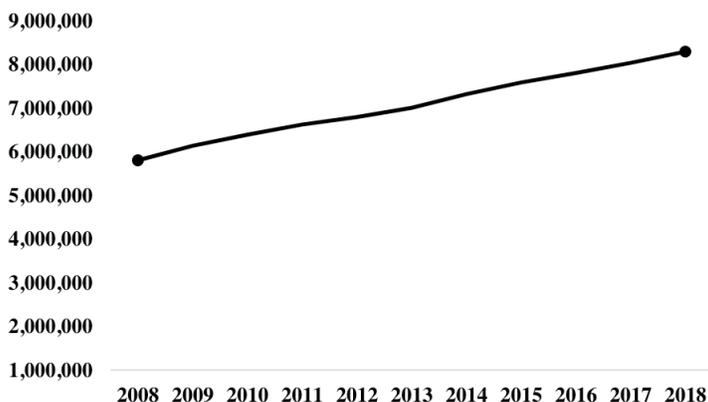


Gráfico 2 – Aumento da frota na cidade de São Paulo

Fonte: (IBGE, 2018)

No centro do desenvolvimento tecnológico estão as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que permitem integração de informações, reservas e pagamentos e suporte à flexibilidade operacional para atender à demanda em tempo quase real.

2.2 Mobilidade como serviço

Com o avanço das TICs surge a “mobilidade como serviço” que segundo (Pangbourne, Mladenović, Stead, & Milakis, 2019) é um produto que permite que os usuários comprem acesso a uma variedade de serviços de mobilidade, incluindo transporte público e serviços comerciais, como aluguel de carro ou táxi e as primeiras manifestações de tais modelos foram avançadas sob o título de sistemas de transporte integrados ou inteligentes (ITS) antes da mobilidade como um serviço entrar no léxico. Os autores citam quatro grupos principais dentre esse novo conceito, sendo que dois possuem maior interação com o presente estudo. O primeiro de economia compartilhada onde há o compartilhamento de ponto a ponto entre os usuários (como por exemplo o próprio Uber, BlaBlaCar etc.). E segundo, o desenvolvimento de aplicativos para celular onde estes fornecem informações de transporte em tempo real, com *crowdsourcing*, utilizando dados abertos ou API (Application Programming Interfaces), como por exemplo o Moovit, Waze etc.

De acordo com (Geissinger, Laurell, & Sandström, 2018) em seu estudo a maioria das pessoas que fazem uso de aplicativos de economia compartilhada, utilizam a mobilidade

como serviço, seguida por hospitalidade (caso do Airbnb) e serviços *On-demand*. Isso demonstra como a busca por alternativas no transporte vem sendo cada vez mais utilizadas. Portanto, o consumo colaborativo vem auxiliando as pessoas que querem diminuir custos e facilitarem suas vidas por meio da utilização em conjunto de determinados bens.

O termo “Consumo Colaborativo” surgiu na literatura na década de 70 por Felson & Spaeth (1978), embasados principalmente como uma continuação da “Teoria da Ecologia Humana” de (Hawley, 1950) onde o autor define a ecologia humana em termos de interdependência entre pessoas, outras espécies e o ambiente físico, especialmente quando as pessoas buscam obter sustento de seu ambiente. Sendo assim Felson & Spaeth nos mostra que qualquer situação em que estamos com amigos, familiares etc., consumindo algo juntos em algum ambiente, por si só já se caracteriza o “consumo colaborativo”.

Através de inúmeros aplicativos surgindo a cada momento, o consumo colaborativo tem se tornado cada vez mais utilizado pelas pessoas. De acordo com (Nwaorgu, 2018) é um conceito emergente, baseado no compartilhamento, aluguel e empréstimo. O envolvimento de muitos indivíduos e agências de serviços neste ramo mostra o sucesso proveniente do uso destas plataformas. Sendo assim, exemplos de plataformas do tipo encontram-se também no transporte, como aplicativos de entregas de comida, produtos, caronas etc.

3 | METODOLOGIA

Para tal pesquisa o método a ser utilizado foi análise de dados secundários qualitativos e quantitativos por meio de documentos e banco de dados disponibilizados pelos órgãos públicos e parcerias público/privado do estado de São Paulo analisando com especificidade a capital paulista. A cidade de São Paulo possui atualmente 503,6 km de vias com tratamento ciclo viário permanente, sendo 473,3 km de Ciclovias/Ciclo faixas e 30,3 km de Ciclo rotas. Para usufruir da integração modal o ciclista conta com 7.110 vagas em 77 Bicicletários públicos e 432 vagas em 27 locais com Paraciclos públicos, instalados nos Terminais de Ônibus, nas Estações de Trem, Metrô e Estacionamentos CET (CET, 2019). Portanto, fora selecionado o local de estudo com maior número de veículos automotores, pessoas e fluxo do país para que fosse verificado ou não tais benefícios da mobilidade como serviço.

4 | ANÁLISE

Nesta seção serão analisados os dados publicados por órgãos públicos e parcerias público/privado da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo, mas com referência principal a capital paulista.

O Gráfico 3 apresenta os principais “vilões” em emissão de gases poluentes na capital. Muito devido a grande frota de veículos e por serem os mais utilizados, os carros e

ônibus são os que mais liberam CO₂ na atmosfera. Juntos estes dois modais representam aproximadamente 190g de CO₂ por km na cidade, próximo ao que representa a média mundial. Portanto, é necessário buscar alternativas que diminuam a emissão de gases e sejam menos prejudicial ao meio ambiente para melhorar a vida dos habitantes da cidade.

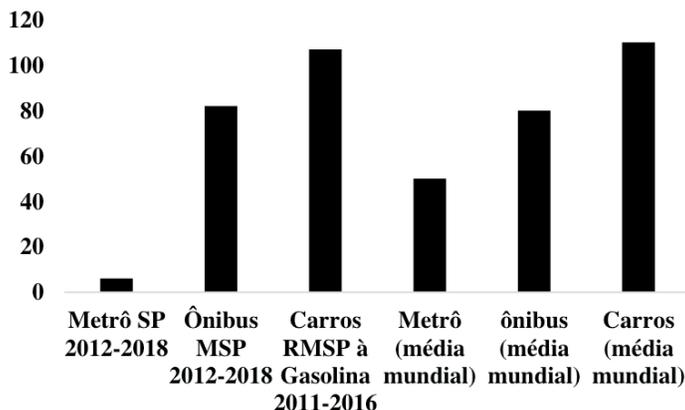


Gráfico 3 - Emissões de gases de efeito estufa por passageiro-km (gCO₂ e por p.km)¹

Fonte: (METRO, 2018)

A Tabela 1 apresenta os efeitos dos poluentes e suas principais fontes que agredem o meio ambiente. De acordo com a (CETESB, 2017) um fator importante que influencia a qualidade do ar são as condições meteorológicas. Períodos com baixa umidade do ar e pouco vento, típicos do inverno no estado de São Paulo, dificultam a dispersão e levam a um aumento da concentração de alguns poluentes, como monóxido de carbono, material particulado e dióxido de enxofre. Nos períodos mais ensolarados, como primavera e verão, há tendência clara no aumento da concentração do ozônio, por ser um poluente secundário que depende da intensidade de radiação solar para ser formado.

¹ Dados de emissão de veículos a gasolina, considerando-se atualizações de autonomia e frota de veículos da RMSP.

Poluente	Características	Fontes principais	Efeitos gerais ao meio ambiente
Partículas Inaláveis Finas (MP2,5)	Partículas de material sólido ou líquido suspensas no ar, na forma de poeira, neblina, aerossol, fumaça, fuligem etc., que podem permanecer no ar e percorrer longas distâncias. Faixa de tamanho $\leq 2,5$ micras.	Processos de combustão (industrial, veículos automotores), aerossol secundário (formado na atmosfera) como sulfato e nitrato, entre outros.	Danos à vegetação, deterioração da visibilidade e contaminação do solo e da água.
Partículas Inaláveis (MP10) e Fumaça	Partículas de material sólido ou líquido que ficam suspensas no ar, na forma de poeira, neblina, aerossol, fumaça, fuligem etc. Faixa de tamanho ≤ 10 micra.	Processos de combustão (indústria e veículos automotores), poeira suspensa, aerossol secundário (formado na atmosfera).	Danos à vegetação, deterioração da visibilidade e contaminação do solo e da água.
Partículas Totais em Suspensão (PTS)	Partículas de material sólido ou líquido que ficam suspensas no ar, na forma de poeira, neblina, aerossol, fumaça, fuligem etc. Faixa de tamanho ≤ 50 micra.	Processos industriais, veículos motorizados (exaustão), poeira de rua suspensa, queima de biomassa. Fontes naturais: pólen, aerossol marinho e solo.	Danos à vegetação, deterioração da visibilidade e contaminação do solo e da água.
Dióxido de Enxofre (SO ₂)	Gás incolor, com forte odor, semelhante ao gás produzido na queima de palitos de fósforos. Pode ser oxidado a SO ₃ , que na presença de vapor de água, passa rapidamente a H ₂ SO ₄ . É um importante precursor dos sulfatos, um dos principais componentes das partículas inaláveis.	Processos que utilizam queima de óleo combustível, refinarias de petróleo, veículos a diesel, produção de polpa de celulose e papel, fertilizantes.	Pode levar à formação de chuva ácida, causar corrosão aos materiais e danos à vegetação: folhas e colheitas.
Dióxido de Nitrogênio (NO ₂)	Gás marrom avermelhado, com odor forte e muito irritante. Pode levar à formação de ácido nítrico, nitratos (os quais contribuem para o aumento das partículas inaláveis na atmosfera) e compostos orgânicos tóxicos.	Processos de combustão envolvendo veículos automotores, processos industriais, usinas térmicas, incinerações.	Pode levar à formação de chuva ácida, danos à vegetação e à colheita.

Monóxido de Carbono (CO)	Gás incolor, inodoro e insípido.	Combustão incompleta em veículos automotores.	
Ozônio (O3)	Gás incolor, inodoro nas concentrações ambientais e o principal componente da névoa fotoquímica.	Não é emitido diretamente para a atmosfera. É produzido fotoquimicamente pela radiação solar sobre os óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis.	Não é emitido diretamente para a atmosfera. É produzido fotoquimicamente pela radiação solar sobre os óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis.

Tabela 1 – Principais poluentes na atmosfera, características, fontes e efeitos

Fonte: (CETESB, 2017)

Como mostrado pela Tabela 1 a maioria dos gases emitidos na atmosfera são derivados da queima de combustível veicular, o que confirma os dados do Gráfico 3. Os resultados são prejuízos causados desde a danificar as camadas atmosféricas até problemas na vegetação, contaminação do solo, doenças respiratórias e oftalmológicas, dentre outros. Não obstante, a Figura a seguir demonstra os horários e quem mais emite poluição na capital.

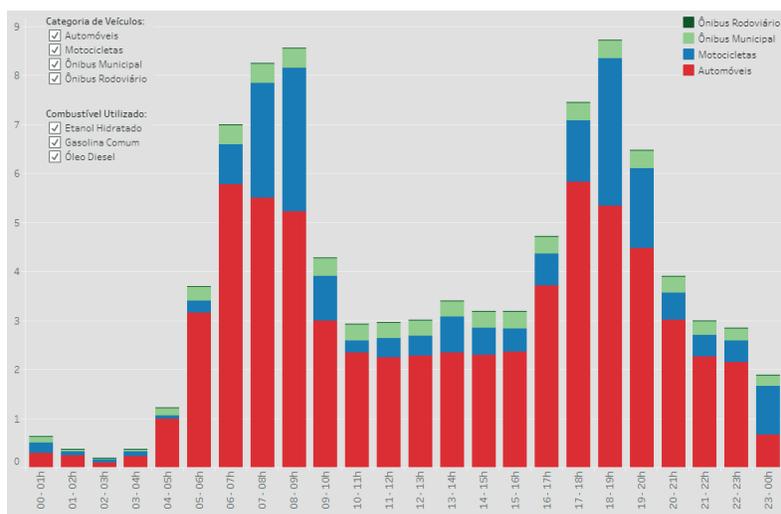


Figura 1 - Emissões de poluentes atmosféricos locais

Fonte: (IEMA, 2019)

A primeira Figura, apresenta dados do Instituto de Energia e Meio Ambiente em São Paulo sobre os impactos de poluição causados pelos veículos que circulam pela

cidade. Com exceção do período das 23 horas até 00, onde as motocicletas causam maior emissão de gases, o restante é extremamente representativo as emissões causadas pelos automóveis convencionais (carros, caminhonetes, caminhões). Sendo assim, é notório que o número de veículos a combustão causa graves problemas principalmente nos horários de picos, das 8 às 9hrs e das 19 às 20hrs.

Uma solução para a continuação da utilização dos automóveis sem prejudicar o meio ambiente seria os veículos elétricos. No entanto, segundo dados da (IEA, 2018) apenas 1% dos veículos no Brasil utilizam este tipo de energia renovável. Muito se dá pela diferença ainda existente dos preços se comparados aos de combustão normal. Portanto, o futuro poderá até ser de muitos carros assim espalhados pelo país, mas até lá leis e incentivos tributários deverão ser criados para facilitar o acesso da população a eles.

O número de automóveis aumentou, devido também ao aumento populacional, mas a aquisição de veículos diminuiu nos últimos ano. O Gráfico 3 demonstra a porcentagem da quilometragem percorrida em diversos modais pelas pessoas na cidade de São Paulo. É notório que os automóveis estão praticamente empatados com o caminhar da população. O grande número de pessoas circulando a pé na capital se dá muitas vezes por ser mais rápido do que utilizarem outros meios, visto que, por conta do trânsito e outros inúmeros problemas que podem ocorrer no trajeto, acabam atrasando o percurso.

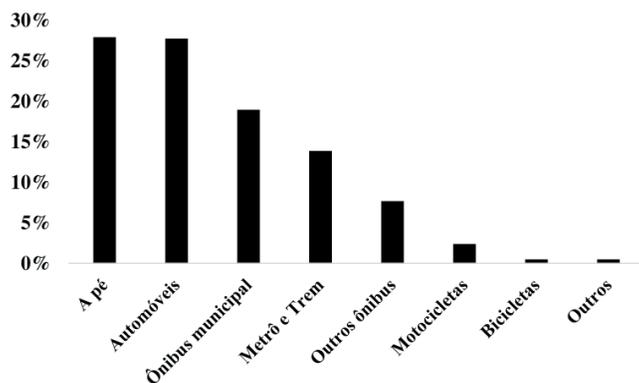


Gráfico 4 - Quilometragem percorrida e divisão modal.

Fonte: (IEMA, 2019)

O número de automóveis aumentou, devido também ao aumento populacional, mas a aquisição de veículos diminuiu nos últimos ano. O Gráfico 3 demonstra a porcentagem da quilometragem percorrida em diversos modais pelas pessoas na cidade de São Paulo. É notório que os automóveis estão praticamente empatados com o caminhar da população. O grande número de pessoas circulando a pé na capital se dá muitas vezes por ser mais

rápido do que utilizarem outros meios, visto que, por conta do trânsito e outros inúmeros problemas que podem ocorrer no trajeto, acabam atrasando o percurso.

No entanto, nem tudo é de se jogar fora sobre o aumento da frota na capital paulista. Com o auxílio das viagens compartilhadas por usuários de aplicativos de mobilidade urbana, foi possível realizar melhores observações sobre o trânsito em São Paulo. Como mostra a Figura 2, o congestionamento vem caindo nos últimos anos, mesmo com o aumento da frota. Sendo assim, isso significa que o número de carros circulando, em um geral, diminuiu o que pode ajudar futuramente a diminuir os gases emitidos na atmosfera.

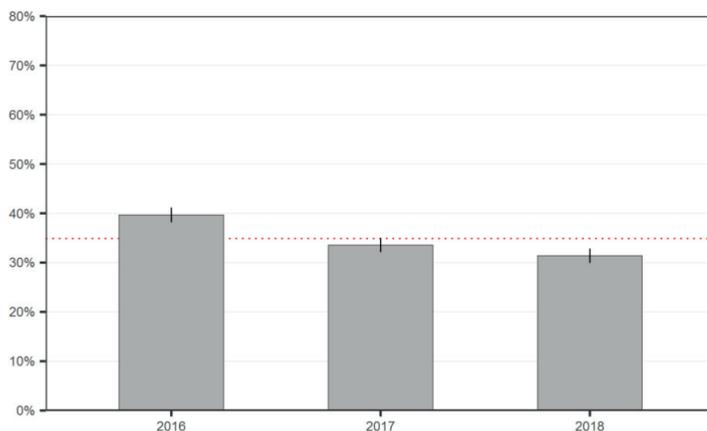


Figura 2 – Índice de congestionamento médio por ano

Fonte: (FIPE, 2019)

A Figura 3 comprova também a diminuição dos congestionamentos por regiões da metrópole. Com foco principal para a Zona Sul e o Centro, que foi o único lugar do qual registrou um aumento no ano de 2017. Fora de São Paulo vale ressaltar a diminuição na cidade de Guarulhos, onde entre 2016 e 2017 caiu aproximadamente 15% em relação ao ano anterior.

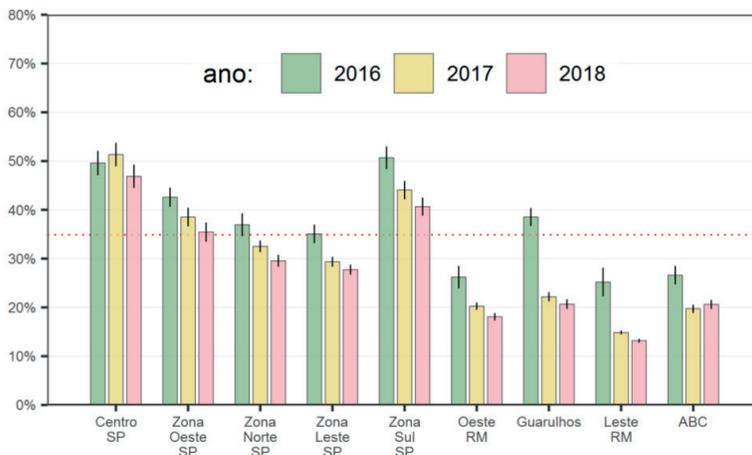


Figura 3 – Índice de congestionamento médio por região e por ano

Fonte: (FIPE, 2019)

5 | CONCLUSÕES

Atualmente é indispensável pensar em modelos de negócios que possam ser cada vez mais sustentáveis e facilitar as vidas das pessoas. Diante do que foi apresentado, os meios de transportes são um dos que mais necessitam dessas inovações, principalmente pela maioria dos que são utilizados hoje emitirem gases poluentes. Sendo assim, também se faz necessário apoio do governo e de empresas para que as ideias possam se tornar viáveis e não ficarem somente no papel.

A mobilidade como serviço auxilia o processo de diminuir a degradação do meio ambiente. No entanto, não se deve pensar nesta como uma “salvadora”, pois ainda existem outros fatores a serem melhorados. Portanto, o uso de aplicativos de caronas para diminuir o trânsito e, em alguns casos, o tempo do percurso, pode ajudar e muito, mas ainda devemos buscar por alternativas melhores para trajetos curtos.

Diante disso, houve melhora nos últimos anos e provavelmente com o tempo irá melhorar ainda mais, mas desde que haja incentivos para isto e divulgação dos benefícios associados reais e não compartilhamento de dados falsos, como acontece muito hoje em dia.

REFERÊNCIAS

Banister, D. (2001). *Transport Planning: In handbook of transport systems and traffic control*.

Barczak, R., & Duarte, F. (2012). Impactos ambientais da mobilidade urbana: cinco categorias de medidas mitigadoras. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 13–32. <https://doi.org/10.1590/s2175-33692012000100002>

CET, C. de E. e T. (2019). *Mapa de infraestrutura cicloviária*. Retrieved from <http://www.cetsp.com.br/consultas/bicicleta/mapa-de-infraestrutura-cicloviaria.aspx>

CETESB, C. A. do E. de S. P. (2017). *Plano de controle de poluição veicular 2017-2019* (Vol. 4).

DETRAN, D. de T. do E. de S. P. (2019). Frota de veículos. Retrieved from <https://www.detran.sp.gov.br/wps/wcm/connect/portaldetran/detran/detran/estatisticastransito/sa-frotaveiculos/d28760f7-8f21-429f-b039-0547c8c46ed1>

Felson, M., & Spaeth, J. L. (1978). Community Structure and Collaborative Consumption: A Routine Activity Approach. *American Behavioral Scientist*, 21(4), 614–624. <https://doi.org/10.1177/000276427802100411>

FIPE, F. I. de P. E. (2019). *Estudo da mobilidade urbana na região metropolitana de São Paulo*.

Geissinger, A., Laurell, C., & Sandström, C. (2018). Digital Disruption beyond Uber and Airbnb—Tracking the long tail of the sharing economy. *Technological Forecasting and Social Change*, (May 2017), 0–1. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.06.012>

Goldman, T., & Gorham, R. (2006). Sustainable urban transport: Four innovative directions. *Technology in Society*, 28(1–2), 261–273. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2005.10.007>

Hawley, A. (1950). *Human Ecology: A Theory of Community Structure*. New York: Ronald Press.

Hewitt, F. (1994). Supply Chain Redesign. *The International Journal of Logistics Management*, 5.

IBGE. (2018). Frota de veículos em São Paulo. Retrieved from 2018 website: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/22/28120>

IEA, I. E. A. (2018). Energy efficiency in Brazil. Retrieved January 3, 2020, from <https://www.iea.org/articles/energy-efficiency-in-brazil-2>

HEMA, I. de E. e M. A. (2019). Mobilidade urbana de baixas emissões. Retrieved from <http://energiaeambiente.org.br/nossos-objetivos/mobilidade-urbana>

METRO, C. do metropolitano de S. P. M. (2018). *Relatório Integrado de gestão da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ*. Retrieved from www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2018.

Nwaorgu, B. (2018). What is Collaborative Consumption? Platforms and Participation of people in Collaborative Consumption – Impact of the New Technologies. *International Journal of Innovation, Management and Technology*, (December), 240–245. <https://doi.org/10.18178/ijimt.2018.9.6.819>

Pangbourne, K., Mladenović, M. N., Stead, D., & Milakis, D. (2019). Questioning mobility as a service : Unanticipated implications for society and governance. *Transportation Research Part A*, (September), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.tra.2019.09.033>

Polydoropoulou, A., Pagoni, I., & Tsimipa, A. (2018). Ready for Mobility as a Service? Insights from stakeholders and end-users. *Travel Behaviour and Society*, (May), 0–1. <https://doi.org/10.1016/j.tbs.2018.11.003>

Pugliese, C. (2016). *Creating Value with Digital Platforms – The Cases of Uber and Airbnb*. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1754.2006.00828.x>

Täuscher, K., & Laudien, S. M. (2018). Understanding platform business models: A mixed methods study of marketplaces. *European Management Journal*, 36(3), 319–329. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2017.06.005>

United Nations. (2019). World population prospects 2019. In *United Nations. Department of Economic and Social Affairs. World Population Prospects 2019*. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12283219>

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 29/12/2020

**Mariana Daniele Bezerra do Nascimento
Tavares**

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – CE

<https://orcid.org/0000-0002-3118-9710>

Alane Siqueira Rocha

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – CE

<https://orcid.org/0000-0002-4863-8236>

Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – CE

<https://orcid.org/0000-0003-3174-2309>

RESUMO: O objetivo deste estudo consiste em apresentar um cenário, para os anos de 2030 e 2060, do número de internações hospitalares para o estado do Ceará. A elaboração do cenário tem como ponto de partida os dados observados do ano de 2010, e tem como foco o sistema público de saúde. No cenário proposto, consideram-se somente as mudanças populacionais na determinação futura do número de internações hospitalares. Assim, a metodologia adotada consiste em uma combinação entre as projeções populacionais para os anos de 2030 e 2060 e as taxas de utilização dos serviços de saúde sem alterações ao longo do tempo de projeção. Os resultados desse cenário mostram que, se as taxas de internação observadas se mantiverem

inalteradas ao longo do tempo, apenas o processo de envelhecimento populacional em curso no Ceará acarretará uma significativa elevação do número de internações hospitalares no sistema de saúde nas próximas décadas.

PALAVRAS - CHAVE: Internações hospitalares; Envelhecimento; Ceará; Projeções.

DEMOGRAPHIC CHANGES AND HOSPITALIZATIONS IN THE PUBLIC HEALTH SYSTEM: PROJECTIONS FOR CEARÁ

ABSTRACT: The goal of this study is to present a scenario, for the years 2030 and 2060, of the number of hospital admissions to the state of Ceará. The scenario elaboration has as its starting point the data observed for the year 2010, and focuses on the public health system. In the proposed scenario, only population changes are considered in the future determination of the number of hospital admissions. Thus, the methodology adopted consists of a combination of population projections for the years 2030 and 2060 and the health service utilization rates without changes over the projection time. The results of this scenario show that, if the hospitalization rates observed remain unchanged over time, only the population aging process underway in Ceará will lead to a significant increase in the number of hospital admissions in the health system in the coming decades.

KEYWORDS: Hospitalizations; Aging; Ceará; Projections.

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças na estrutura etária da população do Brasil nas próximas décadas são parte do processo de transição demográfica (ALVES, 2008). As projeções demográficas indicam um acelerado processo de envelhecimento do país, com uma importante redução do peso relativo dos jovens na composição da população, conformando uma estrutura etária com maior participação relativa da população adulta e idosa (ALVES, 2008; CARVALHO; WONG, 2008).

Com o processo de envelhecimento populacional em curso, são esperados efeitos sobre os serviços de saúde. Estudos relacionados com a alocação de recursos na área da saúde no Brasil mostram que as mudanças demográficas geram impactos sobre os serviços de saúde e que o envelhecimento populacional tende a acarretar aumento dos gastos (KILSZTAJN *et al.*, 2003; BERENSTEIN, 2005; BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008; REIS; NORONHA; WAJNMAN, 2016).

Entre os idosos, as taxas de utilização dos serviços públicos de saúde são mais elevadas (BERENSTEIN, 2005). Estudos mostram que, após as primeiras idades, as taxas de internação no sistema de saúde apresentam um comportamento de crescimento com o avançar da idade, ao passo que os custos médios de internação não necessariamente seguem essa tendência, podendo apresentar um declínio nas idades mais longevas (NUNES, 2004; BERENSTEIN, 2005)

Considerando que o processo de envelhecimento populacional do país avançará nos próximos anos, torna-se importante a compreensão de seus impactos sobre a demanda por serviços de saúde. Nesse sentido, estudos com cenários para o futuro, considerando as projeções populacionais para o Brasil, sugerem que os efeitos do envelhecimento serão relevantes para os gastos da saúde pública nas próximas décadas (KILSZTAJN *et al.*, 2003; RODRIGUES, 2012).

Tendo em vista contribuir com os trabalhos sobre o envelhecimento populacional e seus impactos sobre os serviços de saúde, o objetivo deste estudo consiste em apresentar um cenário, para os anos de 2030 e 2060, do número de internações hospitalares para o estado do Ceará. A elaboração do cenário tem como ponto de partida os dados observados do ano de 2010, e tem como foco o sistema público de saúde.

2 | DADOS E MÉTODO

Para a elaboração de um cenário futuro considerando os impactos do envelhecimento populacional sobre o aumento do número de internações hospitalares, adota-se a hipótese de que a taxa de utilização do serviço de saúde por grupos etários não se alterará ao longo do tempo. Essa hipótese tem como ponto de partida os dados observados do ano de 2010.

No cenário proposto, consideram-se somente as mudanças populacionais na determinação futura do número de internações hospitalares. Assim, a metodologia adotada

consiste em uma combinação entre as projeções populacionais para os anos de 2030 e 2060 e as taxas de utilização dos serviços de saúde sem alterações ao longo do tempo de projeção.

Os dados relativos à internação hospitalar são provenientes do Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde. Esses dados referem-se ao ano de 2010. Os dados populacionais de 2010 são provenientes do Censo Demográfico desse ano, e de 2030 e 2060 são provenientes das projeções população elaboradas pelo IBGE (2018).

Os dados de população e número de internações hospitalares, para o ano de 2010, foram utilizados para calcular as taxas de internação por faixas etárias. Essa taxa corresponde à razão entre número de internações e a população, calculada por grupo etário. Para a elaboração do cenário aqui proposto, considera-se que as taxas de internação hospitalar em 2030 e 2060 serão iguais às taxas de 2010.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como o Brasil, o Ceará também passa por mudanças demográficas, com declínio dos níveis de fecundidade e mortalidade, e alterações na composição etária (MONTEIRO, 2013). O estado deverá experimentar um importante envelhecimento de sua estrutura etária nas próximas décadas. As prováveis mudanças na composição populacional, definidas a partir dos dados das projeções demográficas do IBGE (2018), podem ser analisadas com base na Figura 1.

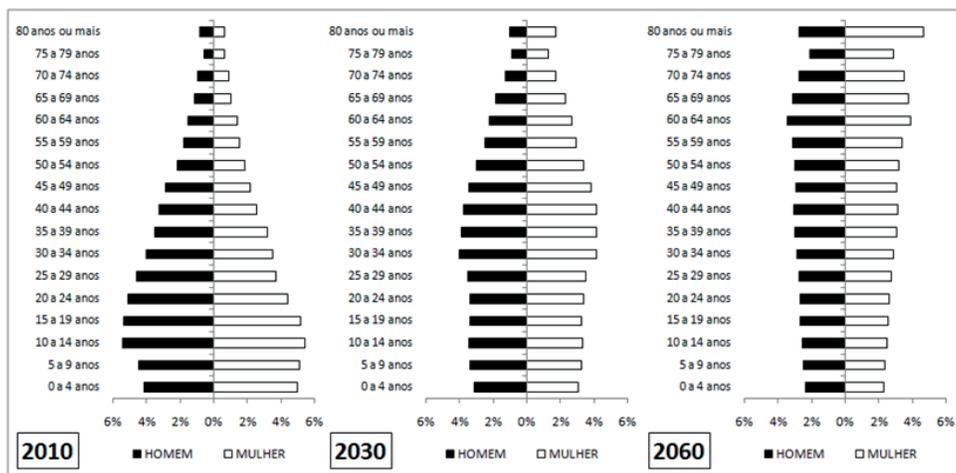


Figura 1 – Estrutura etária do Ceará – anos de 2010, 2030 e 2060

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE/SIDRA; e das projeções populacionais do IBGE (2018).

Analisando as estruturas etárias do estado do Ceará dos anos de 2010, 2030 e 2060, observa-se, ao longo do tempo, um estreitamento da base das pirâmides etárias, aumento da participação dos adultos e, principalmente, dos idosos na composição da população. Esses resultados revelam que o envelhecimento populacional alcançará um estágio avançado nas próximas décadas.

Considerando as mudanças projetadas para a composição populacional do Ceará nos próximos anos, pode-se esperar que seus impactos ocorram no sentido de um aumento da demanda por serviços de saúde. No que se referem às internações hospitalares, os estudos para o país indicam que as taxas de internação são mais elevadas nas primeiras idades e nas idades mais avançadas (NUNES, 2004; BERENSTEIN, 2005; BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008).

Analisando o caso do Ceará, observa-se que as taxas de internação, para o ano de 2010, apresentam uma trajetória de crescimento com a idade, em especial entre os idosos. Ademais, observam-se especificidades das primeiras idades, e que, no caso das mulheres, o período reprodutivo gera um efeito de elevação das taxas de internação entre as idades de 15 e 49 anos. Esses resultados podem ser observados na Figura 2.

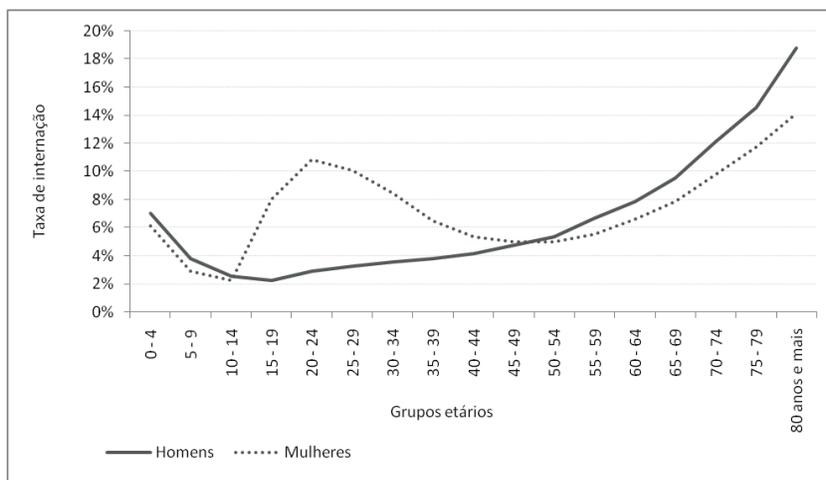


Figura 2 – Taxas de internação hospitalar por faixas etárias – Ceará, 2010

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE/SIDRA; e do Sistema de Informações Hospitalares - DATASUS/MS

O comportamento das taxas de internação, observadas para o Ceará em 2010, acompanha os resultados apresentados por outros estudos. Taxas de internação crescentes com o avançar da idade, assim como diferenças entre homens e mulheres decorrentes do período reprodutivo, foram observadas para o Brasil em estudo de Nunes (2004), e por

Berenstein (2005) para algumas das capitais estaduais.

Analisando os grupos etários do Ceará em 2010, observam-se, para homens e mulheres, taxas de internação em torno de 7,5% entre 0-4 anos, mas as diferenças entre os sexos aumentam nas idades seguintes. Entre os homens, as taxas de internação são inferiores a 5% para as faixas de idade entre 5 e 49 anos. Entre as mulheres, as taxas nas idades entre 15 e 49 anos englobam o período reprodutivo e as internações relacionadas, o que eleva as taxas femininas.

Após a idade de 50 anos, as taxas de internação seguem uma trajetória de elevação, para homens e mulheres. Observa-se uma relação entre o aumento da idade e das taxas de internação, com valores mais elevados das taxas ocorrendo nas faixas de idade mais avançadas. Para o grupo com 80 anos e mais, as taxas se aproximam de 15% entre as mulheres, e de 20% entre os homens (GRÁFICO 2).

É interessante notar que as taxas de internação masculinas são mais elevadas do que as taxas femininas nas idades anteriores e posteriores ao período reprodutivo feminino. Nas idades avançadas, aumentam as distâncias entre as taxas de homens e mulheres. Essas diferenças entre os sexos, no que se refere às taxas de internação, são observadas em outros estudos, e podem ter relação com o comportamento de homens e mulheres no que se refere aos cuidados com a saúde (NUNES, 2004; BERENSTEIN, 2005).

Tendo em vista apresentar um cenário para as taxas de internação do estado Ceará em 2030 e 2060, combinam-se as taxas observadas em 2010 com as projeções populacionais para os referidos anos. Nesse sentido, os resultados ilustram um cenário específico, que revela os efeitos do envelhecimento populacional sobre o número de internações, se mantidas fixas as taxas observadas de internação no estado.

Os resultados do cenário para o número de internações no Ceará para os anos de 2030 e 2060 podem ser observados nas Figuras 3 e 4, as quais apresentam os dados para homens e mulheres, respectivamente.

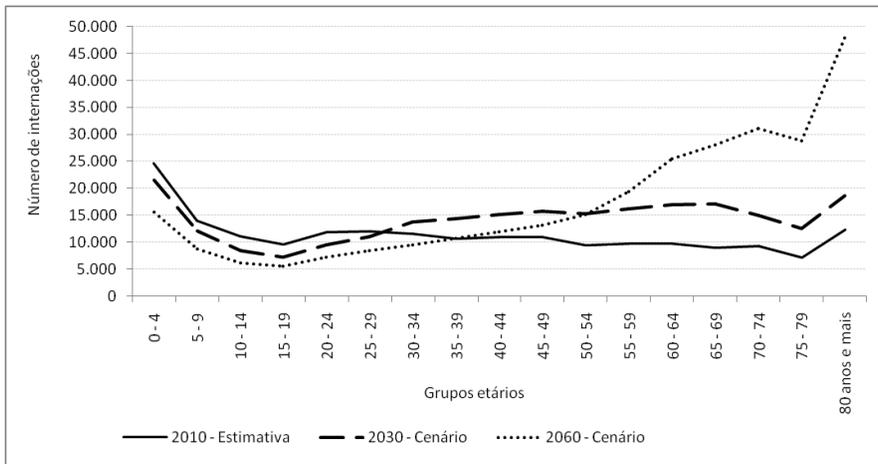


Figura 3 – Número de internações hospitalares para homens por faixa etária – Ceará, dados observados para 2010 e cenário para 2020 e 2030

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE/SIDRA; das projeções populacionais do IBGE (2018) e do Sistema de Informações Hospitalares - DATASUS/MS.

Analisando o cenário para a população masculina, observam-se alterações importantes nas internações na comparação entre os anos de 2010, 2030 e 2060. É interessante observar que o número de internações deverá declinar para as faixas de idade jovens e de adultos jovens, mas também deverá se elevar significativamente para as faixas de idade mais avançadas (FIGURA 3).

Em comparação com o ano de 2010, o número de internações, em 2030, eleva-se após os 30 anos de idade. Em 2060, espera-se que o número de internações aumente de forma mais acentuada para os idosos, seguindo uma trajetória de crescimento com a idade. Em 2060, a faixa etária de 80 anos e mais deverá representar o grupo com maior número de internações entre os homens (FIGURA 3).

Apesar das diferenças nas tendências de internação para os grupos mais jovens em relação aos idosos, o resultado global do cenário indica uma elevação do número de internações no futuro. Para os homens, o número total de internações aumenta cerca de 25% em 2030 e de 50% em 2060 na comparação com ano de 2010.

Analisando o cenário para a população de mulheres, também são observadas alterações no número de internações na comparação entre os períodos. É interessante observar que o número de internações deverá declinar para as faixas de idade jovens e do período reprodutivo. Assim como os homens, entre as mulheres o número de internações deverá se elevar de forma significativa para as faixas de idade mais avançadas (FIGURA 4).

Para as mulheres, na comparação entre os anos de 2010 e 2030, o número de

internações deverá declinar nas idades inferiores a 30 anos, e aumentar a partir dessa idade. Em 2060, espera-se que o número de internações no período reprodutivo decline de forma acentuada em comparação com o ano de 2010. O número de internações em 2060 deverá se elevar a partir da idade 40 anos, sendo esperado um aumento mais elevado nas idades mais avançadas. Também entre as mulheres, a faixa etária de 80 anos e mais deverá representar o grupo com maior número de internações em 2060 (FIGURA 4).

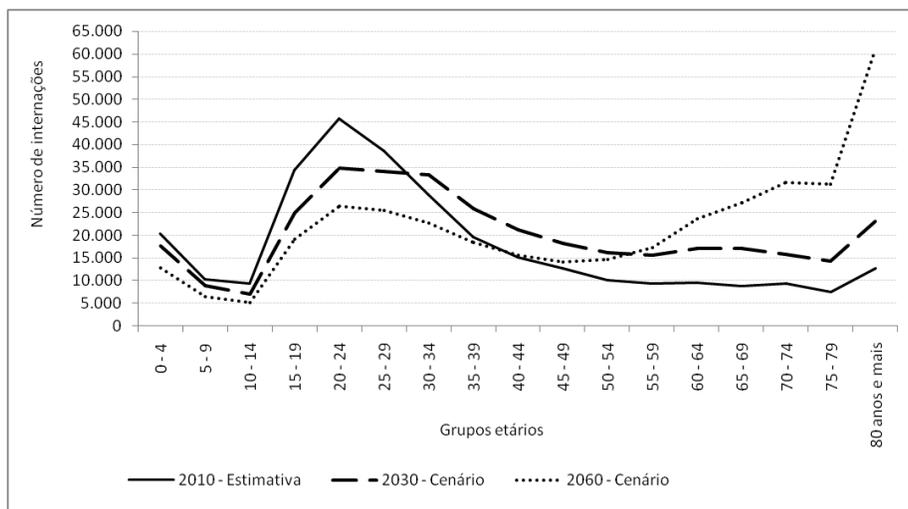


Figura 4 – Número de internações hospitalares para mulheres por faixa etária – Ceará, dados observados para 2010 e cenário para 2020 e 2030

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE/SIDRA; das projeções populacionais do IBGE (2018) e do Sistema de Informações Hospitalares - DATASUS/MS.

As mulheres apresentam um número total de internações mais elevado em comparação com os homens, mas essa diferença está relacionada com o período reprodutivo feminino. Contudo, o declínio futuro da população feminina nas idades do período reprodutivo tem importante efeito na evolução do número de internações ao longo do tempo. Para as mulheres, o número total de internações aumenta aproximadamente 15% em 2030 e 25% em 2060 na comparação com ano de 2010.

Os resultados aqui apresentados para a evolução futura do número de internações no estado do Ceará, com base em um cenário de taxas constantes de internação, mostram que o processo de envelhecimento da população deverá se refletir em um aumento da demanda por internações no sistema de saúde nas próximas décadas.

O cenário aqui proposto ilustra a importância de se considerar o contexto demográfico na área da saúde. Contudo, os resultados de um cenário futuro com base em taxas fixas ao longo do tempo devem ser analisados considerando os limites de sua elaboração. Novos

estudos, com cenários alternativos, podem incorporar prováveis efeitos de avanços nos tratamentos de saúde ou mudanças no comportamento da população. Como a redução de internações associadas ao declínio da fecundidade entre as mulheres ou à adesão da população a políticas públicas de prevenção. Ou ainda a elevação do número de internações decorrentes de avanços em tratamentos de saúde, em especial entre os idosos.

Outro aspecto a ser considerado são os custos de internação hospitalar. Estudos mostram que os custos médios de internação não são necessariamente os mais elevados nas idades mais avançadas, mas a maior utilização dos serviços de saúde pelos idosos é também um fator importante para a compreensão da evolução dos gastos da saúde (NUNES, 2004; BERENSTEIN, 2005). Nesse sentido, um dos desafios para a área da saúde é a redução dos custos com internações hospitalares (NUNES, 2004; BERENSTEIN, 2005; BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008; REIS; NORONHA; WAJNMAN, 2016).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores relacionados com a demanda por serviços de saúde são informações relevantes para o planejamento público. Nesse sentido, é importante avançar nas discussões sobre as mudanças demográficas em curso no país e seus prováveis impactos sobre os serviços de saúde.

O objetivo deste estudo foi apresentar um cenário para a evolução futura do número de internações hospitalares no estado do Ceará. Considerando as taxas de internações observadas em 2010 como fixas ao longo do tempo, o número de internações foi calculado com base nas projeções populacionais para os anos de 2030 e 2060.

Os resultados deste cenário mostram que, se as taxas de internação observadas se mantiverem inalteradas ao longo do tempo, apenas o processo de envelhecimento populacional em curso no Ceará acarretará uma significativa elevação do número de internações hospitalares no sistema de saúde nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

BERENSTEIN, Claudia Koepfel. **O perfil etário dos custos de internação na saúde pública no Brasil: uma análise para as capitais das regiões metropolitanas no Brasil em 2000**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BERENSTEIN, Claudia Koepfel; WAJNMAN, Simone. Efeitos da estrutura etária nos gastos com internação no Sistema Único de Saúde: uma análise de decomposição para duas áreas metropolitanas brasileiras. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v. 10, p. 2301-2313, out. 2008.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRÍGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do séculoXXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 597-605, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade: 2010-2060**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: set. 2018

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: ago. 2019

KILSZTAJN, S. et al. Serviços de saúde, gastos e envelhecimento da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.20, n.1, jan.-jun. 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações Hospitalares – SIH/SUS**. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: set. 2018.

MONTEIRO, E. C. O envelhecimento populacional e a prática da assistência social no Estado do Ceará: uma análise à luz da Política Nacional do Idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 2, p. 129-141, 2013.

NUNES, André. **O envelhecimento populacional e as despesas do Sistema Único de Saúde**. In: CAMARANO, A.A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?..Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Cap. 13, p. 427-450.

REIS, Cristiano Sathier dos; NORONHA, Kenya; WAJNMAN, Simone. Envelhecimento populacional e gastos com internação no SUS: uma análise realizada para o Brasil entre 2000 e 2010. **R.bras.Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p. 591-612, set-dez. 2016.

RODRIGUES, Cristina Guimarães. O Efeito do Status de Sobrevivência sobre Gastos com Internações Hospitalares Públicas no Brasil em uma Perspectiva Temporal. **Est. Econ.**, São Paulo, vol.42, n.3, p.489-510, jul.-set. 2012.

O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 04/02/2021

Marcio Pereira Basilio

Secretária de Estado do Polícia Militar do Rio de Janeiro, Subsecretária Geral
Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Engenharia de Produção
Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: A pesquisa objetivou desenvolver uma metodologia para descoberta de conhecimento em banco de dados dos serviços de atendimento de emergência, com base nos relatos das ocorrências policiais atendidas, com a finalidade de gerar informação para subsidiar os órgãos encarregados de cumprir a lei no planejamento das ações de investigação e combate de ações criminais. A metodologia constituiu-se da utilização de técnicas de mineração de texto, conjugada à técnica LDA (Latent Dirichlet Allocation) para obtenção de tópicos sobre a criminalidade. A avaliação e validação dos tópicos foi feita por especialistas da área. Como resultados pode-se relatar que o método utilizado permitiu a identificação dos delitos mais comuns ocorridos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, nas áreas estudadas. A análise dos tópicos identificados permitiu reafirmar que os crimes não ocorrem de forma linear em uma determinada localidade, no presente estudo 40% dos delitos identificados na Área Integrada de Segurança Pública nº 5 (AISP 5 Região do Centro da Cidade do Rio de

Janeiro), não possuíam correspondência com a Área Integrada de Segurança Pública nº 19 (AISP 19 Bairro de Copacabana), bem como, 33% dos delitos da AISP 19 não foram identificados na AISP 5. Como limitação pode se registrar que os dados coletados representam a dinâmica social dos bairros do centro e da zona sul da cidade do Rio de Janeiro no período específico de janeiro de 2013 a dezembro de 2016. O que implica dizer que os resultados não podem ser generalizados para áreas com características diferentes. A metodologia desenvolvida contribui de forma complementar na identificação de práticas delituosas e suas características a partir dos relatos das ocorrências policiais arquivadas nos bancos de dados dos serviços de emergências. O conhecimento gerado permite aos especialistas dos órgãos encarregados de fazer cumprir a lei avaliar, reformular e construir estratégias diferenciadas para o combate de crimes em determinada localidade. Como implicações sociais pode-se inferir que com a escolha das estratégias adequadas ao combate da criminalidade local, o modelo proposto proporcionará um aumento da sensação de segurança por meio da redução efetiva dos delitos.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de Tópicos, mineração de texto, Latent Dirichlet Allocation, Crime, Polícia, Segurança Pública

ABSTRACT: The aim of this research was to develop a methodology for the discovery of knowledge in emergency services databases, based on the reports of the police occurrences attended, with the purpose of generating

information to subsidize law enforcement agencies in planning the actions of investigation and combat of criminal actions. The developed model uses knowledge discovery methodology with the use of text mining techniques, using the Latent Dirichlet Allocation (LDA) technique to obtain topics on crime. As a result, it can be reported that the method used allowed the identification of the most common crimes occurred in the period from January 1 to December 31, 2016. The analysis of the identified topics allowed reaffirming that crimes do not occur linearly in a given locality, in the present study, 40% of the crimes identified in the Integrated Public Security Area 5 (AISP 5) did not correspond to the Integrated Public Security Area No. 19 (AISP 19), as well as 33% of the AISP 19 crimes were not identified in the AISP 5. As a limitation it can be recorded that the data collected represent the social dynamics of the districts of the center and the south zone of the city of Rio de Janeiro in the specific period from January 2013 to December 2016. This implies that the results can not be generalized to areas with different characteristics. The methodology developed contributes in a complementary way to the identification of criminal practices and their characteristics from the reports of the police occurrences filed in the databases of the emergency services. The knowledge generated enables law enforcement specialists to evaluate, reformulate and build differentiated strategies for combating crime in a given locality. As social implications, it can be inferred that with the choice of appropriate strategies to fight local crime, the proposed model will provide an increase in the sense of security through the effective reduction of crime. The originality of the research is the integration of text mining techniques with the use of LDA to detect crimes in a given locality, based on reports of criminal occurrences stored in emergency service databases.

KEYWORDS: Topic Model., text mining, Latent Dirichlet Allocation, Crime, Police, Public Security.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos inúmeras pesquisas foram desenvolvidas em torno do tema, buscando compreender as causas relacionadas à incidência criminal e suas variações (AGNEW, 2016; SHERMAN, GARTIN e BUERGER, 1989; WEISBURD e ECK, 2004; HABERMAN, 2017), bem como, identificar práticas e estratégias de combate ao crime. Há uma discussão sob a efetividade das estratégias preventivas e repressivas adotadas por Estados, no controle da criminalidade (SHERMAN, MACKENZIE, *et al.*, 1998; BRAGA, 2001). Sherman, *et al.* (1998) em seu relatório de pesquisa avaliaram as estratégias que foram utilizadas no contexto norte-americano sob a ótica de sua eficácia em função dos resultados obtidos. Outros estudos trataram da análise criminal e argumentam que os crimes não ocorrem de forma uniforme nas cidades e que existem agrupamentos significativos de delitos em lugares que são denominadas de hot spot. Vários pesquisadores argumentam que os crimes podem ser reduzidos de forma eficiente se as estratégias fossem direcionadas aos lugares de maior concentração criminal (BRAGA, 2005; SHERMAN e WEISBURD, 1995).

De uma forma geral os estudos identificam quatro tipos de estratégias utilizadas

pelas agências encarregadas de aplicar a lei, em diversos contextos, que são: *Standard Model of Policing* (BAYLEY, 1994); *Community Policing* (SKOLNICK e BAYLEY, 1986); *Problem-Oriented Policing* (GOLDSTEIN, 1990); e *Hot Spots Policing* (BRAGA, 2001).

Todavia, o enorme volume de dados, oriundos do registro do relato das circunstâncias; local; características físicas; dinâmica do fato delituoso, que são armazenados diariamente pelos serviços de emergências no mundo inteiro são uma fonte de dados não estruturada que podem fornecer informações que subsidiem o planejamento das atividades policiais, que contribuem para indicar a estratégia adequada em determinada localidade, e nas investigações criminais. Desta forma, esta pesquisa procurou resposta para seguinte questão: Como os relatos de atendimento das ocorrências policiais realizado pelos serviços de emergências, podem contribuir para escolha da estratégia de combate ao crime em uma determinada localidade?

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo principal desenvolver um modelo de ordenação das estratégias de policiamento em função dos delitos recorrentes em uma determinada localidade. A metodologia desenvolvida para resolução do problema integrou técnicas de mineração de texto, por meio da utilização da técnica *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) (BLEI, NG e JORDAN, 2003) para obtenção de tópicos sobre a criminalidade, que com os resultados do LDA criará um ranking das estratégias de combate ao crime nas localidades estudadas. A aplicação deu-se na região metropolitana da capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, em colaboração com a agência local encarregada pela aplicação da lei. Como resultado do modelo desenvolvido, foram identificados dez tópicos, que após o processo de validação por especialistas, foram rotulados como os delitos com maior insurgência nas áreas estudada.

2 | REVISÃO TEÓRICA

2.1 Uma Visão Sobre Mineração de Textos

A mineração de texto é o processo de descobrir informações importantes e recursos de dados textuais (CHEN, LIU e HO, 2013). Como relatado em (MORAIS e AMBRÓSIO, 2007) a mineração de textos tem sua origem relacionada a área de Knowledge Discovery from Text - KDT, tendo seus processos sido descritos pela primeira vez em (FELDMAN e DAGAN, 1995), descrevendo uma forma de extrair informações a partir de coleções de texto dos mais variados tipos. Atualmente, mineração de textos pode ser considerada sinônimo de descoberta de conhecimento em textos. As principais contribuições desta área estão relacionadas à busca de informações específicas em documentos, à análise qualitativa e quantitativa de grandes volumes de textos, e à melhor compreensão de textos disponíveis em documentos. Textos estes que podem estar representados das mais diversas formas, dentre elas: e-mails; arquivos em diferentes formatos (pdf, doc, txt, por exemplo); páginas Web; campos textuais em bancos de dados; textos eletrônicos digitalizados a partir de

papéis. A mineração de textos estruturados é encontrada em campos do conhecimento tais como: bibliometria, cientometria, informetria, midiametria, museometria e webmetria (CAPUANO, 2009).

Recentemente, a mineração de texto tornou-se uma importante área de pesquisa. A mineração de texto é um campo interdisciplinar de várias tecnologias, incluindo bancos de dados, mineração de dados, recuperação de informações, linguística, estatística dentre outros. Como a maior parte do conhecimento e da história humana são armazenadas em documentos que contêm texto, os textos são um rico depósito de informações preciosas. Dependendo do tipo de documento, diferentes partes de informações valiosas são ocultadas (CHEN, LIU e HO, 2013). A importância da utilização da técnica de mineração de texto pode ser constatada por meio das diversas aplicações e métodos que foram desenvolvidos, conforme afirmam (ALWIDIAN , BANI-SALAMEH e ALSLAITY, 2015). Por exemplo: news categorization; patent retrieval; e-mail security; scientific document retrieval; theme detection; document sentiment analysis; authorship identification; document summarization; e search engines.

2.2 Modelos Probabilísticos de Tópicos

A exploração de grandes volumes de dados é simplificada pelos modelos probabilísticos na descoberta dos tópicos. Os tópicos são estruturas com valor semântico e que, no contexto de mineração de texto, formam grupos de palavras que frequentemente ocorrem juntas. Esses grupos de palavras quando analisados, dão indícios a um tema ou assunto que ocorre em um subconjunto de documentos. A expressão tópico, conforme (FALEIROS e LOPES, 2016), é usada levando-se em conta que o assunto tratado em uma coleção de documentos é extraído automaticamente, ou seja, tópico é definido como um conjunto de palavras que frequentemente ocorrem em documentos semanticamente relacionados.

O *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) é um modelo probabilístico generativo para coleções de dados discretos como um conjunto de documentos (corpus). Um modelo generativo é aquele que aleatoriamente gera os dados a partir das variáveis latentes. Nesse modelo, as variáveis observáveis são os termos de cada documento e as variáveis não observáveis são as distribuições de cada tópico (BLEI, NG e JORDAN, 2003). Os parâmetros das distribuições de tópicos, conhecidos como hiper-parâmetros, são dados *a priori* no modelo. A distribuição utilizada para amostrar a distribuição de tópicos é a distribuição de *Dirichlet*. No processo generativo, o resultado da amostragem da *Dirichlet* é usado para alocar as palavras de diferentes tópicos e que preencherão os documentos. Assim, pode-se perceber o significado do nome *Latent Dirichlet Allocation*, que expressa a intenção do modelo de alocar os tópicos latentes que são distribuídos obedecendo a distribuição de *Dirichlet*. O LDA é baseado na intuição que cada documento contém palavras de múltiplos tópicos; a proporção de cada tópico em cada documento é diferente,

mas os mesmos tópicos são os mesmos para todos os documentos.

3 | METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida neste trabalho, ilustrada na Figura 1, se subdivide em cinco estágios. O primeiro foi denominado de “Leitura e transformação do texto”. Neste estágio serão identificados e extraídos os campos do banco de dados analisado. Em seguida serão carregados para o computador e individualizados na forma de arquivos textos. Estes arquivos constituirão o *corpus*. O segundo estágio denominado de “Extração e limpeza dos termos”, será responsável pela decomposição do corpus em termos (tokenização), neste processo serão eliminados os símbolos e caracteres de controle de arquivo ou de formatação, bem como os sinais de pontuação, números, datas. Os múltiplos espaços serão reduzidos a espaços simples. Em seguida inicia-se o processo de limpeza para a retirada das *stops words*, que são compostas por: preposições, artigos, advérbios, números, pronomes, conjunções, interjeição e pontuação. O terceiro estágio será responsável por categorizar os termos e associando-os às respectivas frequências de ocorrência no corpus analisado, possibilitando inferência sobre suas proximidades, distâncias e termos relacionados. No quarto estágio, em função da constituição do *Document Term Matrix* (DTM), será realizado o processo de identificação dos *topic model*, com a utilização do *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) com *Gibbs Sampling* Colapsado. Por fim, no quinto estágio denominado de “Validação dos *Topic Model*” serão criados questionários com os resultados da lista de termos constituinte de cada tópico para serem submetidos a um grupo de especialistas da área, para a definição do rótulo de cada tópico.

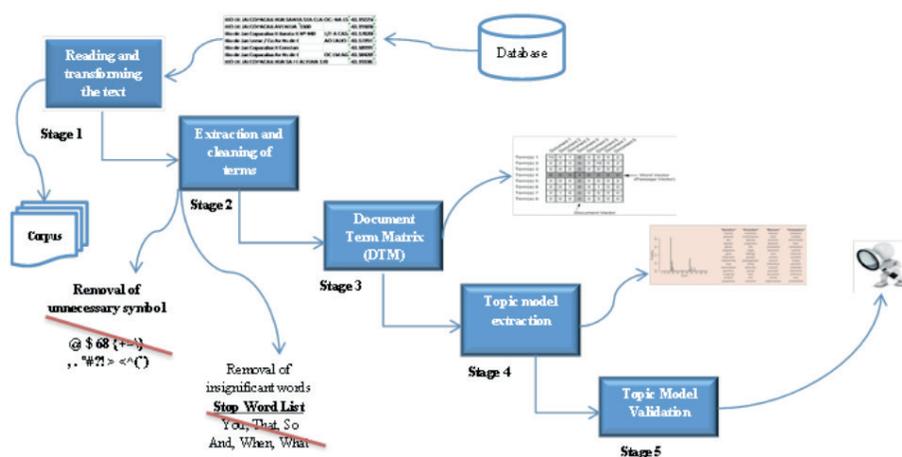


Figura 1 Ilustração dos estágios do processo de obtenção do modelo de tópicos

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019).

3.3 Universo e Amostra

O universo da pesquisa foi os registros de atendimentos de chamadas de emergência, realizados pelo serviço de 190 da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016. Ocorridos na região metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro. Neste período foram registrados pelo sistema 29.627.559 de chamadas.

3.4 Coleta e Tratamento dos Dados

A coleta de dados referente ao serviço de atendimento 190, foi realizada, em colaboração com a agência local encarregada de fazer cumprir a lei (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), a qual disponibilizou os arquivos relativos aos registros mensais dos atendimentos efetuados no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016. O tratamento dos dados será feito com a utilização do *Software R*.

4 | APLICAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para fins de aplicação da metodologia, a pesquisa foi desenvolvida na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do RJ no Brasil. O estudo foi desenvolvido com base no serviço de atendimento de emergência policial denominado “190”. Sendo assim, foi selecionado o campo “Batalhão” referente à base de dados “190”, e de forma aleatória foram escolhidas duas áreas integradas de segurança pública (AISP), sendo resultante deste processo as AISP 5 (5º BPM) e 19 (19º BPM), corresponde as áreas do Centro da cidade e Copacabana respectivamente.

Após a seleção das áreas de policiamento que seriam analisadas, iniciou-se a aplicação da metodologia ilustrada na Fig. 1. No primeiro estágio foi feita a identificação dos registros correspondentes a categoria “ocorrência” relacionadas ao 5º BPM e ao 19º BPM, referentes ao ano de 2016. A extração resultou, no caso do 5º BPM em um total de 24.286 arquivos de texto. Em relação ao 19º BPM foram extraídos 14.374 arquivos.

Em seguida, no segundo estágio foram constituídos dois *corpus*: o primeiro, referente ao 5º BPM, composto por 24.286 elementos. O segundo, em relação ao 19º BPM com 14374 elementos. Finalizada a criação dos *corpus*, utilizou-se o *software R* para eliminação dos espaços em brancos, caracteres especiais, pontuação, números, acentos e transformação das vogais e consoantes maiúsculos em minúsculos.

Terminado o processo de tokenização, foi realizado o processo de limpeza dos textos constituintes dos *corpus*, removendo-se as *stop words*. Na presente pesquisa, foram removidas os seguintes morfemas lexicais: preposições; artigos; advérbios; números; pronomes; conjunções; interjeição e pontuações. A remoção foi realizada com os morfemas lexicais em inglês (183 itens) e em português (742 itens). Além destas classes de palavras, foram retirados morfemas como siglas (1633 itens); fonemas sem sentidos; alfabeto militar; designação de meses; nomenclatura dos postos e graduações utilizados pelas instituições

policiais; abreviaturas de unidades policiais.

Após a remoção dos morfemas lexicais, foram feitas as identificações e substituições de siglas e morfemas por sinónimos, que simplificam a análise do material. Após a limpeza do corpus, o próximo processo seria a *Stemming*. Todavia, o presente corpus, possui características em que a redução dos morfemas a seus radicais traria prejuízo a análise e constituição dos tópicos, pois as desinências (morfemas flexionais), afixo (morfemas derivacionais) e a vogal temática, como assevera (CUNHA, 2001), são importantes para diferenciar o agente ativo do agente ativo da ação; ou se a ação foi finalizada ou se ainda estava em andamento; se os agentes das ações são do gênero masculino ou feminino. Cabe ressaltar, que o corpus desta pesquisa refere-se a ações delituosas atendidas pelas instituições policiais, e a redução dos morfemas a seus radicais traria perda de significado para a análise. Neste sentido, decidiu-se não aplicar esta etapa a presente pesquisa.

No terceiro estágio, após a execução das etapas de pré-processamento foi gerada a DTM. Inicialmente o *corpus* do 19º BPM que foi reduzido de 14374 elementos para 10427. Isto ocorre em função da não alocação de todos os termos em todos os documentos analisados. O resultado é a geração de uma matriz com inúmeros espaços vazios, o que os especialistas denominam de matrizes esparsas (DAVIS e HU, 2011; DUFF, GRIMES e LEWIS, 1989). Após o procedimento de redução de espaços vazios na matriz, a uma taxa de 0.9999, chegou-se a um DTM com 4918 elementos. Em relação ao corpus do 5º BPM, iniciou-se com 24286 elementos após o pré-processamento chegou-se à 14786 elementos. Realizando-se o procedimento de redução de espaços vazios na matriz, a uma taxa de 0.999, obteve-se um DTM com 4918 elementos.

No quarto estágio, iniciou-se o processamento dos dados aplicando o método *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) com Gibbs sampling, tendo sido utilizado o *software* R, para obtenção dos tópicos. Desta forma, foram obtidos os tópicos referentes ao 5º e 19º BPM, conforme ilustrado nas Fig. 2 e 3. Como principais saídas do modelo LDA tem-se os vetores-tópico, que são as distribuições sobre os termos do vocabulário fixo que caracteriza cada tópico, e os vetores-documentos, que são as distribuições de frequência relativa da ocorrência de cada tópico para um dado documento, conforme apresentado nas Tabelas 9 e 10. A partir destas informações foram produzidas informações sobre a participação de cada tópico na amostra estudada. Na amostra referente ao 5º BPM, pode-se observar que os tópicos 5, 8, 1, e 3 possuem as maiores frequências relativas de ocorrência entre os documentos analisados, conforme representado na Tabela 9 e ilustrado na Fig. 14. Em relação a amostra do 19º BPM, destacam-se os tópicos 9, 1, 2, 3, e 4, conforme representado na Tabela 10 e ilustrado na Fig. 15. Cabe ressaltar, que a disposição dos tópicos nas figuras não possui nenhum tipo de ranking entre os mesmos.

Tópico 1	• entorpecentes armados moradores usando vendendo uso ocorre
Tópico 2	• tentando prédio frente porta loja maiores ligacao
Tópico 3	• arma ameaçando pessoas fogo faca homem maiores
Tópico 4	• loja estabelecimento desentendimento atrito porta funcionarios tentando
Tópico 5	• transeuntes menores roubando roubos individuos cerca roubo
Tópico 6	• moto vitima veiculo roubado carro colisao hospital
Tópico 7	• residencia mulher agredindo agredida agrediu marido vizinha
Tópico 8	• armado individuo celular magro mochila armados pertences
Tópico 9	• disparo alarme agencia banco imagens equipe brasil
Tópico 10	• som alto proveniente bar festa vizinho incomodando

Figura 2 Lista dos tópicos do 5º BPM em 2016

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019).

Tópico 1	• armados comunidade disparo_arma_fogo radio telefone ocorre morador
Tópico 2	• som alto proveniente bar incomodando barulho festa
Tópico 3	• disparo alarme banco agencia porta imagens equipe
Tópico 4	• residencia vizinho agredida agrediu gritando marido mae
Tópico 5	• loja atrito estabelecimento desentendimento cliente verbal pertences
Tópico 6	• entorpecentes moradores frente usando uso consumindo pessoas
Tópico 7	• ameaçando pessoas tentando faca armado agressao morador
Tópico 8	• onibus sentido bicicleta suspeita coletivo direcao atitude
Tópico 9	• transeuntes cerca menores grupo individuos roubos alertados
Tópico 10	• residencia mulher agredindo homem agredida agrediu residencial

Figura 3 Lista dos tópicos do 19º BPM em 2016

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019).

No quinto estágio, após a obtenção dos tópicos de cada área de policiamento por meio do método LDA, buscou-se validar as informações obtidas junto à especialistas que atuam diretamente no atendimento e controle das ocorrências policiais. Neste sentido, construiu-se um questionário contendo vinte e cinco questões. As cinco primeiras visavam construir um perfil dos especialistas. Da sexta a vigésima quinta questões foram dispostas, em colunas, as sete palavras de cada tópico, acrescida de mais uma palavra diferente

do contexto. A inclusão, desta palavra, objetivava testar a coerência do conjunto das sete palavras, buscando conhecer se de fato representavam um tópico real.

4.5 Identificação das Palavras de Controle

Após caracterização da amostra, passou a analisar a coerência do conjunto de palavras de cada tópico. Nesta etapa, a partir do cálculo de frequência das respostas assinaladas por cada respondente, observa-se que em 95% dos casos, as palavras inseridas no conjunto estudado foram identificadas, indicando que as palavras que compunham os tópicos apresentavam coerência e os representava. Em média o percentual de identificação de cada palavra de controle foi de 90,2%, com desvio padrão de 11,95%, sendo o mínimo de 42 e o máximo de 97%. O caso em que houve uma discordância, ocorreu no tópico 6 referente a área do 5º BPM, analisando este caso, observou-se que 46% indicaram a palavra “BRASIL” e 42% assinalaram a palavra de controle. No caso específico a palavra “BRASIL” corresponde ao nome de uma instituição bancária, e o tópico em questão apontava para ocorrência do sistema bancário.

4.6 Identificação dos Rótulos dos Tópicos

Nesta fase, foi utilizada estatística descritiva para identificar os rótulos atribuídos pelos respondentes da pesquisa ao conjunto de palavras de cada tópico.

4.6.1 Rótulos dos tópicos relativos à área do 19º BPM

Tópico	Denominação	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
1	Roubo de rua	86	86	86
2	Roubo a estabelecimento financeiro	60	60	60
3	Violência doméstica	61	61	61
4	Roubo	51	51	51
5	Perturbação do sossego	76	76	76
6	Ameaça	41	41	41
7	Roubo de veículo	73	73	73
8	Violência doméstica	52	52	52
9	Disparo de arma de fogo	60	60	60
10	Uso de entorpecentes	87	87	87

Tabela 1 Validação dos rótulos correspondentes aos tópicos 1-10 do 19º BPM

Fonte: Elaborado pelos autores

Os tópicos numerados de 1 a 10 do questionário correspondem ao levantamento realizado na área de atuação do 19º BPM. A Tabela 1 apresenta as frequências identificadas dos rótulos atribuídos a cada tópico pelos respondentes. Cabe ressaltar que, em consequência da variedade de rótulos, foi realizada categorização dos rótulos similares ou que foram estratificados, interessando para a pesquisa a tipificação dos delitos de forma

geral.

4.6.2 Rótulos dos tópicos relativos a área do 5º BPM

Tópico	Denominação	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
1	Perturbação do sossego	94	94	94
2	Tráfico de drogas	68	68	68
3	Ameaça	45	45	45
4	Roubo	42	42	42
5	Acidente de trânsito	78	78	78
6	Disparo de alarme bancário	43	43	43
	Roubo a estabelecimento financeiro	48	48	48
7	Violência Doméstica	73	73	73
8	Roubo a veículo	36	36	36
9	Roubo de rua	89	89	89
10	Indivíduo armado	49	49	49

Tabela 2 Validação dos rótulos correspondentes aos tópicos 1-10 do 5º BPM

Fonte: Elaborado pelos autores

Os tópicos numerados de 1 a 10 do questionário correspondem ao levantamento realizado na área de atuação do 5º BPM. A Tabela 2 apresenta as frequências identificadas dos rótulos atribuídos a cada tópico pelos respondentes. Cabe ressaltar que, em consequência da variedade de rótulos, foi realizada categorização dos rótulos similares ou que foram estratificados, interessando para a pesquisa a tipificação dos delitos de forma geral.

4.7 Identificação Final dos Tópicos de Cada Área de Policiamento

Após a validação dos tópicos pelos especialistas, decidiu-se por nomear os tópicos pelos rótulos com maior frequência na amostra. Desta forma, a figura 4 ilustra os tópicos validados na Tabela 1 e 2, bem como, ilustra a interseção das demandas comuns entre as duas AISP.

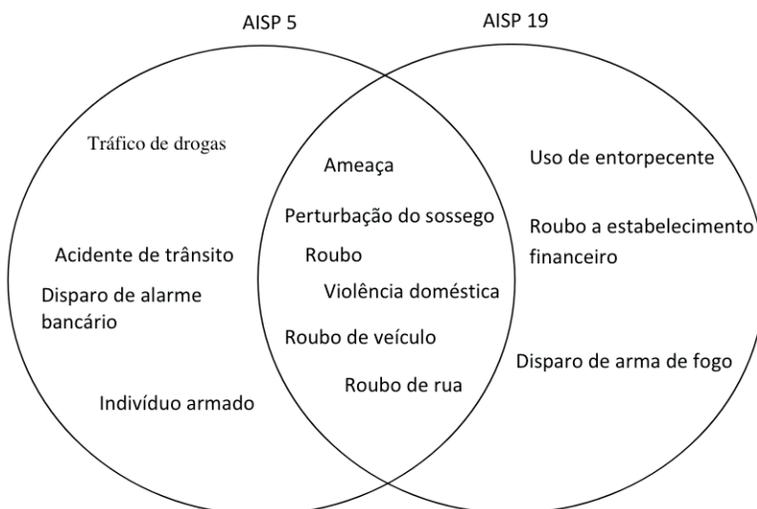


Figura 4 Representação gráfica da interseção das demandas das áreas integradas de segurança pública pesquisadas

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019).

Após a obtenção dos tópicos por meio do LDA, foi utilizado o *package* “leaflet” em R, para ilustrar os tópicos distribuídos nas áreas estudadas. O processo de identificação dos tópicos resulta na associação dos tópicos aos documentos analisados. A partir deste ponto, foi possível recuperar os dados de localização gerados no momento do atendimento serviço de emergência 190. Com dados de latitude e longitude das ocorrências atendidas e analisadas neste estudo e sua associação aos tópicos foi possível gerar as Figuras 5 a 8.

As Figuras 5 a 8 ilustram a localização de 24.020 ocorrências policiais relacionadas aos dez temas identificados na área de policiamento do 5º BPM. A quantidade de ocorrências corresponde ao serviço realizado no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

As Figuras 5 e 6 correspondem a uma visão geral da localização espacial da área onde o estudo foi desenvolvido. Nessas figuras, o círculo com a numeração corresponde aos clusters dos dez tópicos. Na Figura 7, o leitor é apresentado á uma visão mais detalhada, em que é possível observar a existência de vários clusters referentes aos dez tópicos estudados. A numeração dentro dos círculos coloridos corresponde ao número de ocorrências atendidas em uma área delimitada. A Figura 8 mostra uma vista explodida de um determinado cluster, onde é possível identificar a composição do cluster pelas demandas atendidas.



Figura 5 Visão geral da área de estudo
Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019)..



Figura 6 Visão aproximada da área de estudo correspondente ao Rio de Janeiro, Brasil.
Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019)..



Figura 7 Visão aproximada da área de policiamento do 5º BPM, localizada no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019)..

Nota: Nesta figura podemos observar um conjunto de clusters correspondentes aos dez tópicos observados na área do 5º BPM. Cada cluster contém um número referente ao número de chamadas feitas durante o período considerado.



Figura 8 Visão explodida de um cluster correspondente a diversos tópicos, dentro da área de policiamento do 5º BPM, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: (BASILIO, PEREIRA e BRUM, 2019).

Nota: Os tópicos são identificados pelas seguintes cores: Tópico 1 (verde); Tópico 2 (laranja); Tópico 3 (preto); Tópico 4 (azul); Tópico 5 (rosa); Tópico 6 (bege); Tópico 7 (cinza); Tópico 8 (azul escuro); Tópico 9 (verde escuro); e Tópico 10 (vermelho).

Restaurando a ideia central do LDA, o qual assume que cada documento num corpus é gerado por uma mistura de diferentes proporções de um número limitado de tópicos, e cada tópico contribui com várias palavras associadas a ele, pode-se inferir que as figuras 2 e 3 revelam a estrutura latente dos tópicos do corpus analisado, que é composto por documentos originados a partir do campo inerente ao registro dos relatos das ocorrências, feita pelo serviço de atendimento 190. Sendo K , o número fixo de tópicos, na pesquisa $K=10$, como registrado no Apêndice A, foram extraídos dez tópicos para cada área de policiamento estudada. Os termos associados a cada tópico permitem aos especialistas em segurança pública inferirem, sobre os elementos pertinentes aos delitos que foram cometidos em cada uma das áreas pesquisadas, como por exemplo, o tópico 10 da área do 5º BPM, os termos associados sugerem que há um problema recorrente originado pelo desrespeito as normas de posturas municipais, no que tangem ao nível de ruído autorizado. Associado aos locais de emissão de som alto pode-se inferir também, que são locais propensos a ocorrência de outros delitos associados como: lesões corporais, rixas, e até homicídios. Desta forma, as informações recuperadas por meio da extração dos tópicos podem de forma complementar auxiliar o planejamento operacional, aplicação de recursos materiais e humanos na prevenção dos delitos. Por outro lado, o processo de validação dos tópicos reforçou a ideia latente que os termos associados a cada tópico referiam-se a um delito específico. Neste sentido, o processo de validação feitos por meio dos especialistas em segurança pública permitiu a rotulação dos tópicos, sendo validado dez tópicos para a área analisada referente ao 5º BPM, e nove tópicos inerente a área do 19º BPM, conforme ilustrado na Figuras 4. A rotulação dos tópicos permite a identificação das demandas recorrentes em relação as ocorrências policiais. Analisando a figura 4 constata-se que 40% dos delitos identificados por meio dos tópicos na área do 5º BPM não foram observadas na área do 19º BPM. Da mesma forma, revela que 33% da demanda do 19º BPM não foram observadas na área de atuação do 5º BPM. Estas observações nos levam a inferir que as demandas são diferentes em cada área de policiamento, reforçando o argumento de que o crime não se comporta de forma linear. Esta diferença conduz ao raciocínio que para cada área de policiamento deva ser aplicada um conjunto de estratégias específicas, bem como, uma aplicação de recursos diferenciada. Não obstante a isto, cabe relatar que existe uma área comum de interseção entre as localidades, que na Figura 4 pode-se dizer que são: ameaça; perturbação ao sossego; roubo; roubo de veículo; roubo de rua; e violência doméstica.

5 | CONSIDERAÇÃO FINAL

O método desenvolvido na pesquisa, consistiu inicialmente na extração de relatos de atendimento das ocorrências policiais do banco de dados do serviço de emergência, que após o processo de mineração de texto, permitiu a utilização do *Latent Dirichlet*

Allocation com Gibbs Sampling Colapsado culminando com a extração dos *topic model* das áreas de policiamento estudadas. Foram identificados dez *topic model* de cada área pesquisa. Este resultado auxilia os especialistas na identificação os termos associados a cada tópico. Tal procedimento autoriza a inferência sobre características de cada delito, o que contribui subsidiariamente na compreensão da dinâmica de cada delito, permitindo os ajustes necessários no planejamento do combate ao crime, na escolha da estratégia mais adequada em uma determinada área de policiamento. Outra contribuição foi o processo de validação dos *topic model* com a utilização de especialistas. A utilização dos especialistas foi fundamental para associação dos termos de cada tópico com uma tipificação criminal.

Com a rotulação dos tópicos, identificaram-se os tipos latentes de demandas do serviço de emergência em cada uma das áreas estudadas. Neste sentido, constatou-se que 40% das demandas da AISP 5 não foram identificadas na AISP 19. Da mesma forma, 33% da demanda ocorrida na AISP 19 não ocorriam na AISP 5. Sendo assim, este resultado corrobora com o argumento de que o crime não ocorre de forma linear, necessitando, com isso, de estratégias diferenciadas para o seu combate.

REFERÊNCIAS

AGNEW, . A theory of crime resistance and susceptibility. **Criminology**, 54, n. 2, 2016. 181-211. doi: 10.1111/1745-9125.12104.

ALWIDIAN , S. A.; BANI-SALAMEH, H. A.; ALSLAITY, A. N. Text data mining: A proposed framework and future perspectives. **International Journal of Business Information Systems**, 18, n. 2, 2015. 127-140.

BASILIO, M.P.; PEREIRA, V.; BRUM, G. Identification of operational demand in law enforcement agencies: An application based on a probabilistic model of topics. **Data Technologies and Applications**, 53, n. 3, 2019. 333-372. <https://doi.org/10.1108/DTA-12-2018-0109>

BAYLEY, D. H. **Police for the future**. New York: Oxford University Press, 1994.

BLEI, D. M.; NG, A. Y.; JORDAN, M. I. Latent Dirichlet Allocation. **Journal of Machine Learning Research**, 3, 2003. 993-1022.

BRAGA, A. The Effects of Hot Spots Policing on Crime. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 578, n. 1, 2001. 104-125.

BRAGA, A. A. Hot spots policing and crime prevention: A systematic review of randomized controlled trials. **Journal of Experimental Criminology**, n. 1, 2005. 317–342.

CAPUANO, A. The cognitive power of artificial neural networks model ART1 for information retrieval. **Ciência da Informação**, 38, n. 1, 2009. 9-30. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652009000100001>.

CHEN, Y.-L.; LIU, Y.-H.; HO, W.-L. A text mining approach to assist the general public in the retrieval of legal documents. **JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY**, 64, n. 2, February 2013. 280–290. DOI:10.1002/asi.22767.

CUNHA, C. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAVIS, T. A.; HU, Y. The University of Florida Sparse Matrix Collection. **ACM Transactions on Mathematical Software**, 38, n. 1, 2011.

DUFF, I. S.; GRIMES, R. G.; LEWIS, J. G. Sparse matrix test problems. **ACM Transactions on Mathematical Software (TOMS)**, 15, n. 1, 1989. 1-14. Doi:10.1145/62038.62043.

FALEIROS, T. D. P.; LOPES, A. D. A. **MODELOS PROBABILÍSTICOS DE TÓPICOS: DESVENDANDO O LATENT DIRICHLET ALLOCATION**. Universidade de São Paulo. São Carlos, p. 59. 2016. (ISSN 0103-2569).

FELDMAN, ; DAGAN, I. **Knowledge Discovery in Textual Databases (KDT)**. THE FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE DISCOVERY AND DATA MINING. Montreal: [s.n.]. 1995. p. 112-117.

GOLDSTEIN, H. **Problem-oriented policing**. New York: McGraw-Hill, 1990.

HABERMAN, C. P. Overlapping Hot Spots? Examination of the Spatial Heterogeneity of Hot Spots of Different Crime Types. **Criminology and Public Policy**, 16, n. 2, May 2017. 633-660. <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12303>.

MORAIS, E. A. M.; AMBRÓSIO, A. P. L. **Mineração de Textos**. Universidade Federal de Goiás. [S.l.], p. 29. 2007. Disponível em: http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf.

SHERMAN, L. W.; GARTIN, P. R.; BUERGER, M. E. Hot Spots of predatory crime: routine activities and the criminology of place. **Criminology**, 27, n. 1, 1989. 27–56. DOI:10.1111/j.1745-9125.1989.tb00862.x.

SHERMAN, L.; WEISBURD, D. General deterrent effects of police patrol in crime hot spots: A randomized controlled trial. **Justice Quarterly**, 12, 1995. 625-648.

SHERMAN, W. et al. **Preventing crime: what works, what doesn't, what's promising**. [S.l.]. 1998.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **The new blue line: Police innovation in six American cities**. New York: Free Press, 1986.

WEISBURD, ; ECK, E. What Can Police Do to Reduce Crime, Disorder, and Fear? **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 593, n. 1, 2004. 42-65.

CAPÍTULO 12

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Paulo Luiz da Fonseca

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas.
Universidade Federal Fluminense–UFF.

Tatiana Pinho Mattos

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas.

Fernanda da Silva Oliveira

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas. Gerente de Fiscalização
Técnica da Diretoria de Saneamento da
Fundação Rio-Águas.

Alan Lopes Nóbrega

Engenheiro Civil. Especialista em Engenharia
Civil – UFF. Engenheiro Civil da Prefeitura
da Cidade do Rio de Janeiro - Fundação
Rio-Águas. Gerente de Avaliação Econômico-
Financeira e Comercial.

RESUMO: A Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro, integrada atualmente por 22 bairros situados na zona oeste da cidade, apresentava, até 2007, um percentual estimado de aproximadamente 5% da população com rede coletora de esgotos em sistema separador absoluto com tratamento. Através de concessão dos serviços de esgotamento sanitário à iniciativa privada, iniciada em 2012 e por um período de 30 anos, a região atualmente conta

com aproximadamente 58% de disponibilidade de coleta de esgotos em sistema separador absoluto, sendo que da parcela da população com disponibilidade de coleta, aproximadamente 57% possuem disponibilidade de tratamento. O objetivo geral deste trabalho é apontar os principais resultados da regulação e fiscalização do sistema de esgotamento sanitário, a evolução das intervenções executadas, o controle social e as principais dificuldades enfrentadas. Utilizou-se pesquisa exploratória, com dados baseados no acompanhamento da concessão em vigor, em função de metas, indicadores e relatórios de acompanhamento das intervenções. Constata-se a evolução gradual do sistema de esgotamento sanitário da região.

PALAVRAS - CHAVE: Saneamento ambiental. Esgotamento sanitário. Regulação. Área de Planejamento 5. Rio de Janeiro.

SANITARY SEWAGE REGULATION AND SUPERVISION IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO PLANNING AREA 5

ABSTRACT: The Planning Area 5 of Rio de Janeiro is currently formed by 22 neighborhoods located on the West Side (Zona Oeste) of the city. Until 2007, it was estimated that the sewage of approximately 5% of the population received treatment from the wastewater collection network service with an absolute separator system. Through the 30-year concession of sanitary sewage services to the private sector starting in 2012, the availability of sewage collection in an absolute separator system in the region has raised to around 58%, out of which about 57%

have treatment availability. The general objective of this paper is to point out the main results of the regulation and inspection of the sanitary sewage system, the evolution of the interventions that were made, the social control and the main difficulties faced. Exploratory research was used along with data based on the monitoring of the current concession, according to goals, indicators and reports for monitoring interventions. There is a gradual evolution of the region's sewage system.

KEYWORDS: Environmental sanitation. Sewage. Regulation. Planning Area 5. Rio de Janeiro.

1 | INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

A Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro corresponde a 592km², 48% da área territorial do Município do Rio de Janeiro. Até 2007, percentuais muito baixos de rede coletora de esgotos do tipo separador absoluto com tratamento eram ofertados à população, o que caracterizava claramente a necessidade da adoção de um novo modelo de gestão no sistema de esgotamento sanitário da região, visando mitigar, de forma gradual, os problemas de saneamento e saúde pública. Os resultados e desafios enfrentados na regulação e fiscalização da concessão dos serviços de esgotamento sanitário à iniciativa privada, principalmente no que tange às intervenções executadas e ao controle social, de forma a prover um aumento de disponibilidade de coleta e tratamento de esgotos na região, integram os objetivos da pesquisa.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada consiste na pesquisa exploratória, delineando-se como pesquisa bibliográfica aos relatórios e ao acervo técnico que integra o processo de concessão. Na pesquisa, são considerados os elementos referentes às intervenções implementadas no sistema, o Plano de Prestação de Serviços da Concessionária, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários, as atividades referentes à educação ambiental e demais elementos que demonstram a evolução gradual do sistema de esgotamento sanitário, bem como a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Serão apresentadas as principais dificuldades enfrentadas no processo de regulação e fiscalização dos serviços, bem como as soluções indicadas para o prosseguimento das intervenções em execução.

3 | RESULTADOS/DISCUSSÃO

A Área de Planejamento 5 - AP 5 da cidade do Rio de Janeiro, situada na zona oeste da cidade, conforme figura 1, integra a bacia hidrográfica contribuinte à baía de Sepetiba e parte da bacia hidrográfica contribuinte à baía de Guanabara, possuindo atualmente possui uma população de aproximadamente 1.850.000 habitantes.

Áreas de Planejamento

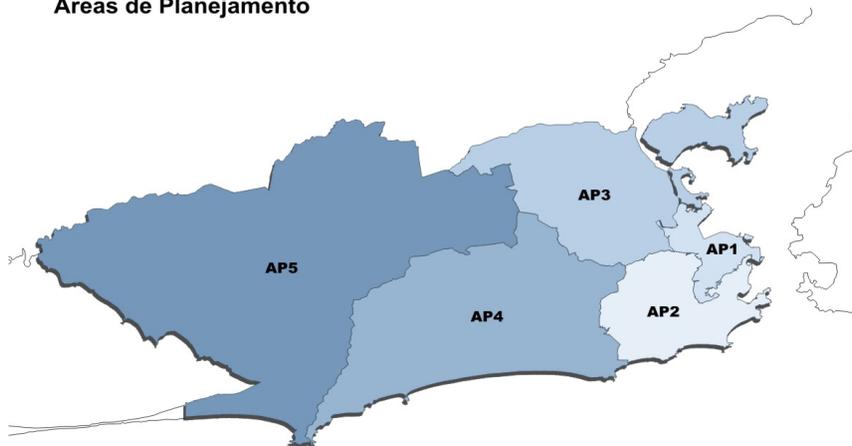


Figura 1 – Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro

(Fonte: Instituto Pereira Passos – IPP)

A hidrografia local apresenta contribuições para duas bacias hidrográficas importantes no município: a Bacia de Sepetiba e a Bacia da Baía de Guanabara, conforme apresentado na figura 2.



Figura 2 – Bacias hidrográficas da cidade do Rio de Janeiro

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

A AP 5 é constituída atualmente por 22 bairros: Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz, Sepetiba e Vila Kennedy, conforme apresentado na figura 3. A ocupação do solo, assim como em muitas outras regiões do município do Rio de Janeiro, ocorreu predominantemente

A partir desse convênio, a Prefeitura, mediante estudos favoráveis do modelo de negócios, publicou em agosto de 2011 o Edital de Licitação nº 38/2011 e efetuou a concorrência pública para a concessão dos serviços de esgotamento sanitário e a gestão comercial do abastecimento de água da AP-5, cuja vencedora foi a empresa F. AB. Zona Oeste S.A., cujo Contrato de Concessão 001/2012 foi assinado em 24/02/2012 e cuja assinatura dos serviços se deu no dia 04/05/2012.

A gestão da concessão vem sendo feita de forma compartilhada com os diversos atores públicos e privados envolvidos na prestação de serviços de esgotamento sanitário, bem como o atendimento às diretrizes, que devem garantir que as ações das partes do contrato sejam pautadas pelo retorno social esperado para os serviços de esgotamento sanitário. O principal mecanismo de implementação da governança do contrato refere-se à instituição de Comitês de Governança, inserindo os atores envolvidos em um mesmo foro de discussão e deliberação. Neste âmbito, foram criados os Comitês de Projeto, de Construção e de Interdependência.

O Comitê de Projeto tem por objetivos acompanhar as atividades da concessionária relacionadas com planejamento e projeto de investimentos com vistas a assegurar a expansão do atendimento dos serviços de esgotamento sanitário, de acordo com o plano de metas e a garantir a operação dentro dos níveis de serviço estipulados no contrato de concessão e seus anexos.

O Comitê de Construção tem por objetivos acompanhar as atividades preparatórias da concessionária relacionadas com a construção de toda a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, contemplando a discussão de aspectos relacionados com a análise dos cronogramas de obras; com a resolução de interferências com outros serviços e com a compatibilização com cronogramas de outras obras do Município.

O Comitê de Interdependência tem por objetivos acompanhar as atividades de gestão comercial interdependentes entre a Concessionária e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, contemplando a discussão de aspectos relacionados com as atividades de natureza comercial que são partilhadas entre a Concessionária e a CEDAE.

A Portaria RIO-ÁGUAS Nº 001, de 04 de outubro de 2017, aprova normas de procedimentos das atividades de regulação, fiscalização e acompanhamento da concessão dos serviços de esgotamento e tratamento de efluentes sanitários e outros serviços que forem submetidos à RIO-ÁGUAS, regulando os procedimentos específicos das atividades regulatórias e fiscalizatórias. Esta Portaria considerou as competências da Diretoria Colegiada e do Conselho Consultivo da Fundação RIO-ÁGUAS.

As competências da Diretoria Colegiada, definidas no Decreto nº 43.565 de 15 de agosto de 2017, contemplam deliberar, no âmbito de suas atribuições, quanto à interpretação das leis, normas e contratos, bem como sobre os casos omissos relativos aos serviços públicos delegados; fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros

de qualidade dos serviços e de desempenho dos prestadores, estimulando a constante melhoria da qualidade, produtividade e eficiência, bem como a preservação e conservação do meio ambiente; fixar critérios para o estabelecimento de tarifas e contraprestações relativas aos serviços públicos delegados, bem como cumprir as regras quanto aos reajustes e promover as revisões destes valores em consonância com as normas legais e contratuais; deliberar sobre reequilíbrio e revisão contratual.

As competências do Conselho Consultivo, definidas no Decreto nº 42.985 de 03 de abril de 2017, contemplam manifestar-se sobre o controle social dos serviços públicos de saneamento básico, sempre que convocado; apreciar os relatórios anuais; requerer informações, criticar e fazer proposições a respeito das ações decorrentes da implementação e da execução dos serviços delegados e do disposto na Lei Federal nº 11.445/2007.

O Plano de Prestação de Serviços 1 – PPS 1 apresentado pela Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A, referente ao período 2013-2016, contemplou, como áreas de atuação prioritárias para a primeira etapa de obras, aquelas que se encontram nas bacias que escoam para a bacia da Baía da Guanabara, as quais apresentam as maiores densidades demográficas. A delimitação das sub-bacias de esgotamento sanitário da Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro está apresentada conforme figura 4.

Nas áreas de atuação prioritárias, destacam-se as intervenções executadas nas sub-bacias do sistema Marangá, com destino final na ETE Constantino Arruda Pessoa, no bairro de Deodoro, que foi remodelada ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016.

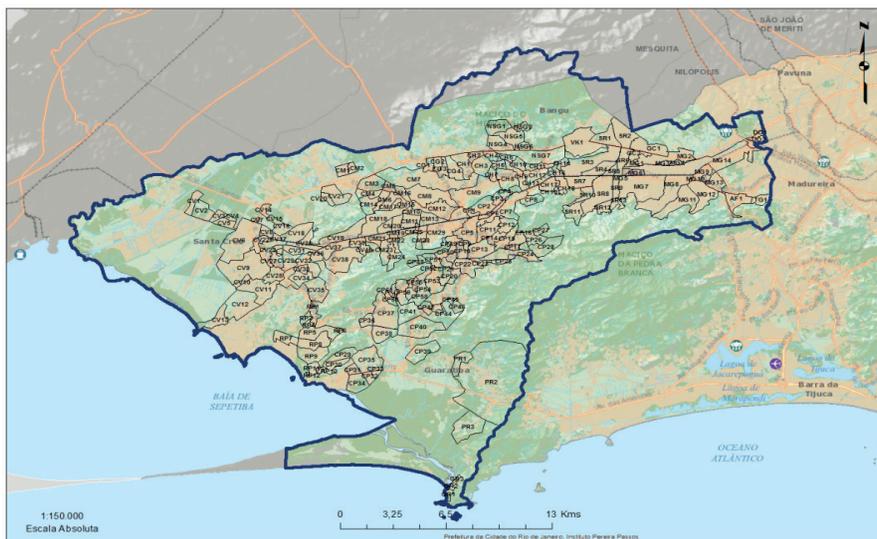


Figura 4 – Sub-bacias de esgotamento sanitário da Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

Além da ETE Constantino Arruda Pessoa, as intervenções executadas no período mencionado referente ao PPS 1 contemplam a execução de aproximadamente 174km de rede coletora, 14,6km de coletores-tronco ou interceptores, 10 estações elevatórias, 3.300m de linha de recalque, 1 sifão invertido, 6 travessias e 22.300 ligações prediais, conforme apresentado na figura 5.

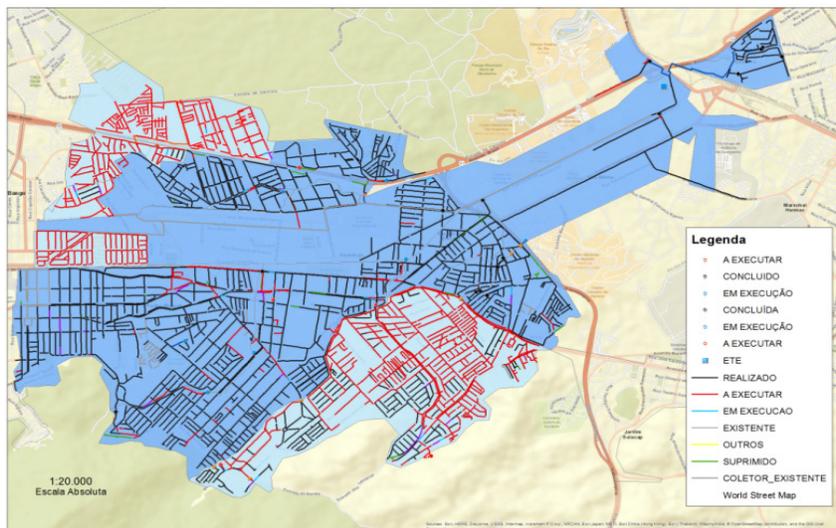


Figura 5 – Intervenções executadas no sistema Marangá, referente ao PPS 1, no período 2013-2016

(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)

Como principais dificuldades enfrentadas no processo de regulação e fiscalização dos serviços destacam-se a efetividade de ligações prediais dos usuários, a obtenção de áreas para implantação de estações de tratamento de esgotos, recadastramento de matrículas de forma a atualizar o sistema comercial, bem como processos regulatórios referentes aos temas diversos da concessão.

Com a celebração do Primeiro Termo Aditivo de alteração de cláusulas do contrato de concessão 001/2012, coube à concessionária executar as ligações prediais quando se tratar de troca da ligação de galeria de águas pluviais para o sistema separador absoluto, desde que não sejam necessários sistemas elevatórios decorrentes de soleira negativa ou intervenções na área interna de propriedade do usuário. Anteriormente ao termo mencionado, cabia ao usuário conectar-se às redes integrantes do sistema, mediante notificação da concessionária.

No que se refere à obtenção de áreas para a implantação de estações de tratamento de esgotos, diversas dificuldades foram enfrentadas, em função de alocação das mesmas para outros fins, principalmente quanto às áreas previstas para as estações de tratamento

dos sistemas Sarapuí (ETE Bangu) e Campinho (ETE Campo Grande).

Diversos processos regulatórios foram formados durante o período da concessão, tendo como exemplos: autos de infração, operação de estações de tratamento de esgotos em grupamentos residenciais, etc.

O Plano de Prestação de Serviços 2 – PPS 2 apresentado pela Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A, referente ao período 2017-2020, contempla intervenções em sub-bacias de esgotamento de Marangá e Sarapuí, conforme apresentado nas figuras 6 e 7, respectivamente, bem como em sub-bacias de esgotamento de Campinho e Cação Vermelho, conforme apresentado nas figuras 8 e 9, respectivamente, além de sistemas isolados tais como ETE do Distrito Industrial de Santa Cruz, rede coletora da Base Aérea de Santa Cruz, operação de ETEs de grupamentos residenciais, etc.

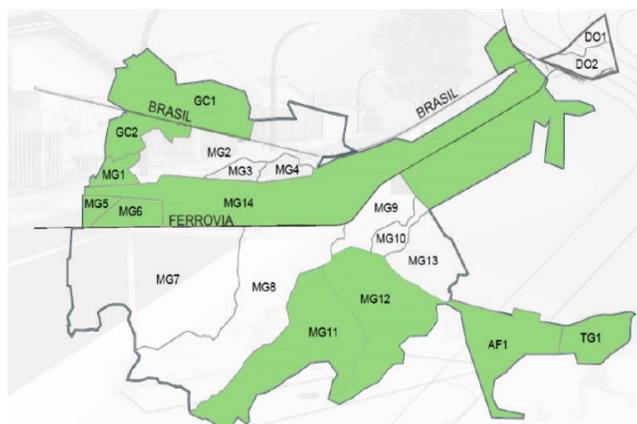


Figura 6 – Sub-bacias de esgotamento de Marangá com intervenções previstas no PPS 2

(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)

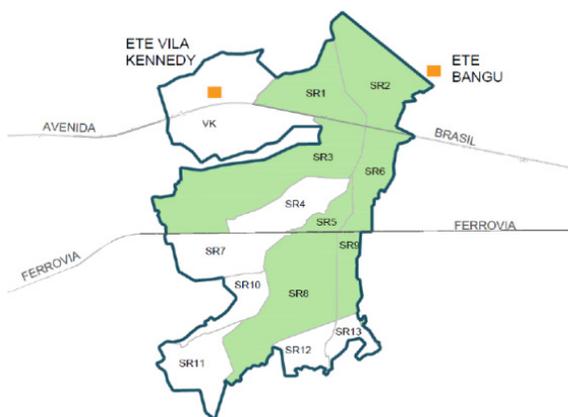


Figura 7 – Sub-bacias de esgotamento Sarapuí com intervenções previstas no PPS 2

(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)

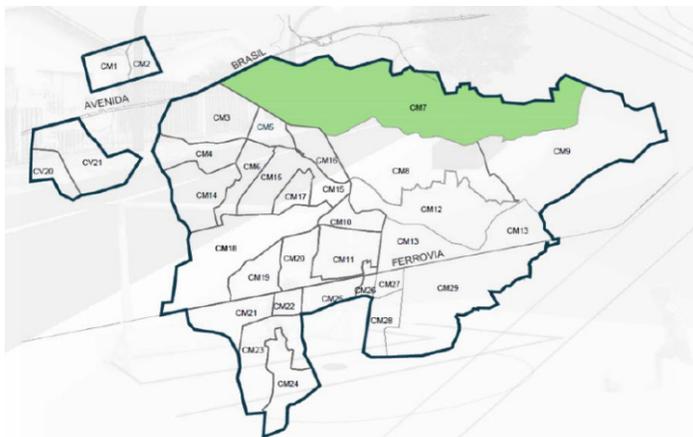


Figura 8 – Sub-bacias de esgotamento de Campinho com intervenções previstas no PPS 2
(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)



Figura 9 – Sub-bacias de esgotamento do Cação Vermelho com intervenções previstas no PPS 2
(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)

Para o período referente ao PPS 2, está prevista a implantação de aproximadamente 88km de rede coletora de esgotos no sistema Marangá, 105km no sistema Sarapuí, 42km no sistema Campinho e 10km no sistema Cação vermelho, além do início das obras da ETE Bangu, no sistema Sarapuí.

Desde o início da concessão, em maio/2012, até julho/2019, verifica-se uma evolução gradual dos indicadores e metas, com execução nos sistemas Marangá e Sarapuí, de 327km de extensão de rede coletora de esgotos separador absoluto, 27km de coletores-tronco e interceptores, 17 estações elevatórias, 6 sifões invertidos e 12 travessias, conforme apresentado, de forma esquemática, na figura 10. Houve ampliação

e remodelação da Estação de Tratamento de Esgotos de Deodoro com capacidade de tratamento para 750L/s e a inclusão de operação de 27 estações de tratamento de esgotos de grupamentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2014, cujo total deverá atingir a 150 ETEs em grupamentos residenciais até 2020.

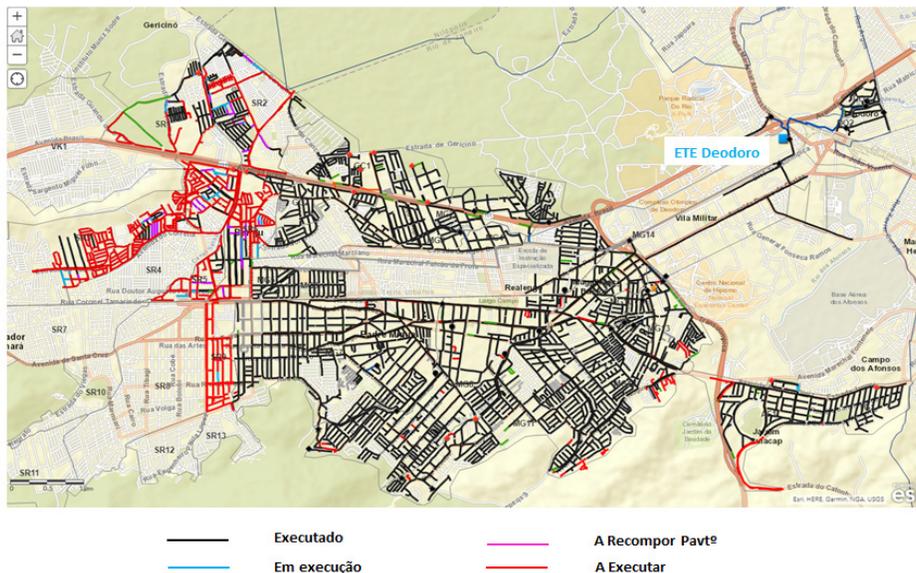


Figura 10 – Intervenções executadas nos sistemas Marangá e Sarapuí, entre 2012 e 2019
(Fonte: Concessionária F.AB. Zona Oeste S/A)

No Primeiro Termo Aditivo de alteração de cláusulas do contrato de concessão, em seu Anexo III, são estabelecidas metas estratégicas referentes à prestação dos serviços de esgotamento sanitário: meta de disponibilidade de coleta de esgoto e a meta de disponibilidade de tratamento de esgoto.

A meta de disponibilidade de coleta de esgoto estabelece a porcentagem de economias elegíveis localizadas na área de concessão para as quais as infraestruturas de coleta de esgotamento sanitário estarão disponíveis e operacionais. Já a meta de disponibilidade de tratamento de esgoto tem por objetivo estabelecer o ritmo dos investimentos da concessionária em sistemas de tratamento de esgotamento sanitário, tendo em conta as indicações dos órgãos ambientais competentes. Esta meta consiste no número de economias elegíveis que tem a disponibilidade de coleta, transporte e tratamento de esgoto em relação ao total de economias elegíveis com disponibilidade de coleta de esgoto em sistema separador absoluto.

Os indicadores que servem de base à avaliação dessas metas são o IDCE –

Indicador de Disponibilidade de Coleta de Esgoto e o IDTE – Indicador de Disponibilidade de Tratamento de Esgoto.

As metas de disponibilidade de coleta de esgoto e de disponibilidade de tratamento de esgoto, apuradas pelo IDCE e IDTE, de acordo com o Primeiro Termo Aditivo de alteração de cláusulas do contrato de concessão, são apresentadas conforme figura 11. Em maio/2019, os valores do IDCE e IDTE aproximaram-se de 58% e 57%, respectivamente.

Para o alcance das metas estratégicas em 2022, é fundamental que, além da implantação de rede coletora, seja implantada a estação de tratamento de esgotos do sistema Sarapuí (ETE Bangu).

Ano	2022	2027	2037	2042
IDCE	75%	85%	90%	95%
IDTE	75%	85%	100%	100%

Figura 11 – Metas estratégicas a serem apuradas pelos Indicadores IDCE e IDTE

(Fonte: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/2012)

No que se refere à satisfação dos usuários e adequação das estruturas de atendimento, foram alcançados os seguintes valores para os mencionados indicadores, referentes ao quinto e sexto anos de concessão, respectivamente, conforme apresentado na figura 12.

AFERIÇÃO ANUAL (mai 2016 - abr 2017)	ISUA	94,83	AFERIÇÃO ANUAL (mai 2017 - abr 2018)	ISUA	93,00
	IAEA	8,88		IAEA	9,00

Figura 12 – Indicadores de Satisfação dos Usuários e de Adequação das Estruturas no Atendimento

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

No que tange à gestão regulatória comercial e econômico-financeira, segundo relatórios e balancetes da concessionária, são apresentados os valores referentes às matrículas faturadas, receitas de esgoto, outorga e fiscalização, bem como a inadimplência em relação à receita de esgoto, no período de 2015 a 2018, conforme figuras 13, 14, 15 e 16, respectivamente.

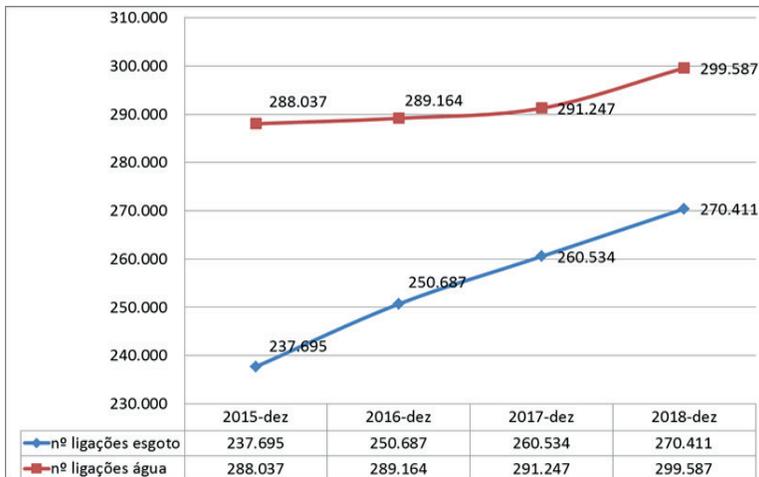


Figura 13 – Matrículas faturadas

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

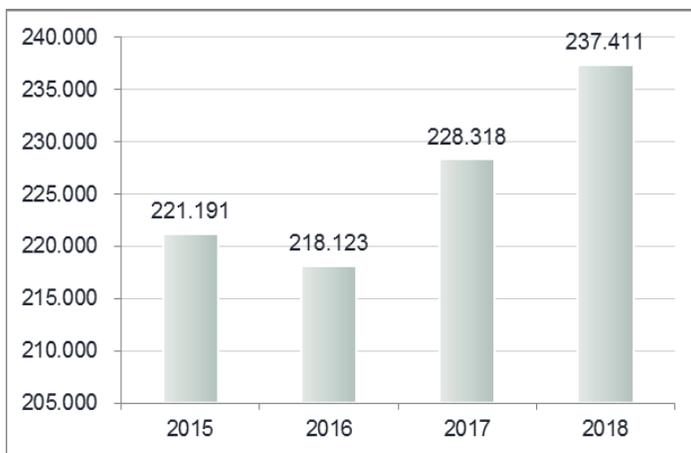


Figura 14 – Receita de esgoto

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

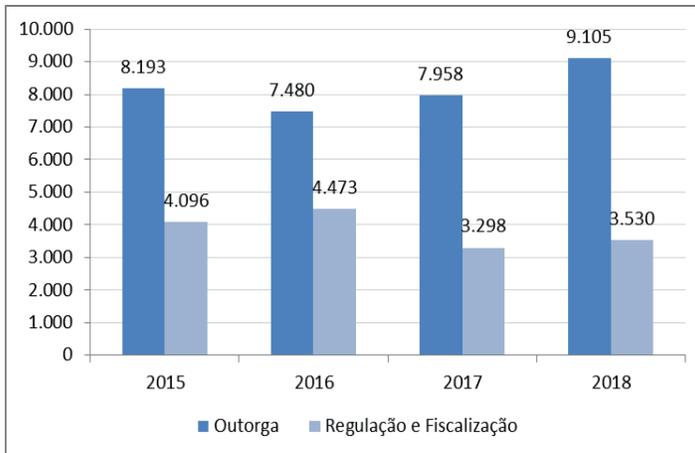


Figura 15 – Outorga e fiscalização

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

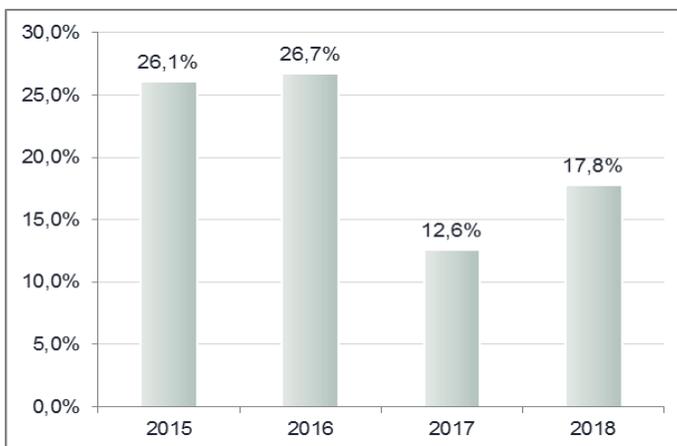


Figura 16 – Inadimplência/receita de esgoto

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

O atendimento à população pela concessionária é realizado 24h, em todos os dias da semana, pelo telefone 08000250005, bem como pelo acesso ao site www.zonaoestemais.com.br e à ouvidoria, através do e-mail faleconosco@zonaoestemais.com.br. Quanto à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, as solicitações diversas de cidadãos podem ser efetuadas através da Central 1746 de Atendimento e, referente à transparência, em cumprimento à Lei Federal 12.527/2011 de 18/11/2011, Lei de Acesso a Informação, a Fundação Rio-Águas disponibiliza, no site da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (<http://www.rio.rj.gov.br/web/rio-aguas>), uma página de divulgação para as atividades

de regulação e fiscalização na AP 5. Neste espaço o cidadão pode consultar, além do Contrato de Concessão, as legislações pertinentes, os bairros atendidos pelo serviço, informações sobre as reuniões de diretorias e conselhos da Fundação, atalhos para o site da Concessionária e informações sobre como falar com a Fundação Rio-Águas. Trata-se de mais um canal de transparência para divulgação e controle social das atividades de regulação e fiscalização na AP 5.

4 | CONCLUSÃO

Com este trabalho, buscou-se elencar o caso de concessão dos serviços de esgotamento sanitário na Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro, continuando o abastecimento de água sob a gestão da concessionária estadual. Com adoção deste modelo de gestão, houve um crescimento significativo do serviço prestado, tanto em relação à gradativa expansão dos serviços, quanto ao atendimento ao usuário. A região atualmente conta com aproximadamente 58% de disponibilidade de coleta de esgotos em sistema separador absoluto, sendo que da parcela da população com disponibilidade de coleta, aproximadamente 57% possuem disponibilidade de tratamento. Deve-se, entretanto, ressaltar que ainda há um longo caminho a ser trilhado, com diversas ações e intervenções a serem executadas, visando alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico na região.

REFERÊNCIAS

ARSESP. **Cooperação entre Estado e Município**. Guia de orientação para gestores municipais sobre a delegação da regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico. 5ª Edição Revisada. São Paulo, 2018.

GOVERNO FEDERAL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Política Federal de Saneamento Básico**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445compilado.htm>.

JORDÃO, Eduardo Pacheco; PESSOA, Constantino Arruda. **Tratamento de Esgotos Domésticos**. ABES. 8ª Edição. Rio de Janeiro, 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Contrato de Concessão 001/2012**. Disponível em www.rio.rj.gov.br.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Convênio de Cooperação ERJ/MRJ nº 01/2011**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4287586/4106112/ConveniodeCooperacaoERJ_MRJn01_2011.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Edital de Concorrência Pública nº 38/2011**. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105677/01.AnexoIEDITAL.pdf>>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Primeiro Termo Aditivo de Alteração de Cláusulas do Contrato de Concessão 001/2012**. Disponível em www.rio.rj.gov.br.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Portaria RIO-ÁGUAS N° 001, de 04 de outubro de 2017**. Disponível em www.rio.rj.gov.br.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/documents/4282910/4517645/Termo+de+Reconhecimento+Reciproco+de+Direitos+e+Obrigacoes+entre+Estado+e+Municipio.pdf?version=1.0>.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos**. DESA, UFMG, 2ª Edição Revisada. Belo Horizonte, 1996.

CAPÍTULO 13

MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Tatiana Pinho Mattos

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas. Diretora da Diretoria de
Saneamento da Fundação Rio-Águas.

Paulo Luiz da Fonseca

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas. G
Universidade Federal Fluminense—UFF.

Fernanda da Silva Oliveira

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas. Gerente de Fiscalização
Técnica da Diretoria de Saneamento da
Fundação Rio-Águas.

Alan Lopes Nóbrega

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
Fundação Rio-Águas. Gerente de Avaliação
Econômico-Financeira e Comercial.

RESUMO: A Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro, situada na zona oeste da cidade, apresentava, até 2007, um percentual estimado de aproximadamente 5% da população com rede coletora de esgotos do tipo separador absoluto com tratamento, sendo a grande maioria dos usuários conectados ao sistema unitário, com utilização de galerias de águas pluviais e tratamento prévio, em área particular e sob responsabilidade de implantação e operação dos proprietários. Através de concessão dos serviços

de esgotamento sanitário à iniciativa privada, iniciada em 2012 e por um período de 30 anos, a região atualmente conta com aproximadamente 58% de disponibilidade de coleta de esgotos em sistema separador absoluto, sendo que da parcela da população com disponibilidade de coleta, aproximadamente 57% possuem disponibilidade de tratamento. Entretanto, nas áreas em que ainda não houve intervenções da concessionária, em economias elegíveis, há prestação de serviços de manutenção e operação nas galerias de águas pluviais, limitada às tubulações em concreto simples e concreto armado com no máximo 600 mm de diâmetro. O objetivo geral da pesquisa é fazer uma abordagem do Contrato de Interdependência de uso das galerias de águas pluviais e os respectivos desdobramentos, no âmbito do modelo de gestão implementado.

PALAVRAS - CHAVE: Saneamento ambiental. Esgotamento sanitário. Contrato de Interdependência. Sistema unitário. Rio de Janeiro.

RAINWATER GALLERIES WITH SEWAGE EFFLUENTS MAINTENANCE AND OPERATION UNDER CONCESSION CONTRACT

ABSTRACT: The Planning Area 5 of Rio de Janeiro, located on the West Side (Zona Oeste) of the city, had, until 2007, an estimated that the sewage of approximately 5% of the population received treatment from the wastewater collection network service with an absolute separator system. Most users were connected to the unitary system, using rainwater galleries and previous treatment in a private facility and under

the responsibility of the owners for the implementation and operation. Through the 30-year concession of sanitary sewage services to the private sector starting in 2012, the availability of sewage collection in an absolute separator system in the region has raised to around 58%, out of which about 57% have treatment availability. However, in areas where there has not yet been any intervention by the concessionaire, in eligible economies there is provision of maintenance and operation services in rainwater galleries, limited to concrete and reinforced concrete pipes with a maximum diameter of 600 mm. The general objective of the research is to approach the Interdependence Agreement for the use of rainwater galleries and the following unfolding effects, within the scope of the management model that has been implemented.

KEYWORDS: Environmental sanitation. Sewage. Interdependence Agreement. Unit system. Rio de Janeiro.

1 | INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

A Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro corresponde a 592km², 48% da área territorial do Município do Rio de Janeiro. Até 2007, percentuais muito baixos de rede coletora de esgotos do tipo separador absoluto com tratamento eram ofertados à população, o que caracterizava claramente a necessidade da adoção de um novo modelo de gestão no sistema de esgotamento sanitário da região, visando mitigar, de forma gradual, os problemas de saneamento e saúde pública. Entretanto, nas áreas em que ainda não houve intervenções da concessionária, em economias elegíveis, há prestação de serviços de manutenção e operação nas galerias de águas pluviais, limitada às tubulações em concreto simples e concreto armado com no máximo 600 mm de diâmetro. O objetivo geral da pesquisa é fazer uma abordagem do Contrato de Interdependência de uso das galerias de águas pluviais e os respectivos desdobramentos, no âmbito do modelo de gestão implementado. Tendo em vista que o sistema unitário de esgotamento sanitário transporta e afasta os efluentes previamente tratados nas residências, é devida cobrança de tarifa (Lei 11.445 e sua regulamentação) referente ao esgotamento sanitário no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o que e viabilizou o modelo de concessão.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada consiste na pesquisa exploratória, delineando-se como pesquisa bibliográfica aos relatórios e ao acervo técnico que integra o processo de concessão. Na pesquisa, são considerados os elementos referentes às intervenções implementadas no sistema, o Contrato de Interdependência de uso das galerias de águas pluviais utilizadas como sistema unitário localizadas na Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro e documentação referente às ordens de execução e serviços da concessionária.

3 | RESULTADOS/DISCUSSÃO

A Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro, situada na zona oeste da cidade (figura 1), é constituída por 22 bairros (figura 2) e atualmente possui uma população de aproximadamente 1.850.000 habitantes. A região possui diferentes soluções de configuração para o sistema de esgotamento sanitário, operadas por meio de concessão municipal, até que se atinja a universalização do sistema separador absoluto. Um dos instrumentos para disciplinar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário na área é o “Contrato de Interdependência de Uso das Galerias de Águas Pluviais Localizadas na Área de Planejamento 5 – AP-5 e outras avenças”.

O saneamento básico da Cidade do Rio de Janeiro foi influenciado historicamente pelas diversas configurações geopolíticas que se sucederam na evolução local. Citando seu passado mais recente, a cidade foi capital federal, Estado da Guanabara e, atualmente, capital estadual. Estas situações federativas se refletiram em diferentes instituições responsáveis pelo saneamento e em diversas formas de enfrentamento desta questão. Mais recentemente, até os anos 2000, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos era a única prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o território da cidade.

Em fevereiro de 2007, por intermédio do Termo de Reconhecimento Recíproco, firmado com o Governo do Estado em 28 de fevereiro de 2007, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assumiu a gestão do saneamento básico dos 21 bairros que à época integravam a Área de Planejamento 5 – AP5 do Município (atualmente são 22 bairros). A então Secretaria Municipal de Obras (SMO), por meio da Fundação Rio-Águas, tornou-se responsável pela operação, expansão e aperfeiçoamento dos serviços de esgotamento sanitário nestas localidades.

No dia 25 de agosto de 2011 foi celebrado Convênio de Cooperação entre o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo a gestão associada para a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de gestão comercial do abastecimento de água nos bairros que integram a AP5.

A partir desse convênio, a Prefeitura, mediante estudos favoráveis do modelo de negócios, publicou em agosto de 2011 o Edital de Concorrência Pública nº 38/2011 para a concessão dos serviços de esgotamento sanitário e a gestão comercial do abastecimento de água da AP-5, cuja vencedora foi a empresa F. AB. Zona Oeste S.A., cuja assunção dos serviços se deu no dia 04/05/2012.

O Contrato de Concessão estabelece o Município do Rio de Janeiro como Poder Concedente dos serviços de esgotamento sanitário da AP-5 e a Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – Rio-Águas como sendo o Ente Regulador da concessão. A Fundação adequou suas competências para incorporar suas novas responsabilidades e continuamente capacita seu corpo técnico para o constante aprimoramento de sua

atividade reguladora e fiscalizadora. As Figuras 1 e 2 identificam a Área de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento

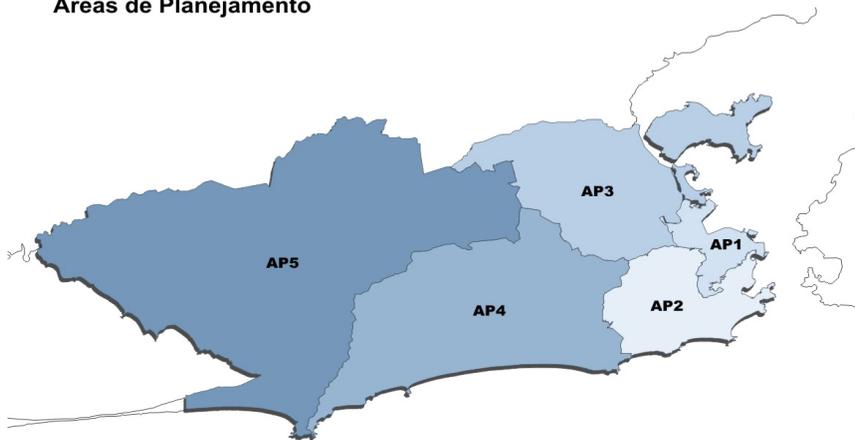


Figura 1 – Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro

(Fonte: Instituto Pereira Passos)

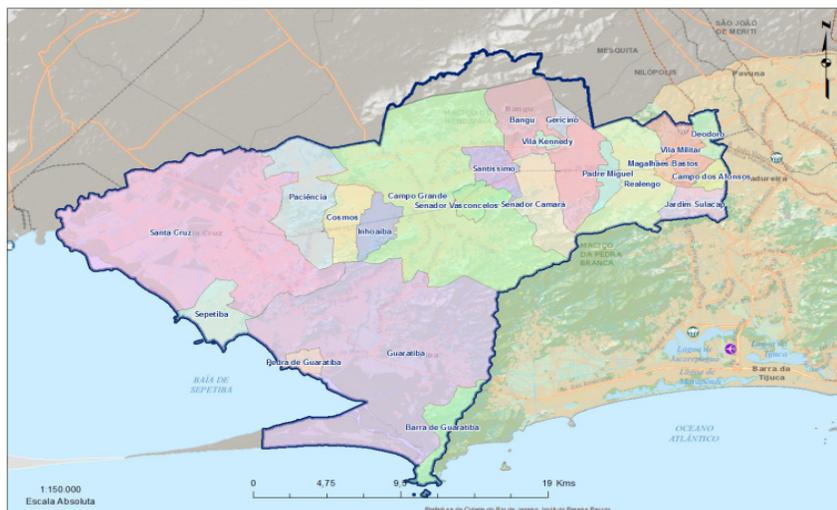


Figura 2 – Bairros da Área de Planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

Um dos principais instrumentos que possibilitam o sucesso do modelo de concessão adotado pelo Município do Rio de Janeiro para o esgotamento sanitário da Área de Planejamento 5 é o “Contrato de Interdependência de Uso das Galerias de Águas Pluviais

Localizadas na Área de Planejamento 5 – AP-5 e outras avenças”. Por meio deste contrato garante-se segurança jurídica para a atuação da Concessionária na cobrança de tarifas pela prestação do serviço de afastamento dos esgotos.

Por meio do Contrato de Interdependência, a concessão de esgotamento sanitário da AP-5 passa a operar e fazer a manutenção das redes em sistema unitário na região, “em caráter transitório”, considerando a ampliação “gradual e progressiva” do sistema separador absoluto até sua universalização, em conformidade com o Termo de Reconhecimento Recíproco (2007).

Sobrinho e Tsutiya (2000) diferenciam os três tipos de sistemas de esgotos urbanos:

“a) Sistema de esgotamento unitário, ou sistema combinado, em que as águas residuárias (domésticas ou industriais), águas de infiltração (águas de subsolo que penetra no sistema através de tubulações e órgãos acessórios) e águas pluviais veiculam por um único sistema;

b) Sistema de esgotamento separador parcial, em que uma parcela das águas de chuva, provenientes de telhados e pátios das economias são encaminhadas juntamente com as águas residuárias e águas de infiltração do subsolo para um único sistema de coleta e transporte de esgotos;

c) Sistema separador absoluto, em que as águas residuárias (domésticas e industriais) e as águas de infiltração (águas de subsolo que penetra no sistema através de tubulações e órgãos acessórios), que constituem o esgoto sanitário, veiculam em um sistema independente, denominado sistema de esgoto sanitário. As águas pluviais são coletadas e transportadas em um sistema de drenagem pluvial totalmente independente.” (SOBRINHO e TSUTIYA, 2000, p.2-3)

Os sistemas de esgotamento sanitário mais usuais são o separador absoluto e o unitário, sendo o primeiro o comumente adotado no Brasil. As figuras 3 e 4 demonstram, esquematicamente, estes dois sistemas de esgotamento sanitário respectivamente.

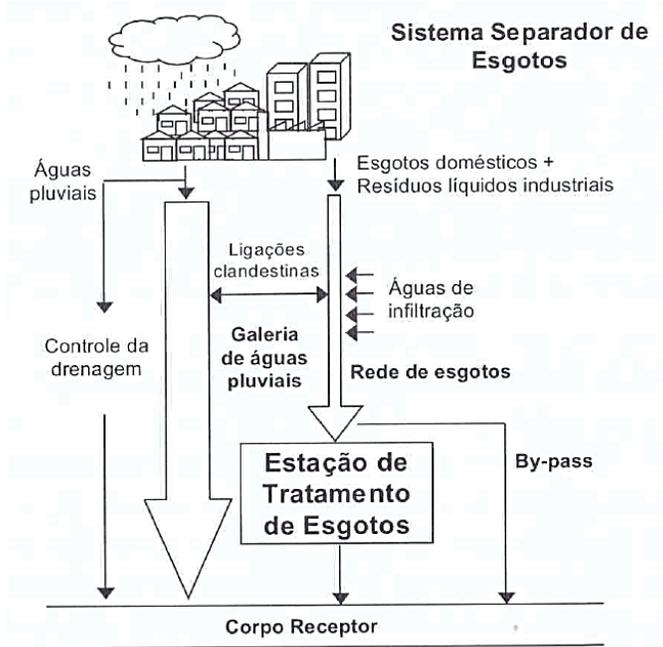


Figura 3 – Sistema Separador de Esgotos
(Fonte: BERNARDES e SOARES, 2004, p.26)

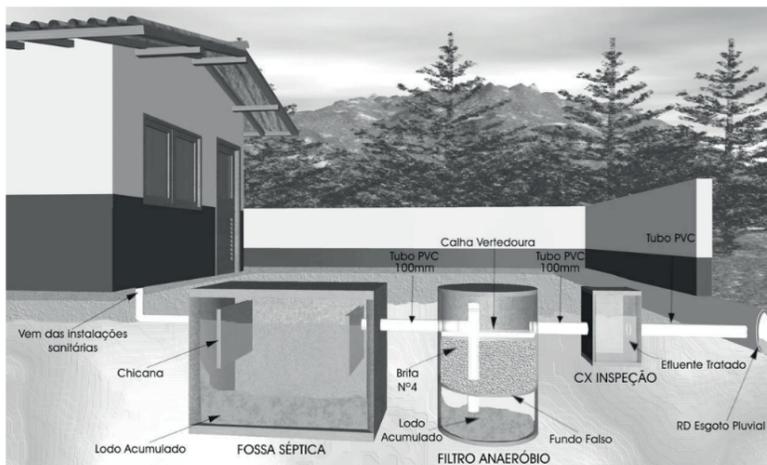


Figura 4 – Sistema Unitário de Esgotos
(Fonte: SANTANA ARTEFATOS DE CIMENTO)

Diversas legislações em âmbito federal, estadual e municipal disciplinam acerca do sistema de esgotamento sanitário a ser implantado em sistemas públicos de saneamento

nas quais o Contrato de Interdependência encontra embasamento legal. Dentre elas, destacam-se a “Lei de Saneamento Básico”, Lei nº 11.445/2007, e o “Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro”, Lei Complementar nº 111/2011.

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes para a Política Nacional de Saneamento Básico, em seu artigo 2º, inciso VIII, indica a “utilização de tecnologias apropriadas” e a “adoção de soluções graduais e progressivas” como um dos princípios fundamentais que devem basear a prestação de serviços públicos de saneamento básico. De mesmo modo, a Lei nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, reafirma tais princípios para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico. À luz destas leis, a utilização do sistema unitário pela prestadora de serviços públicos de saneamento pode ser entendida, temporariamente, como tecnologia apropriada, desde que inserida em um processo gradual e progressivo para a universalização do esgotamento sanitário.

A Lei estadual nº 2.661, de 27 de dezembro de 1996, regulamenta o Art. 277 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro e determina que concessionárias e órgãos públicos tenham um cronograma de obras para aprimoramento dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos em operação. A legislação do Estado, por meio do Decreto nº 22.872, de 28 de dezembro de 1996, em seu Art. 3º, determina que as concessionárias são responsáveis por “operar, manter e executar reparos e modificações nas canalizações e instalações dos serviços públicos de água e esgoto sanitário, bem como fazer obras e serviços necessários à sua ampliação e melhoria de acordo com os termos da concessão”. O mesmo regramento legal, em seu artigo 8º, indica que:

“Os prédios, situados em logradouros dotados de sistema unitário ou desprovidos de qualquer sistema de esgoto sanitário, deverão ter suas instalações de esgoto ligadas a um eficiente dispositivo de tratamento e o efluente deverá ser encaminhado a destino conveniente, a critério do Poder Concedente, observada a legislação ambiental e sanitária em vigor.”
(DECRETO ESTADUAL Nº 22.872/1996).

Ainda segundo a doutrina legal estadual, o Decreto nº 22.872, de 27 de dezembro de 1996, em seu Art. 7º, §1º, faculta à concessionária, a critério do Poder Concedente, a ligação das instalações de esgoto aos sistemas públicos, “independente da identificação do proprietário e das demais providências que deverão ser tomadas posteriormente”, quando exigido em casos de preservação de salubridade pública.

Assim, a legislação estadual embasa o Contrato de Interdependência garantindo a atuação das concessionárias em redes de sistemas unitários até que se implante o sistema separador absoluto e, quando for o caso, podendo também fazer as ligações ao sistema implantado para salubridade pública.

Em âmbito municipal, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro confere ao poder municipal a possibilidade de realizar concessão para exploração dos serviços de água e esgoto, que são considerados competências municipais. O Plano Diretor Vigente,

Lei Complementar nº 111, de 01 de fevereiro de 2011, em seu Art. 225, determina como ações estruturantes relativas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário:

“III. fomento para que toda a rede de esgotos municipal integre sistema separador absoluto;

IV. adoção de medidas de controle, junto à concessionária, para fiscalizar e impedir o lançamento de esgotos na redes de drenagem municipais;

V. estabelecimento, mediante entendimento com a concessionária, de metas progressivas de regularidade e qualidade no sistema de abastecimento de água e no sistema de tratamento de esgotos, incluindo a universalização da rede de esgoto e redução de perdas de água em toda a cidade;

VI. avaliação de novas técnicas e dispositivos que minimizem o lançamento de resíduos sólidos nas redes de drenagem;

VII. exigência de tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário previamente ao lançamento destes nos corpos hídricos receptores, de acordo com o estabelecido pelas leis vigentes e pelas normas da concessionária, garantindo a proteção da saúde humana e dos ecossistemas;

VIII. exigência de tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário previamente ao lançamento destes na rede pluvial de drenagem, com a mesma qualidade do previsto no inciso VII, até a implantação do sistema separador absoluto em toda a cidade;” (LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2011).

Assim obtém-se, também em nível municipal, respaldo legal para a utilização das redes em sistema unitário até que o sistema unitário encontre-se implantado pela concessionária. Esta consideração compreende a progressividade necessária à universalização do sistema de esgotamento sanitário.

O “Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações” celebrado entre o Município do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), em 28 de fevereiro de 2007, determina que a área de planejamento 5 e as áreas faveladas da cidade do Rio de Janeiro tenham atendimento de esgotamento sanitário sob responsabilidade municipal, mantendo o restante da cidade sob atendimento da CEDAE. Tal Termo estabelece que cada parte instale em suas áreas de atuação, “de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização, pelas Partes das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para o transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamentos de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem ônus”.

O Contrato de Concessão nº 001/2012 para o esgotamento sanitário da Área de Planejamento 5, assinado em 24 de janeiro de 2012, possui metas para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário da região até o fim da concessão, considerando

a etapalização das intervenções necessárias e as legislações aplicáveis. O contrato traz, ainda, dentre os direitos e obrigações da concessionária a prestação adequada dos serviços de esgotamento sanitário, entendido como sendo os “serviços que compreendem a ampliação, construção, recuperação, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de coleta, tratamento e disposição final de esgotos”.

Para tal, o Contrato de Concessão para o esgotamento sanitário da Área de Planejamento 5 determina que deve ser respeitada a modicidade tarifária, sendo esta entendida como a “justa correlação entre os encargos da concessão e as tarifas pagas pelos usuários”. Ou seja, os serviços prestados pela concessionária devem ser devidamente ressarcidos pelas tarifas e os usuários não devem ser cobrados por serviços que não usufruem.

Uma vez entendida como legal a utilização temporária do sistema unitário em logradouros desprovidos de sistema separador absoluto até sua implantação, cabendo à concessionária a manutenção das redes do sistema unitário, a remuneração destes serviços à concessão tornou-se possível, graças à uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em acórdão de julgamento do Recurso Especial nº 1.339.313 – RJ (2012/0059311-7) interposto pela CEDAE. Neste acórdão, o relator, acompanhado pela maioria dos ministros, deixa claro que “a cobrança da tarifa, portanto, não pressupõe a prestação integral do serviço de esgotamento sanitário, mas apenas parte dele, que, no caso dos autos, se resume à realização da coleta, do transporte e do escoamento dos dejetos”.

Com base em todos os dispositivos e decisões legais acima expostos, desenhou-se o Contrato de Interdependência de Uso das Galerias de Águas Pluviais Utilizadas como Sistema Unitário Localizadas na Área de Planejamento 5 –AP-5, celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e a Concessionária responsável pelo esgotamento sanitário na região. O contrato tem por objeto “a regulação da coleta e do transporte de efluentes sanitários com tratamento e a regularização das ligações irregulares no Sistema Unitário operadas pelo Município, na Área de Planejamento 5 – AP-5, de modo a regar a operação compartilhada sem onerar desnecessariamente os serviços públicos de esgotamento”.

O Contrato de Interdependência traz diversos pontos positivos para sua consecução, dentre os quais destacam-se:

- Previsão de “expansão das redes coletoras e implantação do sistema de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, de forma gradual e progressiva, de acordo com o Plano de Metas da concessão”;
- Utilização “em caráter transitório e não oneroso” do sistema unitário até a implementação do método separador absoluto;
- Responsabiliza a concessionária pela “fiscalização das ligações de esgotamento sanitário realizadas nos sistemas existentes na AP-5 incluindo aquelas que

utilizam galerias de águas pluviais”;

- Passa à concessionária a operação e manutenção de tubulações em concreto simples e concreto armado utilizadas em sistema unitário com até 600 mm de diâmetro, “além de serviços de desobstrução e reparo decorrentes da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, substituição de trechos danificados quando a extensão for menor que 10 metros, sem ônus para o Município”;
- Mantém as responsabilidades e obrigações do município sobre os serviços exclusivamente de drenagem e da manutenção de tubulações utilizadas em sistema misto que não se enquadram nos condicionantes do item anterior;
- Obriga Município e concessionária a comunicarem reciprocamente intervenções que façam nas redes que operam em sistema unitário;
- Determina que o sistema unitário seja “gradualmente cessado, de acordo com o avanço da expansão das redes coletoras” implantadas pela concessionária de acordo com o Plano de Metas contratual;
- Condiciona a extinção do contrato “à ocorrência de substituição completa do uso de galerias de águas pluviais, e subordinada às mesmas regras e procedimentos de extinção e de devolução de bens reversíveis previstas” no contrato de concessão.

A abrangência do Contrato de Interdependência compreende toda a região da Área de Planejamento 5 ainda desprovida de sistema separador absoluto e pode ser identificada na Figura 5.

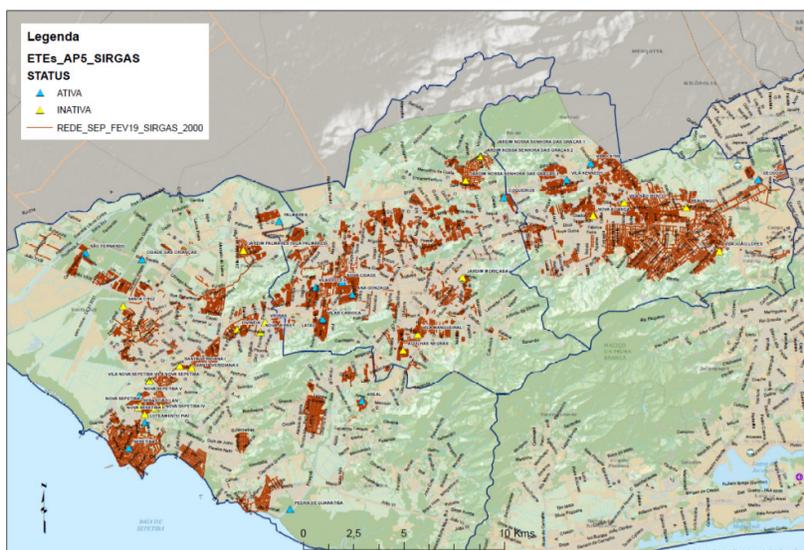


Figura 5 – Rede separadora absoluta na Área de Planejamento 5

(Fonte: Fundação Rio-Águas)

Pode-se ilustrar a importância do Contrato de Interdependência pela apreciação dos números de serviços prestados pela concessionária em galerias do sistema unitário. No ano de 2019, por exemplo, o número de desobstruções em galerias de águas pluviais realizadas na área da concessão pela empresa responsável pelos serviços atinge a média de 81 serviços por mês.

Apesar dos avanços trazidos pelo instrumento contratual, observa-se a omissão em seus termos acerca de danos estruturais nas galerias de concreto armado utilizadas como sistema unitário oriundas de ligações clandestinas de esgoto sanitário sem tratamento. As classes de tubos de concreto armado para águas pluviais não garantem proteção às agressões corrosivas provenientes de esgotos não tratados (em especial ao H₂S) e não há previsão contratual para reparo nestes casos, visto que preconizam-se somente “serviços pontuais de desobstrução e reparos decorrentes da prestação dos serviços de esgotamento sanitário” (Contrato de Interdependência, grifo dos autores).

Mesmo com responsabilização da concessionária pela fiscalização das ligações ao sistema unitário, o contrato parece deixar uma lacuna quanto à responsabilização da manutenção e correção de danos que possam ser causados por ligações irregulares à rede. Ainda que aja como fiscalizador das ligações, não há previsão contratual para sanções da concessionária aos usuários que realizem lançamentos de esgotos sem tratamentos nas redes do sistema unitário.

O Contrato de Interdependência garante segurança jurídica à cobrança de tarifa, no âmbito do Contrato de Concessão, em áreas onde não há sistema separador absoluto, pacificando uma das questões contraditórias enfrentadas na fiscalização e regulação dos serviços da concessão. Como previsto em legislação vigente a cobrança de tarifa é devida onde há prestação de uma das etapas do serviço de esgotamento, qual seja coleta, transporte ou destinação final. Adiciona-se o fato dos serviços de manutenção de rede, seja ela unitária ou tipo separador absoluto, ser prestado a todos os usuários da área de concessão, estabelecendo regras para esta prestação de serviço, esclarecendo o modelo de gestão proposto.

Através do Contrato de Interdependência de uso das galerias de águas pluviais utilizadas como sistema unitário, verificou-se um aumento significativo de ocorrências no sistema comercial da concessionária, havendo intervenções referentes à manutenção do sistema pluvial por parte da concessionária, além de substituição de pequenos trechos de galeria, não superiores a 10m. Destaca-se que a concessionária continuará executando regularmente o contrato de concessão, realizando as obras de expansão da rede coletora e a implantação do sistema de esgotamento sanitário separador absoluto, de forma gradual e progressiva, de acordo com o Plano de Metas da concessão. O uso do sistema unitário deverá ser gradualmente cessado, de acordo com o avanço da expansão da rede coletora a ser implantada pela concessionária.

4 | CONCLUSÃO

A regulamentação de pontos retratados como frágeis em um Contrato de Concessão é de suma importância para que se viabilize sanar as fragilidades jurídicas e/ou técnicas encontradas em um Contrato de Concessão. Contratos com duração de 30 anos, como o do Município do Rio de Janeiro, renováveis, devem ser efetivamente regulados, pois possuem características dinâmicas e é preciso assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro.

No caso específico desta regulamentação, o Contrato de Interdependência do uso das galerias de água pluviais, além de trazer segurança à concessionária quanto à cobrança de tarifas, regulou a prestação de serviço de esgotamento interdependente entre o Município e a Concessionária, norteando as obrigações de cada ente e trazendo benefícios ao usuário dos serviços.

Por fim, objetivamente, evidenciam-se vantagens a todos os atores envolvidos na prestação dos serviços de esgotamento sanitário na AP-5 advindas da assinatura do Contrato de Interdependência de Uso das Galerias de Águas Pluviais Utilizadas como Sistema Unitário Localizadas na Área de Planejamento 5 –AP-5, tais como:

- Os usuários do sistema contam com a efetividade da prestação dos serviços da concessionária na manutenção das redes utilizadas em sistema absoluto;
- A concessionária encontra respaldo legal para a cobrança de tarifas pelos serviços de manutenção das galerias em sistema unitário até que sejam substituídas pelo sistema separador absoluto;
- O Município (Poder Concedente) passa a ter o compartilhamento da obrigação de manutenção das galerias em sistema unitário, uma vez que servem também aos propósitos da concessão até que se universalize o sistema separador absoluto;
- O Ente Regulador representado pela Fundação Rio-Águas encontra segurança jurídica para sua atuação fiscalizatória quando da utilização das redes em sistema unitário em caráter transitório;
- Há, ainda, o incentivo ao cumprimento das metas contratuais de universalização do esgotamento sanitário pela concessionária visto que a mesma já se encontra obrigada a atuar em áreas onde ainda não implantou o sistema separador absoluto.

REFERÊNCIAS

ARSESP. Cooperação entre Estado e Município. **Guia de orientação para gestores municipais sobre a delegação da regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico**. 5ª Edição Revisada. São Paulo, 2018.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 2.661, de 27 de dezembro de 1996. Regulamenta o Art. 274 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/5a35845b2e69709d032564fb005de9a4?OpenDocument>>.

BERNARDES, Ricardo S. e SOARES, Sérgio R. A. **Esgotos combinados e controle da poluição: estratégias para planejamento do tratamento da mistura de esgotos sanitários e águas pluviais**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 22.872, de 28 de dezembro de 1996. Aprova o regulamento dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/149089/decreto-22872-96>>.

GOVERNO FEDERAL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Política Federal de Saneamento Básico**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445compilado.htm>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Contrato de Concessão 001/2012**. Disponível em <www.rio.rj.gov.br>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Contrato de Interdependência de Uso de Galerias de Águas Pluviais Utilizadas como Sistema Unitário Localizadas na Área de Planejamento 5 – AP5 e Outras Providências**. Disponível em <www.rio.rj.gov.br>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Convênio de Cooperação ERJ/MRJ nº 01/2011**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4287586/4106112/ConveniodeCooperacaoERJ_MRJn01_2011.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Edital de Concorrência Pública nº 38/2011**. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105677/01.AnexoIEDITAL.pdf>>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165622/4162211/LC111_2011_PlanoDiretor.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Lei Orgânica do Município**. 1990. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações**. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/4282910/4517645/Termo+de+Reconhecimento+Reciproco+de+Direitos+e+Obrigacoes+entre+Estado+e+Municipio.pdf?version=1.0>>.

SANTANA ARTEFATOS DE CIMENTO. **Sistemas Hidráulicos – Prefeitura de Navegantes - SC.** Disponível em <https://santanaartefatosdecimento.wordpress.com/2011/11/30/sistemas-hidraulicos-prefeitura-de-navegantes-sc/>

SOBRINHO, Pedro A. e TSUTIYA, Milton T. **Coleta e transporte de esgoto sanitário.** 2ª ed. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2000.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Acórdão em Julgamento do Recurso Especial nº 1.339.313 - RJ (2012/0059311-7).** Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1194164&num_registro=201200593117&data=20131021&formato=PDF>.

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Data de aceite: 04/02/2021

Antônio Marques do Vale

<http://lattes.cnpq.br/1304753315081836>

Ignês Amorim Figueiredo

<http://lattes.cnpq.br/4943727974130994>

RESUMO: A pesquisa teve como objeto a experiência de pesquisa e o próprio método aplicado segundo contribuição da fenomenologia crítica em interlocução com o marxismo; na pauta principal, análises em torno à complexidade da realidade e ao próprio círculo hermenêutico. Objetivo, valorizar o trabalho do docente pesquisador, histórias de luta por educação, cidadania, movimento social. Problema levantado foi o desafio da realidade quando impõe relações autênticas, justiça, participação cidadã, diálogo/debate. As análises revelaram que o movimento social foi processo social quase sempre minimizado pela sociologia predominante, ocultado pelos textos escolares. Heidegger, Luís Segundo, Vigiani Bicudo, Ellacuría, Jon Sobrino, abraçando o método fenomenológico, tratam do "círculo hermenêutico", pedem "sinceridade com a realidade", reclamam pela relevância de cada tema e o respeito à cidadania de todos. O trabalho ressaltou Paulo Freire com os "círculos de cultura"; toda pessoa, em "abertura" ao mais, compartilha esforço, doação, escuta: recebi muito, devo repartir. As pesquisas salientam, inclusive, que saúde e religião exigem melhor tratamento. Acentuando totalidade, rede,

complexidade, elas forçam ao diálogo/debate entre referenciais e destacam categorias como "relações", "diálogo", conforme Freire, Gramsci, Habermas; "análises", "interlocução", em Marx, Engels; "leitura crítica" segundo Freire e Gramsci. Os resultados interessam às ciências humanas e sociais.

PALAVRAS - CHAVE: Ciências humanas e sociais; fenomenologia crítica; pesquisa; educação; resistência.

ABSTRACT: This research had presented as its object a research experience about method, according to a critical phenomenology as far as it could also be in interlocution with Marxism; as another important point, also an analysis on complexity of reality and the hermeneutical circle. The research aimed to get a new depth about the work of a teacher, that is to say, in permanent research, construction of narratives, and fight for education, citizenship, social movement. The authors took as a major problem to identify the challenges of reality, at the point when it imposes truly moral relations, a just participation of all citizens, in sincere dialogue and free debate. In their analysis, the authors could understand social or popular movements as social processes, frequently underestimated by the sociology of the winners, and let unrevealed by school text editors. Heidegger, Luís Segundo, Vigiani Bicudo, Ellacuría, Jon Sobrino, embracing the phenomenological method, discuss the "hermeneutic circle", claim for "sincerity" before reality and for the relevance of every theme, defending respect to the rights of every citizen. The work of Paulo Freire, about his "circles of

culture”, could gather more persons “open” to the plus, sharing efforts, donation and hearing: I received much, so I must distribute more. More, the research requires for health and religion a much better treatment. Accentuating totality, networks and complexity, the researches impose dialogue/debate among references and emphasize a lot of important categories as one can see: “relations”, dialogue, according to Freire, Gramsci, Habermas; “analysis”, “interlocution”, in Marx and Engels; “critical reading”, as in Freire and Gramsci. All these results report to human and social sciences.

KEYWORDS: Human and social sciences; critical phenomenology; research; education; resistance.

1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho, sobressaem a proposta metodológica e analítica da fenomenologia e a visão dialética da realidade (cunho marxista) que essa proposta favorece. Ganha peso uma proposta contra-ideológica, produtiva para quem examina honestamente os modernos projetos de pesquisa educacional. Mais central, a categoria do “materialismo aberto”, presente em Zubiri e seu discípulo Ellacuría. Com a reivindicação pelos pressupostos filosófico-metodológicos na teologia do padre jesuíta espanhol-salvadorenho, Jon Sobrino.

Este artigo, ressaltando a busca de uma profunda e sincera visão humana, sociocrítica, tem em vista apoiar a luta de povos inteiros da América Latina; e reclama investigar o universo cultural e simbólico, com o que melhor se desenha o círculo hermenêutico, completado (ou quase) em especial nos realistas debates entre fenomenólogos e marxistas. A circularidade dialética recorda a pedagogia libertária de Freire (“círculo de cultura”), a educação contra a alienação e a opressão. E então o contexto de Brasil, onde a pesquisa educacional é sempre instada a fazer-se solidária com base em análises profundas.

Este método de investigação pode ser definido como hermenêutico e genealógico, dentro da própria fenomenologia, e pode revelar grande riqueza neste momento sociopolítico nacional de ilegítima tomada do aparelho do Estado. O trabalho discute o detrimento do princípio de alteridade, quando já nem cabem as questões sobre lugar e futuro das maiorias trabalhadoras. Destaca-se que relações em rede e totalidade obrigam a buscar profundidade na pesquisa sobre educação solidária e universidade, protestos populares, debate entre referenciais. Como resultado, se espera nova sinceridade perante os elementos todos da realidade; e, pois, aprofundamento sobre interioridade humana e fé, para promover novas experiências de pesquisa unidas a compromisso com a cidadania de todos. As expectativas e os propósitos metodológicos do trabalho marcam a distribuição dos materiais trazidos sob os títulos a seguir.

2 | UMA POSIÇÃO DIALÉTICO-CRÍTICA, NA ABERTURA AO DIÁLOGO E AO DEBATE

A pesquisa seleciona debates bem atuais em ciências humanas, com particular

cunho econômico sociopolítico. Importantes as teorias e as práticas de Marx e Gramsci, Freire e Habermas, mas também Zubiri, Luís Segundo e Jon Sobrino.

Karl Marx advertiu o mundo ocidental sobre como a burguesia se apoderou dos meios e bens de produção e também desvelou os jogos ideológicos da mesma burguesia mercantil e capitalista. Analisou as reais relações numa formação social.

Admitindo revisões do marxismo e das práticas regionais, adquire importância a obra da Escola de Frankfurt para os estudos sociopolíticos e psicoculturais. Hoje, os debates ganham pelo encontro “político” com Habermas e a análise de contextos; como diretor do Instituto frankfurtiano, tinha os pés no chão e, talvez por isso mesmo, conseguiu estabelecer um diálogo com Kant e kantianos sobre intersubjetividades e ação comunicativa. Debate e força de argumentação serão temas enaltecidos por um amigo seu, Karl Otto Apel.

Os pés no chão. Sem ceder a “elitismos” duvidosos ou se descuidar do cotidiano, os trabalhos de pesquisa têm de voltar-se para os “clássicos” supramencionados. Até Gramsci reconheceu em Hegel o ensinamento “oral” e uma vivacidade “conversativa”; do debate entre os vários resultados de pesquisa, porém, se deve chegar a opções verdadeiramente cidadãs e, pois, favoráveis a todos os oprimidos. Um trabalho de metodologia em ciências sociais tem de manter o caráter prático-crítico – caráter ao qual Hegel um pouco se aproximou na sua *Fenomenologia do Espírito* – da análise empírica insistente e teimosa.

Edmund Husserl defendeu uma certa tendencialidade, uma estrutura binária e dialetizada de totalidade, que passou validamente à Fenomenologia posterior, ainda que diferentes fossem os graus de compromisso com o social de todos. É estrutura de totalidade – referência recíproca e premente entre sujeito e objeto, a forçar novas investigações – que aponta para suspeita e vigilância. Isso vem igualmente em Zubiri, o qual também foi tido, afinal, como grande metafísico – metafísico que prescrevia exame sincero da insuprimível realidade material e humana. Sinceridade confessa e relação documentável com Marx, sem desejar fazer de Marx um herói da caridade – como pareceu desejar o Kautsky de um momento estoico-pacifista. Em Zubiri, e na fenomenologia realista e crítica da América Latina, predomina a impositividade das “circunstâncias”. E a fidelidade ao real é detectada ainda em Sánchez Vásquez, ora marxista, ora fenomenólogo, mas sempre fiel ao cultural e ao cotidiano dos oprimidos que lutam.

Cabe aqui lembrar Paulo Freire (1980; 1981): falando de compromisso, não admite a “mudança da mudança”, pois o que muda é aquilo com que alguém pode defrontar-se, o real estável e oferecido. “O único que permanece na estrutura social, realmente, é o jogo dialético da mudança-estabilidade” (1981, p. 46). Por isso, Freire pode ser tomado como um crítico acerbo dos equívocos da Escola Nova de John Dewey: criticando o mau uso do verbo “adaptar-se”, aplicável a trabalhadores e imigrantes, rejeita a submissão ao progresso interessado ou interesseiro das elites várias que, ao abraçar o novo, nada mais pretendem do que extinguir, simplesmente, o que é velho ou “clássico”.

3 | A FENOMENOLOGIA E O CÍRCULO HERMENÊUTICO PARA EXPLICAÇÃO DA REALIDADE

Este artigo, conforme o método fenomenológico da fidelidade à “circunstância” e das relações em rede, aprecia a “descrição” feita pelos simples e oprimidos; bem por isso, trata de profundidade: pesquisa, compromisso e luta, educação ampla, firmeza no propósito de dialogar/debater com pessoas e com referenciais teóricos. É exigente a sinceridade perante os elementos todos (ou dimensões) que “compõem” a realidade humana. A pesquisa busca a essência das coisas e como são interpretadas pelo mundo: sem fugas, sem abandono da história, humilde nas contradições e questionamentos e, em suma, pelo oprimido que se afoga em problemas ou misérias.

Ampliando os campos de análise, usando da imagem e do método do círculo hermenêutico, a pesquisa compreende o homem e o mostra como cultura, tradições, costumes, opções morais, história de pessoas comuns; enfim, consegue defrontar-se com a realidade da marginalização perante sistemas dominantes. O círculo hermenêutico repropõe a mediação das relações entre a parte e o todo: se oportuniza uma leitura reflexiva da sociedade como um todo, também recorre ao fragmento e ao que é parte; pela parte também se compreende ou se abraça o todo (TAYLOR, 1985, p. 18). Trata-se, no círculo hermenêutico, de buscar análise criteriosa de sociedade complexa, multicultural, sujeita a variadas concepções historiográficas ou perspectivas. A pesquisa oferece, pelo círculo hermenêutico, a oportunidade de uma visão “aberta”: um ideal pode unir os diferentes, mas também uma cultura dominadora pode sufocar pessoas e grupos discriminados, e assim por diante. Sem romantismos, a fenomenologia pode, historicamente, comprometer-se com justas causas; e melhor o faz quando mantém honesta e teimosa interlocução com o marxismo.

Um exemplo de resgate, contra a antiga retórica e por uma relação circular, se vê na passagem da arte de falar para a arte de refletir e compreender. Também aí um movimento de mão dupla: busca por resultado, início de processo, retomada, ferramenta da problematização, visão de mundo mais superação por novas interpretações. Fenomenologia é desafio permanente contra os que se acomodam. Essa percepção também em Gadamer: os preconceitos e pré-compreensões, que o intérprete *a priori* estabelece, se confrontados com um texto (realidade, objeto), são colocados à prova e clamam pela aproximação a uma nova coerência. Gadamer insiste em que o círculo hermenêutico proporciona um espaço constante para que indivíduo e comunidade reconsiderem velhos padrões e costumes; reprojeta a vida a partir, sim, de conceitos prévios, os quais, ao longo da história, até se revelaram fugazes ou obsoletos a exigir correções e substituições. O círculo hermenêutico, por ele adotado nas pesquisas de várias disciplinas da área de humanas, pode facilitar a compreensão da história do homem em sociedade sem suprimir a inerente complexidade. (GADAMER, 1998, p. 57).

Freire disse, por sua vez, que a consciência crítica aceita o velho ou o novo, na medida em que seja demonstrada sua validade. A insistência, na pesquisa em geral e nesta pesquisa, é pela firmeza na atitude de respeito ao outro – exigência da interlocução –, sem esquecer que a realidade e a sincera investigação da realidade podem suscitar conflito e, até mesmo, chocar. (FREIRE, 1981, p. 40-41).

4 | EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR-PESQUISADOR: EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A pesquisa bem orientada salienta as experiências do poder, especialmente econômico, e as experiências de disputas em geral interessadas; a cada vez, consegue alertar aos mais jovens que muitos deles não se apercebem dos jogos de poder, jogos que tipos espertos preferem ocultar. Em educação, há que aprender a enfrentar ambas as realidades, e para isso a formação nas ciências humanas e sociais leva tanto à reflexão como à ação; em resumo, tais ciências levam ao preparo para defrontar-se com tensões e, ao mesmo tempo, para estar vigilante. Os pressupostos filosóficos acompanham todo avanço em ciências sociais.

Um exemplo vivo de busca pelas ciências sociais e humanas é o da UNESCO. Também na UNESCO, porém, se notam os jogos de política e poder para a manutenção conservadora de interesses e culturas. Antes de cada Conferência da Entidade, se fortalecem grupos de pessoas, ou se apuram filtros conforme as delegações de uns e outros Países; principalmente dos Países com maior participação no financiamento da mesma Entidade (EUA, Grã-Bretanha, Rússia). Entretanto, a palavra diretriz, no âmbito das Conferências, foi sempre o diálogo, diálogo educativo. Justo, porém dizer educativo e resistente, em razão de um teimoso intuito de revisar um mapa de poder, o mapa dos que, submissos, tentam denunciar o Projeto-Propaganda dos Estados Unidos (consulte-se Noam Chomsky!).

A experiência religiosa dos pesquisadores também faz repensar questões envolventes sobre a fé cristã e a vivência comunitário-eclesial de numerosos homens e mulheres “sem-poder” (mas lutadores). Exemplo vivo foi o de El Salvador. Sem pensar nas resistências de cristãos à ditadura militar que, no Brasil, durou vinte e cinco anos desde 1964. As várias experiências foram de consolidação de lutas dos movimentos sociais: a toda hora, os movimentos estiveram dentro de um turbilhão, o das ideias em conflito, o das ideologias que serviram para firmar posições, denunciar abusos econômicos e truculência de grupos e corporações. Ainda hoje, consagrando a participação cidadã inteligente e refletida, as resistências consentem que um maior número de cidadãos possa viver e sobreviver.

Na América Central, e pelo mundo afora, se tomou a sério que era desumano e ilegítimo submeter-se às classes altas, às Forças Armadas, ou aos norte-americanos.

Surgiram respostas graves, enquanto, do outro lado, os senadores persistiam mantendo o poder norte-americano sobre o Istmo e inteiros continentes. Houve resistências, e não só de pipiles ou maias, mas de variados estratos de população. Em El Salvador – tendência fortemente católica, mas com o reforço participativo de protestantes (metodistas) –, se mobilizaram efetivamente muitos cristãos em aliança crítica com generosos marxistas.

Ora, no filosofar, como na fé e na religião (esta última também é histórica na sua essência), o ser humano pretende investir-se de nova dignidade na sua existência de Homem/Mulher. O círculo de relações abre espaço para resgatar uma discussão inicial em torno àquelas categorias de Paulo Freire: profundidade; aprofundar, investigar; analisar; visão crítica da realidade; libertação.

A diversidade, às vezes, carrou um incômodo em meio à população e também nas escolas. A pesquisa fica longe de verificar ótimo entendimento quanto a juízos ideologizados sobre o desenvolvimento do País. Jovens acríticos concedem demais àquilo que se chamou o projeto elitista ou mesmo industrializante da burguesia. (VALE, 2006). As reflexões e o diálogo/debate cresceram sensivelmente, então, com a investigação a partir do “conceito de ajuda” que é o “círculo hermenêutico”. Muitos avanços fizeram amadurecer posições pessoais ou grupais. (VÁSQUEZ, 1989, p. 2). Quanto ao crescer, não obstante as ambiguidades, até devidas a expressões culturais positivistas no Brasil — se pode dizer que é humanamente produtivo acolher de modo crítico, com base em argumentação serena, as expressões religiosas e as muitas fés, elas mesmas em debate entre si; é produtivo ressalvar a marca libertária da transcendência bíblico-cristã e da própria fé católica.

Às vezes, já começa cedo, na sala de aulas, um debate do qual se esperam bons frutos; ali se tem o começo de conversa para incrementar a reflexão filosófica em torno às muitas dimensões da existência humana. É libertador sentir de um modo novo e coerente um agir cidadão, exultando com o próprio clamor da luta dos oprimidos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, na área das ciências humanas e sociais, apontou para a relevância do método e a importância de investigações e ação, caminhos de recíproca implicação para a participação política e cidadã. O círculo hermenêutico, como instrumento, facilita e estimula o debate entre indivíduos, grupos, áreas de conhecimento e, enfim, a ação. Em toda interpelação, um texto fala e responde: movimento de mão dupla, pelo qual as ciências humanas e sociais podem captar em profundidade a história, a sociedade, cada pessoa, sem perdas ou prejuízos em termos de alteridade. A ação consequente deve resultar no compromisso ético com a organização transformadora mais ou menos abrangente e, pois, no esforço de opções encetadas pelo movimento social.

A visão crítica da realidade possibilita a defesa simples das maiorias ou minorias, como também autoriza fortalecer sentimentos de pertença e fomentar relações autênticas

de grupos para liberdade e participação solidárias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: Introdução à filosofia – Manual do Professor. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BOFF, L. **Nova evangelização**: perspectiva dos oprimidos. 2. ed. Fortaleza: Vozes, 1990.

_____. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHOMSKY, N.; MITCHELL, P.; SCHOEFFEL, J. **Para entender o poder**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEMO, P. **Saber pensar é questionar**. Brasília: Liber Livro, 2010.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação e mudança**. 3. ed. Trad. Moacir Gadotti; Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Org. Pierre Fruchon. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d.

HEIDEGGER, M. **Martin Heidegger**: conferências e escritos filosóficos. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HEGEL, G. W. F. **Georg Wilhelm Friedrich Hegel**: Estética (A ideia e o ideal); Estética (o belo artístico ou o ideal). Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KANT, I. **Teoria y práxis**. Trad. Carlos Correias. Buenos Aires: Editorial Leviatán, 1984.

MARX, K. **Karl Marx**: para a crítica da economia política; do capital; o rendimento e suas fontes. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

TAYLOR, C. **Human Agency and Language**. Cambridge: Cambridge University, Press, 1985.

VALE, A. M. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Abordagem sobre um tema complexo de História: a relação entre finalidades da educação, poder e interesses. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2008, p. 41-50.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Filosofia e circunstâncias**. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZUBIRI, X. **Inteligência sentiente, inteligência y realidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 10/12/2020

Maíra dos Santos Vieira

Pelotas - RS

<http://lattes.cnpq.br/5470698041311348>

RESUMO: O envelhecimento populacional é um dos processos mais importantes do século XXI, é o resultado do progresso social e científico. A osteoporose é uma doença que acomete principalmente os idosos e se caracteriza pela perda acelerada de massa óssea; sendo desencadeada pelo desequilíbrio entre as células que produzem a substância óssea e as que a destroem. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a osteoporose é a diminuição da densidade mineral óssea (DMO), que pode ter múltiplas causas. E a principal forma de prevenção se dá através da alimentação. Este trabalho visa estimular a reflexão acerca dos direitos dos humanos em detrimento dos direitos dos animais, e acima de tudo conscientizar a sociedade de existem outras formas de garantir o bem-estar humano sem agredir os animais. Foi realizada a busca nas bases de dados Pub Med e Scielo (Scientific Eletronic Library Online), nos períodos de 01 a 10/06/2017 e 20/10 a 05/11/2020 e a leitura do livro Galactolatria de Sonia Felipe. Foram utilizados os descritores: osteoporose, envelhecimento, alimentação, tratamento e prevenção, direito dos animais. Os critérios de inclusão foram os artigos que tinham

compatibilidade com o objetivo deste trabalho, e terem sido publicados nos últimos oito anos (de 2012 a 2020). Sempre são apresentados como prevenção para a osteoporose a ingestão de leite e seus derivados. A autora do livro ressalta a influência da propaganda massiva para difundir o consumo de leite bovino, especialmente como alimento para prevenir a osteoporose, a aumentar a ingestão de leite, sem que os resultados confirmem sua expectativa. Tendo em vista que em países em que o consumo de leite é baixo, as doenças creditadas no ocidente à deficiência na ingestão de leite e laticínios, tais como a osteoporose, são raras. Respeitar o direito dos animais é uma maneira de preservar o direito dos homens.

PALAVRAS - CHAVE: Osteoporose; Envelhecimento; Direito dos Animais; Galactogenia.

GALACTOGENIA: ANIMAL LAW X MEN'S HEALTH

ABSTRACT: Population aging is one of the most important processes of the 21st century, it is the result of social and scientific progress. Osteoporosis is a disease that mainly affects the elderly and is characterized by accelerated loss of bone mass; being triggered by the imbalance between the cells that produce the bone substance and those that destroy it. According to the World Health Organization (WHO), osteoporosis is the decrease in bone mineral density (BMD), which can have multiple causes. And the main form of prevention is through food. This work aims to stimulate reflection on human rights to the

detrimento of animal rights, and above all to make society aware that there are other ways to guarantee human well-being without harming animals. The search was carried out in the databases Pub Med and Scielo (Scientific Electronic Library Online), in the periods from 01 to 06/10/2017 and 10/20 to 05/11/2020 and the reading of the book Galactolatria by Sonia Felipe. The following descriptors were used: osteoporosis, aging, food, treatment and prevention, animal rights. The inclusion criteria were articles that were compatible with the objective of this work, and have been published in the last eight years (from 2012 to 2020). The consumption of milk and its derivatives is always presented as a prevention for osteoporosis. The author of the book highlights the influence of mass advertising to spread the consumption of bovine milk, especially as food to prevent osteoporosis, to increase milk intake, without the results confirming her expectation. Bearing in mind that in countries where milk consumption is low, diseases credited in the West to deficiency in milk and dairy products, such as osteoporosis, are rare. Respecting the animal law is a way of preserving the men's law.

KEYWORDS: Osteoporosis, Aging, Animal law; Glactogeny

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos processos mais importantes do século XXI. É um produto do progresso social e científico. A população vive mais tempo e com melhor qualidade de vida, e conseguem tomar decisões sobre suas vidas reprodutivas que são um reflexo desse progresso. As famílias não possuem mais grande número de filhos e as mulheres conseguem integrar o mercado de trabalho em proporções cada vez maiores, avançando a igualdade de gênero.

No Brasil, o acentuado declínio de fecundidade combinado com a redução da mortalidade, acarretou um processo de envelhecimento populacional, que foi significativamente mais veloz do que ocorreu nas sociedades mais desenvolvidas, no século passado (CAMPOS; GONÇALVES, 2018). O envelhecimento populacional traz consigo problemas de saúde que desafiam os sistemas de saúde e de previdência social (MIRANDA, et al, 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. O Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da população do país. E esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas, segundo a Projeção da População, divulgada em 2018 pelo IBGE (IBGE, 2019).

Apontada como uma das características mais marcantes da atual dinâmica demográfica mundial é o processo de envelhecimento populacional, que é, o aumento do número absoluto e do percentual de idosos no conjunto da população, que ocorre desde 1950, mas, principalmente, ao longo do século XXI (ALVES, 2019).

Campos; Gonçalves, (2018) mostram que o Brasil e os demais países da América Latina podem ser encaixados num modelo de transição epidemiológica denominado “polarizado prolongado” que combina elevadas taxas de morbidade e mortalidade por doenças crônico-degenerativas com altas incidências de doenças infecciosas e parasitárias

e a prolongada persistência de níveis diferenciados de transição entre grupos sociais distintos.

Nas últimas décadas ocorreram mudanças demográficas, econômicas, sociais e políticas no país. No âmbito demográfico, essas mudanças se relacionam com o ritmo de crescimento da população e de alterações na estrutura etária da população, produto da acentuada queda da fecundidade e do aumento da longevidade brasileira (FLORES, 2015).

Baseado na Lei nº. 8.842/1994, sobre a Política Nacional do Idoso, tem-se por parâmetro de 60 e mais anos para a população idosa e de 15 a 59 anos para a população potencialmente produtiva (MIRANDA, et al, 2016). Para que os idosos de hoje e do futuro tenham qualidade de vida, é preciso garantir direitos em questões como saúde, trabalho, assistência social, educação, cultura, esporte, habitação e meios de transportes. No Brasil, esses direitos são regulamentados pela Política Nacional do Idoso, bem como o Estatuto do Idoso, sancionados em 1994 e em 2003, respectivamente. Ambos os documentos devem servir de balizamento para políticas públicas e iniciativas que promovam uma verdadeira melhor idade (IBGE, 2019).

Todos estes dados mostram que o futuro do século XXI será grisalho, ou seja, o percentual de idosos no mundo e no Brasil alcançará números recordes. As economias mundiais e nacionais, incontestavelmente, terão que lidar com uma estrutura etária desfavorável do ponto de vista da produtividade e as diferentes nações terão que se preparar para as consequências de uma alta razão de dependência demográfica (ALVES, 2019).

Devido ao grande contingente de idosos, cabe apresentar uma das doenças que acomete principalmente indivíduos nessa faixa etária e com significativas complicações nas atividades de vida diária e funcionalidade. A osteoporose é uma doença que se caracteriza pela perda acelerada de massa óssea. Ocorre o desequilíbrio entre as células que produzem a substância óssea e as células que destroem a substância óssea; essas células são respectivamente os osteoblastos e os osteoclastos.

É caracterizada pela fragilidade óssea e alterações na sua microarquitetura, tem como desfecho clínico mais importante a ocorrência de fraturas por baixo impacto e afeta mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo (RADOMINSKI, et al, 2017).

O mesmo autor salienta que:

Os fatores de risco mais importantes relacionados à osteoporose e a fraturas na pós-menopausa são: idade, sexo feminino, etnia branca ou oriental, história prévia pessoal e familiar de fratura, baixa DMO do colo de fêmur, baixo índice de massa corporal, uso de glicocorticoide oral (dose $\geq 5,0$ mg/dia de prednisona por período superior a três meses), fatores ambientais, inclusive o tabagismo, ingestão abusiva de bebidas alcoólicas (\geq três unidades ao dia), inatividade física e baixa ingestão dietética de cálcio (RADOMINSKI, et al, 2017).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a osteoporose é a diminuição da densidade mineral óssea (DMO), que pode ter múltiplas causas. E a principal forma de prevenção se dá através da alimentação. Sendo indicado como a principal fonte de reposição de cálcio a ingestão de leite e seus derivados, habitualmente bovino, mas podendo ser de outros animais como os caprinos.

Este trabalho visa estimular a reflexão acerca dos direitos dos humanos em detrimento dos direitos dos animais, e acima de tudo conscientizar a sociedade de existem outras formas de garantir o bem-estar humano sem agredir os animais.

2 | LEITE, ÚNICA MANEIRA DE CONTRIBUIR COM A SAÚDE DO HOMEM?

Radominski, et al, (2017), afirma que o cálcio é um nutriente essencial na regulação da homeostase do tecido ósseo. A ingestão adequada de cálcio é extremamente importante em um programa de prevenção e tratamento da osteoporose, bem como para a saúde óssea geral em qualquer idade, embora as necessidades diárias de cálcio variem conforme a idade.

O papel atribuído à nutrição relaciona-se ao desenvolvimento da maior e melhor massa óssea possível durante o crescimento e à proteção do esqueleto contra a perda de cálcio a longo prazo, embora a deficiência de vitamina D também tenha um papel no desenvolvimento de uma baixa massa óssea em algumas populações (PINTO NETO, et al, 2002).

O cálcio é um mineral fundamental para a manutenção da estrutura óssea saudável. Sua carência resulta em osteoporose. Ela responde por maior número de quedas e fraturas, especialmente entre mulheres. Mas, ao contrário do que a maioria das pessoas foi induzida a pensar, o aumento da ingestão do cálcio não contribui para assegurar a saúde óssea (FELIPE, 2012).

O Institute of Medicine (IOM), em 2011, estabeleceu as necessidades diárias de cálcio por faixa etária. Para adultos acima de 50 anos, a ingestão diária recomendada é de 1200mg, inclusive cálcio da dieta mais suplementos (em casos de ingestão alimentar deficiente) (RADOMINSKI, et al, 2017).

No Consenso Brasileiro de Osteoporose, datado de 2002, apresentava que a massa óssea adequada a cada indivíduo está associada a uma boa nutrição, que deve ser constituída de uma dieta balanceada, com quantidade de calorias adequada e suplementação de cálcio e vitamina D quando necessário. Em relação ao esqueleto, o nutriente mais importante é o cálcio (PINTO NETO, et al, 2002).

Vários autores mostram a importância do cálcio no tratamento e na prevenção da osteoporose, associado a vitamina D, apresentam um efeito moderado na prevenção de fraturas (PINTO NETO, et al, 2002; RADOMINSKI, et al, 2017).

As mulheres após os 50 anos com osteopenia ou osteoporose devem ser estimuladas

a ingerir cálcio preferencialmente da dieta. Existem calculadoras que ajudam a conhecer os alimentos ricos em cálcio e o quanto de cálcio é ingerido por dia (RADOMINSKI, et al, 2017).

O livro Galactolatria, apresenta que as norte-americanas são aconselhadas a ingerir de 800 a 1200 mg de cálcio por dia. No entanto, mesmo seguindo à risca essa orientação nutricional, não garante a sua saúde óssea. “Inundar’ o organismo com cálcio livre acaba sendo tão ameaçador para a saúde, quanto deixá-lo à mingua” (FELIPE, 2012).

Da mesma forma, o trabalho de Radominski, et al (2017), assegura que mulheres com mais de 50 anos, é recomendado o consumo de até 1.200mg de cálcio ao dia, preferencialmente por meio da dieta, especialmente com o consumo de leite e derivados. Quando há impossibilidade de fazê-lo por meio de fontes nutricionais, é recomendável a administração de suplementos de cálcio, com avaliação de riscos e benefícios. Apesar de o uso complementar do cálcio e da vitamina D ser fundamental para a mineralização óssea adequada, não se recomenda o tratamento da osteoporose em pacientes na pós-menopausa exclusivamente com cálcio associado ou não com a vitamina D.

A Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR, 2020), apresenta em sua cartilha sobre osteoporose, referente a dieta, que é importante uma adequada oferta de cálcio proveniente da alimentação desde a infância até a fase adulta. Em uma tabela que aponta alimentos e a quantidade em miligramas de cálcio por porção, mostra leite e seus derivados, mas também vegetais que contêm este mineral com suas devidas proporções.

No Consenso Brasileiro de Osteoporose, de 2002, assegurava que o cálcio pode ser encontrado em várias fontes alimentares. Leite e seus derivados contêm a maior proporção de cálcio biodisponível, embora outras fontes também possam ser utilizadas (PINTO NETO, et al, 2002).

Com isso, abre o precedente que seja empregada outras fontes de cálcio de consumo vegetal, preservando a fonte animal.

Felipe (2012) afirma:

“A propaganda em favor do consumo de leite tem seu cerne na necessidade de ingestão de cálcio, sua grande aliada. Quando pesquisas foram realizadas para confirmar a hipótese de que a ingestão de leite e suplementos de cálcio são imprescindíveis para garantir que não ocorra osteoporose, os resultados foram surpreendentes: 70% deram negativo.”

O mesmo autor, ainda mostra que no cálculo da conversão da proteína vegetal em proteína animal, a saber: para cada 100 g de proteína vegetal ingerida pela vaca, 23 g retornam no leite. A diferença entre a proteína ingerida e a convertida fica por conta do calor gerado no organismo dos animais (FELIPE, 2012).

3 I DIREITOS DOS ANIMAIS – DIREITOS DOS BOVINOS

Embora tradicionalmente os animais sejam tratados como instrumentos ao dispor do homem, deve-se reconhecer que nos últimos 30 anos essa perspectiva vem sendo questionada (CORREA, 2015).

Por séculos a fio, a ideia do homem como centro do universo dominou o pensamento científico e filosófico; no entanto, com o advento de problemas ambientais e de manejo de recursos, nasce uma visão antropocêntrica mitigada, em que se busca o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em meio a esta evolução paradigmática, nascem também as teorias e preocupações referentes ao tratamento e aos direitos dos animais não humanos (PORTO; PACCAGNELLA, 2017).

Independentemente dos motivos que levam a sociedade à mudança de perspectiva, é certo que cada vez mais se fala em direitos dos animais como forma de indicar que esses seres devem ser respeitados, não estando ao nosso inteiro dispor (CORREA, 2015).

A referida Declaração não se enquadra na definição de declaração que a doutrina de Direito Internacional atribui a este termo; não se trata de um ato que determine princípios jurídicos ou regras ou de uma norma de Direito Internacional que assinale um posicionamento político comum (PORTO; PACCAGNELLA, 2017).

Esta Declaração especifica vários direitos, com titularidade aos animais, como o direito à vida, ao respeito e à liberdade. Esses dispositivos inspiram e pautam legislações sobre os animais em muitos países e também no Brasil.

Katereniuk, (2020), evidencia que:

O animal como sujeito de direito não será visto como pessoa, mas como um sujeito que possui direitos reconhecidos juridicamente e o argumento para isso é a sciência do animal, pois são capazes de sentir dor, fome, estresse, também são capazes de aprender, reconhecendo ambientes e pessoas, ou seja, conseguem compreender o que está acontecendo no seu meio, portanto isso seria um motivo para dizer que ele tem interesses, como por exemplo, o de não sofrer.

O animal já é considerado como sujeito de direitos por grande parte dos doutrinadores jurídicos. Sendo que um dos argumentos mais comuns é de que,

“assim como as pessoas jurídicas ou morais possuem direitos de personalidade reconhecidos desde o momento em que registram seus atos constitutivos em órgão competente, e podem comparecer em Juízo para pleitear esses direitos, também os animais se tornam sujeitos de direitos subjetivos por força das leis que os protegem. Embora não tenham capacidade de comparecer em Juízo para pleiteá-los, o Poder Público e a coletividade receberam a incumbência constitucional de sua proteção. O Ministério Público recebeu a competência legal expressa para representá-los em Juízo, quando as leis que os protegem forem violadas. Daí poder-se concluir com clareza que os animais são sujeitos de direitos, embora esses tenham que ser pleiteados por representatividade, da mesma forma que ocorre com os seres relativamente incapazes ou os

incapazes, que, entretanto, são reconhecidos como pessoas. (DIAS, 2006. p. 120 *apud* KATERENIUK, 2020)."

Tendo em vista que os indivíduos relativamente incapazes nos atos da vida civil, por não apresentarem aptidão necessária, são assistidos por representantes legais com o intuito de defender seus interesses, e isso se aplica aos animais.

O fato dele não ser moralmente responsável pelos seus atos não o exclui de ser sujeito de direito, pois recém-nascidos e deficientes mentais também não possuem esta capacidade e mesmo assim pelo ordenamento jurídico vigente são consideradas como sujeitos de direito, porém os animais carecem de representantes para o efetivo exercício do direito (KATERENIUK, 2020).

Merece especial atenção o texto da própria Carta Magna Brasileira, promulgada em 1988, que dedicou todo um capítulo ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e determinou expressamente a proteção da fauna em seu art. 225, § 1º, inciso VII:

"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", incumbindo ao Poder Público "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade" (CORREA, 2015).

Sendo assim, foi destacado que a "proteção jurídico-constitucional dispensada à fauna abrange tanto os animais silvestres quanto os domésticos ou domesticados" (CORREA, 2015).

Atualmente, embora os animais sejam tratados no Código Civil como bem de uso comum do povo, "coisa", e na Lei dos Crimes Ambientais 9.605/98, nossa Justiça reconhece em alguns julgados os animais como sujeitos vulneráveis, dignos de direitos subjetivos (GIL, 2019).

Esses precedentes permitem visualizar, com clareza, que a proteção legal aos animais não se circunscreve à condição de elementos do meio ambiente (Lei 9.605/98). A tutela não é uma função do meio ambiente, pois, se assim fosse, não haveria sentido em se vetar práticas cruéis contra animais domesticados (CORREA, 2015).

De maneira geral, pode-se assegurar que o Brasil emprega alguns diplomas legais que se pautam nos preceitos da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, apresentando uma performance regular – aquém da desejável – na tutela jurídica da fauna.

A Constituição Federal e a legislação brasileira consideram os animais bens ambientais (e até mesmo mera propriedade, bens semoventes, no caso do Código Civil); ainda meros objetos, não sendo reconhecidos como titulares de seus direitos. Sendo assim, os sujeitos dos direitos acima mencionados se referem à coletividade social (SILVA, 2020).

Silva (2020), ainda conclui que a jurisprudência brasileira tem caminhado no sentido

de ampliação e busca pela efetivação da tutela da fauna; no entanto, a recorrente e arraigada visão antropocêntrica, mesmo que mitigada, ainda representa uma barreira para o alcance deste objetivo.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, datada de 1978, da UNESCO, no qual o Brasil é signatário como disposições que permeiam à esfera física e moral da conduta humana para com eles vendo-se pois então, em inicial artigos, in verbis:

ARTIGO 1º: Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.

ARTIGO 2: a) Cada animal tem direito ao respeito.

b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.

c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem (UNESCO, 1978).

Com base no Artigo 2º, alínea “b”, em que aborda a exploração dos animais, no livro Galactolatria: mau leite, a autora apresenta que:

“a conversão de proteína vegetal em proteína animal, nos animais consumidos pelos humanos, é da seguinte ordem: galinhas, usadas para produção de ovos, convertem apenas 23% da proteína recebida na ração, em proteína concentrada nos ovos. Os frangos, usados para corte, convertem apenas 17% da proteína da ração em proteína de carne. O porco converte menos ainda: 12%. E o boi, cuja carne é a mais consumida, converte míseros 4% de proteína ingerida, em proteínas da carne” (FELIPE, 2012).

O avanço moral e a percepção valorativa para a dignidade dos animais que surgiu há séculos parece não ter engatado, precisamente, nem a terceira marcha no Brasil e, triste, reiterar, ainda, que é dever do Poder Público e da sociedade garantir a proteção como mencionado no artigo constitucional acima (SILVA, 2020).

Felipe (2012), aponta para as preocupações com a dignidade dos animais, quando ressalta que dos animais domésticos, a vaca leiteira é a que mais sofre com a privação de água. Primeiramente, pela grande excreção no leite; depois, pelo fato de seu corpo conter, em média, de 55 a 70% de água.

Nesse cenário, é indispensável prepararmos os operadores do Direito no campo específico de leis que rege o Direito dos Animais:

“demonstrando o conjunto de regras e princípios que estabelece os direitos fundamentais dos seres não-humanos, diferenciando a proteção do ser não-humano enquanto fauna, e, enquanto indivíduo sentiente, portador de valor intrínseco e dignidade própria. Embora esteja inserido no âmbito do Direito Ambiental, o tema acarreta reflexo em vários outros ramos do direito,

tais como, Direito Civil (família/vizinhança/dano); Direito do Consumidor (prestação de serviço do médico-veterinário, erro médico e má prestação de serviço); Direito Público (diretrizes que tornam o Poder Público responsável pela proteção animal); Direito Penal (maus-tratos e a relação de maus-tratos com a violência doméstica); Direito Constitucional (base legislativa do Direito dos Animais); Direito do Trabalho (animais expostos ao trabalho) (GIL, 2019)".

Os problemas que surgem da exegese da regra constitucional que veda a crueldade contra animais estão mais adstritos ao conceito de “crueldade” e à própria definição de “animais” (CORREA, 2015).

No entanto, sempre visualizamos crueldade e maus-tratos aos atos físicos, mas ao impor aos animais alimentos que a evolução de seu sistema digestório não previu que devessem digerir, assimilar e metabolizar, grãos e cereais, por exemplo, e ao convencer o comedor humano a consumir cada vez mais derivados do leite bovino, desconsiderando completamente o sofrimento do animal, a devastação ambiental e os riscos para a própria saúde humana que essa ingestão representa, a revolução verde realizou uma interferência agressiva na saúde das vacas, dos ambientes naturais onde as vacas são exploradas e dos humanos transformados em galactomaniacos (FELIPE, 2012).

Este trabalho aborda prioritariamente o direito dos bovinos, mas é cabível perguntar se a vedação contra crueldade abrange tanto mamíferos quanto insetos. O mundo da zoologia é dividido entre vertebrados e invertebrados. Entre estes encontram-se insetos, moluscos, corais, águas vivas, vermes, entre outros. Na classe dos vertebrados, destacam-se os mamíferos, reptéis, peixes, aves e anfíbios (CORREA, 2015). Todos os animais merecem que seja assegurado os seus direitos.

É preciso o conhecimento específico, com análise minuciosa e visão macro da legislação de regência, a fim de assegurar juridicamente o Direito dos Animais, sem que isto resulte em preterir direitos dos seres humanos, como pensam equivocadamente alguns (GIL, 2019).

Uma resposta possível para essa questão reside no conceito de senciência, ou seja, a capacidade de sentir. A bem da verdade, a teoria da senciência é extrajurídica e procura explicar, do ponto de vista filosófico, quem deve estar na condição de sujeito. Para bem compreender essa questão é importante lembrar que na tradição cartesiana-kantiana, é a capacidade de raciocínio, ou razão, que nos caracteriza e distingue dos demais seres. É a razão que nos dá autonomia moral e que, portanto, livra-nos dos desígnios da natureza. A razão nos torna atores, e não meros objetos das múltiplas relações causais possíveis na natureza (CORREA, 2015).

4 | SAÚDE DOS HOMENS – PREVENÇÃO DE DOENÇAS

A galactolatria é o termo apresentado pela autora do livro que pauta este capítulo, que dita a dieta ao redor do planeta que está assentada na insensatez que representa a

entrega de proteínas de origem vegetal ao trabalho digestivo das vacas, cujo leite contém proporções mínimas desse total de proteínas ingerido e consumido por elas: 23%. O império do leite só se sustenta porque não arca com os custos morais do sofrimento animal, nem com os custos financeiros do tratamento das doenças humanas glactogênicas, quer dizer, associadas ao consumo de leite e laticínios (FELIPE, 2012).

As publicidades sobre alimentos de origem animal, não-humano, sempre tentam, com maestria, “driblar” o sentimento de piedade que existe nos animais humanos. Ave, vaca, por exemplo, são caracterizados como personagens “sorridentes e alegres” que “divertem” os animais humanos durante suas refeições. Comer os animais não-humanos é nutritivo e saudável, porém não evidenciam que tais alimentos são riquíssimos em conservantes, aromatizantes, edulcorantes. A leitura minuciosa dos ingredientes demonstra que a soja sempre está presente. Ora, se a proteína da carne do animal não-humano é de ótima qualidade, por que a adição da (proteína) soja? Há vários argumentos justificando adição de proteína de soja, a mais comum é “baratear” o custo aos consumidores (PEREIRA, 2020).

O leite não é um alimento tão nutritivo e conveniente, a ponto de optarmos por tomá-lo e não comer mais nada no almoço. Nas conversões dos alimentos vegetais em proteína animal o que chega ao nosso prato, depois de o animal ter comido os grãos e cereais nobres que formam a base do alimento seco dado a ele, é muito pouco, para podermos basear nossa alimentação nos produtos de origem animal (FELIPE, 2012).

A mesma autora, ainda reforça que somos capazes de compor os níveis proteicos, necessários à construção e manutenção das células do nosso corpo, usando cereais, grãos, frutas, oleaginosas, leguminosas e verduras (FELIPE, 2012).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A osteoporose é uma doença esquelética sistêmica caracterizada por diminuição da massa óssea e deteriorização microarquitetural do tecido ósseo, com consequente aumento da fragilidade óssea e susceptibilidade à fratura. A perda de massa óssea é uma consequência inevitável do processo de envelhecimento.

Sempre são apresentados como forma de prevenção para a osteoporose o aumento da ingestão de leite bovino e todos os derivados do leite. Felipe (2012) corrobora afirmando que a influência da propaganda massiva para difundir o consumo de leite bovino, especialmente como alimento para prevenir a osteoporose, a aumentar a ingestão de leite, sem que os resultados confirmem sua expectativa.

Em países em que o consumo de leite é baixo, as doenças creditadas no ocidente à deficiência na ingestão de leite e laticínios, tais como a osteoporose, são raras.

Segundo pesquisas realizadas por Joseph Keon (apontado por Felipe, 2012), que realiza estudos sobre os malefícios da proteína animal, condenam o leite bovino, pois a proteína em excesso é produtora de acidez e leva à perda de cálcio, na proporção vista, de

1g de proteína, para 1,5 mg de cálcio.

Em estudos que apresentam ensaios clínicos têm comprovado que a indicação tratamentos alternativos e complementares de programa de atividade física supervisionada promove melhorias da capacidade funcional, força muscular, equilíbrio, coordenação, melhoria da flexibilidade, qualidade de vida e reduz o risco de quedas. Com isso, pode-se verificar que mulheres submetidas ao programa de exercícios tiveram menor incidência de quedas em comparação com aquelas mantidas apenas sob tratamento farmacológico.

Dessa forma, se conclui que o leite não é a única forma alimentar que auxilia na prevenção da osteoporose, mas a utilização de todos os alimentos que derivam de verduras e folhas verdes, como brócolis, alcachofra, repolho, chicória, beterraba, folhas de endívia, rabanete verde, rúcula, espinafre, legumes que compreendem feijão, grão de bico, favas, ervilhas, lentilhas e soja, acrescidos das frutas secas e oleosas como nozes, avelãs, pistache, amendoim, amêndoas. E a atividade física contribui para a manutenção da saúde óssea.

A superioridade das dietas veganas sobre as dietas baseadas em alimentos de origem animal tem sido reconhecida pela Organização Mundial da Saúde nos últimos anos, como na declaração de que “dados acumulados indicam que o efeito adverso da proteína, em particular a animal (mas não da proteína vegetal) ode ultrapassar o efeito positivo da ingestão de cálcio na balança final”.

Como assegura, Felipe (2012), não há falta de alimentos no mundo. Mas um desvio imenso de proteínas e calorias para o organismo de animais, mortos para virar alimento rotineiro na dieta de ¼ da população humana mundial. O consumo de carnes e leite é uma das marcas da desigualdade entre os humanos.

A questão do leite, é mais uma das imposições raciais, no âmbito alimentar dos povos dominados em algum momento de sua história pelos europeus.

E ainda cabe salientar que se faz necessário e urgente trabalhos que estimulem a reflexão da sociedade e dos operadores do Direito a fim de assegurar que os Direitos dos Animais é também assegurar os direitos e garantias fundamentais dos homens, afinal, cuidar dos animais é cuidar dos seres humanos, é manter o homem vivo. Refere-se a agregar, e não segregar.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Envelhecimento populacional no Brasil segundo as novas projeções da ONU**. Site Portal do envelhecimento.

Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-populacional-no-brasil-e-no-mundo-segundo-as-novas-projecoes-da-onu/>>. 2019. Acesso em 28 out 2020.

CAMPOS, Ana Cristina Viana; GONCALVES, Lucia Hisako Takase. Perfil demográfico do envelhecimento nos municípios do estado do Pará, Brasil. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 1, p. 591-598, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672018000700591 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0070>.

CORREIA, Atála. É possível falar em direitos dos animais? (parte 1). **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-abr-27/direito-civil-atual-possivel-falar-direitos-animais-parte>>. 2015. Acesso em: 04 Nov 2020.

FELIPE, Sonia T. **Galactolatria**: mau leite: implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino. 1ª Edição. São José: Aurora, 2012, 304 p.

FLORES, Luis Patrício Ortiz, . O envelhecimento da população brasileira. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA – PUC. SP.** São Paulo. v. 2, n. 1, Jan-Jun. 2015, p.: 86-100.

GIL, Ariana Anari. Relação dos maus-tratos aos animais com a violência doméstica. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-out-04/opiniao-direito-animais-relacao-violencia-domestica>>. 2019. Acesso em: 04 Nov 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <<https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>>. Acesso em: 25 de out. 2020. 2019.

KATERENIUK, Estela,. A tutela jurídica dos animais como seres sencientes no direito comparado. **Revista Jusbrasil**. São Paulo. Disponível em: <<https://katereniuk10.jusbrasil.com.br/artigos/834738382/a-tutela-juridica-dos-animais-como-seres-sencientes-no-direito-comparado>>. 2020. Acesso em 25 Nov 2020.

MIRANDA, Gabriela Moraes Duarte, et al. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. v. 19, n. 3. p.: 507-519. 2016.

PEREIRA, Sergio Henrique da Silva,. O sadismo aos animais não humanos pelos produtores e abatedouros. **Jusbrasil**. São Paulo. 2016. Disponível em : < <https://sergiohenriquepereira.jusbrasil.com.br/artigos/364947351/o-sadismo-aos-animais-nao-humanos-pelos-produtores-e-abatedouros>>. Acesso em: 01 Nov 2020.

PINTO NETO, et al. Consenso Brasileiro de Osteoporose 2002. **Revista Brasileira de Reumatologia**. São Paulo. v.42. n.6. Nov-Dez. 2002.

PORTO, Adriane Célia de Souza; PACCAGNELLA, Amanda Formisano. A verdadeira natureza jurídica da Declaração Universal de Direitos dos Animais e sua força como carta de princípios. **Revista Âmbito Jurídico**. São Paulo. 2017. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/a-verdadeira-natureza-juridica-da-declaracao-universal-dos-direitos-dos-animais-e-sua-forca-como-carta-de-principios/>>. Acesso em 03 Nov 2020.

RADOMINSKI, Sebastião César et al. Brazilian guidelines for the diagnosis and treatment of postmenopausal osteoporosis. **Rev. Bras. Reumatol.**, São Paulo, v. 57, supl. 2, p. s452-s466, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042017000800005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.rbre.2017.07.001>.

SILVA, Elias Dias da,. Direito Animal: o Brasil tem? **Jusbrasil**. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://eliasdias2001.jusbrasil.com.br/artigos/878453630/direito-animal-o-brasil-tem>>. Acesso em: 01 Nov 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. **Osteoporose**. São Paulo. Disponível em: <<https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/osteoporose/>>. Acesso em 03 Nov 2020.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos dos Animais. 1978. Disponível em: <<http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 22 Out 2020.

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Data de aceite: 04/02/2021

Aline Albuquerque

Programa de Pós-Graduação em Bioética da
UnB. Brasília/DF, Brasil.
ORCID 0000-0002-5568-0790.

Raylla Albuquerque

Programa de Pós-Graduação em Bioética da
UnB. Brasília/DF,
ORCID 0000-0002-2582-2946

Laura Boeira

Instituto Veredas
ORCID 00000001-8450-0907

Isis Machado

Programa de Pós-Graduação em Bioética da
UnB. Brasília/DF, Brasil.
ORCID - 0000-0003-0051-9307

Luana Lima

Programa de Pós-Graduação em Bioética da
UnB.
ORCID 0000-0002-6277-6547

Meiriany Lima

Programa de Pós-Graduação em Bioética da
UnB. Brasília/DF, Brasil.
ORCID 0000-0003-3046-7165

RESUMO: Este artigo como objetivo problematizar a disputa acerca da expressão “violência obstétrica”, manifestada no Parecer CFM nº 32/201812 e no Despacho do MS13, com base no referencial dos DHP e na compreensão de

que essa divergência traduz posições ideológicas que emergem da construção dos sentidos da expressão “violência obstétrica”. Trata-se de pesquisa teórica e documental. Consta-se que a disputa em torno dos sentidos da expressão “violência obstétrica” e da sua legitimidade encontra-se viva. Isso se dá, principalmente, em razão da dissonância entre os sentidos legalmente estabelecidos e os sustentados pelas manifestações do CFM e do MS. Observa-se que a questão de fundo da “violência obstétrica” é o paternalismo nos cuidados em saúde, a mitigação da voz da paciente e ausência de uma cultura no país de respeito aos direitos dos pacientes, fatores que são redimensionados, no contexto da gestação, do parto e do puerpério, a partir da violência baseada no gênero.

PALAVRAS - CHAVE: Violência. Obstétrica. Direitos Humanos.

PROBLEMATIZATION OF THE EXPRESSION “OBSTETRIC VIOLENCE” IN LIGHT OF HUMAN RIGHTS OF PATIENTS

ABSTRACT: This article aims to problematize the dispute about the expression “obstetric violence”, manifested in CFM Opinion 32/201812 and the MS13 Order, based on the DHP framework and the understanding that this divergence reflects ideological positions that emerge from the construction of meanings of the expression “obstetric violence”. It is theoretical and documentary research. It is clear that the dispute over the meanings of the expression “obstetric violence” and its legitimacy is lively. This is mainly due to the divergence between the

legally established meanings and those supported by the manifestations of CFM and MS. We noticed that the fundamental issue of “obstetric violence” is paternalism in health care, the mitigation of the patient’s voice and the absence of a culture in the country of respect for patients’ rights, factors pointed in the context of pregnancy, childbirth and the puerperium, based on gender-based violence

KEYWORDS: Violence. Obstetric. Human Rights.

No Brasil, nas duas últimas décadas, foram criadas normas sobre cuidados em saúde destinados a pacientes gestantes e puérperas. No que se refere a portarias, ressaltam-se a Portaria nº 569, de 1º de junho 2000, do Ministério da Saúde – MS, que trata da instituição do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; e a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, que criou, no âmbito do SUS - a Rede Cegonha². No que tange especificamente aos direitos das pacientes gestantes e puérperas, a Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005³, estabeleceu que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, devem assegurar a presença de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, expandiu o direito ao acompanhante para todas as pacientes, a despeito do serviço de saúde ser vinculado ou não ao SUS⁴.

Não obstante essa série de normativas, no Brasil, não há uma lei que contemple os direitos de pacientes, logo, as gestantes e puérperas também não contam com lei que lhes assegure, por exemplo, o direito à autodeterminação, o direito a não ser submetida a tratamento desumano ou degradante, o direito à informação, o direito à confidencialidade de seus dados pessoais e o direito a não ser discriminada. Dessa forma, ainda se vivencia uma cultura paternalista e não reconhecadora de pacientes como protagonistas do cuidado em saúde⁵. Quando se trata de pacientes gestantes e puérperas, acresce-se que as teorias feministas da Bioética⁶, no Brasil, vêm desenvolvendo aportes acerca das assimetrias de gênero e outros componentes nos cuidados em saúde de pacientes mulheres. Sendo assim, as pacientes gestantes e puérperas além de não terem seus direitos enquanto tal legalmente fixados, encontram-se imersas em uma cultura que perpetua um machismo discursivo⁷ que, na esfera da saúde, traz à tona a negação da fala da paciente ou a mitigação da sua importância para seus cuidados.

Nesse contexto, a violência praticada contra a paciente gestante e puérpera denominada comumente de “violência obstétrica” passou a ser objeto de atenção de atores estatais e da sociedade civil. Com efeito, na década de noventa, fortaleceu-se o movimento social no país com vistas a criticar o modelo hegemônico paternalista na assistência ao parto. Como consequência, foram criadas algumas organizações não governamentais, como, por exemplo, a Rehuna – Rede de Humanização do Parto e do Nascimento⁸. Na década seguinte, o Dossiê intitulado “Violência Obstétrica ‘Parirás com dor’”, de 2012⁹, elaborado pela Rede Parto do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa para

a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Violência Contra as Mulheres, constitui-se como um marco ao conferir visibilidade à questão da violência contra a mulher no contexto da gestação, do parto e do puerpério. Nesse processo de reconhecimento da questão como uma problemática de saúde, de bioética e de direitos humanos, houve a adoção de legislações estaduais acerca da temática, como adiante será tratado neste artigo, e iniciativas na direção da sua regulação nacional, como por exemplo a proposta do Projeto de Lei nº 7.867, de 2017, que “dispõe sobre medidas de proteção contra a violência obstétrica...”¹⁰ e a do Projeto de Lei nº 8.219, de 2017, que “dispõe sobre a violência obstétrica praticada por médicos e/ou profissionais de saúde contra mulheres em trabalho de parto ou logo após”.¹¹

A despeito da expressão “violência obstétrica” ter sido incorporada a legislações estaduais e às propostas de lei apontadas, verifica-se uma disputa em torno da adequação do seu uso. Com efeito, em 2018, o Conselho Federal de Medicina – CFM emitiu o Parecer-Consulta CFM nº 22/2018 – Parecer CFM nº 32/2018, no qual assenta que a “expressão ‘violência obstétrica’ é uma agressão contra a medicina e a especialidade de ginecologia e obstetrícia”¹². No mesmo sentido, o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde - MS, em maio de 2019, afirmou que “o termo ‘violência obstétrica’ tem conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no continuum gestaçãopartopuerpério”¹³. Como reação aos pronunciamentos oficiais do CFM e do MS, o Ministério Público Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais expressaram seu descontentamento com o que foi deliberado por aqueles órgãos, abolir o emprego dessa expressão ¹⁴. Em reação à posição do Ministério Público Federal expressada na Recomendação para que o MS “se abstenha de realizar ações voltadas a abolir o uso da expressão violência obstétrica e que, em vez disso, tome medidas para coibir tais práticas agressivas e maus tratos”¹⁵, o MS, por meio da Coordenação de Saúde da Mulheres, em junho de 2019, manifestou-se e retrocedeu em sua posição inicial ao reconhecer o “direito legítimo das mulheres em usar o termo que melhor represente suas experiências vivenciadas em situações de atenção ao parto e nascimento que configurem maus-tratos, desrespeito, abusos e uso de práticas não baseados em evidências científica”¹⁶.

Na esfera internacional, a Organização Mundial da Saúde – OMS produziu o documento intitulado “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”¹⁷, no qual a OMS demarca que “o desrespeito e os abusos durante o parto em instituições de saúde incluem violência física, humilhação profunda e abusos verbais”¹⁷ e outras práticas. Particularmente, na América Latina, algumas legislações de países latino-americanos incorporaram a expressão “violência obstétrica”, conforme será abordado neste estudo. Tolton e Signorelli demonstram que são usadas expressões distintas para designar a mesma prática, tais como “maus-tratos durante o parto” e “violência institucional em maternidades”, porém, os autores elegem a expressão

“violência obstétrica” pelo fato de esta ser amplamente usada na América Latina¹⁸.

Desse modo, nota-se que, atualmente, no Brasil, há uma disputa em torno da adequação do uso da expressão “violência obstétrica” e de seu sentido. Considera-se que essa disputa não se trata apenas de embate teórico, na verdade, traduz posições ideológicas que “estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”¹⁹. Essas posições são entendidas neste artigo a partir do conceito de formação ideológica, que consiste num conjunto de práticas que atravessam contextos globais e particulares, caracterizando-se por atitudes e representações. E essa formação ideológica aponta para o reconhecimento de que as palavras são construtos histórico-sociais passíveis de interpretação, produtora de sentidos¹⁹. Desse modo, sentidos de “violência obstétrica” marcam posições ideológicas e as condições da sua produção. Considerando que este artigo emprega um referencial teórico da Bioética Clínica²⁰, o referencial dos Direitos Humanos dos Pacientes, doravante DHP, a fim de problematizar a disputa em torno das interpretações da expressão “violência obstétrica”, não se tem como desiderato analisar as posições ideológicas que as permeiam ou de realizar seu exame sob a ótica da Análise do Discurso. Porém, certas questões dessa área nos auxiliam a fundamentar nossos comentários, já que, de fato, esta pesquisa se insere no conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Observatório Direitos dos Pacientes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB. Esse conjunto objetiva adensar o conteúdo teórico do referencial dos DHP e refletir sobre questões concretas e atuais relativas aos direitos dos pacientes.

Assim, este artigo tem como objetivo problematizar a disputa acerca da expressão “violência obstétrica”, manifestada no Parecer CFM nº 32/2018¹² e no Despacho do MS¹³, com base no referencial dos DHP e na compreensão de que essa divergência traduz posições ideológicas que emergem da construção dos sentidos da expressão “violência obstétrica”. Trata-se de pesquisa teórica e documental, que se fundamenta no referencial dos DHP, conforme estudos de Albuquerque²¹, Cohen e Ezer²², bem como nos documentos produzidos pela OMS sobre o tema: “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”¹⁷, de 2014, e “*WHO recommendations Intrapartum care for a positive childbirth experience*”²³, de 2018. Além desses documentos, incluímos como material de estudo a legislação da Venezuela²⁴ e da Argentina²⁵ e as leis estaduais dos Estados de Santa Catarina²⁶, do Mato Grosso do Sul²⁷, de Pernambuco²⁸ e de Minas Gerais²⁹, no que concerne a sentidos atribuídos a “violência obstétrica”, uma vez que são os países da América Latina e os Estados do Brasil que contam com lei específica, nesta data.

Parte-se do pressuposto de que a violência contra a paciente no contexto da gestação, do parto e do puerpério consiste em uma violência baseada no gênero, definida como uma violência diretamente contra a mulher em razão de ser mulher ou a afeta desproporcionalmente, sendo enquadrada como uma violação de seus direitos humanos,

de acordo com a definição do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas³⁰. A violência obstétrica pode ser, ainda, objeto de estudo a partir da perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, contudo, não é o foco deste estudo.

O presente artigo se encontra estruturado em quatro partes: apresentação do referencial dos DHP aplicado ao contexto da gestação, do parto e do puerpério; observação dos sentidos atribuídos a “violência obstétrica” em legislações da América Latina e de estados da federação; verificação de evidências científicas sobre práticas de violência no contexto da gestação, do parto e do puerpério e o referencial dos DHP; e problematização da disputa em torno da expressão “violência obstétrica”.

O REFERENCIAL DOS DIREITOS HUMANOS DO PACIENTE APLICADO AO CONTEXTO DA GESTAÇÃO, DO PARTO E DO PUERPÉRIO

O referencial dos DHP consiste em uma corrente da Bioética Clínica constituída por princípios e direitos humanos aplicados ao contexto dos cuidados em saúde, com o escopo de concorrer para a reflexão e a solução de conflitos que emergem da relação profissional de saúde, familiares e pacientes. O referencial dos DHP emprega os princípios do modelo centrado no paciente; da dignidade humana; da autonomia relacional; da responsabilidade do paciente; da tomada de decisão compartilhada e da tomada de decisão apoiada. Quanto aos direitos, são extraídos os seguintes dos tratados de direitos humanos: direito à vida; direito à privacidade; direito de não ser torturado e submetido a tratamento cruel, desumano e degradante; direito à informação; direito à liberdade; direito de não ser discriminado e direito a cuidados em saúde de qualidade⁵. Sendo assim, tem sido desenvolvido o referencial dos DHP em diversos âmbitos dos cuidados em saúde, com vistas a ampliar a sua aplicação em temáticas variadas; como exemplo, Romano ocupou-se dos DHP no contexto da segurança do paciente³¹; Ayres da saúde mental³²; Paranhos dos pacientes idosos³³ e Eler dos pacientes crianças e adolescentes³⁴. Nessa linha, este artigo tem como objetivo empregar o referencial dos DHP à ambiência da gestação, do parto e do puerpério, especificamente, o direito à privacidade, o direito a não ser submetido a tratamento desumano e degradante, o direito à informação, o direito de não ser discriminado e o direito a cuidados em saúde de qualidade, por serem mais incidentes em tal ambiência, todos balizados pelo princípio do modelo do cuidado centrado na paciente.

O direito à privacidade da paciente desdobra-se no seu direito à autodeterminação, ao consentimento informado, a participar na tomada de decisão sobre seus cuidados, ao acompanhante, e o direito à confidencialidade de seus dados¹⁷; o direito a não ser submetida a tratamento desumano e/ou degradante implica que algumas práticas podem ser enquadradas como violação de tal direito, tal como o tratamento sem o consentimento do paciente com capacidade decisional³⁵, a realização de procedimentos médicos

forçados, o atendimento de forma humilhante³⁶, o uso de abusos verbais¹⁷; além desses, também incluem-se negar o acesso a tratamento adequado de manejo da dor³⁵; o direito à informação, a paciente deve ser informada sobre seu estado de saúde e o da criança de forma adequada e sensível à sua condição; o direito de não ser discriminada abarca o direito de “adolescentes, mulheres solteiras, mulheres de baixo nível socioeconômico, de minorias étnicas, migrantes e as que vivem com HIV são particularmente propensas a experimentar abusos, desrespeito e maus-tratos”¹⁷; e o direito a cuidados em saúde de qualidade, do qual decorre a vedação do uso de técnicas e intervenções no parto normal fora das condições excepcionais previstas nas evidências científicas e do cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida¹⁷.

Com efeito, a OMS afirma que os abusos, o desrespeito e os maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde constituem violação dos direitos humanos das mulheres, conforme as normativas internacionais¹⁷. A OMS sublinha a violação ao direito ao cuidado em saúde de qualidade, dentre outros direitos, que implica o cuidado centrado na paciente e com segurança, ou seja, um cuidado alicerçado no respeito e no protagonismo da paciente visando à redução ao mínimo possível os riscos de danos à paciente. Ainda, a OMS reconhece que esse é um “importante tema de saúde pública e direitos humanos”¹⁷.

A paciente no cuidado em saúde na gestação, no parto e no pós-parto detém direitos humanos, que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro. Desse modo, exemplificam-se alguns direitos que devem ser legalmente assegurados pelo Estado, tais como: a) o direito à privacidade, que abarca a construção e o respeito a plano individual, determinando onde e com quem o nascimento será realizado, feito em conjunto com a mulher durante a gestação e comunicado à pessoa que lhe acompanha; respeito à escolha da mãe sobre o local do parto e seu acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto; b) o direito à informação, que engloba o fornecimento de todas as informações e explicações que as mulheres desejarem e, em caso de intervenção de emergência (ou diferente do disposto no plano de parto) com a parturiente ou com a criança, ofertar esclarecimentos e buscar consentimento explícito e prévio da mulher; c) o direito de não ser discriminada, que implica a provisão de cuidados em saúde baseados nas melhores evidências científicas, em bases não discriminatórias relacionadas à raça, preferência sexual, condição financeira, idade da mulher ou qualquer outra condição pessoal; d) o direito de não ser submetida à tortura ou a tratamento desumano ou degradante, que corresponde, por exemplo, a ser atendida em suas demandas, como o direito de líquidos por via oral durante o trabalho de parto e o parto, de não ser submetida a métodos invasivos, e ter acesso a analgésicos para o alívio da dor e a possibilidade de se oferecerem outras técnicas, como massagem; ter direito à liberdade de posição e movimento durante o trabalho de parto e escolha de posição pela mulher durante o parto; e) direito aos cuidados em saúde seguros, que diz respeito a não realização de manobras ou intervenções danosas.

Portanto, é por meio da afirmação de direitos humanos das pacientes que se

promoverá a alteração do quadro de abusos, maus-tratos e outras situações aviltantes da dignidade das pacientes grávidas e puérperas. Em seguida, passa-se ao exame dos conceitos de “violência obstétrica” incorporados às legislações estaduais e de outros países.

OBSERVAÇÃO DE SENTIDOS ATRIBUÍDOS A “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” EM LEGISLAÇÕES DA AMÉRICA LATINA E DE ESTADOS DA FEDERAÇÃO

No Brasil, não há lei nacional sobre a temática da “violência obstétrica”. Assim, apenas as pacientes de determinados Estados contam com legislações de proteção, a saber: Lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017, do Estado de Santa Catarina²⁶; a Lei nº 5.217, de 26 de junho de 2018, do Estado do Mato Grosso do Sul²⁷; a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, do Estado de Pernambuco²⁸; e a Lei nº 23.175, de 21 de dezembro de 2018, do Estado de Minas Gerais²⁹. A Lei do Estado de Santa Catarina define violência obstétrica como os atos praticados pelo “médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério”²⁶. A Lei do Estado de Minas Gerais, considera violência na assistência obstétrica “a prática de ações, no atendimento pré-natal, no parto, no puerpério e nas situações de abortamento, que restrinjam direitos garantidos por lei às gestantes, às parturientes e às mulheres em situação de abortamento e que violem a sua privacidade e a sua autonomia”²⁹. A Lei do Estado do Mato Grosso do Sul, semelhante à do Estado de Santa Catarina, conceitua violência obstétrica como “todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério”²⁷. A Lei do Estado de Pernambuco a demarca conceitualmente como “todo ato praticado por profissionais de saúde, que implique em negligência na assistência, discriminação ou violência verbal, física, psicológica ou sexual contra mulheres gestantes, parturientes e puérperas”²⁸.

Desse modo, observam-se alguns elementos em comum do sentido atribuído à expressão “violência obstétrica” pela legislação do Estado de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul: a) atos cujos agentes são profissionais de saúde, ou familiar ou acompanhante; b) ofensa verbal ou física; c) se aplica a mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério. A Lei do Estado de Minas Gerais amplia o contexto situacional de incidência da lei, tanto no que se refere à situação, porque determina que se deva considerar o atendimento pré natal e situações de abortamento, quanto no que se refere aos agentes, porque ao não enumerá-los, permite que se incluam a quaisquer agentes, e, ainda, fixa que a prática deve restringir-se a ações que respeitem os direitos das mulheres e não violem sua privacidade e autonomia. A Lei do Estado de Pernambuco a define como negligência, discriminação, violência verbal, física, psicológica ou sexual, e refere -se exclusivamente a profissionais de saúde como os agentes de tais ações.

Com base na legislação estadual, verifica-se a imprecisão conceitual que permeia a expressão “violência obstétrica”, notadamente quanto à própria definição do que seja. Assim, pode ser entendida como: a) ofensa verbal ou física; b) restrição de direitos que violem a privacidade e a autonomia; c) negligência, discriminação ou violência verbal, física, psicológica ou sexual.

Importante para a investigação acerca do conceito legal de violência obstétrica no Brasil é a verificação nas legislações das consequências jurídicas da sua prática. Assim, a Lei do Estado de Santa Catarina estabelece que “a fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa”²⁶, do mesmo modo a Lei do Estado do Mato Grosso do Sul²⁷; a Lei do Estado de Minas Gerais estabelece que “prática da violência na assistência obstétrica nos termos do art. 2º sujeitará o responsável, nos casos em que couber, a sanções previstas em lei”²⁹; a Lei do Estado de Pernambuco prevê que “o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação vigente”²⁸.

Assim, infere-se das legislações citadas que não há um conceito normativo preciso, coerente e unânime acerca da violência obstétrica, bem como não se tem tratamento legal sobre as consequências da sua prática para o agente, seja profissional de saúde ou outro qualquer, porque as Leis mencionadas tão somente tratam do assunto de forma evasiva e inconsistente. Logo, as condições de produção do conceito de “violência obstétrica” sob a perspectiva normativa apontam que, por um lado, não há pacificação da variabilidade das interpretações e que há posições antagônicas sobre a própria utilidade e a pertinência da expressão. Por outro lado, as legislações estaduais registram a relevância da problemática da violação de direitos humanos das mulheres quando pacientes gestantes, parturientes e puérperas. Nesse sentido, quando as legislações estaduais enumeram as práticas que seriam caracterizadas como violência obstétrica, na verdade, estão tratando, em grande medida de violações de direitos humanos das pacientes, tais como os seguintes itens, constantes da Lei do Estado de Santa Catarina²⁶ escolhida neste artigo para exemplificar essa enumeração: a) direito à privacidade – “não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto”; “fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado”; “submeter a mulher e/ou bebê a procedimentos feitos exclusivamente para treinar estudantes;” “impedir a mulher de se comunicar com o “mundo exterior”, tirando-lhe a liberdade de telefonar, fazer uso de aparelho celular, caminhar até a sala de espera, conversar com familiares e com seu acompanhante”; b) direito de não ser discriminada – “tratar a mulher de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, tratando-a como incapaz”; c) direito ao cuidado em saúde de qualidade – “fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária,

utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam a ela e ao bebê”; “proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível”; d) direito a não ser submetida a tratamento desumano ou degradante – “submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional”.

Sob o prisma de outros países, a Lei nº 38.668, de 23 de abril de 2007, da Venezuela, descreve violência obstétrica como “a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, que se expressa em um trato desumanizador, em abuso de medicalização e patologização de processos naturais, trazendo consigo a perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres”²⁴, e a Lei da Argentina, a Lei nº 26.845, de 11 de março de 2009, que trata de violência contra a mulher, define violência obstétrica como “aquela que exerce o pessoal de Saúde sobre o corpo e os processos reprodutivos das mulheres, expressada em um trato desumanizado, em abuso de medicalização e patologização de processos naturais”²⁵.

Constata-se que a interpretação dada à expressão “violência obstétrica” pelos países latino-americanos assinalados difere substancialmente da conferida no Brasil. As leis da Venezuela e da Argentina trazem elementos mais complexos para a construção do sentido da expressão, como o abuso de medicalização e a patologização de processos naturais. Do que se extrai que, embora haja um amplo reconhecimento global, expressado pela OMS, acerca da ocorrência de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde, não se tem consenso em torno da expressão “violência obstétrica” e, mormente, dos seus sentidos. Com o objetivo de aprofundar essa reflexão, no item seguinte tem-se como objeto a verificação de evidências científicas sobre o a gestação, o parto e o puerpério e sua correlação com o referencial dos DHP aplicados à paciente.

VERIFICAÇÃO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA GESTAÇÃO, DO PARTO E DO PUERPÉRIO E O REFERENCIAL DOS DIREITOS HUMANOS DO PACIENTE

Como já apontado neste artigo, as mulheres sofrem abusos, desrespeito, negligência e maus-tratos durante a assistência ao parto em instituições de saúde em diversas partes do globo¹⁷. Embora o acesso ao cuidado em saúde institucional tenha aumentado nos últimos anos, a qualidade dessa assistência ainda é precária. Entre os problemas encontrados, a adoção de procedimentos coercivos ou não consentidos configura prática recorrente, segundo declaração da OMS³⁷. No Brasil, pelo menos uma em cada quatro mulheres refere ter sido vítima de algum tipo de maus-tratos durante o atendimento ao parto³⁸.

Dentre as diversas publicações da OMS relacionadas ao tema, o Guia Prático

para Atenção ao Parto Normal, publicado em 1996³⁹, elenca uma série de procedimentos comumente adotados na condução do parto e suas indicações, conforme evidências científicas divulgadas em publicações internacionais, e esse documento serviu como norte para a elaboração de protocolos e políticas públicas. Entre as práticas consideradas claramente como prejudiciais ou ineficazes e que, portanto, devem ser eliminadas, destacam-se as práticas rotineiras de enema, tricotomia e das posições supina, litotômica ou ginecológica durante o trabalho de parto.

Além disso, o Guia³⁹ faz referência a práticas que são frequentemente adotadas de maneira inadequada, ou seja, procedimentos que possuem real indicação e podem ser necessários em determinados contextos, mas que são, por vezes, utilizados indiscriminadamente. Entre esses, podem-se destacar a realização de cesarianas, o uso liberal e rotineiro de episiotomia e a restrição hídrica e alimentar durante o trabalho de parto.

Apesar dessa publicação da OMS datar de duas décadas atrás, uma proporção considerável das gestantes de baixo risco, também denominado risco habitual, ainda são submetidas, por exemplo, a pelo menos uma intervenção e a procedimentos clínicos como a tricotomia, toques repetidos, enema e amniotomia³⁴. Tais procedimentos são considerados prejudiciais por aumentarem o risco de infecção pós-parto, sem que haja evidências de benefícios^{35,36}.

Em material publicado em 2018, a OMS³⁷ divulgou 56 recomendações sobre cuidados intraparto, visando estabelecer um padrão de atendimento global às gestantes saudáveis e reduzir procedimentos desnecessários. Destas, 26 são novas e 30 advêm de outras diretrizes já publicadas. As intervenções presentes no documento, de acordo com as evidências científicas analisadas, são categorizadas como recomendadas, não recomendadas, recomendadas apenas em contextos específicos e recomendadas apenas no contexto de pesquisa rigorosa, ou seja, como há incertezas consideráveis sobre estas últimas, podem ser realizadas apenas por meio de pesquisas científicas. Adicionalmente, orienta que não sejam realizadas intervenções para acelerar o trabalho de parto antes do início do trabalho de parto ativo, desde que não haja intercorrências. Nesse período, os cuidados indicados para gestantes em risco habitual incluem a ingestão de líquidos e alimentos, o encorajamento da mobilidade e uso de posições verticais e a oferta de técnicas de relaxamento e alívio da dor, por exemplo³⁷. Essa alteração é importante, pois, no Brasil, gestantes sofrem violação de seu direito à privacidade e ao cuidado em saúde de qualidade ao serem submetidas a procedimentos para acelerar o trabalho de parto e/ou são encaminhadas para cesarianas.

Ainda de acordo com a OMS, a medicalização do parto normal, especialmente num contexto de escassez de profissionais de saúde capacitados e ambientes com poucos recursos, pode sobrecarregar os profissionais de saúde, resultando em má qualidade dos cuidados intraparto, e gerar resultados desfavoráveis no parto. Ressalta-se, ainda, a

importância de se implementar intervenções clínicas apenas quando houver evidências de que podem melhorar os resultados e minimizar possíveis danos ³⁸⁻⁴⁰.

O fornecimento de opções que respeitem os valores das mulheres e suas escolhas consistem em elementos importantes para complementar a as intervenções clínicas necessárias e otimizar a qualidade do atendimento prestado. Práticas não-clínicas como fornecimento de suporte emocional através de acompanhante, a comunicação eficaz e o cuidado respeitoso são ferramentas com baixo custo de implementação, mas que não são priorizadas pelos serviços e interferem diretamente em sua qualidade. De acordo com o documento, a experiência do cuidado é tão importante quanto a prestação de técnicas clínicas para alcançar os resultados desejados centrados na pessoa. A OMS endossa a importância de que os sistemas de saúde implementem esse modelo de assistência intraparto e fornece, para auxiliar, uma base sólida para o cuidado centrado na mulher – inclusive inclui acesso à informação de qualidade para ela – de acordo com uma abordagem baseada em direitos humanos⁴⁰. Importante frisar a consonância do documento da OMS e o princípio do modelo do cuidado centrado no paciente e os direitos humanos aplicados aos cuidados em saúde. Igualmente, a não adoção desses procedimentos implica uma assistência de má qualidade no processo de parto normal, o que muitas vezes faz com que as mulheres optem por um procedimento cirúrgico por considerarem que seja mais seguro⁴¹, o que revela a imperiosidade do Estado de assegurar o direito ao cuidado em saúde de qualidade.

Mesmo entre as gestantes que optam por um parto vaginal, há predominância de uma assistência extremamente medicalizada e que não está pautada nas melhores evidências científicas⁴², o que mais uma vez traduz que o direito ao cuidado em saúde de qualidade não está sendo respeitado. Registra-se que, com base no modelo do cuidado centrado no paciente, o cuidado baseado em evidência não se resume a incorporar, sem a devida contextualização, os procedimentos indicados em material científico de qualidade. Há que se observar que cada caso e paciente são únicos e possuem especificidades que devem ser observadas de maneira individual, aliando a experiência clínica respaldada pelo arcabouço teórico e científico disponível.

Conclui-se que a comunidade internacional, por meio da OMS, se encontra atenta para a problemática acerca dos cuidados em saúde de qualidade e consentâneo com os direitos humanos das pacientes gestantes, parturientes e puérperas. Nesse sentido, a OMS propõe-se a analisar evidências científicas e sua sistematização, de modo a auxiliar os países a balizar a elaboração e a implementação de suas políticas públicas sobre o tema, sob a ótica dos direitos humanos das pacientes. Desse modo, tem-se um consenso internacional em torno de práticas que devem ser abolidas e evitadas no contexto da gestação, do parto e do puerpério. Portanto, submeter as mulheres a tais práticas consiste em infração não apenas ética, mas também violação aos seus direitos humanos, consequentemente, compete aos Estado preveni-las por meio da legislação e de políticas públicas. Para tanto,

se mostra importante que a comunidade médica, o MS e outros atores reflitam acerca das interpretações da expressão “violência obstétrica” de modo a produzir medidas eficazes com vista à proteção da mulher em tal contexto de extrema vulnerabilidade. Assim, no item a seguir, objetiva-se problematizar essa questão no Brasil.

PROBLEMATIZAÇÃO DA DISPUTA EM TORNO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” COM BASE NO REFERENCIAL DOS DIREITOS HUMANOS DO PACIENTE

A problematização objeto deste artigo tem como foco a disputa em torno da expressão “violência obstétrica” expressa em dois documentos: o Parecer-Consulta CFM nº 22/2018 – Parecer CFM nº 32/2018¹² e no Despacho do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do MS, de maio de 2019¹³. Com base nesses documentos, foram identificados os argumentos utilizados para propugnar a abolição do uso da expressão “violência obstétrica”.

Antes de tratar dos documentos assinalados, é importante definir “violência”. Segundo a OMS, é conceituada como o “uso intencional da força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”⁴⁰. Na mesma linha, a Convenção de Belém do Pará - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, de 1994, conceitua violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”⁴¹. Dessa forma, verifica-se que ambos os conceitos relacionam violência com ato que resulte em sofrimento, dano e morte, logo, é uma conduta socialmente grave que impacta seriamente sobre a vida da vítima.

Com relação ao Parecer do CFM, há uma confusão entre o tema da violência, maus-tratos e abusos contra a paciente gestante ou puérpera e outras questões complexas afetas ao mesmo contexto. Nota-se que no Parecer confundem-se condutas que causam sofrimento, danos e morte com conflitos acerca: a) da extensão do direito à autodeterminação da paciente em situações que há dissonância entre suas escolhas e a recomendação médica; b) do tema referente a boas práticas derivadas da “atenção humanizada no parto”¹²; c) do conceito de pessoa e “estatuto do embrião humano”.¹² Desse modo, este artigo cinge-se a abordar os argumentos que se relacionam diretamente ao tema da violência obstétrica. Com efeito, podem ser extraídos do Parecer do CFM os seguintes argumentos: a) a violência contra a paciente é institucional e extrapola a relação médico-paciente, inclusive abarcando trabalhadores que não sejam da saúde; b) a expressão responsabiliza apenas o médico; c) a expressão é incorporada em leis em decorrência de movimentos “políticoideológicos”¹²; d) a expressão deveria ser substituída pela “violência na assistência ao parto”¹².

Quanto à manifestação do MS, a crítica à expressão “violência obstétrica” é ancorada nos seguintes argumentos: a) a definição de violência da OMS condiciona a sua presença à intencionalidade do agente e o profissional de saúde não tem intencionalidade de causar dano; b) prejudica a busca do cuidado humanizado ¹¹.

Problematizando as interpretações da expressão conferidas pelo CFM e pelo MS, podem-se desenvolver algumas reflexões: a) as definições incorporadas às legislações de alguns Estados do país não situam o médico como o único agente da prática da violência, como se observou, algumas leis, inclusive, não a atribuem a nenhum agente específico, por outro lado, a violência obstétrica deve ser entendida como um ato que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico no contexto dos cuidados em saúde. Tratar a violência obstétrica é retirá-la do seu contexto de ocorrência – cuidado em saúde – as razões subjacentes da sua prática – assimetria de poder, mitigação da voz da paciente, cuidado não centrado na pessoa e paternalismo protecionista; Em razão disso, neste artigo busca-se caracterizar a violência obstétrica como uma violação aos direitos das pacientes, na medida em que expressa o desprezo pela autonomia da paciente e seu papel de protagonista no cuidado em saúde; b) incorporação da violência obstétrica em leis, de fato, resulta de um sentido dado à expressão que traduz a materialização no discurso de formações ideológicas, e, ao mesmo tempo, a tentativa do CFM de abolir o uso da expressão por meio da atribuição de sentidos que impelem à entendê-la como inadequada também é expressão de formação ideológica; c) voltar a centralidade da pertinência da expressão para a intencionalidade do agente uma forma de alterar o centro gravitacional da discussão da paciente para o agente, ou seja, o profissional de saúde e sua intencionalidade. A definição da OMS de violência, usada pelo MS, não é um conceito normativo, assim, o conceito normativo de violência prescinde da intencionalidade, conforme a Convenção de Belém do Pará evidencia. Além disso, a violência existe a despeito da intencionalidade do agente, pois o seu caracterizador é o resultado para a vítima, nos termos da Convenção citada; d) a alegação de que o uso da expressão “violência obstétrica” prejudica o “cuidado humanizado” conduz à indagação acerca do que consiste esse cuidado, e, segundo o MS e o CFM, o seu uso também poderia “causa tensão excessiva entre os atores envolvidos nesse cuidado”. Em verdade, sustenta-se que a previsão legal da violência obstétrica não deve conduzir a uma visão antagonista e adversarial em relação aos médicos, na medida em que, de acordo com o referencial dos DHP, a tomada de decisão deve ser compartilhada entre os profissionais de saúde e a paciente, bem como a relação profissional de saúde e paciente deve ser participativa e construtiva. Quanto ao “cuidado humanizado”, embora seja um termo comumente empregado no contexto da saúde, a sua imprecisão conceitual e fragilidade teórica⁵ permitem utilizá-lo mesmo quando os direitos humanos das pacientes não são assegurados, porquanto o conceito de humanização na saúde não foi construído sob as bases da linguagem dos direitos humanos, nem do cuidado centrado na paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a disputa em torno dos sentidos da expressão “violência obstétrica” e da sua legitimidade encontra-se vívida. Isso se dá, principalmente, em razão da dissonância entre os sentidos legalmente estabelecidos e os sustentados pelas manifestações do CFM e do MS. No plano internacional, também se observa a ausência de interpretação legal unívoca acerca do seu conceito, ainda que uma ideia central similar esteja presente nas legislações existentes. Embora ainda careça de uma definição conceitual única, as publicações acadêmicas e científicas em geral, que datam de pelo menos uma década, possuem congruência entre si ao utilizar e defender o termo. Sob a ótica do referencial dos DHP, a despeito das interpretações conferidas à “violência obstétrica”, os maus-tratos, os danos e os abusos ocasionados às pacientes gestantes e puérperas, em grande medida, são traduzidos em violações aos seus direitos enquanto pacientes, como o direito ao consentimento informado, ao cuidado em saúde de qualidade, à informação e de não ser tratada de forma desumana ou degradante. Por isso, sustenta-se que é imprescindível contar com uma lei de direitos dos pacientes, a qual além de estabelecer um elenco de direitos, também preveja mecanismos extrajudiciais para lidar com sua violação, pois a mera alusão a modelos punitivos tradicionais do Direito não revela eficaz para lidar com graves desajustes na relação profissional de saúde e paciente. Dessa forma, observa-se que a questão de fundo da “violência obstétrica” é o paternalismo nos cuidados em saúde, a mitigação da voz da paciente e ausência de uma cultura no país de respeito aos direitos dos pacientes, fatores que são redimensionados, no contexto da gestação, do parto e do puerpério, a partir da violência baseada no gênero.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 569, de 01 de Junho de 2000. Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde [portaria na internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 110-E, de 08 junho de 2000 [Acesso em 27 jul 2019]; Seção 1,(4-6). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha [portaria na internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun. 2011 [Acesso em 27 jul 2019]; Seção 1(109). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
3. BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 abril 2004 [Acesso em 27 jul 2019]; Seção1(1). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11108.htm

4. BRASIL. Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012 [Acesso em 1 mai 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm
- Albuquerque A. Direitos Humanos dos Pacientes. Curitiba: Juruá, 2016.
5. Porto D. Bioética na América Latina: desafio ao poder hegemônico. *Revista Bioética* (Impr.) 2014;22(2):213- 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v22n2/03.pdf>
6. Barros AT de; Busanello E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Revista de Estudos Feminino* [online]. 2019;27(2):e53771. [Acesso 1 maio 2019]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2019000200219&lng=en&nrm=iso Ventura M. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília, DF. 2009 UNFPA. 3a Edição. [Acesso 1 maio 2019]. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf
7. BRASIL. Brasília: Senado Federal, Secretaria Geral da Mesa, Secretaria de Comissões Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito. Relatório final da Comissão Parlamentar
8. Mista de Inquérito (CPMI) criada “com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” [Acesso em 1 mai 2019]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>
9. BRASIL. Projeto de Lei nº 7.867, de 2017. Dispõe sobre medidas de proteção contra a violência obstétrica e de divulgação de boas práticas para a atenção à gravidez, parto, nascimento, abortamento e puerpério [Acesso em 1 mai 2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC09E88E486EE2C6AC480F5277D5BCDB.proposicoesWebExterno1?codteor=1574562&file_name=Avulso+-PL+7867/2017
10. BRASIL. Projeto de Lei nº 8.219, de 2017. “Dispõe sobre a violência obstétrica praticada por médicos e/ou profissionais de saúde contra mulheres em trabalho de parto ou logo após” [Acesso em 1 mai 2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4ADB73DA542F580124833C8318C04384.proposicoesWebExterno2?codteor=1591466&filename=Avulso+-PL+8219/2017
11. BRASIL. Processo-consulta CFM nº 22/2018 – Parecer CFM nº 32/2018. Interessado: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Assunto: Violência obstétrica. Relator: Cons. Ademar Carlos Augusto. Trata-se de consulta oriunda do CRM-DF com solicitação ao CFM sobre a proliferação de leis sobre “violência obstétrica”. [Acesso em 1 mai 2019]. Disponível em: <http://old.cremerj.org.br/downloads/835.PDF>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Despacho referente à solicitação de posicionamento deste Ministério quanto ao uso do termo “violência obstétrica”. Publicado em 03 de maio de 2019. [Acesso em 08 mai 2019]. Disponível em: https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=9087621&codigo_crc=1A6F34C4&hash_download=3a1a0ad9a9529cf66ec09da0eaa100f43e3a71dadcb400a0031395ed3ce25c6062032968378cd9f7a37a4dc6dfb5a3aa708709d&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0 Violência obstétrica: uma realidade cruel que não chega à Justiça. Publicado em 28 de Maio de 2019[Internet]. [Acesso em 30 maio 2019]. ISSN1983-392X. Disponível em: <https://>

www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI303128,71043Violencia+obstetrica+uma+realidade+cruel+qu
e+nao+chega+a+Justica.

13. Brasil. Ministério Público Federal recomenda ao Ministério da Saúde que atue contra a violência obstétrica em vez de proibir o uso do termo [Acesso em 8 maio 2019]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-recomenda-ao-ministerio-da-saude-queatue-contra-a-violencia-obstetrica-em-vez-de-proibir-o-uso-do-termo>

14. Ministério da Saúde reconhece legitimidade do uso do termo 'violência obstétrica' [Acesso em 8 mai 2019] Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/06/10/ministerio-da-saude-reconhecelegitimidade-do-uso-do-termo-violencia-obstetrica.ghtml>

15. Organização Mundial da Saúde. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. Genebra: OMS; 2014. [Acesso 25 abr. 2019]. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf

16. Toltoni L; Signorelli MC. Obstetric violence and human development: knowledge power and agency in Colombian women's birth stories [Acesso em 8 mai 2019].Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/57866> Pêcheux M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 2009, p.146.

17. Aiub GF. Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva. Dom. Ling. [Internet]. 31º de julho de 2015 [Acesso em 8 mai 2019];9(3):104-19. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/28830>

18. Albuquerque A, Queiroz G, Paranhos DGAM, Santos M. Os direitos humanos dos pacientes como novo referencial da bioética clínica. Rev. Redbioética/UNESCO, Año 8, 2 (16): 12 - 22 julio - diciembre 2017 ISSN 2077-9445[pdf]

19. Cohen J, Ezer T. Human rights in patient care: a theoretical and practical framework. Health and Human Rights Journal, 2013, 15(2): 7-19.

20. World Health Organization. WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth experience. Geneva: WHO; 2018. p. 200.

21. VENEZUELA. Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. Instituto Nacional de la Mujer, 2015. [Acesso 1 maio 2019]. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>

22. ARGENTINA. Ley 26.485/2009. Ley de proteccion integral a las mujeres. [Acesso em 03 mai 2019]. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Ley_de_Proteccion_Integral_de_Mujeres_Argentina.pdf

23. BRASIL. Lei Estadual nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina [Acesso em 30 abr 2019]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17097_2017_Lei.Html

24. BRASIL. Lei nº 5.217 de 26 de junho de 2018. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e de proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. [Acesso em 8 mai 2019]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361631>

25. BRASIL. Lei nº 16.499 de 6 de dezembro de 2018. Estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco. [Acesso em 8 mai 2019]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=370732>
26. BRASIL. Lei Estadual nº 23.175 de 21 de dezembro de 2018, Minas Gerais. Dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de aborto, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado [Acesso em 01 mai 2019]. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-23175-2018mg_372848.html Committee on the Elimination of Discrimination against Women. General recommendation No. 35 on genderbased violence against women, updating general recommendation No. 19. [Internet].
27. Romano ACL. Segurança do paciente cirúrgico sob a ótica dos Direitos humanos dos pacientes. [Acesso em 5 jul. 2019]. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31378>.
28. Marques TA, Albuquerque A. “Olhar de Nise”: análise filmográfica sob a ótica dos direitos humanos dos pacientes com transtornos mentais.[Acesso em: 5 jul. 2019]. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/24222>.
29. Paranhos D. Direitos Humanos dos Pacientes Idosos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
30. Eler K, Albuquerque A. Direitos Humanos dos Pacientes Crianças. Cadernos IberoAmericanos de Direito Sanitário, 2018;8(1):36-52. Herring J. Medical law and ethics. Oxford: Oxford, 2018. Ezer T, Cohen J, Quinn R. The Problem of Torture in Health Care. In: CENTER FOR HUMAN RIGHTS &
31. HUMANITARIAN LAW. Torture in Healthcare Settings: Reflections on the Special Rapporteur on Torture’s 2013 Thematic Report. [Acesso em: 8 jul. 2019]. Disponível em: http://antitorture.org/wpcontent/uploads/2014/03/PDF_Torture_in_Healthcare_Publication.pdf
32. Adriann ESV. Prevention of Torture and Cruel or Inhuman and Degrading Treatment in Healthcare. In: KLOTZ, Sabine; BIELEFELDT, Heiner; SCHMIDHUBER, Martina; FREWER, Andreas (eds.) Healthcare as Human Rights Issue. Majuskel, 2017. p.263 – 290.
33. Leal MC. et al. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2014, v. 30, n. Suppl 1 [Acesso 27 abr 2019], p.S17- S32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00151513>
34. Organização Mundial de Saúde. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra: OMS;1996.54p.[pdf]
35. World Health Organization. World report on violence and health: summary. Geneva: WHO; 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf
36. BRASIL. Decreto nº 1.973, DE 1º de agosto de 1996.Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. [Acesso em 1 jun 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm Gomes SC, Teodoro LPP, Pinto AGA, Oliveira DR, Quirino GS, et al. Renascimento do parto: reflexões sobre a medicalização da atenção obstétrica no Brasil. Rev. Bras. Enf.2018; 71(5): 2594-2598.

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Data de aceite: 04/02/2021

Marcela de Moraes
UNICENTRO

Jorge William Pedroso Silveira
UNICENTRO

Erivelton Fontana de Laat
UNICENTRO

RESUMO: O objetivo deste estudo foi expor através de uma pesquisa participante, como se organiza e o que motiva o trabalho voluntário em uma casa de apoio ao portador de câncer de Irati-PR. Os resultados mostraram que há varias nuances que levam as pessoas a este tipo de prática seja por empatia, altruísmo, sensação de retribuição ou apenas necessidade de pertencer à um grupo. Através disso, pode-se concluir que o trabalho voluntário é uma reciprocidade onde é beneficiado tanto quem recebe quanto quem pratica.

PALAVRAS - CHAVE: Casa de apoio; Câncer; Trabalho Voluntário.

ABSTRACT; The objective of this study was to expose through participatory research, how it is organized and what motivates voluntary work in a support house for the cancer patient in Irati-PR. The results showed that there are several nuances that lead people to this type of practice, whether through empathy, altruism, feeling of retribution or just the need to belong to a group.

Through this, it can be concluded that voluntary work is a reciprocity where both those who receive and those who practice benefit.

KEYWORDS: Support House; Cancer; Volunteer Work.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho voluntário é caracterizado como um conjunto de ações de interesse social e comunitário em que toda atividade desempenhada é revertida a favor do serviço, sem recebimento de qualquer remuneração ou lucro. É um fenômeno que existe há muito tempo, contudo no atual momento histórico vem assumindo cada vez mais, expressivo papel na sociedade (BONFIM, 2010). Sendo assim, o voluntário é um ator social que doa seu tempo e seus conhecimentos, impulsionado pelo atendimento às necessidades do próximo e às suas próprias motivações, sejam estas de caráter social ou religioso.

A Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati (ANAPCI) surgiu através de um projeto social desenvolvido na Universidade e concretizou-se pela motivação da comunidade em atender às necessidades dos portadores de câncer de Irati-PR. O trabalho voluntário desenvolvido nesta instituição possui algumas peculiaridades que foram pesquisadas através de um Projeto de Investigação Exploratória na Comunidade.

Para Novaes e Gil (2009), existem vários modelos de Pesquisa Participante, já que sua natureza é flexível, e como tal adapta-se a diferentes situações concretas, conforme os objetivos, recursos e contexto em que se desenvolve. Desta forma, a abordagem aqui adotada supõe que se pode conhecer um fenômeno a partir da exploração intensa dos eventos observados e dos relatos dos sujeitos sobre os seus significados. Nessa direção, buscou-se responder as questões ‘como’ e ‘por que’ certos fenômenos ocorrem. Ainda para Novaes e Gil (2009), uma pesquisa participante se caracteriza pela interação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas nas situações investigadas. Desta forma, buscou-se com esta investigação, a interação entre pesquisadores e comunidade, por meio de uma pesquisa participante, afim de conhecer as particularidades do trabalho desenvolvido, bem como as motivações que levaram cada voluntário a desenvolver sua atividade.

Assim sendo, a natureza do objeto justificou a abordagem qualitativa, a fim de compreender as situações que estimulam os voluntários nessa prática, a partir dos relatos dos mesmos na fase exploratória da pesquisa. Adotou-se um modelo em espiral, no qual as etapas do processo de investigação não seguem um padrão rígido e predeterminado, mas reproduzem uma abordagem flexível tanto no processo em seu conjunto como na sequência de passos a seguir (MERCADO-MARTINEZ E BOSI, 2004; ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1998).

A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber; é através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída (BRANDÃO e BORGES, 2007).

Conforme proposto por Pereira (2001), os passos da metodologia do trabalho comunitário não devem ser tomados como uma receita, mas devem ser pensados como dinâmicos realizados de forma conectada e dialética. Portanto, não possuem necessariamente um planejamento ou um projeto anterior à prática. A inserção e imersão visam estabelecer um vínculo concreto e prático dos pesquisadores com a comunidade para conhecer sua história e seu cotidiano, por meio de diálogos, visitas e encontros com os voluntários. Para Brandão e Borges (2007), deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes, em suas diferentes dimensões e interações, suas interpretações e experiências tais como são vividas e pensadas por estas pessoas.

Para a construção do presente relatório foram realizadas observações na instituição e no domicílio dos pacientes, através do acompanhamento a visitas, bem como em alguns “setores” onde trabalham os voluntários, como o de artesanatos e o bazar permanente. Também foram observados alguns eventos organizados pela instituição. Simultaneamente às observações, se deram conversas informais que contribuíram para a produção dos dados.

21 O CÂNCER E OS GRUPOS DE APOIO

No Brasil o órgão específico singular do Ministério da Saúde designado Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), formula a política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer. Sendo assim ele vem desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de ações orientadas para a prevenção e controle do câncer, em destaque as ações relacionadas à vigilância do câncer, fornecendo informações relevantes para o planejamento, gestão e definição de prioridades obtidas por meio dos Registros de Câncer, sendo as informações obtidas divulgadas sob formas de documentos e fundamentais para a tomada de decisões estratégicas (INCA, 2015).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu documento World Cancer Report 2014, é inquestionável que o câncer é um problema de saúde pública, especialmente nos países em desenvolvimento, sendo esperado para as próximas décadas que corresponda a 80% dos mais de 20 milhões de casos novos estimados para 2025. Por meio dos registros de Câncer de Base Populacional (RCBP), no Brasil, é fornecido informações sobre o impacto do câncer nas comunidades, sendo necessária para a avaliação e planejamento das ações de prevenção e controle da doença. (INCA, 2015)

Para o Biênio 2016-2017, a estimativa para o Brasil, é a ocorrência de cerca de 600 mil casos novos de câncer, sendo esse perfil epidemiológico semelhante ao da América Latina e Caribe. O INCA (2015) descreve que “os tipos mais frequentes em homens serão próstata (28,6%), pulmão (8,1%), intestino (7,8%), estômago (6,0%) e cavidade oral (5,2%). Nas mulheres, os cânceres de mama (28,1%), intestino (8,6%), colo do útero (7,9%), pulmão (5,3%) e estômago (3,7%) (p.26).”

Percebe-se que os dados e as consequências do câncer são alarmantes, sendo assim é preciso ir além do diagnóstico e buscar compreender em como essa doença pode impactar no cotidiano de um indivíduo em suas diferentes dimensões. “O câncer é uma enfermidade repleta de estigmas pela sociedade, sendo comum a associação da doença com a morte e a dor, psicológica e física, apesar dos avanços tecnológicos e possibilidades de tratamento existentes atualmente.” (CAPOROSSI et al., p.801, 2014)

O diagnóstico de câncer é vivenciado como um momento de profunda angústia e ansiedade, devido ao fato da doença ser rotulada de maneira dolorosa e mortal, consequentemente desencadeando preocupações sobre a morte. Além do momento do diagnóstico, o paciente vivencia diversos sintomas e perdas, que também prejudicam o organismo, e o coloca diante da incerteza em relação ao futuro, aumentando assim, a sua ansiedade. (SILVA et al. *apud* VENÂNCIO, 2004)

Com o diagnóstico de uma doença maligna, o paciente diante de todo esse desgaste físico e emocional, que o coloca diante da morte e o faz submeter-se a procedimentos terapêuticos invasivos, e na maioria das vezes, mutilantes, o indivíduo é tomado por sentimentos negativos como raiva, angústia, medo, pena de si mesmo, e principalmente

da sensação de ter perdido o controle em relação a sua vida (SILVA et al. apud, PORTO, 2008).

Mesmo após o tratamento é verificada manifestações de ansiedade e medo, com a permanência em alguns pacientes de sintomas crônicos de estresse, além do desamparo e isolamento social. Quando os sintomas de stress agudo ou crônico não são tratados, podem gerar sofrimento emocional desencadeando na redução da qualidade de vida (CAPOROSSO, 2014).

As dificuldades médicas, sociais e familiares que se apresentam nas pessoas portadoras de câncer, assim como a ausência de tratamentos não invasivos, foram alguns dos fatores que desencadeou na criação da comunidade de pacientes e famílias se viram forçados a criar os seus próprios mecanismos de atuação, preenchendo muitas vezes as expectativas terapêuticas que a medicina não satisfaz, a desesperança, o isolamento e a solidão destes pacientes tem sido combatidos com a criação dos grupos de apoio.

O movimento dos grupos de apoio em doenças terminais ou crônicas, surgiu a partir da necessidade das famílias de se reunirem e partilharem experiências comuns, num espaço de empatia, compreensão, compartilhando as esperanças pelos diferentes diagnósticos e estabelecer uma rede comunitária de apoio social. Esses grupos não tem o propósito de mexer com os aspectos psicodinâmicos nem de mudanças na personalidade, pois isso faz parte das psicoterapias grupais, mas sim para oferecer apoio e informação baseada na experiência de cada um, além de criar um espaço para que as famílias e especialmente do cuidador do paciente com a doença não se sintam sozinhos nessa luta diária. A definição clássica de Katz e Bender (1976) entendem esses grupos como estruturas grupais voluntárias e pequenas de apoio mútuo que tem o intuito de conseguir um determinado objetivo, o qual pode ser satisfazer uma necessidade comum, superar um problema ou obstáculo comum que perturba seriamente as suas vidas ou conseguir mudanças sociais ou pessoais.

A noção de comunidade refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros, havendo harmonia nas relações sociais. O termo comunidade tem sido empregado em amplos sentidos e a partir de diferentes concepções. Segundo Pereira (2001) comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada região, cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivos ou função em comum, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas.

As associações de caráter voluntário constituem formas de as pessoas se reunirem em torno de objetivos comuns e cooperarem entre si. O apoio social que as redes proporcionam remete ao dispositivo de ajuda mútua, potencializado quando uma rede social é forte e integrada. Quando nos referimos ao apoio social fornecido pelas redes, ressaltamos os aspectos positivos das relações sociais, como o compartilhar informações, o auxílio em momentos de crise e a presença em eventos sociais (ANDRADE e VAITSMAN,

3 I O TRABALHO VOLUNTÁRIO E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A ANAPCI surgiu através de um projeto realizado por uma professora como parte de seu trabalho na UNICENTRO, extrapolando-o para a comunidade, há aproximadamente 12 anos. Sendo postergado por uma portadora de câncer que acompanhava de perto o sofrimento de outros pacientes, principalmente aqueles que vinham do interior do município e precisavam chegar à cidade no dia anterior a viagem para tomar a condução que saía para Curitiba de madrugada e muitas vezes só podiam voltar para casa no dia seguinte, ou seja, alguns precisavam ficar três dias longe de casa para realizar seu tratamento que levava apenas algumas horas na capital do estado.

“Toda ajuda oferecida de forma voluntária é recompensada satisfatoriamente em forma de bem estar ao paciente e benefícios a comunidade em geral. Destacando o fato de a ANAPCI ter alcançado um objetivo muito além daquele almejado no início, sente-se feliz e realizado com seu trabalho dentro da instituição” (Voluntário D. co-fundador da instituição).

Sob esse preceito, o grupo que originalmente baseava-se em menos de 10 voluntários, atualmente conta com sede própria, adquirida com recursos decorrentes de doações. Apesar de ter 2 funcionárias e aproximadamente 35 voluntários ativos, os cadastros da ANAPCI totalizam 61, sendo 60 mulheres e 1 homem, com média de idade $51,37 \pm 14,5$ anos, com estado civil predominante de casados (67%). Destes, 54% não são integrantes da População Economicamente Ativa (21 Do lar e 12 Aposentados) apesar de ter a escolaridade bem distribuída, tendo 21 deles terminado o Ensino Fundamental, 21 o Ensino Médio e os 19 demais, completado o Ensino Superior.

Estão estes, distribuídos em 4 funções: 30 aplicadas ao artesanato produzindo crochê, tricô e demais utensílios comercializados em feiras e eventos do município; 5 voluntárias comercializam roupas doadas pela sociedade e empresas no bazar organizado pela instituição. Em ambas as atividades gera-se verba para que os 23 voluntários que atendem diretamente a família dos portadores de câncer (tais voluntários são denominados pela entidade como “Anjos”) possam realizar a confecção e entrega das cestas de alimentos mensais, acompanhem do desenvolvimento do tratamento e atuem algumas vezes como atendentes da casa de passagem (também na sede) quando o tratamento é fora da cidade. A última forma de voluntariado é voltada para a sede, sendo importante na organização dos horários e atividades desenvolvidas pela associação e é desempenhada por 3 voluntárias.

Contudo, o que representa a instituição não são especificamente as construções, bens e ações que a mesma desenvolve, mas o sentimento de propriedade que está intrínseco em seus participantes. Quando perguntamos sobre o que levou a escolher a ANAPCI para o trabalho voluntário, encontram-se as mais diversas motivações, desde a experiência de ser portador da doença:

“Eu tive câncer no seio há 06 anos. Fiz o tratamento no Erasto (Gaetner – Hospital), e recebi apoio da casa, fui muito bem acolhida tanto aqui como lá no Erasto. Agora ajudo aqui” (L. voluntária há 1 ano). Ou estar próximo de alguém que se tratou e teve ajuda “Quando eu trabalhava não tinha tempo, daí eu falava quando me aposentar vou procurar alguma instituição pra retribuir tudo que já recebi. Eu tive um filho com câncer e graças a Deus foi tudo bem, então a gente vê o sofrimento e precisa de ajudar o próximo” (S. voluntária há 1 ano) ou se tratou e não resistiu “Meu pai teve câncer anos atrás, e um dia escutei na rádio a Dione (fundadora) pedindo para as pessoas ajudarem, que precisavam de voluntários. Demorou um tempo e resolvi participar, pra ajudar as pessoas. Eu vi o sofrimento do pai e sei do sofrimento dos outros, e a família também, acaba atingindo todos. E o que a gente puder ajudar aqui, ajuda eles também.” (R. voluntária há 3 anos).

Muitas vezes, o benefício do voluntariado está no próprio voluntário, na ANAPCI isso não é diferente, existem pessoas que buscam a instituição não só para ajudar aos outros, mas a si mesmas

“Eu gosto de trabalhar, não posso parar. Eu dava aula em escola, ensinava fazer crochê. Eu não posso ficar parada, então vamos trabalhar de algum jeito né?” (I. voluntária há 1 ano), onde há muito trabalho e pouco recurso, é a resiliência das pessoas que mantém o projeto em progressão “Eu sempre fiz alguma coisa, de ajudar o próximo. Já fui da pastoral da criança, servia sopa na igreja, e comecei na ANAPCI mais ou menos na mesma época. Mas aqui tinha poucos voluntários e muito trabalho, muita coisa a fazer, daí fui ficando mais aqui, me adaptei mais. Hoje eu ajudo no artesanato, e nas montagens das cestas básicas e especiais” (C. voluntária há 9 anos) e as vezes é o projeto que permite a progressão das pessoas “Eu perdi meu marido, e estava bem depressiva. Uma amiga minha vivia convidando: vamos lá, vamos lá! E eu nunca queria ir, daí um dia ela me levou uns panos de pratos lá pra eu fazer e disse que eu ia vim entregar. Vim e conheci o pessoal e não saí mais, só saio depois de morta. Sarei da depressão, é muito gratificante, e aqui é uma família” (Z. voluntária há 6 anos).

Indiferente da motivação e sensação de que há possibilidade de conforto e a altruísmo são marcas do acolhimento da ANAPCI, saber que está fazendo o bem, sentir-se bem, e promover o bem para pessoas que estão fora do seu núcleo familiar e do seu convívio, respaldam todo o esforço que é feito para que a qualidade de vida dos portadores de câncer tenha uma oscilação positiva e permita que os mesmos tenham esperança para lutar contra essa enfermidade:

“Eu acompanhava minha sobrinha que fazia tratamento no Erasto. E ela ajudava e fazia uns crochês aqui na casa. Em uma das ultimas consultas no caminho de volta ela disse pra mim: ‘tia eu queria trabalhar na Anapci, mas não vai dar, você viu o que o médico falou. Você vai no meu lugar?’ No dia seguinte procurei a casa e comecei a ajudar, logo em seguida ela acabou falecendo. Enquanto eu estiver respirando eu não vou sair, parei de tomar meus antidepressivos, não tomo mais medicamento nenhum. Depois que entrei

aqui minha vida mudou totalmente, se todo mundo soubesse como é bom ser voluntário” (T. voluntária há 10 anos e atual presidente da instituição).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo conseguiu através da inserção e imersão conhecer e descrever a comunidade de voluntários da ANAPCI, explorando os diversos prismas que o trabalho voluntário pode adotar dentro da mesma. Sendo assim, pode-se dizer que em mais de uma década, a entidade têm buscado suprir a necessidade de atender ao núcleo familiar dos portadores de câncer, assim como aos próprios portadores que neste momento encontram-se fragilizados e sem condições de exercer os papéis comumente desempenhados por eles na sociedade.

Uma das peculiaridades observadas no trabalho voluntário é o vínculo que se estabelece entre indivíduo e atividade. Na investigação percebeu-se que a filiação ao trabalho voluntário na entidade está relacionada a um conjunto particular de valores, dentre os quais, o altruísmo, o interesse individual em contribuir e a sociabilidade, além de razões religiosas e sentimentos como obrigação, responsabilidade e compromisso com a organização, neste sentido observa-se grande receptividade por parte dos voluntários diante de visitantes com intuito de atraí-los para o voluntariado. Além dos aspectos supracitados, foi possível notar interesses intrínsecos como fazer parte de um grupo, estar ativo e se fazer necessário, além da reciprocidade quanto ao próprio projeto evidente nas declarações de ex-pacientes ou familiares destes, que agora são voluntários. Nessa ótica fica aberta a discussão sobre quais os reais interesses dos voluntários em relação ao trabalho desenvolvido pela ANAPCI.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo. Editora Pioneira, 1998.

ANDRADE, G.R.B.; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002.

BONFIM, P. **A “cultura do voluntariado” no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade.** São Paulo. Cortez Editora, 2010.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M.C. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

CAPOROSSI, Jackeline A. M. et al . Mastectomia e a incidência de transtorno de estresse pós-traumático. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 15, n. 3, p. 800-815, dez. 2014 .

Estimativa 2016: **incidência de câncer no Brasil** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Rio de Janeiro: INCA, 2015.

KATZ, A.; BENDER, E. **The strength in us: self-help groups in the modern world**. Franklin-Watts. Nova York. 1976.

MERCADO-MARTINEZ, F.J.; BOSI, M.L.M. Introdução. Notas para um debate. In: **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petropolis. Editora Vozes, 2004.

NOVAES, M.B.C.; GIL, A.C. A Pesquisa-Ação Participante como Estratégia Metodológica para o Estudo do Empreendedorismo Social em Administração de Empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 1, 2009.

PEREIRA, W.C.C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Editora Vozes, 2001. 335 páginas.

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Data de aceite: 04/02/2021

Erivalton Santos Silva

<http://lattes.cnpq.br/5258974465263167>

RESUMO: Com base a toda problemática estabelecida no governo do então presidente da Venezuela, Nicolás Maduro o país outrora rico e que tem uma das maiores reservas de petróleo, passa por uma crise econômica e política que gerou uma inflação enorme no país, tornando inacessíveis alimentos e remédios a população fazendo com que busquem refúgio em outros países, e o Brasil é um dos pontos de referências para essas pessoas em busca de uma vida digna. Vendo de forma humanitarista é necessário o suporte a essas pessoas. - Mas e no ponto de vista social? É justamente sobre esse assunto que será abordado o tema deste. Note que, só no primeiro semestre de 2017, Roraima recebeu 5.787 pedidos de refúgio COSTA (2017). Sem levar em consideração os números ainda maiores que não são efetivamente contabilizados e com essa gama imensa de refugiados, ou seja, imigrantes que não estão com a situação regularizada. Com isto, cria-se internamente problemas ligados a violação sexual ou de gênero, exploração e a falta de direitos básicos, xenofobia e em muitos casos por estarem irregulares o trabalho escravo, além dos problemas relacionados a saúde de muitos venezuelanos visto que, o sistema de saúde da Venezuela está precário e defasado e com a problemática do idioma muitos não consegue se

integrar gerando um problema social catastrófico.

PALAVRAS - CHAVE: Violação sexual ou de gênero; exploração e a falta de direitos básicos; xenofobia; trabalho escravo; integrar.

ABSTRACT: Note that in the first half of 2017 alone, Roraima received 5,787 COS-TA (2017) asylum applications. Without taking into account the even greater numbers that are not actually counted and with this immense range of refugees, that is, immigrants who are not in a regular situation. This creates problems internally linked to sexual or gender rape, exploitation and the lack of basic rights, xenophobia and in many cases because slave labor is irregular, in addition to the health problems of many Venezuelans since, Venezuela's health system is precarious and out of date and with the language problem, many are unable to integrate, generating a catastrophic social problem.

KEYWORDS: Sexual or gender rape; exploitation and lack of basic rights; xenophobia; slavery; to integrate.

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICA NA VENEZUELA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

O país vive uma inflação meteórica, com escassez de alimentos e de produtos de necessidade básica. Recessão, que aumenta desde 2013, gerou uma radicalização política por parte da oposição e do governo.

Há cinco anos morria o ex-presidente Hugo Chávez, um nome populista que promoveu melhorias na qualidade de vida dos

venezuelanos, principalmente para as classes mais pobres. Quem assumiu o poder desde então foi Nicolás Maduro, que tentou aplicar em seu governo a mesma política de Chávez. As condições que o atual presidente encontrou, no entanto, eram bem diferentes das de quando Hugo assumiu: o preço do barril de petróleo, base da economia da Venezuela, baixou. Medidas de controle estatal próprias do chavismo, modelo de socialismo inspirado pelo bolivarianismo, se mostraram insustentáveis dentro de um contexto de crise política e econômica.

Cinco anos depois, venezuelanos enfrentam uma situação complicada. Nos mercados, faltam alimentos, produtos de higiene e remédios. A inflação se encontra acima de 800% ao ano, aumentando o preço de insumos básicos, quando esses conseguem ser encontrados. As ruas se enchem de uma oposição cada vez mais radical, que encontra uma resposta igualmente radical por parte do governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), já há 18 anos no poder.

A situação caótica provocou uma forte onda migratória de venezuelanos miseráveis para os países vizinhos da América Latina, principalmente o Brasil. Cerca de 50 mil venezuelanos entraram aqui após o agravamento da crise político-econômica na nação bolivarianista.

“A crise tem a ver com o aprofundamento do modelo bolivariano, com equívocos da oposição e com o isolamento internacional da Venezuela”, explica o professor de Ciência Política e Relações Internacionais do Ibmecc/MG, Oswaldo Dehon. Segundo ele, o estopim de uma situação de crise que já se espreitava foi a transição de Chávez para Maduro. “Maduro não tem a mesma liderança nem a capacidade de unir forças”, resume.

A CRISE NA ECONOMIA

A economia na Venezuela é pouco diversificada e dependente. A base dessa, aproximadamente 96% da renda, está no petróleo, produto abundante no país, mas de valor que sofre oscilações. Itens de necessidade não são produzidos no país, dependendo da importação de países próximos, entre eles, o Brasil. O preço do barril de petróleo, de 120 dólares em 2008, caiu para menos de 50 dólares a partir de 2014. Além de perder a capacidade de importar, o país não pôde manter os investimentos sociais, um dos pontos mais positivos do governo de Chávez.

O controle nos preços, uma medida tomada por Hugo Chávez para evitar inflação, desestimulou investimentos de iniciativa privada dentro do país. Em alguns casos, a venda era desvantajosa para empresas privadas devido aos impostos, o que ajudou a fazer com que os produtos sumissem das prateleiras. A dependência do Estado na economia prejudica o país, quando esse não consegue, sozinho, suprir as demandas da população.

Outra medida de combate à inflação no governo de Chávez também mostra resultado agora, em tempos de crise. O controle do câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo

inicial de impedir a fuga de dólares do país, deu espaço para uma corrupção interna por parte dos militares e membros do governo. O desvio ilegal provoca escassez da moeda estrangeira dentro do país, o que agrava o problema de abastecimento.

A escassez de alimentos e a crise econômica no contexto atual da Venezuela têm aumentado a violência na região. Em 2017, o país registrou os índices de homicídio mais altos da América Latina. Um levantamento do Observatório Venezuelano de Violência (OVV) mostra que, no ano passado, 26.616 pessoas foram assassinadas. Segundo o relatório, as causas das 73 mortes por dia foram a queda vertiginosa da qualidade de vida dos venezuelanos, a dissolução sistemática do estado de direito no país e o aumento da violência e da repressão por parte do Estado.

A CRISE NA POLÍTICA

A Venezuela se encontra politicamente dividida. De um lado, estão os que defendem as políticas socialistas do ex-presidente Hugo Chávez. Do outro, os opositores, que esperam há 18 anos o fim do poder de um mesmo partido. Oswaldo Dehon relaciona a crise ao grau de desconfiança em um “ambiente profundamente ideológico”. Protestos de rua afloram questões políticas de uma democracia considerada por alguns como questionável.

As crises econômica e política se unem quando uma dá forças para a outra. Enquanto o governo prioriza a manutenção do poder, a oposição se faz valer da recessão para obter ganhos políticos. Maduro acusa os líderes opositores de cooptar empresários para reter os seus produtos e agravar o desabastecimento dos supermercados.

Fatores internacionais também influenciam na crise. A pressão vinda do capitalismo, por meio dos Estados Unidos, acirra tensões contra o chavismo. Na opinião de Dehon, é a desconfiança nos demais regimes que não o socialista que provoca o isolamento da Venezuela, prejudicial em épocas de crise. “Seria mais importante uma presença dos atores internacionais dentro do debate político”, opina.

Está prevista uma eleição presidencial para a segunda quinzena de maio – anteriormente, ela ocorreria no dia 22 de abril. O presidente Maduro apresenta-se a um segundo mandato para permanecer no poder até 2025, e tem como opositores Henri Falcón, um dissidente do ‘chavismo’, e quatro outros candidatos. Para Oswaldo, a eleição não se configura como uma solução para a crise.

MIGRAÇÃO

Desde os primórdios da história da humanidade, os seres humanos deslocam-se, por vontade própria ou involuntariamente. Esse fenômeno tende a aumentar na proporção em que a humanidade cresce. Todavia, as múltiplas e graves crises (econômicas, políticas e culturais) são eventos propulsores do êxodo e dos fluxos de pessoas que se encontrem

em situação de ameaça pelo mundo inteiro. Portanto, o fenômeno da migração humana não é pontuado apenas por um episódio contemporâneo de migração em larga escala de venezuelanos fugindo para o Brasil, devido às graves violações aos direitos humanos ocorridas em seu país de origem. A Venezuela atravessa uma dramática crise humanitária, embrionária de instabilidades políticas, autoritarismo, corrupção, desemprego, alta da inflação, recessão econômica, escassez de recursos básicos e violência, configuraram o estopim para que parte da população se desloque para além das fronteiras daquele país. Imersa na pior crise humanitária, econômica, política e social da sua história, a Venezuela não é mais território pacífico, obrigando milhares de pessoas a deixarem o país em busca de condições mínimas de sobrevivência. Mais de 30 mil venezuelanos cruzaram a fronteira do Brasil e, destes, segundo a superintendência da Polícia Federal em Roraima, entre janeiro e maio deste ano, 28,8 mil entraram pelo município de Pacaraima que dista 212 km da capital Boa Vista, no Estado de Roraima. Os venezuelanos se amontoam em enormes filas no posto de controle da Polícia Federal instalado na divisa entre os países, com o intuito de solicitar autorização para permanecer no Brasil como refugiados. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a previsão é que a economia da Venezuela encolha 12% neste ano e a inflação estimada é superior 2000%, com os problemas inflacionários e a recessão econômica, o banco central parou de liberar indicadores econômicos trimestrais e mensais. O controle de preços e a política decretada por Nicolás Maduro de retenção de dólares, gerou consequências estonteantes para a população como a escassez de produtos básicos, essenciais ao desenvolvimento e vida digna da população como: leite, ovos, farinha, sabão e papel higiênico. Uma das consequências da crise política e econômica que a Venezuela enfrenta é o deslocamento em larga escala da população para outros países. O Brasil foi um dos destinos escolhidos. A fronteira seca, sem obstáculos naturais, entre a cidade brasileira de Pacaraima e a venezuelana de Santa Elena, transformou o Estado de Roraima no destino mais acessível. O fluxo migratório inesperado de venezuelanos para o Brasil, com o consequente aumento na demanda de pedidos de refúgio ao Estado brasileiro, representa uma sobrecarga nos serviços públicos de todas as áreas institucionais. A crise econômica brasileira está sendo responsável por diversos cortes em repasses financeiros para os municípios e Estados e isso prejudica os serviços públicos em todos os níveis, no Estado de Roraima não é diferente. No presente trabalho, apesar dos obstáculos diante da ausência de informações fidedignas e dados oficiais, fornecidos por organizações governamentais, buscou-se traçar o perfil do migrante forçado, analisando o regime internacional de proteção aos refugiados e a posição do Brasil na vanguarda de auxílio àqueles que, em consequência de grave violação de seus direitos humanos, são obrigados a deixar seu país de origem e analisar a atuação das agências da ONU e das ONGs no Brasil no que diz respeito à proteção dos direitos humanos da população venezuelana que chega ao Estado de Roraima.

CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

A crise na Venezuela deu início em 2013 com a morte de seu presidente Hugo Chávez, e a entrada de Nicolas Maduro na presidência. Com isso a economia do país se abalou, o valor do barril de petróleo (principal economia do país) teve queda, só o petróleo correspondia a 96% da exportação do país.

Em 2016 a pobreza nos países da América Latina alcançou cerca de 30,7% da população, principalmente pelo fato econômico no Brasil e na Venezuela, que reduziu a média regional.

A Venezuela enfrenta um cenário de recessão e aumento da pobreza. A taxa de inflação está acima de 800% ao ano e faltam itens básicos nos supermercados, como alimentos, produtos de higiene e remédios.

Nas ruas, há quem tenha que procurar comida no lixo, enquanto uma cesta básica, em dezembro de 2017, custava 17 salários mínimos.

A situação caótica provocou uma forte onda migratória de venezuelanos para os países vizinhos da América Latina, principalmente o Brasil e Colômbia.

A crise política, econômica e humanitária que a Venezuela atravessa – foi classificado pelo secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), o uruguaio Luís Almagro, como “o assunto mais grave do hemisfério”. De acordo com ele, essa situação, que já é “desesperadora”, “pode piorar” ainda mais nos próximos meses.

A ONU aponta que cerca de 2,3 milhões de venezuelanos vivem no exterior. Tradicionalmente, a maioria está na Colômbia, nos Estados Unidos e na Espanha, mas o Peru e o Brasil têm visto desde 2016 o fluxo migratório de venezuelanos multiplicar.

Estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que cerca de 30,8 mil venezuelanos vivem no Brasil atualmente. Destes, aproximadamente 10 mil cruzaram a fronteira somente nos seis primeiros meses de 2018. Os venezuelanos se concentram principalmente em Roraima por fazer fronteira com a Venezuela.

Com o grande número de imigrantes venezuelanos nos países vizinhos, a população também sofre com o aumento da criminalidade, problemas na saúde por conta da grande demanda e problemas com trabalho.

* 1º de agosto: A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), assina decreto para endurecer as regras de acesso dos venezuelanos a serviços públicos do estado, que seria restrito apenas a imigrantes com passaporte;

* Como principal commodity do país, a Venezuela acabou sofrendo com a queda do preço do barril. De 100 para 50 dólares de 2014 para cá, o valor foi interessante para os consumidores do exterior.

Alguns pontos relativos à crise na Venezuela chamam a atenção. O agravamento das tensões internas espalhou o problema para o estrangeiro. Entre os motivos, 5 podem ser citados como os principais, e que levaram a Venezuela ao colapso atual.

DIREITOS HUMANOS E TRATADOS

E vetado o apoio às imigrantes tuteladas pela Lei 9.474/97, Art. 1º, inciso III – “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” criando uma obrigação interna no caso específico do Brasil.

DECRETO 25.681-E DE 1º DE AGOSTO DE 2018

“Decreta atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos do Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório de estrangeiros em território do Estado de Roraima e dá outras providências”.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III da Constituição Estadual, observando as legislações pertinentes e;

CONSIDERANDO a intensificação do fluxo migratório de pessoas oriundas da República Bolivariana da Venezuela para o Estado de Roraima, fato que tem intensificado a presença desses estrangeiros especialmente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista;

CONSIDERANDO a ineficiência das ações federais no controle de fronteira, permitindo que pessoas que não se enquadram na situação de refugiados ingressem em território nacional de forma indiscriminada e sem as cautelas sanitárias e de antecedentes criminais;

CONSIDERANDO o aumento da demanda de serviços públicos estaduais para imigrantes, fato que tem sobrecarregado determinadas unidades de atendimento à população em diversas áreas, em especial saúde, educação, segurança pública e sistema prisional;

CONSIDERANDO o aumento de ocorrências de invasões de prédios públicos e propriedades particulares por parte de imigrantes, comprometendo a ordem pública, a paz social e o respeito à Constituição Federal e Estadual;

CONSIDERANDO o aumento da criminalidade envolvendo imigrantes, especialmente em detrimento de agentes públicos de saúde, de segurança e militares das forças armadas brasileiras, fato que pode colocar em risco a relação desses estrangeiros com os profissionais que desempenham suas funções nos atendimentos dos serviços públicos;

CONSIDERANDO as informações de inteligência policial de que estrangeiros estão envolvidos com o surgimento de facções criminosas em território do Estado de Roraima;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade de idosos e crianças filhas de imigrantes em situação de rua, em desacordo com as normas brasileiras aplicáveis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso, em desacordo com preconizado pela Operação Acolhida do Governo Federal;

CONSIDERANDO que o desrespeito às normas brasileiras pode dar ensejo à perda da condição de solicitante de refúgio ou de refugiado, sujeitando os infratores à deportação e/ ou expulsão;

CONSIDERANDO a recusa do Governo Federal em reconhecer a dívida de 184 milhões de reais a que o Estado de Roraima tem direito de ressarcimento decorrente de gastos com serviços públicos postos à disposição dos imigrantes, conforme demonstrado na Ação Civil Originária nº 3121 em trâmite no Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o compromisso não cumprido por parte do Governo Federal de instalar um hospital de campanha em Boa Vista, conforme solicitado ao Presidente da República durante sua última visita a Roraima, em 21 de junho do corrente ano, cuja negativa tem sobrecarregado o sistema público estadual de saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos estaduais em todo o território do Estado de Roraima, provocada pela intensificação do fluxo migratório de indivíduos oriundos da República Bolivariana da Venezuela.

Art. 2º Fica autorizado o uso do Posto Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda localizado no Município de Pacaraima para controle de pessoas, bagagens, veículos, bem como verificação de documentação necessária ao trânsito e permanência em território nacional.

Art. 3º Determino que os serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Roraima diretamente à população sejam regulamentados para o fim de salvaguardar aos cidadãos brasileiros o acesso irrestrito a tais serviços.

I – A Secretaria de Estado da Saúde deverá editar Portaria regulamentando o seguinte:

a) controle e regulamentação do serviço público de saúde, especialmente no que tange ao acesso de cidadãos brasileiros e estrangeiros a consultas, exames, atendimento de urgência e emergência e cirurgias;

b) todo paciente que receber alta médica deverá deixar a unidade de saúde em que estava internado, a fim de desocupar o leito o mais brevemente possível.

II– A Delegacia Geral de Polícia Civil deverá editar Portaria regulamentando o seguinte: a) controle e regulamentação dos serviços prestados aos cidadãos, como emissão de carteira de identidade, serviços do Instituto Médico Legal, registro de ocorrências em delegacias, dentre outros;

III – Outras Secretarias de Estado e unidades da administração indireta também poderão editar portarias a fim de regulamentar o acesso aos serviços públicos por cidadãos brasileiros e estrangeiros.

Parágrafo único. Para acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de Roraima a estrangeiros, com exceção de urgências e emergências, é necessária a apresentação de passaporte válido, a não ser os indivíduos oriundos de Argentina, Paraguai e Uruguai, que gozam dos direitos e prerrogativas do Mercosul, e que podem apresentar documento de identidade válido.

Art. 4º Determinar ao Departamento Estadual de Trânsito e à Polícia Militar de Roraima que intensifique as fiscalizações de trânsito e aqueles veículos estrangeiros flagrados em situação irregular de ingresso no país deverão ser recolhidos e encaminhados à Receita Federal do Brasil em Roraima para as providências cabíveis.

Art. 5º Aqueles cidadãos estrangeiros que praticarem atos contrários aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal e Constituição do Estado de Roraima, inclusive a violação de direitos fundamentais assegurados aos cidadãos brasileiros, tais como direito à vida, à integridade física, à propriedade, dentre outros, estão sujeitos às normas legais cabíveis, devendo a autoridade policial responsável adotar as providências necessárias para procedimentos de deportação ou expulsão, conforme o caso.

Art. 6º Determinar às autoridades policiais do Estado de Roraima que impeçam a turbulação ou o esbulho da posse de imóveis públicos e particulares, e ainda determinar à Procuradoria Geral do Estado que adote as providências para reintegração de posse nos casos em que já se tenha consumado a invasão de propriedade pública do Estado de Roraima.

Art. 7º Determinar à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social que adote medidas para assegurar os direitos previstos no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente aos idosos e às crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente as que estiverem sendo exploradas para mendicância, com acionamento, inclusive, do Conselho Tutelar do município onde ocorrer o fato.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 1º de agosto de 2018.

Os direitos humanos comportam nossos valores sociais historicamente constituídos, elaborados por um longo processo de evolução secular. Diversas ofensas sociais e físicas foram necessárias, centenas de milhares de pessoas sofreram para que a contemporaneidade pudesse gozar de tais direitos. Dizem respeito a nossa condição de seres humanos e são indispensáveis para o bem-estar civilizatório.

A partir do momento em que o Brasil ratifica um tratado humanitário obrigase por um valor legal e moral de cumpri-lo. Se tais tratados e convenções forem descumpridos perdem sua razão de existir, o que representaria uma desvalorização humana.

O controle de convencionalidade das leis é um instrumento de jurisdição indispensável e responsável por assegurar em plano nacional e internacional que direitos humanos não serão negligenciados ou desconstituídos. Funciona como um mecanismo de harmonização social objetivando, em especial, a salvaguarda dos valores humanísticos. O Brasil, enquanto Estado-nação deve aderir aos mencionados valores, sob pena de ser desleal com aqueles que o constituem, os cidadãos que compõem esse Estado que se determina como democrático.

O diálogo entre jurisdições é imprescindível para a perfectibilização dos

direitos humanos. Assim, o posicionamento do Estado brasileiro diante da condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso Araguaia não nos representa como um Estado Democrático de Direito, de forma que tal ato não deve servir de parâmetro para conduta alguma.

É imperioso que se resgate a hermenêutica como forma de concretização das normas internacionais, constitucionalizando o direito internacional, promovendo segurança jurídico-social, pois democratização ou transição democrática não podem ser balizadas pelo esquecimento, sendo necessária uma reflexão a própria memória humana, permitindo que o controle de convencionalidade instrumentalize e execute a segurança humanitária.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira (25) a suspensão imediata do decreto do governo de Roraima que torna mais rígido o acesso de estrangeiros a serviços públicos estaduais por considerar que o ato é inconstitucional.

O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União também ingressaram com ação na 1ª Vara da Justiça Federal em Roraima pedindo a suspensão da medida.

O decreto foi assinado na última quarta (1º) pela governadora Suley Campos (Progressistas) sob a justificativa de que o fluxo migratório de venezuelanos tem causado impactos em todos os setores do estado.

Entre as normas da medida estão a exigência de passaporte válido para o imigrante ter acesso a serviços públicos, atuação especial das forças de segurança estaduais no controle migratório e deportação de pessoas envolvidas em crimes.

O pedido ao STF foi protocolado no processo que o governo de Roraima move contra a União pedindo o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela. O documento foi assinado pela advogada-geral da união Grace Mendonça.

No pedido de suspensão, a AGU destacou que a exigência do passaporte para atendimento ao imigrante em qualquer serviço é ilegal. O governo do estado já passou a exigir o documento e venezuelanos que tentaram retirar certidão de antecedentes criminais não conseguiram.

“Independente da situação migratória, é garantido ao imigrante o acesso a serviços de saúde, de assistência social, e previdência, sem discriminação da condição migratória. A exigência de passaporte válido, revela-se, portanto, flagrante ilegal”, destacou a AGU.

No entendimento da AGU, o decreto contém “flagrante de inconstitucionalidade” e que é de “competência privativa da União legislar sobre a condição do estrangeiro no território nacional”.

Pelo menos quatro secretarias editariam regras próprias para regulamentar o acesso de imigrantes a serviços: Saúde, Educação, Segurança e Trabalho e Bem Estar Social.

“As disposições constitucionais descritas [no decreto] revelam a impossibilidade de restringir aos imigrantes venezuelanos o acesso aos serviços públicos prestados no

governo do estado de Roraima, ainda mais mediante decreto, de forma a acarretar a inconstitucionalidade do ato”, cita um trecho do pedido.

Em entrevista ao G1 por telefone, o secretário da Casa Civil estadual, Frederico Linhares, informou que até que haja uma decisão na Justiça contrária ao decreto, as normas determinadas pela governadora serão executadas.

“O que o estado de Roraima está fazendo é ocupando um espaço de omissão deixado pelo governo federal. Eles não devem ter compreendido o decreto”, disse Linhares.

Ao finalizar o pedido de suspensão, o órgão também pede que o STF enquadre o ato do governo estadual como “ato atentatório à dignidade da Justiça”.

Ação do MPF e DPU

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) informaram na noite dessa sexta que também ingressaram com ação civil pública, com pedido de liminar com urgência, contra a União e o Estado de Roraima.

A ação tem por objetivo vedar a exigência da apresentação de qualquer documento para a prestação dos serviços públicos básicos, bem como impedir procedimentos de deportação e expulsão realizados pelas polícias e órgãos estaduais.

Para os dois órgãos, o decreto também viola diversos princípios constitucionais, convencionais e legais, interferindo na competência da União em legislar sobre o policiamento de fronteiras, em procedimentos de expulsão e deportação.

O MPF chegou a emitir uma recomendação ao governo para que o decreto fosse revogado. A DPU também considerou o ato inconstitucional e repudiou a decisão do governo.

Certo: De que “O Brasil não tomaria a iniciativa de atacar. Mas, na hora que você é atacado, é até um instinto de sobrevivência revidar. Nesse caso, é importante orientar os soldados a não cair em provocações levianas”, afirma o general da reserva Eduardo Schneider.

DIFICULDADES DOS VENEZUELANOS NO BRASIL

1- O porque da crise no Brasil?

- Em busca de uma melhor qualidade de vida e fugindo das crises política e econômica no país, milhares de venezuelanos estão migrando para o Brasil. De 2015 para 2016, o número de pedidos de refúgios de venezuelanos ao Brasil cresceu 3.000%. O êxodo se aprofundou nos últimos meses, após anos seguidos de crise econômica e social, quando a inflação na Venezuela pode ter chegado a 700%. Além do custo de vida elevado, os venezuelanos enfrentam escassez de alimentos, remédios e até produtos básicos de higiene.

2-

A instabilidade política e a grave crise econômica que afetam a Venezuela tem feito

com que um crescente número de pessoas venha para o Brasil pela fronteira com Roraima.

Para o professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças, João Carlos Jarochinski, os números de pedidos de refúgio somados às solicitações de residência temporária recebidos pela PF refletem índices reais de migrantes.

“Obviamente, há pessoas que entraram irregularmente no Brasil, mas eu particularmente não acho que os irregulares sejam muitos, até porque eles têm feito o pedido de refúgio para fins de obtenção de documentação e acesso aos serviços de saúde, por exemplo”, explica.

De acordo com o professor, no entanto, o número de venezuelanos buscando abrigo em Roraima é pequena se levado em comparação o número de pessoas que têm deixado a Venezuela nos últimos meses e grande se pensada na perspectiva local.

“Para a média histórica de Roraima o número de venezuelanos vindo para o estado é grande, mas se pensarmos na realidade nacional ou mundial, não é um número absurdo”, afirma.

A vida em Roraima

Com pouca disponibilidade de recursos econômicos, muitos venezuelanos buscam moradia em Boa Vista, capital de Roraima, ou em Pacaraima, cidade de fronteira entre Brasil e Venezuela. Outros, mais abastados, se mudam para o o Estado de Amazonas ou São Paulo.

Muitos refugiados que vão para Boa Vista buscam moradia em um abrigo provisório instalado desde 27 de dezembro na periferia da capital. O prazo de permanência no local, administrado pela Defesa Civil estadual e Federação Humanitária Internacional, deve ser de no máximo 15 dias.

O abrigo improvisado funciona em um ginásio poliesportivo com problemas estruturais, mas oferece comida e atrai muitos venezuelanos, entre eles dezenas de índios da etnia Warao.

Um levantamento realizado no dia 5 deste mês apontou que há 289 venezuelanos morando no abrigo. Desse total, 205 são indígenas da etnia Warao e 84 não-índios.

O pintor profissional Erison Herrera, de 42 anos, foi um dos venezuelanos que recentemente pediu refúgio à PF em Roraima. Ele está vivendo no abrigo da capital, longe dos filhos e da mulher que ainda moram em Maturín, no estado de Monara, na Venezuela.

“Na Venezuela não há comida e nem emprego. Se eu conseguir me regularizar aqui no Brasil não irei voltar para lá. Pretendo trazer minha família para morar em Roraima assim que eu conseguir me empregar. Agora, a dor da saudade é grande, mas tive de vir para cá”, diz.

Diferente de Erison, a venezuelana Rosibel Del Valle Diaz trouxe dois dos quatro filhos que têm. Ela já está há dois meses no abrigo. Antes de se mudar para a capital de Roraima, viveu nas ruas de Pacaraima por meses.

Cuidadora de idosos e babá, ela diz que não pensa em voltar para a Venezuela e culpa o presidente Nicolás Maduro por ter prejudicado a economia do país. Ela e o marido, de 23 anos, também pediram refúgio à PF.

“Com Maduro no poder não volto para a Venezuela. Lá até dá para conseguir emprego, mas o dinheiro não alcança os preços”, diz a venezuelana que vivia em Cumaná, no estado de Sucre.

Outros venezuelanos decidem ficar na fronteira com o país natal e buscam moradia na cidade de Pacaraima, distante 190 km de Boa Vista e a 17 km de Santa Elena de Uaiarén, primeira cidade venezuelana após a fronteira com o Brasil.

A cidade com pouco mais de 10 mil habitantes consta diariamente a chegada de inúmeros venezuelanos. Alguns só planejam comprar comida e voltar para seu país de origem, provocando uma verdadeira corrida por alimentos na cidade.

Outros decidem se tornar moradores de Pacaraima e se sujeitam a ficar na rua, chegando até mesmo a viver dentro de banheiros públicos junto com dezenas de contêineres.

Devido ao aumento de números de imigrantes na cidade, o governo federal planeja ofertar 200 vagas a venezuelanos em um centro provisório de acolhimento em Pacaraima, segundo a Casa Civil da Presidência da República informou no mês de maio, em visita ao estado.

Até hoje nada foi montado na fronteira, mas reuniões foram feitas entre representantes dos governos federal e estadual e do Alto Comissariado da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), juntos eles estudam soluções emergenciais para lidar com o crescente número de venezuelanos em Roraima.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, verifica-se que o Direito Internacional dos Refugiados, apesar de ter surgido no início do século XX e de somente ter sido positivado internacionalmente na década de 50 do mesmo século, é um dos ramos do Direito Internacional que mais se desenvolveu recentemente, demonstrando não somente a sua relevância, mas também a consciência dessa pela comunidade internacional. Esse fato pode ser justificado em função de ele ser uma vertente do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que vem ganhando relevância na agenda internacional, especialmente nas últimas décadas, quando se percebeu a importância do seu objeto: o ser humano. Apesar de bem desenvolvida, a temática dos refugiados ainda é extremamente dependente da vontade política dos Estados, posto que é no âmbito desses que ocorrerá a efetivação da proteção, razão pela qual a participação deles, por meio da ratificação dos documentos internacionais relativos ao tema e da elaboração de leis nacionais, é imprescindível. Nesse sentido, a postura do Brasil pode ser vista como exemplar, pois tanto a Convenção de 51 quanto o Protocolo

de 67 foram recepcionados por nosso ordenamento, o qual ainda promulgou uma lei específica para refugiados, inserindo em seu elenco de políticas públicas a proteção de seres humanos com bem fundado temor de perseguição. Um dos grandes problemas atuais do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Refugiados, como já mencionado, vem a ser a sua efetivação posto que, ela depende da vontade dos Estados. Tal dependência traz consigo limitações tanto internacional quanto internamente, uma vez que demanda, além de uma conscientização internacional,

REFERÊNCIAS

PIMENTEL, M. Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em: 30.nov.2020.

OLIVEIRA, V. AGU pede ao STF suspensão do decreto do governo de Roraima que limita serviços a estrangeiros. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/03/agu-pede-ao-stf-suspensao-do-decreto-do-governo-de-roraima-que-limita-servicos-a-estrangeiros.ghtml>>. Acesso em: 30.nov.2020.

DECRETOLEI N°9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9474-22-julho-1997-365390-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30.nov.2020.

CAMPOS, S. Página 2 do Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR) de 1 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/201985169/doerr-01-08-2018-pg-2>>. Acesso em: 30.nov.2020.

COSTA, E. Juiz manda suspender entrada de venezuelanos no Brasil pela fronteira de RR. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/06/juiz-de-roraima-manda-suspender-entrada-de-venezuelanos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30.nov.2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 88, 106, 187, 220, 227, 234

Água 5, 26, 55, 65, 88, 89, 94, 98, 114, 149, 150, 159, 163, 167, 168, 172, 173, 190

Amazônia 6, 17, 18, 20, 29, 31, 33, 38, 39, 40, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 234

Animais Silvestres 6, 29, 30, 39, 40, 189

Aquário 7, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97

C

Ciclismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Cicloturismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Cidadania 8, 59, 62, 63, 64, 66, 70, 81, 175, 176, 179, 234

Cidade 6, 7, 6, 9, 23, 43, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 130, 135, 142, 146, 147, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 173, 217, 224, 231, 232

Comunidade 8, 27, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 63, 75, 92, 100, 102, 103, 104, 106, 178, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 219, 232

Concessão 7, 14, 106, 109, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Contrato 7, 150, 152, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Coronavirus 2, 11

Cultura Política 8, 59, 175

D

Direito dos animais 8, 183

Direitos Humanos 8, 1, 3, 4, 5, 22, 44, 57, 62, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 224, 226, 228, 229, 232, 233

E

Entretenimento 7, 76, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103

Envelhecimento 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 183, 184, 192, 193, 194

Esgotamento sanitário 7, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Esgoto 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 174

F

Fiscalização 7, 32, 39, 146, 147, 150, 152, 156, 158, 159, 161, 169, 171, 173, 203

G

Galactogenia 8, 183

Gênero 6, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 136, 184, 196, 197, 199, 207, 209, 221

I

Internações 7, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

J

Jardim Botânico 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

L

Lazer 6, 6, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 100, 101, 103, 105

Lutas Sociais 6, 53, 57, 59, 61, 62, 70

M

Marketplaces 108, 109, 120

Método 8, 3, 32, 84, 87, 112, 122, 130, 136, 137, 143, 168, 169, 175, 176, 178, 180, 219, 220

Migração 8, 16, 221, 223, 224

Mobilidade 7, 59, 61, 64, 65, 67, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 205

Modelo 7, 1, 9, 14, 16, 17, 23, 35, 74, 130, 132, 133, 134, 136, 147, 150, 159, 161, 162, 163, 164, 171, 184, 197, 200, 206, 214, 222

Movimentos Sociais 6, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 50, 51, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 179

MST 6, 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 28

O

Osteoporose 183, 185, 186, 187, 192, 193, 195

P

Pandemia 6, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 91

Parque 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 105

Participação Social 8, 52, 175

Percepção 6, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 178, 190

Pesquisa 5, 8, 1, 2, 3, 11, 13, 26, 27, 28, 29, 32, 42, 43, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 66, 68,

71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 103, 104, 106, 112, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 196, 199, 205, 213, 214, 219, 220, 234

Plataformas Digitais 108, 109

População 6, 1, 3, 9, 17, 18, 19, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 81, 83, 101, 109, 110, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 146, 147, 149, 158, 159, 161, 162, 163, 180, 184, 185, 193, 194, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 227

R

Reforma Agrária 6, 3, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28

Reforma Urbana 6, 59, 60, 61, 62, 64

Regulação 7, 63, 146, 147, 150, 152, 159, 169, 171, 173, 186, 198

Rural 5, 6, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 39, 42, 43, 47, 53, 55, 58

S

Saneamento 34, 42, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 146, 147, 149, 151, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 173

Saúde 7, 8, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 42, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 66, 98, 105, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 147, 162, 168, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 231

Segurança Pública 7, 130, 135, 140, 143, 226, 227, 234

Solidariedade 6, 1, 7, 8, 11, 219

SUS 129, 197, 209

T

Terra 6, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 45, 48, 66, 78, 181, 182

Território 6, 14, 15, 16, 23, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 74, 103, 163, 224, 226, 227, 229

Turismo 6, 7, 29, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107

U

Urbano 6, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 76, 80, 82, 83

V

Venezuelanos 8, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233

Violência Obstétrica 8, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Voluntários 8, 213, 214, 217, 218, 219

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021